UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

MARIA RISOLINA DE FÁTIMA RIBEIRO CORREIA

A ORGANIZAÇÃO TEXTUAL DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: UMA ABORDAGEM À LUZ DA TEORIA DA ESTRUTURA RETÓRICA E DA TEORIA DAS SEQUÊNCIAS TEXTUAIS

BELO HORIZONTE
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
2018

MARIA RISOLINA DE FÁTIMA RIBEIRO CORREIA

A ORGANIZAÇÃO TEXTUAL DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: UMA ABORDAGEM À LUZ DA TEORIA DA ESTRUTURA RETÓRICA E DA TEORIA DAS SEQUÊNCIAS TEXTUAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso
Linha de pesquisa: Textualidade e Textualização em Língua Portuguesa
Orientadora: Profa. Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat

BELO HORIZONTE
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
2018

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

C824o

Correia, Maria Risolina de Fátima Ribeiro.
A organização textual do gênero artigo de opinião [manuscrito] : uma abordagem à luz da teoria da estrutura retórica e da teoria das sequências textuais / Maria Risolina de Fátima Ribeiro Correia. – 2018.
291 f., enc.: il., (color) (p&b)

Orientadora: Maria Beatriz Nascimento Decat.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de Pesquisa: Textualidade e Textualização em Língua Portuguesa.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 274-283.

Anexos: f. 284-295.

1. Funcionalismo (Linguística) – Teses. 2. Língua portuguesa – Retórica – Teses. 3. Gêneros textuais – Teses. 4. Redação de textos jornalísticos – Teses. I. Decat, Maria Beatriz Nascimento. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 469.5

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

PosLin

FOLHA DE APROVAÇÃO

A organização textual do gênero artigo de opinião: uma abordagem à luz da Teoria da Estrutura Retórica e da Teoria das Sequências Textuais

MARIA RISOLINA DE FÁTIMA RIBEIRO CORREIA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Textualidade e Textualização em Língua Portuguesa.

Aprovada em 06 de março de 2018, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Maria Beatriz Nascimento Decat - Orientadora
UFMG

Prof(a). Jane Quintiliano Guimarães Silva
PUC - Minas

Prof(a). Angela Maria Alves Lemos Jamal
Faculdade Pitágoras

Prof(a). Delaine Cafiero Bicalho
UFMG

Prof(a). Janice Helena Silva de Resende Chaves Marinho
UFMG

Belo Horizonte, 6 de março de 2018.

DEDICATÓRIA

Para meu marido e meu filho que, por acreditarem em mim, sempre estiveram do meu lado.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À minha orientadora Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat,

pelas orientações cuidadosas,
pela atenção,
pela confiança,
pela paciência,
por me compreender nos momentos de ansiedade,
por me incentivar e me fazer acreditar mais em mim,
pela alegria e acolhimento,
pela amizade,
por me ajudar a tornar um sonho em realidade,

meu agradecimento eterno!

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pela saúde e disposição para enfrentar desafios;
Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pela acolhida;
Aos professores do Poslin, pela aprendizagem que me tornou uma pessoa melhor;
À grande amiga Angela Jamal, pelo apoio e pela parceria;
Aos amigos Renato Silva e Luciana Dalmaschio, que muito me incentivaram a iniciar a caminhada;
Aos meus colegas Carmen Starling, Cristina Mara França, Danúbia Silva, Emmanuel Fontel e Jairo Carvalhais pelas oportunidades de trocas, de aprendizagem e de muita alegria;
Às professoras da Banca de Qualificação: Dra. Delaine Cafiero, Dra. Jane Quintiliano e Dra. Angela Jamal, pelas orientações precisas e valiosas que muito contribuíram para a continuidade da pesquisa;
À minha família, pela ajuda e pela compreensão nos meus momentos de impaciência, ao longo dos quatro anos de viagem.

“O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”

(João Guimarães Rosa – Grande Sertão:Veredas)

Resumo

Esta tese apresenta, numa perspectiva sociointeracionista da linguagem, o estudo de artigos de opinião, com o propósito de identificar a organização textual desse gênero. O aporte teórico que balizou este trabalho foi sustentado, por um lado, pelos estudos funcionalistas, especificamente, pela Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory – RST*), proposta por Mann & Thompson (1988). Com foco na coerência, a RST objetiva a descrição do texto, mediante a identificação das relações retóricas que emergem entre as porções textuais (*text spans*), com fins a verificar a sua forma de organização. O analista processa a identificação das relações retóricas pautado pelo critério da plausibilidade, de forma que é atribuída uma função a cada unidade de informação, de acordo com o que ele julgar ser mais plausível. A Linguística Textual é a outra corrente teórica que deu suporte à análise aqui empreendida, especialmente a Teoria das Sequências Textuais, tal como proposta por Adam (2011). Essa teoria veicula a identificação composicional do texto, com o olhar voltado para a sua linearidade. Os conceitos de texto e de gênero textual foram elaborados a partir de Bakthin (1979), Beaugrande (1997), Marcuschi (2002 – 2008), Bernárdez (1995), Costa Val (1999), Kock (2010), Antunes (2010). A argumentação foi considerada à luz dos estudos de Chaim Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) para que fosse analisado o processo argumentativo materializado no texto. A hipótese por nós levantada assenta-se no fato de que, para escrever um artigo de opinião, o produtor considera seu fim comunicativo e faz escolhas que evidenciam a ocorrência de determinadas relações retóricas, como *elaboração, lista, sequência, evidência e avaliação*, bem como a predominância de sequências argumentativas, resultando, pois, na prototipicidade desse gênero. Para tanto, foram apresentados seis dos doze artigos analisados, cuja seleção se deu a partir dos critérios por nós selecionados. Dentre eles, priorizamos textos que ostentam a discussão de assuntos atuais e de relevância para os leitores, com abordagens temáticas e autores diferentes, publicados no período 2015-2016, em duas revistas de informação semanais - *Carta Capital* e *Veja.* Considerando a macroestrutura textual, a análise dos artigos nos apresentou relações retóricas do tipo núcleo satélite, da via apresentativa, de *atribuição, capacitação, preparação, evidência, justificativa* e *antítese*; da via hipotática, as relações núcleo-satélite de *avaliação, conclusão, elaboração, resultado* e *comentário*; da via paratática, foram verificadas as relações multinucleares de *lista* e de *sequência*. Constatamos, pela Teoria das Sequências Textuais, a predominância de sequências argumentativas, seguidas da sequências descritivas e narrativas. O cruzamento dos resultados de análise das duas teorias confirmou uma convergência entre elas, visto que, ao estabelecermos uma relação entre a estrutura retórica, resultante da macroestrutura, verificada pela RST, e pelos planos de textos dos seis artigos, elaborados a partir das sequências textuais, configurou-se a organização prototípica do gênero artigo de opinião.

Palavras-chave: Artigo de opinião; Relações retóricas; Sequências textuais; Planos de texto; Argumentação.

Abstract

This thesis presents a study of opinion articles from a social interactionist perspective of language, with the intention of identifying the text organization of this genre. The theoretical framework that supports this work is based, on the one hand, on functionalist studies, specifically, on the Rhetorical Structure Theory (*RST*), proposed by Mann and Thompson (1988). Focusing on consistency, the RST aims at text description, through the identification of the rhetorical relations which emerge between text spans, in order to verify their form of organization. The analyst processes the rhetorical relations identified, guided by the criterion of plausibility, so that a function is attributed to each information unit, according to what he or she judges to be most plausible. Text Linguistics is the other theoretical framework which supports the analysis undertaken here, especially Text Sequences Theory, as proposed by Adam (2011). This theory claims the compositional identification of text, with a look towards its linearity. The concepts of text and text genre were built upon Bakthin (1979), Beaugrande (1997), Depends (2002-2008), Bernárdez (1995), Costa Val (1999), Kock (2010), Antunes (2010). Argumentation was considered in the light of the studies by Chaim Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005) in order to analyse the argumentative process materialized in the text. The hypothesis that we have raised is based on the fact that, to write an opinion article, the producer considers its communicative intent and makes choices which evidence the occurrence of certain rhetorical relations, such as *elaboration, list, sequence, evidence and evaluation*, as well as the predominance of argumentative sequences, thus resulting in the prototypicality of this genre. To that end, six of the twelve articles analyzed are presented; their selection is based on the criteria we have established. Among those, we have prioritized texts which exhibit the discussion of current topics considered relevant to the readers, on diverse themes and of different authors, published within the period of 2015-2016, in two weekly magazines - *Carta Capital* and *Veja*. Considering the text macro-structure, the analysis of articles presented us with rhetorical relations of the nucleus-satellite type, of the presentational kind, of *attribution*, *enablement*, *preparation*, *evidence*, *justify* and *antithesis*; of the hypotactic kind, the nucleus-satellite relations of *evaluation*, *conclusion*, *elaboration*, *result* and *comment*; of the paratactic kind, we have found the multinuclear relations of *list* and *of sequence*. We have verified, by means of the Text Sequences Theory, the predominance of argumentative sequences, followed by the descriptive and narrative sequences. The comparison of the results of the analysis of the two theories has confirmed a convergence between the theories, insofar as, in establishing a relation between the rhetorical structure - resulting from the macro-structure, verified through the RST and through the text plans of the six articles, built upon the text sequences - the prototypical organization of the genre opinion article was configured.

Key-words: Opinion article; Rhetorical relations; Text sequences; Text design; Argumentation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Relação pragmática	34
Figura 2	Ocorrência de relações retóricas na via hipotática	55
Figura 3	Ocorrência de relações retóricas na via paratática	56
Figura 4	Tela RST Tool – Segmentação do texto	89
Figura 5	Tela RST Tool – Porções do texto	90
Figura 6	Definição das relações retóricas	90
Figura 7	Diagrama da relação retórica de condição	91
Figura 8a	Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A1.....	98
Figura 8b	Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A1	99
Figura 9a	Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A2	111
Figura 9b	Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A2	112
Figura 10a	Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A3	124
Figura 10b	Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A3	125
Figura 11a	Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A4	137
Figura 11b	Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A4	138
Figura 12a	Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A5	150
Figura 12b	Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A5	151
Figura 13a	Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A6	163
Figura 13b	Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A6	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Operadores argumentativos	25
Quadro 2	Marcadores discursivos	26
Quadro 3	As relações retóricas: definição	45
Quadro 4	Relação retórica de atribuição e relação retórica de conclusão ...	48
Quadro 5	Relação retórica de comentário	48
Quadro 6	Tipos de esquemas na RST	51
Quadro 7	Relações retóricas nas vias de continuidade	53
Quadro 8	Textos selecionados para o *corpus*	82
Quadro 9	Macroestrutura de A1	96
Quadro 10	Macroestrutura de A2	110
Quadro 11	Macroestrutura de A3	123
Quadro 12	Macroestrutura de A4	136
Quadro 13	Macroestrutura de A5	148
Quadro 14	Macroestrutura de A6	161
Quadro 15	Macroestrutura de A1, A2, A3, A4, A5, A6	173
Quadro 16	Plano de texto de A1	182
Quadro 17	Plano de texto de A2	195
Quadro 18	Plano de texto de A3	208
Quadro 19	Plano de texto de A4	224
Quadro 20	Plano de texto de A5	237
Quadro 21	Plano de texto de A6	250
Quadro 22	Planos de texto de A1, A2, A3, A4, A5, A6	261

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Porções textuais de A1	95
Tabela 2	Ocorrência de relações retóricas em A1	106
Tabela 3	Porções textuais de A2	109
Tabela 4	Ocorrência de relações retóricas em A2	118
Tabela 5	Porções textuais de A3	122
Tabela 6	Ocorrência de relações retóricas em A3	132
Tabela 7	Porções textuais em A4	135
Tabela 8	Ocorrência de relações retóricas em A4	144
Tabela 9	Porções textuais de A5	147
Tabela 10	Ocorrência de relações retóricas em A5	156
Tabela 11	Porções textuais de A6	160
Tabela 12	Ocorrência de relações retóricas em A6	171
Tabela 13	A emergência de proposições relacionais em A1, A2, A3, A4, A5, A6	174
Tabela 14	Ocorrência das sequências textuais em A1, A2, A3, A4, A5, A6	259

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1	Esquema argumentativo	76
Esquema 2	Esquema prototípico da sequência argumentativa	77

LISTA DE ABREVIATURAS

A	Artigo de opinião
BI	Bloco Informacional
N	Núcleo
RST	*Rethorical Structure Theory* (Teoria da Estrutura Retórica)
S	Satélite
TST	Teoria das Sequências Textuais
UI	Unidade de informação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	.....	01
CAPÍTULO 1	O GÊNERO TEXTUAL ARTIGO DE OPINIÃO SOB NOSSO OLHAR INVESTIGATIVO	11
1.1	O artigo de opinião: um gênero opinativo	11
1.2	O artigo de opinião: um gênero da ordem do argumentar	16
CAPÍTULO 2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	21
2.1	A argumentação: caracterização	21
2.1.1	Operadores argumentativos	24
2.2	O Funcionalismo Linguístico: origem e princípios	28
2.2.1	Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory – RST*): uma teoria funcionalista	31
2.2.1.1	As proposições relacionais: caracterização	36
2.2.1.2	As relações retóricas e os esquemas	42
2.2.2	As vias de continuidade: uma proposta de Bernárdez (1995)..	52
2.3	A Linguística Textual: um breve percurso histórico.....	58
2.3.1	Texto e textualidade: alguns conceitos	59
2.3.2	Gêneros: conceito e caracterização	66
2.3.3	As sequências textuais e planos de texto	69
2.3.3.1	A Teoria da Sequências Textuais	70
2.3.3.2	Os planos de texto	79
CAPÍTULO 3	METODOLOGIA	82
3.1	A constituição do *corpus*	82
3.2	Os procedimentos metodológicos	85
3.3	A ferramenta RST Tool	88
CAPÍTULO 4	ANÁLISE DOS *CORPUS*	92
4.1	Análise à luz da Teoria da Estrutura Retórica	93
4.1.1	Análise de A1	93

4.1.2	Análise de A2	107
4.1.3	Análise de A3	120
4.1.4	Análise de A4	133
4.1.5	Análise de A5	145
4.1.6	Análise de A6	158
4.1.7	Considerações sobre a emergência das proposições relacionais na análise de A1, A2, A3, A4, A5, A6	172
4.2	Análise à luz da Teoria das Sequências Textuais	178
4.2.1	Análise de A1	178
4.2.2	Análise de A2	192
4.2.3	Análise de A3	205
4.2.4	Análise de A4	221
4.2.5	Análise de A5	234
4.2.6	Análise de A6	247
4.2.7	Considerações sobre a ocorrência das sequências textuais, identificadas na análise de A1, A2, A3, A4, A5, A6	259
4.3	A Teoria da Estrutura Retórica e a Teoria das Sequências Textuais: convergências	263
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	266
	REFERÊNCIAS	274
	ANEXO	284

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade em que a comunicação entre as pessoas se processa de maneira intensa e por variados meios de comunicação. Nesse sentido, ressaltamos a influência do rádio, televisão, telefones, internet, jornais e revistas. Dessa forma, e considerando a acessibilidade às informações por meio das revistas, sejam impressas ou por meio digital, decidimos elegê-las como suporte que veicula, semanalmente, informações, com abordagens temáticas variadas, defendidas por diferentes autores.

Conforme exposto por Correia (2011), a língua é entendida como um produto social da faculdade da linguagem, levando-nos a concebê-la numa abordagem funcional-discursiva, o que implica em considerá-la em uso pelos falantes. Nessa perspectiva, é oportuno salientar que as trocas entre os indivíduos se processam mediante a linguagem, que, numa concepção sociointeracionista, nos dizeres de Koch (2011, p. 19), é vista como "lugar da "inter-ação" entre sujeitos sociais". Nesse caminho e reconhecendo a linguagem verbal como um meio que veicula a mediação do pensamento, por meio da produção escrita, ponderamos ser pertinente a escolha do gênero artigo de opinião como objeto de estudo.

Outro aspecto que nos estimulou diz respeito ao fato de que o artigo é um gênero que pressupõe, até mesmo pela sua denominação - "de opinião" -, que o produtor eleja assuntos de abordagens sociais, políticas, econômicas, dentre outros que possam ser atrativos para o leitor. Além do mais, esse gênero demanda do articulista determinadas habilidades cognitivas e linguísticas que propiciam uma organização textual capaz de promover inferências e a consequente compreensão por parte de possíveis leitores.

Nesse sentido, é imprescindível que seja considerada a funcionalidade do gênero, bem como a pressuposição do destinatário que, na escrita, não tem a participação direta na produção, por isso, torna-se oportuno citar os dizeres de Koch e Elias (2017, p. 13) ao apontarem que "a dialogicidade constitui-se numa relação 'ideal', em que o escritor leva em conta a perspectiva do leitor, ou seja, dialoga, com determinado (tipo de) leitor, cujas respostas e reações ele prevê."

A produção científica impressa ou *on line* sinaliza que o artigo de opinião é um gênero selecionado por pesquisadores, como, por exemplo, em 2007, o artigo "O texto como sistema aberto e a configuração prototípica de artigos de opinião autoral", produzido pela Doutora Maria Eduarda Giering, pesquisadora da Unisinos, São

Leopoldo, RS; a professora paranaense Terezinha de Jesus Bauer Uber, publicou, em 2008, o texto “Artigo de opinião: estudos sobre um gênero discursivo”; as professoras pesquisadoras Odete M. Benetti, Vanilda Salton e Adiane Fogali, da Universidade Caxias do Sul, em 2008, abordaram o assunto na produção “O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação” e a professora Doutora Marilurdes Zanini, da Universidade Estadual de Maringá, PR, com o texto “Artigo de opinião: do ponto de vista à argumentação”, em 2017. A constatação de que a perspectiva das pesquisas das autoras citadas, dentre outros pesquisadores, é diferente da nossa proposta, entendemos que seria pertinente eleger o artigo de opinião como nosso objeto de estudo, uma vez que o objetivo por nós delimitado, bem como a abordagem teórica que sustenta este estudo nos direcionaram para diferentes descobertas e apontaram contribuições para a caracterização do gênero, além de favorecerem o ensino e a aprendizagem dele.

Outro aspecto que nos estimulou a estudar o artigo de opinião se refere à minha prática pedagógica como professora de Língua Portuguesa da Educação Básica, quando eu vivenciava as dificuldades dos alunos ao serem colocados em uma situação de produção de textos, principalmente os de base argumentativa. Além disso, a constatação de baixos resultados aferidos por exames de proficiência, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), nos quais muitos estudantes demandam um processo de ensino mais sistematizado desse gênero. Por fim, por ocasião do desenvolvimento de estágio de docência no nível universitário, também me deparei com o incômodo de alguns estudantes do curso de Letras ao serem expostos à atividade de produção de textos argumentativos.

Atentamos também para outro aspecto relativo ao gênero artigo de opinião e que se refere à capacidade do produtor de exercer a prática de argumentar, com a finalidade de convencer o leitor do assunto e dos argumentos expostos em seu texto.

O gênero artigo de opinião é de frequente circulação em diferentes espaços, como o escolar ou na sociedade, em geral, o que nos convida a mencionar Jamal (2015, p. 15), ao concordar com os dizeres de Soares (2001), enfatizando que ao pesquisador cabe, não somente selecionar questões socialmente importantes para serem estudadas, mas também interferir na realidade, com o propósito de “resolver problemas levantados.”

Assim, embora não seja um estudo voltado para o ensino, esperamos que a investigação das perguntas que suscitaram esta pesquisa, bem como aquelas que

surgiram ao final dos resultados obtidos, possam, de alguma forma, contribuir, principalmente para os docentes que atuam na educação básica, para o aprimoramento da produção de textos argumentativos.

Quanto ao ensino da produção de diversos gêneros, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) ressaltam a necessidade de esta atividade ser recorrente em diferentes etapas do processo educativo. Ao fazerem alusão à produção textual, os PCNs salientam que,

> no que concerne à prática de produção de texto (...), a produção de um artigo de opinião, por exemplo, pode estar colocada em diferentes ciclos, ou, ainda em diferentes momentos do mesmo ciclo, pressupondo níveis diferenciados de domínio do gênero. Pode-se tanto priorizar aspectos a serem abordados nas diferentes ocasiões quanto estabelecer graus de aprofundamentos diferentes para os mesmos aspectos nas diferentes situações. (PCNs, 1988, p. 39).

A nossa seleção do gênero artigo de opinião é também respaldada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada pelo MEC em dezembro de 2017. Na abordagem da produção de texto a dimensão que trata da "Construção da textualidade", aponta que, ao produzir um gênero, o aluno deve ser capaz de

> Estabelecer relações entre as partes do texto, levando em conta a construção composicional e o estilo do gênero, evitando repetições e usando adequadamente elementos coesivos que contribuam para a coerência, a continuidade do texto e sua progressão temática. (BNCC, 2017, p. 75).

Nesse cenário e de posse de resultados da análise prévia de artigos de opinião de revistas semanais de informação, surgiram perguntas que nos impulsionaram a desenvolver a pesquisa e que mostramos a seguir:

- Qual é a estrutura retórica do artigo de opinião, isto é, quais tipos de relações retóricas emergem entre as porções textuais, tendo em vista a macroestrutura do texto?
- A forma materializada desse gênero faz com que o artigo de opinião cumpra a função específica de argumentar, ou seja, expor as ideias e opiniões assumidas pelo autor do texto, e, ao mesmo tempo, convencer o leitor?

- A Teoria da Estrutura Retórica oferece ou não subsídio satisfatório para caracterizar o artigo de opinião, bem como analisar a sua coerência textual, no que se refere à macroestrutura do texto?
- Que tipos de sequências textuais predominam no gênero em estudo?
- Há uma caracterização específica de planos de texto para esse gênero?
- A análise de acordo com a Teoria da Estrutura Retórica e a Teoria das Sequências Textuais e planos de texto pode apresentar as escolhas feitas pelo produtor para organizar seu pensamento com o propósito de atingir um determinado fim comunicativo?

Após elencar as questões que suscitaram nossa pesquisa, cuidamos de traçar o nosso objetivo geral definido como:

- Identificar a organização textual do gênero artigo de opinião, à luz da Teoria da Estrutura Retórica (RST) e da Teoria das Sequências Textuais (TST).

Aliados a esse objetivo geral, orientamo-nos pelos objetivos específicos descritos a seguir:

a) analisar artigos de opinião, mediante uma abordagem funcionalista, à luz da Teoria da Estrutura Retórica (RST), para identificar as proposições relacionais, bem como a predominância delas na organização desse gênero;
b) identificar, à luz dos postulados de Adam (2011), as sequências textuais e a predominância delas nos artigos de opinião selecionados;
c) elaborar planos de texto, a partir das sequências textuais identificadas;
d) verificar, nos textos selecionados, a função dos marcadores discursivos – conectores, operadores argumentativos e organizadores textuais – na argumentação;
e) verificar se as análises apontaram convergências entre a RST e a TST na organização dos textos.

Ressaltamos que, após análises realizadas anteriormente, a presente pesquisa foi desenvolvida a partir da hipótese de que o artigo de opinião, por ser de base

argumentativa, é um gênero que poderia favorecer a emergência de determinadas relações retóricas, como *elaboração, lista, sequência*, *evidência* e *avaliação*, bem como a predominância de sequências argumentativas, tendo em vista a funcionalidade do gênero que é refutar uma tese em contraposição com o que o produtor pretende defender.

Estabelecemos como pressupostos teóricos que sustentaram este estudo o Funcionalismo Linguístico e a Linguística Textual. O primeiro é justificado pelo fato de levarmos em conta, com respaldo nos dizeres de Decat (2012, p. 150), "a importância de uma abordagem funcionalista para o estudo dos mecanismos/processos da língua em uso, considerando [...] a variabilidade da língua (na dimensão do sistema) e a variabilidade dos textos, no contínuo dos gêneros textuais".

De fato, a busca de uma interface entre o Funcionalismo Linguístico, especificamente pela Teoria da Estrutura Retórica, e a Linguística Textual, mediante a abordagem das sequências textuais, defendidos por Adam (2011), se justificou pelo fato de elas possibilitarem um estudo do texto com foco na seleção do produtor para a exposição de suas ideias, sempre visando seu fim comunicativo e os possíveis leitores. A primeira, pela identificação das proposições relacionais e a segunda, pela constatação das sequências textuais, bem como a elaboração dos planos de texto, traçados por meio da materialidade das sequências.

Assumimos o propósito de investigar a estrutura retórica do gênero textual artigo de opinião, especialmente pela Teoria da Estrutura Retórica, aliada às vias de continuidade, defendidas por Bernárdez (1995), a fim de identificar a ocorrência das proposições relacionais que se estabelecem entre as porções que constituem a macroestrutura desse gênero,

Destacamos que, nesta pesquisa, as proposições relacionais ou relações retóricas são discutidas conforme Taboada (2009, p. 127), que as define como significados que emergem entre duas porções de texto - partes maiores ou orações. As relações retóricas são caracterizadas semanticamente e, por serem implícitas, podem ou não apresentar indicadores claros, ou seja, marcas linguísticas.

Assim, o analista identifica as relações retóricas amparado pelo critério da plausibilidade, segundo Mann & Thompson (1983 - 1988), visto que ele tem acesso ao texto, tem conhecimento do contexto em que foi escrito, compartilha convenções culturais do escritor e dos leitores esperados, mas não tem acesso direto ao produtor do

texto, nem dos leitores. Portanto, o analista identifica, na análise, a relação retórica que, para ele, é a mais plausível.

Nessa visão, propusemos verificar se o artigo de opinião, por ser de base argumentativa, apresenta uma organização prototípica que possibilita ou facilita persuadir o leitor com relação à temática discutida. Por ter sido priorizada a macroestrutura, foram considerados os parágrafos do texto para delimitar as porções textuais, ou unidades de análise. De acordo com esse critério, foram identificadas as relações retóricas nos textos que compuseram o *corpus* da pesquisa, além de terem sido considerados o contexto e a opção do falante para organizar o seu discurso, a fim de garantir a interação linguística.

Nossa decisão de buscar uma interface com a Linguística Textual, foi motivada pelo nosso objeto de estudo. Essa corrente teórica viabiliza trazer o texto para o centro de interesse da pesquisa, pois, por ela, podemos verificar as características dos gêneros e de textualização, enfim, as diferentes maneiras que o produtor pode eleger para organizar seu texto. Essa asserção nos conduz à observação de Koch (2014, p. 12), destacando que a Linguística Textual preconiza como objeto central "o texto enquanto processo, enquanto atividade sociocognitivo-interacional de construção de sentidos."

O artigo de opinião é um texto de base argumentativa. Assim, a fundamentação teórica que sustentou este trabalho apresentou conceitos relativos à argumentação, fundamentados em Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), para quem argumentar pressupõe "ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental."

No processo argumentativo, atribuímos destaque aos operadores, denominados conectores, marcadores discursivos e organizadores textuais. Essa asserção se processou pelos estudos de Koch (2010) e Adam (2011).

A metodologia por nós adotada se materializou pela constituição do corpus e pelos critérios que, a nosso ver, possibilitariam alcançar resultados mais confiáveis quanto à organização textual do gênero artigo de opinião, à luz da Teoria da Estrutura Retórica e da Teoria das Sequências Textuais.

Para desenvolver as análises, o *corpus* foi constituído de 12 artigos de opinião das revistas de informação semanal *Carta Capital* e *Veja*, do período de 2015 a 2016. Nossa escolha por esses dois veículos de comunicação se justifica por entender que se tratam de revistas de ampla circulação nacional, além de serem lidas por públicos

específicos, tendo em vista posicionamentos ideológicos diferentes. Entretanto, salientamos que, neste estudo, não pretendíamos pautar a ideologia de cada revista.

Quanto à *Veja*, ressaltamos que ela foi criada pelo grupo Abril, em 1968, e é a revista de maior circulação nacional, de acordo com dados[1] da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANAER). Em 2014, essa associação apontou um número acima de um milhão de leitores de *Veja*, além de informar que é um público, em sua maioria, de formação superior.

Carvalhais (2017, p. 120), menciona, quanto aos textos de *Veja*, que, "embora carregados de informação, seus textos são fortemente permeados pela opinião, constituída, principalmente por meio de adjetivos, advérbios e figuras de linguagem". Esses aspectos também permearam nosso processo de escolha da revista.

A revista *Carta Capital*, por outro lado, conta com um número em torno de trinta mil eleitores, conforme dados divulgados pela ANAER, em 2014. Fundada por Mino Carta, Bob Fernandes, Meilson Letaif e Wagner Carelli, foi lançada em São Paulo, em 1994, com circulação semanal. A origem do nome é alinhada ao órgão responsável pela revista Carta Editorial e surgiu com o intuito de tratar assuntos referentes à cultura, à política e à economia, segundo informações constantes no site https://www.cartacapital.com.br.

Benetti e Hagen (2010, p. 132), professores universitários e pesquisadores da área de Comunicação, ao citarem características sobre a *Carta Capital*, advogam que ela se apresenta como "uma revista semanal de informação com proposta editorial ancorada naquilo que se considera ser os três fundamentos básicos do bom jornalismo: fidelidade à verdade factual, espírito crítico e fiscalização do poder onde quer que ele se manifeste." Assim, entendemos que *Carta Capital* faz um contraponto a *Veja*, no que se refere ao número de leitores e ao posicionamento ideológico. Embora esses dois aspectos não sejam decisivos para os resultados da pesquisa, avaliamos serem importantes, pois situam as duas revistas em patamares diferentes, chamando a atenção para a escolha da revista.

Quanto à apresentação dos dados, definimos que, em decorrência da extensão e da confirmação deles, mostrar, na tese, a análise completa de seis dos artigos de opinião que compuseram o *corpus*. Vale salientar que, no bojo das temáticas, selecionamos

[1] Dados disponíveis no site http://anaer.org.br.

aquelas que tratam da liberdade de expressão, política, economia, preconceito racial e educação, contemplando articulistas homens e uma mulher.

Esclarecemos que os critérios por nós estabelecidos nos direcionaram à seleção do *corpus*, à demarcação do gênero, à abrangência do suporte, à definição de contemplar revistas impressas ou veiculadas por meio digital e, por fim, ao período de publicação.

Quanto aos procedimentos metodológicos, primeiramente, fizemos, de acordo com a RST, a segmentação dos textos em unidades de informação, para identificação as relações retóricas que emergem entre as porções textuais, com o propósito de elaborar os diagramas da estrutura retórica pela ferramenta *RST Tool* e pela maneira tal como eram apresentados pelos autores da teoria. Esclarecemos que a decisão de apresentar as duas formas de diagrama da estrutura retórica do artigo objetivou facilitar, para o leitor, a compreensão da análise. Por fim, foi descrita a ferramenta RST Tool, proposta por Mike O'Donnel (2000), destinada à elaboração dos diagramas que retratam a análise dos textos.

Em seguida, atentamos para os postulados de Adam (2011) referentes à Teoria das Sequências Textuais. Assim, os artigos foram segmentados de acordo com os períodos, com o propósito de identificar as sequências textuais materializadas, a predominância delas, bem como organização dos artigos em macroações que nos encaminharam para a elaboração dos planos de texto. Todo esse percurso retratou, de acordo com a Teoria das Sequências Textuais, a opção do produtor para organizar seu texto.

Foram apresentadas as considerações relativas às análises de acordo com cada teoria e, por fim, passamos a fazer um cruzamento entre os resultados obtidos com o propósito de verificar convergências entre a RST e a TST, em direção ao objetivo por nós traçado.

Dessa forma, a tese foi organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, colocamos em evidência o objeto de pesquisa – o artigo de opinião – com o propósito de conceituar o gênero, apontar o seu objetivo, as características da linguagem utilizada pelo articulista, bem como a localização dele nas revistas selecionadas.

No segundo capítulo, foi apresentada a fundamentação teórica que sustentou a pesquisa. Para tanto, foi abordada a argumentação na concepção de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), que, ao anunciarem a Nova Retórica, propõem que

argumentar pressupõe mecanismos que estimulam e seduzem o interlocutor à adesão ao seu ponto de vista. Nesse item, foram, também, destacados os operadores argumentativos, como elementos que auxiliam o processo argumentativo.

No capítulo foram, também, evidenciadas as duas teorias que subsidiaram a análise do *corpus*: o Funcionalismo Linguístico com suas origens e princípios e, especialmente, a Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory – RST*), nos postulados de Mann & Thompson (1983-1988), dentre outros, indicando sua origem e objetivo, seus princípios, e as proposições relacionais ou relações retóricas. Aliadas à RST, foram anunciadas as vias de continuidade, que, na proposta de Bernárdez (1995), são estratégias utilizadas pelo produtor que resultam em um texto dotado de coerência.

Discorremos sobre a Linguística Textual por meio de um breve histórico, no qual foram descritos sua origem, percurso e pesquisadores adeptos dessa corrente teórica. Foram demarcados os conceitos de texto, de textualidade e de gênero, nos dizeres de Bakhtin (1992), Beaugrande (1997), Costa Val (1999), Marcuschi (2002 – 2008), Koch (2014) e Koch e Elias (2016), dentre outros.

O arcabouço teórico foi finalizado com a exposição da Teoria da Sequências Textuais nos postulados de Adam (2011), que considera a forma de organização de unidades textuais em níveis crescentes de complexidade e que sua configuração possibilita ligar as proposições em macroproposições e em conjuntos de macroações, materializadas pelos períodos, pelas sequências e pelas partes que compõem um plano de texto.

O terceiro capítulo tratou da metodologia que nos possibilitou o desenvolvimento da pesquisa. Nela, informamos o corpus analisado, bem como os procedimentos de análise, delineando os critérios que direcionaram as análises e a descrição da ferramenta *RST Tool*, responsável pela elaboração dos diagramas da estrutura retórica dos textos.

O quarto capítulo abordou o desenvolvimento das análises dos artigos de opinião, à luz das duas teorias, constituintes do feixe teórica deste trabalho, com observações referentes aos dados obtidos em cada uma. Por fim, foram apresentadas considerações advindas do cruzamento das análises, de acordo com a RST e da TST, cujo resultado nos levou a traçar a organização textual do gênero artigo de opinião.

Em seguida, apresentamos as considerações finais, materializadas pela retomada de todo o trabalho e pelas observações por nós retratadas em decorrência da pesquisa.

Posteriormente, informamos as referências que embasaram e sustentaram nossa discussão no decorrer da tese. Faz parte também deste trabalho um Anexo, em que são apresentados, em sua íntegra os artigos de opinião utilizados na pesquisa.

CAPÍTULO 1: O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO SOB NOSSO OLHAR INVESTIGATIVO

A sociedade conturbada em que vivemos pode nos remeter a eventos que dizem respeito à convivência dos cidadãos, à política, à economia, à saúde e à educação, dentre outros aspectos. Diante disso, e considerando que há uma necessidade premente do ser humano de interagir com o outro, além da possibilidade e da facilidade de abordar e de expor seu ponto de vista, entendemos que a produção de um texto opinativo é uma forma eficaz de materializar a concordância ou a refutação de um assunto atual, de interesse comum entre as pessoas. É nessa perspectiva que nos ocupamos, neste capítulo, de focar nosso olhar no gênero textual artigo de opinião.

1.1 O artigo de opinião: um gênero opinativo

Nesta pesquisa, a concepção de gênero se alinha à proposta de Marcuschi (2008, p.154), que o conceitua como "textos materializados em situações comunicativas recorrentes." Nessa acepção e por veicular temáticas de interesse dos leitores, acreditamos que o artigo de opinião possa exercer um papel de destaque para a sociedade atual. É um gênero pertencente à esfera jornalística, circulando em revistas, jornais, bem como no meio digital, além de ser divulgado também em telejornais ou no ambiente do rádio. Quando se trata de jornais, os textos opinativos são encontrados logo após o editorial, contudo, a esse suporte, aqui, não é dada maior ênfase por não ser o foco de nossa pesquisa.

Nas revistas informativas semanais que compõem o *corpus* deste trabalho, o artigo é encontrado, geralmente, em seções de opiniões, ocupando, portanto, um lugar de destaque nesse veículo de comunicação. Tanto na revista impressa quanto na divulgação por meio digital, geralmente, os artigos de opinião não apresentam ilustrações e sempre tratam de assuntos atuais sobre diferentes temáticas, abordados de forma contundente, por enumeração de argumentos que concordam ou refutam uma tese apresentada.

Foram selecionados e analisados doze artigos de opinião publicados nas edições de 2015 e 2016, sendo seis artigos da revista *Carta Capital* e seis da revista *Veja*. Contudo, conforme mencionado na Introdução, optamos por apresentar, na tese, seis

análises, abordando três de cada revista. Os artigos da *Carta Capital* são: "Palavras e metralhadoras", Vladimir Safatle, 2015; "É preciso mudar", Delfim Neto, 2016 e "Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?", Djamila Ribeiro, 2016. Da revista *Veja* foram contemplados os artigos: "Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras", Maílson da Nóbrega, 2015; "O pior ensino médio do mundo?", Cláudio de Moura Castro, 2015 e "Velhos desafios", Norman Gall, 2016.

Quanto à localização dos textos nas revistas, verificamos que, na *Carta Capital* impressa, os artigos se encontram após reportagens, perpassando entre o início do exemplar e as páginas finais da revista. Por outro lado, na revista *Veja*, os textos são localizados após as páginas amarelas, destinadas às entrevistas. Consideramos que essa estratégia teria o objetivo de levar o leitor a ter contato imediato com o artigo, incentivando, dessa forma, a leitura dele.

No que se refere à forma da organização enunciativa do texto, o artigo de opinião é escrito em primeira ou terceira pessoa. Essa constatação nos remete às palavras de Emediato (2008, p. 136), ao propor que "o modo de organização enunciativo do discurso determina e revela o tipo de relação que o sujeito enunciador manterá com o seu interlocutor, com o que é dito em seu discurso e com a realidade exterior (o mundo, os fatos, as pessoas etc.)."

É recorrente o emprego da 1ª e 3ª pessoas nos textos. A marca da subjetividade do produtor se faz presente, ora com emprego de verbos na 1ª pessoa, ora na 3ª pessoa, como descrito no parágrafo do texto da revista *Carta Capital* "Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?" de Djamila Ribeiro, a seguir.

> (1) No Brasil, as mulheres negras tiveram a mesma experiência. Importante ressaltar que a miscigenação tão louvada no País também foi fruto de estupros sistemáticos cometidos contra mulheres negras. Essa tentativa de romantização da miscigenação serve para escamotear a violência. (RIBEIRO, Carta Capital, out./2016).

O texto trata da relação entre a cultura do estupro das mulheres negras e a miscigenação. No excerto, a argumentação é elaborada a partir das ocorrências frequentes de estupro de mulheres negras, no Brasil, além de ressaltar que a "tentativa de romantização da miscigenação serve para escamotear a violência." Esse argumento foi construído, utilizando verbos na 3ª pessoa, como em "tiveram", "foi", "serve",

reforçando a opinião da articulista no sentido de relacionar a cultura do estupro à miscigenação.

No mesmo artigo, o último período do texto “E nós precisamos falar sobre isso.” apresenta o verbo “precisamos” na 1ª pessoa, concretizando a marca da subjetividade da autora, além de, em uma relação pragmática, convocar o leitor a discutir sistematicamente a cultura do estupro de mulheres e sua relação com a miscigenação.

Essa constatação, nos remete aos dizeres de Emediato (2008), ao anunciar que a construção de uma argumentação que, embora tenha aspecto objetivo por ser relatada em 3ª pessoa, se torna subjetiva em uma análise que leva em conta a subjetividade constituída pela emissão de uma opinião ou de qualificações subjetivas. Em se tratando dos artigos de opinião, é recorrente o emprego de verbos na 3ª pessoa para organizar o processo argumentativo, como demonstrado na passagem do texto ou nos outros artigos analisados.

Outro aspecto por nós destacado nos artigos de opinião se refere à linguagem objetiva, clara, seguindo as normas gramaticais, porém, é possível identificar o emprego de expressões coloquiais e oralidades. Como exemplo, destacamos os parágrafos de dois textos analisados.

> (2) O Brasil precisa sair do parasitismo fiscal para estabelecer limites e definir rumos. Vivemos um perigo. Os barões da República preservam suas posições, mas não ajudam muito. Para fortalecer a democracia, precisamos de novas lideranças e novas abordagens. (GALL, Veja, dez./2016).

> (3) Primeiro, o uso da Petrobras para financiar campanhas eleitorais, mediante criminosa e sofisticada rede de captação de fundos via superfaturamento de bens e serviços à empresa. De lambuja, os operadores fizeram fortuna pessoal. O escândalo de corrupção está ligado às indicações políticas para cargos de direção. (NÓBREGA, Veja, mai./2015).

No exemplo (2), último parágrafo de “Velhos desafios”, de Norman Gall, apresenta verbos no presente do indicativo, tais como: “precisa”, “vivemos”, “preservam”, “ajudam”, “precisamos”. O emprego da 1ª e 3ª pessoas verbais também são constatadas em “vivemos”, “precisamos”, “precisa”, “preservam”, “ajudam”. No exemplo (3), destacamos o uso da linguagem coloquial na expressão “De lambuja”.

Outra característica relevante do artigo de opinião diz respeito à necessidade de o articulista emitir sua opinião a respeito de um assunto abordado, logo, o autor assume o compromisso de expor seu ponto de vista e de sustentá-lo por meio de argumentos construídos por informações admissíveis.

A título de exemplificação, transcrevemos um excerto do artigo "O pior ensino médio do mundo" de Cláudio de Moura Castro:

> (4) Do ponto de vista de suas regras e formato legal, não consegui encontrar um só país com ensino médio pior que o nosso.
> O modelo brasileiro gera péssimos números. Enquanto o Chile universaliza esse nível, no Brasil, menos da metade da coorte consegue completa-lo. Dos que iniciam o curso, só 40% o terminam. Para culminar, em vez de caminhar para a universalização, nosso médio encolhe! Vejam por quê.
> 1. O mais odioso equívoco é impor o mesmo currículo a todos. Os futuros Machados de Assis têm a mesma carga de matemática oferecida aos que serão engenheiros da Embraer. E esses, para entrar em boa faculdade, precisam brilhar em literatura. Nenhum país do mundo civilizado deixa de reconhecer as diferenças individuais e oferecer cursos, currículos e escolhas de acordo com as preferências e talentos de cada um.
> 2. O excesso de disciplinas é assustador. São 14 as obrigatórias. Na prática, os alunos podem ser obrigados a cursar dez, simultaneamente, uma aberração.
> 3. Transbordam os conteúdos das ementas, desde o início da escolarização. Com razão, os alunos reclamam da chatice crônica e da falta de proximidade entre o que é ensinado e o universo deles. (CASTRO, Veja, dez./2016).

No exemplo (4), são descritos o atual formato e a organização do ensino médio no Brasil, motivos da geração dos péssimos resultados. Os argumentos do autor para sustentar essa tese se embasam nas causas do fracasso, como a imposição do mesmo currículo a todos os alunos, o excesso de disciplina e dos conteúdos das ementas das disciplinas, dentre outros. Esses argumentos fazem com que o leitor seja envolvido pelo conteúdo do texto, ao mesmo tempo, convencendo-o de que as regras e a forma de organização do ensino médio são péssimas, além de, pragmaticamente, sugerir a necessidade de mudanças.

No que se refere ao processo comunicativo, nos dizeres de Cunha (2012, p. 75), a situação de interação que se materializa por meio do artigo de opinião engaja dois agentes, autor e leitor, os quais, no entanto, assumem posições ou status sociais

diferentes e assimétricos. Nessa interação, o autor assume o status de autoridade em um dado assunto, de figura de prestígio no espaço social, cujo saber é endossado e validado pela instituição (política, jornalística, industrial, acadêmica) que representa.

Nesse sentido, é pertinente salientar que os articulistas fazem parte de grupos como economistas, políticos, jornalistas, professores universitários, administradores, escritores, filósofos, feministas e sociólogos. Ressaltamos, ainda, que, geralmente, eles são especialistas em uma determinada área, além de gozarem de reconhecimento público, o que imprime mais credibilidade à sua fala ao discorrer sobre a temática selecionada.

Os autores procuram se ater a temas atuais, de interesse público e que causam discordância entre outros grupos, além de se referirem ao segmento social a que pertencem. Como exemplo dessa nossa hipótese, destacamos Djamila Ribeiro, autora de "Cultura do estupro, o que a miscigenação tem a ver com isso?", um dos artigos que formam o nosso *corpus*. Conforme informações advindas de seu currículo Lattes, consultado em 28 de agosto de 2017, Djamila Ribeiro possui graduação em Filosofia e, atualmente, é mestranda em Filosofia Política na Universidade Federal de São Paulo. Com ênfase em teoria feminista, a articulista atua principalmente nos seguintes temas: relações raciais, de gênero e feminismo.

Pontuamos, ainda, que os autores assumem uma posição contra ou a favor dos fatos e, com fundamentos, comprovados por informações e dados, produzem os textos, conforme constatado no texto em evidência.

Os autores dos textos selecionados para análise fazem parte de diferentes grupos. Situamos, dessa forma, os economistas Maílson da Nóbrega, Delfim Neto e Cláudio de Moura Castro; o jornalista Norman Gall, a filósofa e feminista Djamila Ribeiro e o filósofo Vladimir Safatle. Esses articulistas abordaram assuntos que se referem a seus segmentos sociais e que dizem respeito à privatização de empresa estatal, à educação, ao preconceito racial, à economia, à política e ao preconceito religioso. Vale ressaltar que o artigo de opinião sempre traz a assinatura do autor, uma vez que o conteúdo do texto é de sua responsabilidade.

Embora o artigo de opinião se ocupe também da divulgação de fatos ou acontecimentos, ele se caracteriza como sendo mais do que informativo, pois a proposta do articulista vai além da divulgação, conforme já mostrado por nós; é publicado em seção específica e destacado do conteúdo noticioso. O articulista goza de liberdade de

expressão em relação ao tema e à exposição de juízo de valor. Enfim, nos dizeres de Costa Val (2007, p. 38) o gênero artigo de opinião "procura convencer, influenciar, através de argumentação a favor de uma determinada posição assumida, mas também apresentando e refutando posições divergentes."

Nessa perspectiva, serão considerados dados empíricos advindos de artigos de opinião analisados, durante o desenvolvimento da pesquisa.

1.2 O artigo de opinião: um gênero da ordem do argumentar

O artigo de opinião é um gênero em que o articulista se propõe emitir sua opinião, mediante dados e fatos, discutindo assuntos ou problemas sociais controversos com o objetivo de se chegar a um posicionamento, mediante a sustentação de um ponto de vista, negociação ou tomada de posições; aceitação ou negação de argumentos apresentados.

Nessa perspectiva, entendemos que a argumentação pode ser elaborada de várias maneiras, incluindo abordagens científicas, dados estatísticos, discursos de autoridade, experiências pessoais, profissionais, dentre outras. Assim, os argumentos são construídos com vista a interagir com o leitor.

Uma das maneiras para se verificar o processo argumentativo em um artigo de opinião são as marcas textuais. Dentre os autores que adotam essa estratégia, selecionamos a proposta de Koch e Elias (2016). Para essas pesquisadoras, essas marcas, denominadas articuladores textuais, operadores de discurso ou marcadores discursivos são elementos que exercem um importante papel no estabelecimento da coesão e da coerência. Ressaltamos que, nesta pesquisa, optamos por utilizar a expressão *marcadores discursivos* por entendermos que essa é a forma mais adequada à nossa análise. Esses marcadores discursivos atuam em três níveis: no nível da organização global do texto, no intermediário e no nível microestrutural. Considerando que nossa análise é direcionada à macroestrutura do texto, optamos por priorizar os dois primeiros.

Na perspectiva da proposta de Koch e Elias (2016), analisamos os marcadores discursivos na construção do processo argumentativo no artigo de opinião "Movimento de Risco de Ricardo Boechat[2].

(5) Movimento de risco

Ricardo Boechat

Criticar **a** *Lava Jato* é ato de risco. Concentradas nas redes sociais, as reações costumam carregar adjetivos abaixo da linha da cintura e questionar moralmente as "intenções" do autor. A virulência é explicável. Vista como a mais sólida possibilidade de ferir as quadrilhas que sangram o Estado e exibindo invejáveis avanços, a operação foi coletivamente abraçada como um bem a ser protegido a qualquer custo.

Ainda assim, apontar falhas cometidas pelos protagonistas dessa luta – não fosse dever de ofício para muitos – é a melhor contribuição que se pode dar. Nesse sentido, é preciso classificar a entrevista convocada pela Força Tarefa como um capítulo de utilidade tão discutível quanto a condução coercitiva de Lula para depor em março. De concreto, a ação nada somou às investigações e turbinou o discurso de vítima que o ex-presidente explora como ninguém.

Excluídos os dois crimes denunciados, de corrupção e lavagem de dinheiro, aos quais a coletiva dedicou pouco tempo, o aparato e a solenidade do ato deixaram em muitos entusiastas da Lava Jato, como este colunista, a desconfortável sensação de tiro no pé. Pode-se acreditar que Deltan Dallagnol acertou na mosca 100% de suas acusações. Afinal, as convicções por ele enumeradas, apoiadas em incontáveis indícios e delações, não apenas formaram enredo coerente, como remeteram a um ambiente, o da política brasileira, onde fatos como aqueles fazem parte do cotidiano.

Entretanto, crença é insumo para religiões, não para sentenças. Mesmo os que desejam na cadeia aqueles que pilharam o País, sabem que a falta de provas dificulta condenações, ainda que se torça por elas. O rigor com que Sérgio Moro vem atuando precisará contaminar instâncias superiores, algo possível, mas, não, matemático.

Claro que evidências e clamor público pesam na atuação dos juízes, mas não as determinam.

Muitos outros processos e investigações em curso no STF e STJ, na Procuradoria Geral da República e na Justiça Federal, além de inúmeros delatores, suspeitos, réus e testemunhas, somados a outras fontes e colaborações,

[2] Esclarecemos que alguns exemplos foram retirados do *corpus* desta pesquisa e que outros, como o texto "Movimento de Risco", de Ricardo Boechat, tiveram diferentes origens, de acordo com a nossa necessidade e a pertinência deles. Contudo, todos os exemplos são identificados na fonte.

> compõem acervo robusto para que a Lava Jato, como querem os brasileiros, chegue aos seus objetivos, mesmo enfrentando inimigos poderosos.
>
> Disponível em: <http://istoe.com.br>. Acesso em: 3 de abr. 2017.

Na análise, foram destacados os marcadores discursivos em negrito em cada um dos 6 parágrafos que compõem o texto.

Iniciamos pelos parágrafos 1 e 2:

> Criticar **a** *Lava Jato* é ato de risco. Concentradas nas redes sociais, as reações costumam carregar adjetivos abaixo da linha da cintura e questionar moralmente as "intenções" do autor. A virulência é explicável. Vista como a mais sólida possibilidade de ferir as quadrilhas que sangram o Estado e exibindo invejáveis avanços, a operação foi coletivamente abraçada como um bem a ser protegido a qualquer custo.
>
> *Ainda assim*, apontar falhas cometidas pelos protagonistas dessa luta – não fosse dever de ofício para muitos – é a melhor contribuição que se pode dar. Nesse sentido, é preciso classificar a entrevista convocada pela Força Tarefa como um capítulo de utilidade tão discutível quanto a condução coercitiva de Lula para depor em março. De concreto, a ação nada somou às investigações e turbinou o discurso de vítima que o ex-presidente explora como ninguém.

O primeiro parágrafo trata da tese apontada pelo articulista e definida como "Críticas à operação Lava Jato", tornando-se mote para a elaboração do texto. O segundo é demarcado pelo marcador discursivo *ainda assim***,** indicando uma relação argumentativo-discursiva de *contrajunção*, fazendo um contraste, ou seja, uma antítese da ideia colocada no segmento um de críticas à Lava Jato. Essa contraposição é demonstrada pelo fato de o texto relatar que apontar falhas da Lava Jato é uma atitude positiva, fazendo uma comparação entre a entrevista convocada pela Força Tarefa e a condução coercitiva de Lula.

A argumentação vai se processando, conforme demonstrado no terceiro parágrafo, a seguir:

> *Excluídos os dois crimes denunciados*, de corrupção e lavagem de dinheiro, aos quais a coletiva dedicou pouco tempo, o aparato e a solenidade do ato deixaram em muitos entusiastas da Lava Jato, como este colunista, a desconfortável sensação de tiro no pé. Pode-se acreditar que

> Deltan Dallagnol acertou na mosca 100% de suas acusações. Afinal, as convicções por ele enumeradas, apoiadas em incontáveis indícios e delações, não apenas formaram enredo coerente, como remeteram a um ambiente, o da política brasileira, onde fatos como aqueles fazem parte do cotidiano.

A expressão *Excluídos os dois crimes denunciados***,** no início do parágrafo, se torna um articulador textual com a função de estabelecer uma função lógico-semântica, pois essa expressão tem um valor de condicionalidade quanto à atitude de Deltan Dallagnol, em relação ao conteúdo discutido na coletiva. Em outras palavras, o valor positivo da coletiva se concretiza apenas na denúncia dos dois crimes.

Retomando a construção do processo argumentativo, passamos à discussão dos parágrafos 4 e 5.

> *Entretanto*, crença é insumo para religiões, não para sentenças. Mesmo os que desejam na cadeia aqueles que pilharam o País, sabem que a falta de provas dificulta condenações, ainda que se torça por elas. O rigor com que Sérgio Moro vem atuando precisará contaminar instâncias superiores, algo possível, mas, não, matemático.

O quarto parágrafo é iniciado pelo marcador discursivo *entretanto* com valor de *contrajunção*, pois esse marcador assume, conforme propõem Koch e Elias (2016, p. 134), a função de encabeçar um enunciado de orientação argumentativa diferente do anterior, prevalecendo o fato de que "crença é insumo para religiões e não para sentenças".

Passamos à análise do quinto parágrafo:

> *Claro que* evidências e clamor público pesam na atuação dos juízes, mas não as determinam.

Este parágrafo dá sequência à argumentação, que é reforçada pela expressão *Claro que*, um articulador com a função de *modalizador*. Nesta ocorrência, o modalizador sinaliza um grau de certeza com relação ao parágrafo anterior, ao afirmar que "(...) evidências e clamor público pesam na atuação dos juízes, mas não as determinam".

O sexto e último parágrafo do texto é aqui transcrito:

> *Muitos outros processos e investigações* em curso no STF e STJ, na Procuradoria Geral da República e na Justiça Federal, além de inúmeros delatores, suspeitos, réus e testemunhas, somados a outras fontes e colaborações, compõem acervo robusto para que a Lava Jato, como querem os brasileiros, chegue aos seus objetivos, mesmo enfrentando inimigos poderosos.

Neste parágrafo o articulista conclui a argumentação, mediante citação de fatos sobre a continuidade das investigações, o que pode atribuir mais credibilidade à operação Lava Jato.

Para concluir, retomamos os postulados de Koch e Elias (2016) concernentes aos articuladores discursivo-argumentativos como elementos importantes para a continuidade e progressão do texto. Nessa perspectiva, avaliamos que a análise nos possibilitou verificar que os marcadores discursivos contribuíram para a construção do processo argumentativo, garantindo a articulação entre os parágrafos, e, ao mesmo tempo, contribuíram para a garantia da unidade semântica do texto “Movimento de risco” de Ricardo Boechat.

CAPÍTULO 2: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste capítulo, apresentamos conceitos e características referentes às temáticas e às teorias que balizaram esta pesquisa, tais como: a argumentação e o processo argumentativo; o Funcionalismo Linguístico e a Teoria da Estrutura Retórica (RST); e a Linguística Textual.

2.1 Argumentação: caracterização

Argumentar pressupõe confronto de pontos de vista, controvérsia, debate, discussão. Partindo dessa premissa e considerando que o nosso objeto de pesquisa, o artigo de opinião, é um texto de base argumentativa, objetivamos, nesta seção, tecer considerações sobre a argumentação.

O limiar das teorias ligadas à argumentação tem a sua origem nos escritos da Grécia antiga, mais especificamente na obra de Aristóteles, fundador e precursor da Retórica. Para esse pensador a retórica não é simplesmente uma arte de persuadir, mas, antes, uma faculdade de descobrir aquilo que, especulativamente, caso a caso, pode estar a serviço da persuasão.

Nos dizeres de Perelman & Olbrechs-Tyteca (2005, p. 18), argumentar implica "ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental". Nessa perspectiva, o autor de um texto argumentativo busca, mediante argumentos constituídos por fatos reais ou plausíveis, expor seu raciocínio sobre um evento de relevância. Para exemplificar, expomos parte de um dos parágrafos do texto do *corpus*: "Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras", de Maílson da Nóbrega.

> (6) Quem diria, um partido de linhagem estadista e, assim, avesso à privatização, o PT, comandou ações desastrosas na nossa mais admirada estatal, a Petrobras. É enorme o dano à empresa – na imagem, no respeito, no valor do mercado, na saúde financeira, no mercado de capitais e na capacidade de investir. (NÓBREGA, Veja, mai./2015).

Este parágrafo inicia o texto e põe em relevo ações de privatização da Petrobras. O autor aborda o assunto caracterizando as ações de forma contundente, utilizando o adjetivo "desastrosas" e a expressão "... na nossa mais admirada estatal, a Petrobras". Essa expressão se torna marcante pelo emprego do advérbio "mais" e o do adjetivo

“admirado”. Ele continua a argumentação posicionando-se sobre danos causados à empresa, empregando o adjetivo “enorme” e para impressionar ainda mais o leitor, são enumerados os grandes danos, como: “(...) na imagem, no respeito, no valor do mercado, na saúde financeira, no mercado de capitais e na capacidade de investir.”

Nos dizeres de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 20), “para que uma argumentação se desenvolva, é preciso, de fato, que aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção”. Assim, propomos tecer considerações a respeito da noção de orador e auditório.

Para esses autores, orador é aquele que apresenta um discurso oral ou escrito. Dessa forma, o orador deve cuidar de formas e estratégias que visam persuadir o auditório que ele visualiza, embora não haja recursos que garantam totalmente a adesão de um determinado público. Entretanto, há uma importante pressuposição o auditório. Quanto ao artigo de opinião por nós selecionado - Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras - o articulista pode visualizar o auditório, visto que a revista *Veja* conta com um público caracterizado por estudantes, intelectuais ou pessoas da classe média, em geral. Assim, as temáticas e as estratégias argumentativas podem ser selecionadas de forma bastante consciente, portanto, bem definida.

Considerando, ainda, as palavras de Perelman & Olbrechs-Tyteca (2005, p. 21), o contato do orador e de seu auditório não se restringe somente às condições prévias da argumentação, sendo “essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar.”

É importante que o orador procure definir seu auditório para construir o seu discurso de forma a persuadir o leitor. Nesse sentido, Perelman & Olbrechs-Tyteca (2005, p. 22), conceituam auditório como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação.” Esses autores sinalizam que a argumentação pressupõe a existência de uma finalidade, a adesão a uma tese ou o crescimento de intensidade da adesão, que, por sua vez, busca criar uma disposição à ação e, se for o caso, desencadear uma ação imediata.

Considerando que argumentar implica em convencer ou tentar convencer por meio da exposição de razões asseguradas por evidências ou provas, à luz de um raciocínio coerente e consistente, o produtor de um texto argumentativo deve estar atento a uma organização textual que possibilite a ele atingir seu fim comunicativo.

Ao se tratar do texto argumentativo, no caso o artigo de opinião, mais uma vez, buscamos as palavras de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 30) propõem que os termos *persuadir* e *convencer* podem assumir características específicas, "em função de uma teoria de argumentação e do papel desempenhado por certos auditórios". Dessa forma, para os autores, se o objetivo primordial é o resultado, persuadir é mais do que convencer, visto que a "convicção não passa da primeira fase que leva à ação". Por outro lado, se a preocupação do orador está centrada "no caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir".

Koch (2008) também tece uma discussão sobre a diferença entre os termos persuadir e convencer. Na oportunidade, a autora defende que a persuasão procura atingir o interlocutor através dos sentimentos, da vontade, por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis, estando, portanto, vinculada à emoção; já o ato de convencer está estritamente ligado à razão, através de um raciocínio lógico.

Neste trabalho, que tem como foco um texto opinativo, avaliamos que a dicotomia entre argumentações proposta por Aristóteles, englobando uma dimensão mais subjetiva da argumentação, é um ponto relevante para o estudo do *corpus*, visto que viabiliza a análise dos argumentos enumerados pelo autor, no sentido de persuadir, ou não, o leitor, na defesa da tese por ele levantada.

Para desenvolver a pesquisa, buscamos dados empíricos advindos dos artigos selecionados para análise, que nos possibilitaram verificar a concepção de argumentação, a partir do aporte teórico por nós assumido.

A título de exemplificação, demonstramos a análise de três parágrafos de A3, "Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso", de Djamila Ribeiro, que tratam do preconceito contra a mulher negra no Brasil.

> *(6)* (...)No Brasil, as mulheres negras tiveram a mesma experiência. Importante ressaltar que a miscigenação tão louvada no País também foi fruto de estupros sistemáticos cometidos contra mulheres negras. Essa tentativa de *romantização da miscigenação serve para escamotear a violência.*
>
> Mulheres negras escravizadas foram violadas sistematicamente no período colonial. E, atualmente, ainda é esse o grupo o mais violentado, também em caso de violência doméstica. Segundo dados da Unicef na pesquisa Violência Sexual, o perfil das mulheres e

> meninas exploradas sexualmente aponta para a exclusão social desse grupo.
>
> A maioria é de afrodescendentes, vem de classes populares, tem baixa escolaridade, habita em espaços urbanos periféricos ou em municípios de baixo desenvolvimento socioeconômico. Muitas dessas adolescentes já sofreram inclusive algum tipo de violência (intrafamiliar ou extrafamiliar). (RIBEIRO, Carta Capital, out./2016).

O primeiro parágrafo expõe o fato de as mulheres negras também terem sido violentadas e que é importante ressaltar a miscigenação, tão divulgada em nosso país, ser entendida como fruto dessa violência e, ao mesmo tempo, ser utilizada para encobrir tal feito, conforme mostrado no parágrafo seguinte. Ele apresenta mais um argumento que reforça a violência contra as mulheres e adolescentes registrada no período colonial, permanecendo até os dias atuais. Para sustentar essa hipótese, são citados dados da Unicef, comprovando a violência contra esse grupo.

No último parágrafo aqui transcrito, o argumento é assegurado pela alusão às características do grupo de mulheres que vivem a cultura da violência: a maioria é de afrodescendentes, pobres, de baixa escolaridade e vivem em espaços urbanos periféricos ou em municípios de baixo desenvolvimento econômico. Muitas das adolescentes já sofrem violência familiar ou extrafamiliar.

Conforme constatado, o texto questiona a violência contra as mulheres e evidencia esse fato com a exposição de provas da ocorrência dessa violência.

É nessa ótica que concebemos o sentido de argumentar e que foram analisados os textos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

2.1.1 Operadores argumentativos

Para detalhar e delimitar de forma mais sistemática o processo argumentativo nos textos, colocamos em relevo os operadores argumentativos que serão abordados a seguir. Contudo, vale ressaltar que nossa análise não está vinculada exclusivamente à presença desses operadores na materialidade do texto.

Em um dado momento de interação, os interlocutores sempre têm um objetivo claro e definido, ainda que seja aquele de garantir a comunicação. Ao se comunicar, os sujeitos buscam externar seus pensamentos, além de tentar fazer valer suas opiniões ou

pontos de vista diante de um fato, verificar efeitos que podem ser causados ou até mesmo mudanças de comportamento das pessoas. A esse respeito, Koch (2010, p. 29), menciona que "pretendemos ativar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não verbais)". Diante disso, pode-se afirmar que, ao se usar a linguagem, estabelece-se um ato argumentativo, ou seja, ao se comunicar, o sujeito direciona a sua linguagem para se obter conclusões até mesmo previstas ou previsíveis.

Ainda nos dizeres de Koch (2010, p. 30), os falantes têm, na Gramática da língua, mecanismos que possibilitam "indicar a orientação argumentativa dos enunciados[3]". Esses mecanismos são denominados operadores argumentativos, que demarcam a força argumentativa dos enunciados, trazendo para eles, conteúdos semânticos além dos que já estão definidos na enunciação.

Tendo em vista a presença de operadores argumentativos em porções textuais e em sequências nos textos que constituem o *corpus* desta pesquisa, apresentamos um quadro teórico desses operadores, à luz de Koch (2010).

Quadro 1: Operadores argumentativos

Operadores argumentativos	**Função**
até, mesmo, até mesmo, inclusive	Apresentam o argumento mais forte de uma escala apontando para uma determinada conclusão que, por convenção é denominada R.
ao menos, pelo menos, no mínimo.	Introduzem um argumento, deixando subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes.
e, também, ainda, nem, (= e não), não só... mas também, tanto... como, além de..., além disso..., a par de ...	Somam argumentos a favor de uma mesma conclusão, ou seja, fazem parte de uma mesma classe argumentativa.
portanto, logo, por conseguinte, pois, em decorrência, consequentemente, etc.	Introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores.

[3] Enunciação e enunciado: O termo enunciação refere-se à atividade social e interacional por meio da qual a língua é colocada em funcionamento por um enunciador (aquele que fala ou escreve), tendo em vista um enunciatário (aquele para quem se fala ou se escreve). O produto da enunciação é chamado enunciado. (ASSIS, J.A. Enunciação e enunciado. Disponível em: http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/. Acesso em 29 nov. 2017.)

ou, ou então, quer... quer, seja... seja, etc.	Introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas.
mais que, menos que, tão... como, etc.	Estabelecem relações de comparação entre elementos, com vista a uma dada conclusão.
porque, que, já que, pois, ect.	Introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior.
mas (porém, contudo, todavia, entretanto, ect.), *embora* (ainda que, posto que, apesar de (que), ect.)	Contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias.
já, ainda, agora, ect.	Têm a função de introduzir no enunciado conteúdos pressupostos.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Koch (2010, p. 30 -38).

No que concerne à organização textual, Koch (2014, p. 86) defende que as marcas linguísticas responsáveis pelo encadeamento de segmentos textuais que constituem um texto, independentemente de sua extensão, sejam períodos, parágrafos, subtópicos, sequências textuais ou partes inteiras de texto, são denominadas *articuladores textuais*, *operadores de discurso* ou *marcadores discursivos*. Nessa perspectiva, propomos um quadro teórico sobre os marcadores discursivos, a partir da proposta de Koch (2014), com a nossa adaptação.

Quadro 2: Marcadores discursivos

Marcadores discursivos			
Classes	**Características**	**Classificação**	**Exemplos**
Articuladores de conteúdo proposicional	Sinalizam relações espaciais ou temporais entre os estados de coisas a que o enunciado faz referência ou estabelecem entre eles relações de caráter lógico-semântica.	Marcadores de relações espaciotemporais.	A primeira vez, depois ...
		Indicadores de relações lógico-semânticas.	Por causa de, para, porque ...
Articuladores discursivo-funcionais	Introduzem relações discursivo-argumentativas.	Articulam dois atos de fala, sendo responsáveis pela orientação	Ou, mas, ainda que, aliás, afinal, ou seja ...

		argumentativa dos enunciados que introduzem.	
Organizadores textuais	Estruturam a linearidade do texto.	Marcam a integração linear do texto.	Primeiro(mente), depois/em seguida/enfim, por um lado/por outro lado/às vezes/outras vezes/em primeiro lugar/em segundo lugar/por último...
Articuladores metadiscursivos	Introduzem comentários sobre a forma ou o modo de formulação dos enunciados ou sobre a própria enunciação.	Articulam metadiscursivamente o enunciado. Classificam-se como: 6.1 Modalizadores	É impossível, evidentemente, é certo, obviamente, é preciso, curiosamente, inexplicavelmente, lamentavelmente, honestamente ...
		6.2 Articuladores metaformulativos	Mais precisamente, sobretudo, em síntese, em suma, resumindo, para terminar...
		6.3 articuladores metadiscursivos	Digamos assim, por assim dizer, como se diz...

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Koch (2016, p. 85 - 142).

Nesta pesquisa, optamos por denominar esses mecanismos discursivos de *marcadores discursivos*. Dentre eles, encontram-se os conectivos que, tanto na análise à luz da Teoria da Estrutura Retórica quanto na Teoria da Sequências Textuais, são considerados como pistas que auxiliam na identificação das relações retóricas estabelecidas entre as porções maiores (macroestrutura) ou na caracterização das sequências textuais. Contudo, ressaltamos que nossa análise não é centrada nos

conectivos, uma vez que o aporte teórico que sustenta nossa pesquisa não pressupõe a necessidade da presença de marcas linguísticas para que sejam identificadas as relações retóricas que emergem entre as porções textuais.

2.2 O Funcionalismo Linguístico: origem e princípios

O Funcionalismo Linguístico é uma teoria que busca discutir a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diversos contextos em que elas são usadas, com vistas na interação entre os falantes. Dessa forma, o funcionalismo prioriza dados reais da fala ou da escrita, o que nos encoraja a afirmar que a teoria funcionalista se edifica por duas características básicas: primeiro, por defender que a língua desempenha funções que vão além do sistema linguístico, demarcado pelas estruturas da língua; segundo, porque as funções externas, como o propósito comunicativo dos falantes, interferem na organização externa do sistema linguístico.

O Funcionalismo Linguístico surgiu e se desenvolvendo mediante duas correntes distintas: o funcionalismo europeu e o funcionalismo norte-americano.

Conforme postula Cunha (2008, p. 159), o Funcionalismo Linguístico surgiu em 1926, quando foram desenvolvidos os primeiros estudos funcionalistas, difundidos pelos membros da Escola de Praga, originária do Círculo Linguístico de Praga, instituído por Vilém Mathesius, linguista tcheco. Essa corrente linguística foi denominada *Funcionalismo europeu*, da qual faz parte um grupo significativo de pesquisadores, como os russos Mathesius, Nikolaj Trubetzkoy e Roman Jakobson.

Na década de 1970, a essa corrente funcionalista foram acrescentados, dentre outros, os estudos do britânico Michael K. Halliday. Para ele, a linguagem é organizada em torno de um propósito comunicativo e, conforme Halliday e Matthiessen (2004, p. 29), toda e qualquer experiência humana pode ser transformada em significado, isto é, a linguagem fornece uma teoria da experiência humana.

Outro aspecto significativo dos estudos de Halliday (1985, p. 13) aponta para identificar a linguagem como “funcional no sentido de que ela é projetada para explicar como o idioma é usado” pelos falantes, além de propor uma teoria funcionalista denominada sistêmico-funcional, na qual a língua é vista como um sistema para produzir significados.

Nesse caminho, Halliday e Matthiessen (2004) põem em relevo pontos que sustentam discussões inerentes à perspectiva funcionalista da gramática, que são: o uso (em relação ao sistema); o significado (em relação à forma) e o social (em relação ao indivíduo). Nessa perspectiva, esses estudiosos evidenciam que:

> […] a análise sistêmica revela que a funcionalidade está intrínseca na linguagem: ou seja, toda arquitetura da linguagem está organizada em linhas funcionais. A linguagem se configura a partir das funções que desempenha e tem evoluído na espécie humana. (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 31)[4].

Ainda se referindo à teoria funcionalista sistêmica proposta por Halliday (1985), tomamos os dizeres de Santos (2014, p. 166) ao enfatizar que "a escolha feita pelo falante interessa de perto ao linguista sistêmico, visto que suas escolhas nos sistemas da língua não são aleatórias, mas sim carregadas de valores sociais."

Desta mesma época, também merecem destaque o linguista holandês Simon Dik e seus seguidores. Para Dik, a linguística funcionalista está centrada no êxito do falante ao utilizar as expressões linguísticas em um dado momento de interação. Dessa forma, Dik (1989, p. 3), sinaliza que a língua não deve ser entendida como um conjunto de palavras "governado" por um conjunto de regras pré-estabelecido, porém, como "um instrumento de interação social entre os humanos, utilizado com a intenção de estabelecer relações comunicativas." Contudo, esclarecemos que, por não termos priorizado o funcionalismo europeu, não é desenvolvida aqui uma discussão mais profícua desse modelo funcionalista.

Também na década de1960, linguistas americanos, defensores de concepções similares, ou seja, de entenderem a língua em situações reais de comunicação, provocaram o surgimento do *funcionalismo norte-americano*. Essa corrente funcionalista originou-se, dentre outros, dos estudos de Franz Boas, Edward Sapir, Bejnamin Lee Whorf, Dwight Bolinger, cujas pesquisas se direcionam para o estudo da língua, priorizando sua função comunicativa.

Nas décadas de 1980 e 1990, merecem destaque os pesquisadores Paul Hopper, Tamy Givón, e Sandra Thompson. Paul Hopper (1998) defende que, em relação à

[4] Tradução nossa: Original inglês: [...] the systemic analysis shows that functionality is intrinsic to language: that is to say, the entire architecture of language is arranged along functional lines. Language is as it is because of the functions in which it has evolved in the human species. (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 31)

sintaxe, não há uma gramática pré-estabelecida, mas uma "gramática emergente", moldada pelo discurso.

Nessa mesma direção, Givón (1985) também se apresenta contrário à autonomia da língua, propondo que a gramática não deve ser concebida de forma isolada, desconsiderando parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social, aquisição e evolução, além de mudanças e variações pelas quais a língua passa na medida que é utilizada pelos falantes.

Nessa perspectiva, Givón (1985, p. 9) admite que o Funcionalismo Linguístico pode ser distinguido por princípios basilares, tais como: a) a linguagem é uma atividade sociocultural; b) a estrutura serve a uma função cognitiva ou comunicativa; c) a estrutura é não arbitrária, motivada, icônica; d) a mudança e a variação estão sempre presentes; e) o significado é dependente de contexto e não atômico; f) as categorias não são discretas (no sentido de serem estanques); g) a estrutura é maleável, não rígida; h) as gramáticas são emergentes e as regras da gramática permitem desvios.

Os estudos funcionalistas de Sandra Thompson também demarcam o funcionalismo, uma vez que ela mantém o foco na prioridade da língua em uso, ao abordar, em pesquisas iniciais dessa corrente linguística, aspectos gramaticais em sua obra em parceria com Hopper, em 1980, *Transitivity in gramar and discourse*, na qual os autores apresentam uma discussão nova sobre o conceito de transitividade.

Sandra Thompson e outros linguistas, como Bill Mann, da costa-oeste norte americana, mantiveram e fortaleceram os estudos funcionalistas e, com o olhar voltado para a proposta do britânico Halliday, formaram um grupo consistente de pesquisadores funcionalistas. Das pesquisas desenvolvidas, ou seja, as que privilegiam a língua em situação real de comunicação, surgiu a Teoria da Estrutura Retórica (RST), um dos suportes teóricos desta tese.

Além dos linguistas europeus e norte-americanos aqui mencionados, gostaríamos de evidenciar a fala de pesquisadores brasileiros que têm contribuído sobremaneira com trabalhos de cunho funcionalista em nosso país.

Dentre eles, citamos a professora Maria Helena Moura Neves. Ao discutir a caracterização de uma gramática funcional, Neves (2004, p.17), anuncia que "a gramática funcional tem sempre em consideração o uso das expressões linguísticas na interação verbal". Dessa forma, Neves se aproxima de Hopper (1980), no sentido de

defender que a gramática está vinculada ao uso que os falantes fazem da língua para se comunicarem.

Nessa direção, os estudos funcionalistas de Decat (1993) apontam que uma visão funcional-discursiva da língua leva em conta fatores relevantes, como o fato de uma unidade de informação ser considerada como unidade maior que a sentença; o intuito pelo qual o falante fez a escolha de determinadas estruturas gramaticais e em qual contexto essas estruturas foram usadas.

2.2.1 Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory* – RST): uma teoria funcionalista

A Teoria da Estrutura Retórica (RST) é uma teoria funcionalista, fruto de estudos desenvolvidos por linguistas da costa-oeste norte-americana, como Mann & Thompson (1983) e Mann (1984). A RST surgiu na década de 80, a partir do interesse de pesquisadores de criar uma teoria que ocupasse da organização automática de texto, especificamente para a geração de textos, área de pesquisa estabelecida pela linguística computacional. Até aquele momento, havia apenas alguns programas de pesquisa de computador que possibilitavam gerar textos, contudo, a linguística computacional constatava problemas inerentes a esta prática.

Mann (1984, p. 36) chama a atenção para o aspecto do planejamento da escrita, avaliando-o como uma atividade importante para a geração de texto, razão pela qual os pesquisadores tomaram como foco o texto escrito para a criação da RST.

Para ser útil à linguística computacional, a teoria deveria possibilitar a criação de geradores de texto, bem como a identificar a organização dele. Para tanto, tornou-se imprescindível, conforme Mann (1984, p. 367), que ela tivesse os seguintes atributos:

1. abrangência: ser aplicável a todos os tipos de texto;
2. funcionalidade: possibilitar a informação de como o texto atinge seus efeitos para o escritor;
3. insensibilidade à escala: ser aplicável a textos de qualquer extensão e ser capaz de descrever todas as unidades que os compõem;
4. definição: ser suscetível à formalização e programação;
5. generatividade: ser aplicável na construção de texto e na descrição dele.

Nesse contexto, surgiu a RST que, de acordo com Mann & Thompson (1983 – 1984 - 1988), é uma teoria descritiva dos aspectos inerentes à organização do texto, com foco na coerência, de forma que, segundo Decat (2010, p.3), cada parte de um texto tem sua função específica, sem a ocorrência de quaisquer sequências ilógicas ou quaisquer lacunas.

Nesse sentido, a RST pode ser entendida como um método ou processo para a descrição do texto que possibilita a caracterização da sua estrutura hierárquica, especificamente no que se refere às relações que emergem entre as porções[5] que o compõem. Ressaltamos que essas relações, bem como os outros elementos que fazem partem da formalidade da RST, são discutidos ao longo desta seção.

Quanto ao aspecto inerente às relações retóricas, cabe salientar que elas emergem em qualquer nível do texto, ou seja, entre duas orações ou porções maiores, o que torna pertinente recorrermos aos dizeres dos estudiosos Bateman e Delin (2006, p. 589), ao apontarem a necessidade de uma definição recursiva da estrutura retórica. Para esses autores, as porções textuais de onde emergem as relações retóricas em determinados textos, podem fazer parte de estruturas retóricas também em níveis superiores, ou seja, a elaboração de estrutura retórica de um texto independe de sua extensão.

Ao atentarmos para a criação e desenvolvimento da teoria, constatamos que a RST passou por etapas diferentes desde sua criação. A princípio, ou seja, na década de 80, a RST se ocupou de verificar a combinação de cláusulas (orações), com ou sem marcas linguísticas. Dentre os trabalhos que se ocuparam dessa pesquisa, podemos citar Mann & Thompson (1986 – 1988) e Matthiessen e Thompson (1988).

Em segundo lugar, ainda na década de 80, os estudos da RST se voltaram para a descrição de diferentes tipos de textos, o que pode ser constatado em Mann & Thompson (1988) ao mencionarem dois exemplos: Noel (1986) mostrou a caracterização de uma notícia e Fox (1987) demonstrou como se processava, em textos na língua inglesa, as escolhas entre pronomes e sintagmas nominais completos (SN).

Pesquisadores contemporâneos continuam seus estudos, objetivando a geração automática de textos, como Maria das Graças Volpe Nunes (1991), Lucia Helena M.

[5] Porção de texto: O termo original, em inglês, é "*text span*", utilizado por Mann & Thompson (1987a, p. 82), para a denominação de cada porção da estrutura retórica de um texto.

Rino (1996), Thiago Pardo (2005), dentre outros. Contudo, as pesquisas, à luz da RST, com vistas a estudar a estrutura do discurso, contemplando textos escritos e orais se mantêm. Dentre os pesquisadores, que desenvolvem estudos nessa linha teórica, ressaltamos, dentre outros, Decat (1993, 2010, 2012, 2014, 2017), Taboada (2005; 2006, 2009), Antonio (2004, 2012), Bateman e Delin (2006), Correia (2011), Grijó (2011), Neto (2011), Meira (2015), Nery Nascimento (2009 – 2015), Siqueira (2012), Campos (2012), Nepomuceno (2013), Taboada e Habel (2013), Costa (2014), Caixeta (2015) e Jamal (2015).

Outras aplicações envolvendo a RST ainda foram registradas, mas nos interessa, especificamente, aquelas nas quais essa teoria é voltada para o estudo de diferentes gêneros textuais por ser um deles objeto de estudo nesta tese.

Por ser de origem funcionalista, a RST se encontra relacionada ao pressuposto básico do Funcionalismo Linguístico no que se refere à abordagem da língua em uso, seus enunciados reais. Essa característica nos remete às palavras de Neves (2017, p. 28), ao apontar que uma reflexão sobre os usos linguísticos preconiza "uma compatibilidade pareada dos componentes que produzem a linguagem: a sintaxe, a semântica e a pragmática."

Ao considerar os três aspectos – sintático, semântico e pragmático – ao primeiro atribuímos um valor significativo, pois consideramos relevante o papel da organização da sintaxe na frase, uma vez que a língua pressupõe uma organização das palavras para que se concretize uma interação linguística.

Considerando que o nosso objeto de pesquisa é um gênero textual, salientamos os outros dois aspectos: a semântica e a pragmática. Quanto ao valor semântico, ressaltamos que, segundo Cançado (2008, p. 17), a "semântica lida com a interpretação das expressões linguísticas, com o que permanece constante quando uma certa expressão é proferida". Essa concepção nos permite analisar as relações que subjazem entre as porções textuais, possibilitando ao analista/leitor verificar as estratégias utilizadas pelo produtor para a elaboração de seu texto.

Outro aspecto a ser considerado se refere à pragmática que, nos dizeres de Cançado (2008, p. 17), se refere aos estudos dos "usos da situados da língua e lida com certos tipos de efeitos intencionais." Nessa mesma direção, citamos Neves (2004, p. 30), que concebe a pragmática como "o conhecimento das condições e de modo de uso apropriado", ou seja, as escolhas linguísticas assumidas pelo falante determinam como o

falante usa o instrumento – a língua - em diferentes situações de comunicação, levando em conta o fim comunicativo, o contexto e possíveis leitores/ouvintes.

A título de ilustração, apresentamos, na Figura 1, um aviso, exibido em uma prateleira de uma loja de utensílios domésticos.

Figura 1: Relação pragmática
Fonte: Exemplo nosso.

O aviso é formado pelo texto "Quebrou pagou", constituído, em termos da Teoria da Estrutura Retórica, por duas porções textuais ou unidades de informação (UI): UI1: Quebrou e UI2: pagou. Para que seja construído sentido para esse texto, é necessário que seja considerado o contexto em que ele está inserido. É importante ressaltar que, ao falar de contexto, Teun van Dijk (2017) postula que

> (...) a noção de contexto sempre que queremos indicar algum fenômeno, evento, ação ou discurso, tem que ser estudado em relação com seu ambiente, isto é, com as condições que constituem seu entorno. (DIJK, 2017, p. 19).

Nessa perspectiva, é imprescindível considerar o contexto, o ambiente, ou seja, as condições que constituem o entorno em que o texto é divulgado na construção de inferências. É possível inferir, semanticamente, que o fim comunicativo do produtor seria alertar o leitor/consumidor para os cuidados para manusear os produtos ali expostos, visto que eles podem ser facilmente danificados.

Por outro lado, é plausível fazer outras inferências, como aquelas que, segundo Ford (1986), em algumas ocorrências as porções textuais podem sugerir relações semânticas ou relações pragmáticas. Nesse caso, além da relação semântica já discutida por nós, entendemos que pode ser também sugerida uma relação pragmática, visto que, com relação aos efeitos no leitor, o texto poderá provocar uma mudança no comportamento dele, como, por exemplo, uma avaliação negativa ou positiva.

No texto "Quebrou pagou", a relação pragmática ocorre concomitantemente à relação semântica e nos encorajamos a afirmar que a primeira se sobrepõe à segunda, pois a mudança que pode ser provocada no comportamento do leitor/consumidor é facilmente identificada. Nesse sentido, o fim comunicativo do produtor é direcionado para o efeito no leitor, entendido como: caso algum produto seja quebrado, o consumidor deverá pagar por ele.

Quanto às analises à luz da RST, torna-se imprescindível destacar que o analista deve se basear em julgamentos funcionais e semânticos para a identificação e a descrição de relações que emergem entre as porções que formam um texto. Para tanto, dois fatores são priorizados: a intenção comunicativa do autor, produtor do texto; depois, a avaliação que o leitor faz do autor, ou seja, de suas escolhas, às quais são refletidas na forma como organizou o seu texto. Dessa maneira, instaura-se o critério de plausibilidade, um importante pressuposto da RST.

Mann, Matthiessen e Thompson (1989) abordam o critério da plausibilidade e postulam que

> Cada campo de definição de uma relação especifica juízos particulares que o analista do texto deve fazer na construção da estrutura da RST. Uma vez que o analista tem acesso ao texto, tem conhecimento do contexto em que foi escrito, e compartilha convenções culturais do escritor e dos leitores esperados, mas não tem acesso direto ao produtor do texto, nem dos leitores, deve prevalecer o julgamento da plausibilidade em vez de juízos de valor. (MANN, MATTHIESSEN E THOMPSON, 1989, p. 15). (Tradução nossa.).

Em seus trabalhos, envolvendo a RST, na mesma perspectiva, Antonio (2009, p. 77) aborda o critério da plausibilidade e propõe que

> A identificação das relações pelo analista se baseia em julgamentos funcionais e semânticos, que buscam identificar a função de cada porção de texto e verificar como o texto produz o efeito desejado

> em seu possível receptor. Esses julgamentos são de plausibilidade (...) (ANTONIO, 2009, p. 77).

Na mesma direção, a pesquisadora Maria Eduarda Giering (2009, p.62) também trata da plausibilidade e postula que "a RST atribui papel e intenção a cada unidade de informação do texto, tendo em vista o que o leitor julgar verdadeiro, a fim de estabelecer relações entre unidades textuais."

A partir das considerações desses linguistas, podemos inferir que as afirmativas apresentadas concentraram suas explicações no fato de que cabe ao leitor/analista/anotador a tarefa de determinar se uma relação é plausível ou não. Antonio (2009) apresenta, conforme proposto pela RST, que os julgamentos têm como base os critérios funcionais e semânticos. Pelos dizeres de Giering (2009), o leitor lança mão da intenção do autor para determinar que um tipo de relação tem estatuto de verdade, enquanto outro não pode ser aceito. Ressalta-se, pois, nesse caso, como na citação de Antonio, a importância da função, o que retoma a ideia defendida por nós de que língua só se concretiza em situações de atuação social e através de práticas sociais.[6]

A análise pode se dar a partir de porções menores, denominadas microestrutura, formadas pelas orações ou por porções maiores, chamadas de macroestrutura, constituídas por um ou mais parágrafos que compõem o texto.

Vale ressaltar que o conceito de macro e de microestrutura foi adotado segundo van Dijk (1993), para quem macroestrutura é entendida como uma estrutura cognitiva de significado mais geral que dá unidade e coerência ao texto, e microestrutura se refere às frases apresentadas em um texto - oral ou escrito, que se transformam em macroestruturas a partir de "regras de mapeamento", como cancelamento de detalhes não importantes, generalização de situações, construção de novas sequências frasais.

2.2.1.1 As proposições relacionais: caracterização

Para Mann & Thompson (1983, 1987, 1988) as proposições relacionais se caracterizam como um fenômeno combinacional, que surge entre duas porções textuais (duas orações ou entre porções maiores) e que é percebido tacitamente pelo

[6] Este parágrafo faz parte do artigo "*O critério de plausibilidade na identificação de relações retóricas na macroestrutura textual, a partir da RST: diferentes possibilidades de leitura, diferentes possibilidades de análise*", produzido pelas pesquisadoras Maria Risolina de Fátima Ribeiro Correia e Angela Maria Alves Lemos Jamal e publicado nos Anais do CIELLI, 2014.

leitor/ouvinte. Para esses autores, as proposições relacionais são denominadas relações retóricas[7], contudo, Taboada e Mann (2006, p. 3) ressaltam que elas podem, também, ser chamadas de *relações de coerência*, *relações discursivas* ou *relações conjuntivas*[8]..

As proposições relacionais não são registradas no texto por marcas linguísticas. Essa observação nos leva a evocar os dizeres de Mann & Thompson (1985) que, ao aliarem as proposições relacionais à coerência, postulam que

> uma maneira de demonstrar que uma proposição relacional é responsável pela coerência é provar que ela não está presente no texto, mas emerge entre as porções textuais, tornando-o sem lacunas[9]. (MANN & THOMPSON, 1985, p. 258).

Adicionamos à nossa discussão mais uma observação de Mann & Thompson (1955, p. 259) que, a nosso ver, é um marco importante para uma análise à luz da RST. Para esses autores, em textos formados por duas porções, a segunda porção textual provoca um resultado positivo no sentido de evitar incoerência. Nesse sentido, o pressuposto que as proposições relacionais promovem a coerência na RST tornou-se uma consequência previsível e particularmente importante para a teoria. Contudo, esses autores postulam, também, que a emergência e a identificação das proposições relacionais são perfeitamente identificadas nos textos, independentemente da extensão deles. Vale ressaltar que, neste trabalho, defendemos que a coerência não está registrada no texto, mas construída numa cooperação texto-leitor. Assim, as proposições relacionais se tornam um elemento importante que o leitor pode considerar para a construção da coerência.

Essa é uma das justificativas de elegermos a RST como um importante suporte teórico para a nossa pesquisa, cujo foco é identificar a organização textual do gênero artigo de opinião.

Mann & Thompson (1983, p. 1 - 3) e Taboada e Mann (2006, p. 3), tecem considerações relevantes a respeito das proposições relacionais, descrevendo suas propriedades que expomos a seguir:

---

[7] No decorrer da tese, usamos os termos proposições relacionais ou relações retóricas por entendermos que eles assumem o mesmo sentido.
[8] Grifos dos autores.
[9] Tradução nossa.

1. **As proposições relacionais são relativamente "básicas", mas podem estar vinculadas a inferências que o leitor faz na compreensão textual.**

Esse aspecto está vinculado à plausibilidade, ou seja, mais de um tipo de inferência pode ser feito pelo analista, mas é importante verificar qual é a mais plausível.

Para explicitar essa propriedade das proposições relacionais, citamos o exemplo da propaganda de um medicamento:

(8) Propaganda

Disponível em: <https://www.google.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2017.

O texto (8) é constituído de duas porções textuais: (1) *Tomou doril*; (2) *a dor sumiu*.

A leitura deste texto sugere ao leitor várias inferências de forma plausível, como:

1.Tomar Doril elimina a dor.

2. Não quero, nem posso continuar sentindo dor.

3. Preciso de algum medicamento para solucionar meu problema.

4. Doril é recomendável para eliminar dor.

5. Doril é um medicamento conhecido.

6. É um medicamento acessível e de baixo custo.

Considerando as inferências expostas, além do contexto de que medicamento pode ser utilizado para amenizar uma dor, poderíamos sugerir que a proposição

relacional “básica”, ou seja, a primeira a ser indicada para análise deste texto seria a de *motivação*.

Na proposta de Mann & Thompson (1988), a relação de *motivação* se justifica pelo fato de o núcleo, representado pela porção (2), – *a dor sumiu* - faz com que aumente a vontade/desejo do leitor para executar a ação indicada no satélite, formado pela porção 1, – *tomou doril*. Dessa forma, o *locus* do efeito se situa no núcleo.

Enfatizamos que as inferências enumeradas nos 6 itens nos conduziram à proposição relacional de *motivação* e, para justificar essa opção, citamos os dizeres de Mann & Thompson (1983, p. 11), ao defendem que as proposições relacionais têm a propriedade de serem “básicas”, contudo, outras podem ser plausíveis, se outras inferências forem feitas pelo analista.

Ainda ancorados nos dizeres de Mann & Thompson (1983), chamamos a atenção para outro aspecto que corrobora o atributo de que as proposições relacionais são básicas. Ele se refere à existência de conjunções para marcar várias relações, como *porque, portanto, no entanto*, cuja função é demarcar as relações que emergem entre duas porções de um texto, testemunhando o significado dessas relações na organização do discurso. Contudo, ressaltamos que as proposições relacionais são identificadas com ou sem a presença de um sinal linguístico, como indicado no item seguinte.

2. **As proposições relacionais emergem entre as porções do texto, independente de marcas linguísticas, isto é, elas não dependem da presença de sinais gráficos para serem sinalizadas**.

Esse atributo das proposições relacionais nos leva a propor que elas emergem entre as porções textuais independentemente da existência de marcas linguísticas, como conectores ou conjunções.

Essa característica atribuída às proposições relacionais pode ser exemplificada pelo mesmo exemplo do item 1, uma vez que o texto “Tomou doril a dor sumiu.”, formado por duas porções, emergindo entre elas a relação de *motivação* não exibe nenhuma marca linguística que a sinalize. Porém, a proposição relacional foi identificada pelas inferências e pelo contexto em que o texto pode ser inserido.

Por outro lado, a presença de uma marca, como um conector, pode facilitar a identificação da proposição relacional. A título de exemplificação, tomamos o exemplo de Decat (2010, p. 4):

(9) Se você der a ela uma caixa de bombons, ela vai colocar você nas alturas.

O enunciado (9), constituído de duas porções textuais, apresenta o satélite (1) – *Se você der a ela uma caixa de bombons* – e o núcleo (2) – *ela vai colocar você nas alturas.* É plausível sugerir que emerge entre elas a proposição relacional de *condição,* devidamente marcada pelo conectivo "SE", iniciando a frase.

3. As proposições relacionais se materializam em atos comunicativos, isto é, em situações reais de interação linguística.

Conforme Mann & Thompson (1983), as proposições relacionais surgem regularmente de acordo com a função que elas desempenham no funcionamento do próprio texto. Assim, seria importante verificar de que forma elas contribuem para transmitir informações a esse texto.

Para tanto, esses linguistas postulam que as proposições relacionais estão envolvidas em atos comunicativos e podem assumir a força de indicar asserções, perguntas ou comandos, como exemplificamos a seguir:

- ✓ **Asserção**: (10) *Vá correr comigo esta tarde. Você estará cheio de energia*. (MANN & THOMPSON, 1983, P. 13)

Neste enunciado, a proposição relacional tem força assertiva e é plausível sugerir a relação de *motivação*. Em outras palavras, a relação de *motivação* refere-se "à expectativa de que você estar cheio de energia é um motivo adequado para decidir correr comigo."

- ✓ **Pergunta**: (11) - *Boa noite, Marcos! Fluxo de carregamento Mineração Pau Branco para a Usina Ouro Branco. Amanhã às seis horas*? (Mensagem via WhatsApp)

O enunciado pode ser segmentado em duas porções de texto: 1. - *Boa noite, Marcos! Fluxo de carregamento da Mineração Pau Branco para a Usina Ouro Branco; 2. Amanhã às seis horas?*

Nesta ocorrência, o falante faz a pergunta: *"O fluxo de carregamento da Mineração Pau Branco para a Usina Ouro Branco será liberado amanhã às seis horas?* A proposição relacional pode até ser uma questão de palavra-pergunta:

- ✓ **Comando***:* Os atos relacionais podem funcionar como comandos. Isso ocorre em textos instrucionais ou processuais, como receita culinária ou receita médica, conforme demonstrado a seguir.

(12) Receita médica

Maria Risolina de F. R. Correia

Uso oral

1. Aurum muriaticum CH50 dose única – líquido – 1 frasco (2ml)
   Tomar o conteúdo do frasco de uma vez, longe das refeições.
2. Anacardium orientale CH6 glóbulos – 1 frasco/14 g
   Dissolver na boca 5 glóbulos 2 vezes ao dia.

08/11/17

Dr. Alexandre E. Bottaro
CRM 11133

HOMEOPATIA - ACUPUNTURA

O texto (12) – receita médica – exemplifica o **comando** sugerido pelos atos comunicativos, no sentido de expor a orientação médica quanto à sugestão de medicamentos, bem como o uso que o paciente deve fazer deles para que se obtenha um resultado positivo.

4. **As proposições relacionas não se limitam aos aspectos organizacionais dos textos.**

As proposições relacionais são combinacionais e são essenciais para o estabelecimento da coerência, pois indicam a conexão entre as partes do texto, de forma que cada uma desempenha uma função específica em relação às outras.

5. **As proposições relacionais são essenciais para o funcionamento eficaz de um texto.**

As proposições relacionais assumem um papel importante para que um enunciado seja realmente um texto. Dizendo de outra forma, se imaginarmos uma maneira de ler um texto, desconsiderando suas proposições de referência, não teríamos um texto coerente.

A título de exemplificação, tomamos o texto (13) proposto por Mann & Thompson (1983, p. 17):

(13) "*Eu sou o oficial Krupke. Você está preso*."

Se tentarmos ler o texto (13) sem considerar a proposição relacional de *justificativa*, teríamos apenas duas frases sem sentido. Ou seja, sem se considerar a proposição relacional, o destinatário não saberia o que o oficial Krupke tem a ver com a prisão de alguém.

Em suma, podemos afirmar que as proposições relacionais assumem um papel primordial para a funcionalidade dos textos. Nos dizeres de Antonio (2004, p. 39), elas são "fundamentais para o funcionamento do texto, pois exibem relações estabelecidas na temática do texto."

2.2.1.2 As relações retóricas e os esquemas

Quanto aos elementos que compõem a RST e ancorados em Mann & Thompson (1988), a Teoria da Estrutura Retórica é constituída pelos componentes básicos: *as relações, os esquemas e suas estruturas.*

- **As relações retóricas: definição**

A Teoria da Estrutura Retórica, conforme apontado nesta pesquisa, tem como objetivo identificar a organização hierárquica do texto, com foco na coerência textual. Para tanto, busca-se a identificação das proposições relacionais que emergem entre as porções que o compõem o texto.

Depois de analisar um número significativo de textos pertencentes a diferentes tipos capaz de validar a proposta da Teoria da Estrutura Retórica, Mann & Thompson (1983), Mann & Thompson (1985), Matthiessen & Thompson (1988) apresentam uma lista de aproximadamente 25 relações retóricas, denominadas clássicas. Contudo, essa lista não é um rol fechado e definitivo, mas um número que se mostrou estável por um longo tempo. Essa estabilidade se justifica pelo fato de esse número ser suficiente para descrever as relações identificadas na maioria dos textos analisados.

Contudo, evidências ocasionais foram encontradas, justificando a inclusão de outras, portanto os precursores da RST passaram a trabalhar com uma lista de aproximadamente 30 relações retóricas.

Mann & Thompson (1983) postulam que as funções globais das relações podem ser divididas em dois grandes grupos: as que se referem à apresentação da relação, com o objetivo de aumentar a inclinação do enunciatário a agir, concordar, acreditar ou aceitar o conteúdo do núcleo; e as que se referem ao conteúdo, que têm a função de levar o enunciatário a reconhecer a relação em questão. A seguir, são apresentados os dois grupos de relações, considerando a função global de cada um:

a) **apresentação**: motivação, antítese, *background*, capacitação, evidência, justificativa, concessão, preparação.

b) **conteúdo**: elaboração, circunstância, solução, causa volitiva, resultado volitivo causa não volitiva, resultado não volitivo, propósito, condição, senão, interpretação, meio, avaliação, reafirmação, resumo.

Com base na organização, as relações retóricas dividem-se em dois grupos: relações multinucleares, em que uma porção não é ancilar à outra e as relações núcleo-satélite, em que uma porção é ancilar à outra, ou seja, subsidia a outra porção. Compõem as relações multinucleares as do tipo: conjunção, contraste, disjunção, *joint*, lista, reformulação multinuclear e sequência. As relações núcleo-satélite foram listadas nos itens (a) apresentação e (b) conteúdo.

Em conformidade com Antonio & Rúbio (2012, p. 33), as proposições relacionais são “fundamentais para a coerência textual, já que surgem de cada relação estabelecida dentro de sua estrutura” e podem ser denominadas relações retóricas ou relações de coerência, contudo, todas as denominações assumem o mesmo conceito.

De acordo com Mann & Thompson (1989, p. 32) é normal e cabível um texto ter mais de uma análise, de acordo com a maneira como a RST é definida. Esse fato foi evidenciado no momento em que vários analistas analisaram um mesmo texto e apresentaram resultados diferentes, ou seja, identificaram diferentes relações retóricas. Contudo, os mesmos autores defendem que análises diferentes entre analistas não significa que análises excêntricas, bizarras podem ser aceitas. A ocorrência de múltiplas análises é denominada por Mann & Thompson (1989, p. 34) de "análises simultâneas", ou seja, há duas análises compatíveis, porém, uma delas pode parecer mais plausível pelo analista, considerando os objetivos globais percebidos pelo produtor.

Mann & Thompson (2006, p. 462) postulam que, para identificar uma determinada relação retórica, o analista deve fazer julgamentos de plausibilidade, com base no contexto e na intenção do escritor. As definições das relações retóricas em um texto baseiam-se em critérios funcionais e semânticos, não em sinais morfológicos ou sintáticos, uma vez que essas marcas não seriam sinais confiáveis ou inequívocos para nenhuma das relações.

Além desses critérios, ressaltamos as colocações Fuchs e Giering (2009) que inserem em suas explicações a importância do conhecimento de determinados padrões proposicionais que é esperado do leitor, a fim de que ele possa nomear adequadamente determinada relação de um texto. Entendemos que padrões proposicionais equivalem ao que Bakhtin (1979) chama de construção composicional, própria dos textos pertencentes a determinado gênero.

Para enfatizar o conceito de relações retóricas, voltamos nosso olhar para as palavras de Decat (2017, p. 2586), ao abordar que “tais relações (“proposições relacionais”) são descritas com base na intenção comunicativa do produtor do texto e na avaliação que ele faz de seu ouvinte/leitor/receptor, refletindo suas escolhas na organização do texto.”

As proposições relacionais, propostas pelos pesquisadores precursores da Teoria da Estrutura Retórica e encontradas no site da RST, são identificadas pelas relações no Quadro 3. Todavia, relembramos que, segundo os pesquisadores, esta não é uma lista

fechada, pois outras relações podem surgir à medida em que sejam solicitadas a atender a análises de outros textos.

Quadro 3: As relações retóricas: definição

Relações de apresentação			
		Relações núcleo-satélite	
Nome da relação	**Condições em S ou N, individualmente**	**Condições em N + S**	**Intenção do A**
Antítese	em N: A tem atitude positiva face a N	N e S estão em contraste. Devido à incompatibilidade suscitada pelo contraste, não é possível ter uma atitude positiva perante ambas as situações; a inclusão de S e da incompatibilidade entre as situações aumenta a atitude positiva de L por N	A atitude positiva do L face a N aumenta
Concessão	em N: A possui atitude positiva face a N em S: A não afirma que S não está certo	A reconhece uma potencial ou aparente incompatibilidade entre N e S; reconhecer a compatibilidade entre N e S aumenta a atitude positiva de L face a N	A atitude positiva de L face a N aumenta
Elaboração	em N: apresenta uma ação de L (incluindo a aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N	A compreensão de S por L aumenta a capacidade potencial de L para executar a ação em N	A potencial capacidade de L para executar a ação em N aumenta
Evidência	em N: L pode não acreditar em N a um nível considerado por A como sendo satisfatório em S: L acredita em S ou considera-o credível	A compreensão de S por L aumenta a crença de L em N	A crença de L em N aumenta
Fundo	em N: L não compreende integralmente N antes de ler o texto de S	S aumenta a capacidade de L compreender um elemento em N	A capacidade de L para compreender N aumenta
Justificativa	nenhuma	A compreensão de S por L aumenta a sua tendência para aceitar que A apresente N	A tendência de L para aceitar o direito de A a apresentar N aumenta
Motivação	em N: N é uma ação em que L é o ator (incluindo a aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N	A compreensão de S aumenta a vontade de L para executar a ação em N	A vontade de L para executar a ação em N aumenta
Preparação	nenhuma	S precede N no texto; S tende a fazer com que L esteja mais preparado, interessado ou orientado para ler N	L está mais preparado, interessado ou orientado para ler N
Reformulação	nenhuma	em N + S: S reformula N, onde S e N possuem um peso semelhante; N é mais central para alcançar os objetivos de A	L reconhece S como reformulação

		do que S	
Resumo	em N: N deve ser mais do que uma unidade	S apresenta uma reformulação do conteúdo de N, com um peso inferior	L reconhece S como uma reformulação mais abreviada de N

Definições das relações de conteúdo			
Nome da relação	**Condições em S ou N, individualmente**	**Condições em N + S**	**Intenção do A**
Alternativa (anti-condicional)	em N: N representa uma situação não realizada em S: S representa uma situação não realizada	A realização de N impede a realização de S	L reconhece a relação de dependência de impedimento que se estabelece entre a realização de N e a realização de S
Avaliação	nenhuma	em N + S: S relaciona N com um grau de atitude positiva de A face a N	L reconhece que S confirma N e reconhece o valor que lhe foi atribuído
Causa involuntária	em N: N não representa uma ação voluntária	S, por outras razões que não uma ação voluntária, deu origem a N; sem a apresentação de S, L poderia não conseguir determinar a causa específica da situação; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos de A, ao criar a combinação N-S, do que a apresentação de S	L reconhece S como causa de N
Causa voluntária	em N: N constitui uma ação voluntária ou mesmo uma situação possivelmente resultante de uma ação voluntária	S poderia ter levado o agente da ação voluntária em N a realizar essa ação; sem a apresentação de S, L poderia não perceber que a ação fui suscitada por razões específicas ou mesmo quais foram essas razões; N é mais importante do que S para cumprir os objetivos de A, na criação da combinação N-S	L reconhece S como a causa da ação voluntária em N
Circunstância	em S: S não se encontra não realizado	S define um contexto no assunto, no âmbito do qual se pressupõe que L interprete N	L reconhece que S fornece o contexto para interpretar N
Condição	em S: S apresenta uma situação hipotética, futura, ou não realizada (relativamente ao contexto situacional de S)	Realização de N depende da realização de S	L reconhece de que forma a realização de N depende da realização de S
Condição inversa	nenhuma	S afeta a realização de N; N realiza-se desde que S não se realize	L reconhece que N se realiza desde que S não se realize
Elaboração	nenhuma	S apresenta dados adicionais sobre a situação ou alguns elementos do assunto apresentados em N ou passíveis de serem inferidos de N, de uma ou várias formas, conforme	L reconhece que S proporciona informações adicionais a N. L identifica o elemento do conteúdo relativamente

		descrito abaixo. Nesta lista, se N apresentar o primeiro membro de qualquer par, então S inclui o segundo: conjunto :: membro abstração :: exemplo todo :: parte processo :: passo objeto :: atributo generalização :: especificação	ao qual se fornece pormenores
Incondicional	em S: S poderia afetar a realização de N	N não depende de S	L reconhece que N não depende de S
Interpretação	nenhum	em N + S: S relaciona N com várias ideias que não se encontram diretamente relacionadas com N, e que não estão relacionadas com a atitude positiva de A	L reconhece que S relaciona N com várias ideias que não se encontram relacionadas com o conhecimento apresentado em N
Método	em N: uma atividade	S apresenta um método ou instrumento que tende a aumentar as probabilidades de realização de N	L reconhece que o método ou instrumento de S tende a aumentar as probabilidades de realização de N
Propósito	em N: N é uma atividade; em S: S é uma situação que não se encontra realizada	S será realizado através da atividade de N	L reconhece que a atividade em N se inicia para realizar S
Resultado involuntário	em S: S não representa uma ação voluntária	N causou S; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos de A, ao criar a combinação N-S, do que a apresentação de S	L reconhece que N poderia ter causado a situação em S
Resultado voluntário	em S: S constitui uma situação ou ação voluntária possivelmente resultante de uma ação voluntária	N pode ter causado S; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos de A do que a apresentação de S	L reconhece que N pode ser uma causa da acção ou situação em S
Solução	em S: S apresenta um problema	N constitui uma solução para o problema apresentado em S	L reconhece N como uma solução para o problema apresentado em S

Relações multinucleares

Nome da relação	Condições em cada par de N	Intenção de A
Conjunção	Os elementos unem-se para formar uma unidade onde cada um dos elementos desempenha um papel semelhante	L reconhece que os elementos inter-relacionados se encontram em conjunto
Contraste	Nunca mais de dois núcleos; as situações nestes dois núcleos são (a) compreendidas como sendo as mesmas em vários aspectos (b) compreendidas como sendo diferentes em alguns aspectos, e (c) comparadas em termos de uma ou mais destas diferenças	L reconhece a possibilidade de comparação e a(s) diferença(s) suscitadas pela comparação realizada
Disjunção	Um dos elementos apresenta uma alternativa (não necessariamente exclusiva) à(s) outra(s)	L reconhece que os elementos inter-relacionados constituem alternativas

Junção	Nenhuma	nenhuma
Lista	Um elemento comparável a outros e ligado a outro N através de uma relação de Lista	L reconhece a possibilidade de comparação dos elementos relacionados
Reformulação multinuclear	Um elemento constitui, em primeiro lugar, a repetição de outro, com o qual se encontra relacionado; os elementos são de importância semelhante aos objetivos de A	L reconhece a repetição através dos elementos relacionados
Sequência	Existe uma relação de sucessão entre as situações apresentadas nos núcleos	

Fonte: Disponível em <http://www.sfu.ca/rst/>. Acesso em 15 de ag. 2017.

Como mencionamos, a lista de relações retóricas proposta por Mann & Thompson (1984 – 1987 – 1988) não era fechada e outros pesquisadores da RST já propuseram outras relações como Carlson & Marcu (2001), Pardo (2005), Correia (2011) e Caixeta (2015), por exemplo.

A análise do corpus desta pesquisa nos apontou relações retóricas que não fazem parte da lista dos precursores da RST. Em decorrência disso, apresentamos o Quadro 4 com as relações de *comentário*, *atribuição* e *conclusão*, propostas por Pardo (2005) e o Quadro 5 com a relação de comentário, criada por Carlson & Marcu (2001).

Quadro 4: Relação retórica de atribuição e relação retórica de conclusão

Nome da relação	Restrições sobre N	Restrições sobre S	Restrições sobre N + S	Efeito
Atribuição	Apresenta uma expressão, fala ou pensamento de alguém ou algo.	S apresenta alguém ou algo que produz N.	S e N indicam, respectivamente, a fonte de uma mensagem e a mensagem.	O leitor é informado sobre a mensagem e sobre quem ou o que a produz.
Conclusão	Não há.	S baseia-se no que é apresentado em N.	Apresenta um fato concluído a partir da interpretação de N.	O leitor reconhece que S é uma conclusão produzida devido à interpretação de N.

Fonte: Pardo (2005, p, 136 -137).

Quadro 5: Relação retórica de comentário

Nome da relação	Definição
comentário	Em uma relação de comentário, o satélite constitui uma observação subjetiva sobre um segmento anterior do texto. Não é uma avaliação ou uma interpretação. O comentário geralmente é apresentado a partir de uma perspectiva que está fora dos elementos em foco no núcleo.

Fonte: Carlson & Marcu (2001, p. 49).

- **Os esquemas na RST**

Em uma análise, de acordo com a RST, são identificadas as diferentes formas de organização de um texto e que são definidas como esquemas. Segundo Mann & Thompson (1988), esses esquemas são padrões abstratos que especificam a maneira como as porções de texto se relacionam e como determinadas porções de relacionam com todo o texto.

Os esquemas, estipulados em termos de relações, especificam como as porções textuais podem ocorrer de forma conjunta e podem determinar, sobretudo, as possíveis estruturas de organização de um texto. Eles são construídos por linhas retas e curvas, de forma que a linhas retas indicam o núcleo, enquanto as curvas (arcos) indicam os satélites que subsidiam os núcleos.

Para Mann & Thompson (1987b- 1988), uma análise da estrutura de um texto é um conjunto de aplicações de esquemas, de modo que as seguintes restrições sejam asseguradas:

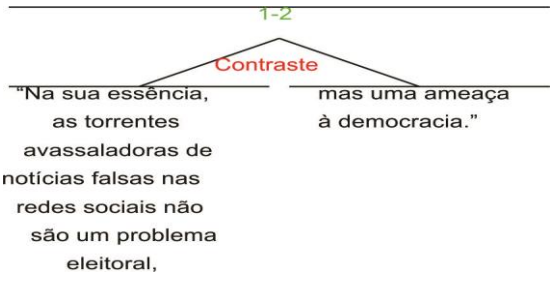
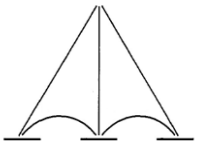
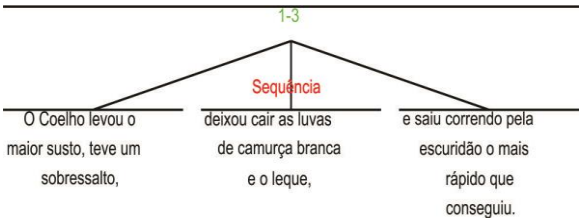
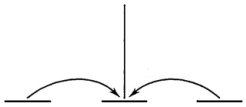
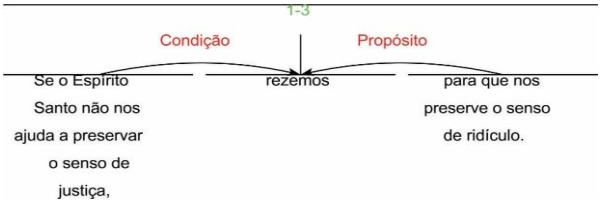
- ✓ **Completude**: a análise apresenta um conjunto de esquemas aplicados nas porções que formam o texto por inteiro.
- ✓ **Conexão**: com exceção de uma análise completa de um texto, cada porção textual é considerada uma unidade mínima ou um componente em uma outra aplicação do esquema em outra análise.
- ✓ **Unicidade**: cada esquema é aplicado em um conjunto diferente de porções de texto, e, em um esquema de relação múltipla, cada relação se aplica a um conjunto diferente de porções textuais.
- ✓ **Adjacência**: as porções textuais de cada aplicação de esquema constituem uma porção textual, isto é, são consideradas as porções textuais adjacentes para a aplicação de cada esquema.

Conforme já mencionamos, a RST representa a organização retórica de um texto por esquemas de estrutura retórica. Mann & Thompson (1987a, p. 82) registram que cada esquema indica uma parte específica da estrutura de texto, denominada porção textual ou "*text span*". Esses autores ainda conceituam os esquemas como blocos organizacionais básicos da teoria.

Ainda em conformidade com esses linguistas, os esquemas refletem as relações identificadas pelo analista e eles são definidos em termos de funções de texto. Em outras palavras, para a elaboração de esquemas, o analista deve considerar as opções escolhidas pelo produtor a fim de alcançar seus objetivos pelos quais o texto foi escrito. Enfim, a estrutura retórica dos textos é composta por elementos específicos da função. Essa asserção nos remete à funcionalidade dos gêneros, ou seja, o texto pode ter a função de informar, persuadir, narrar fatos, dentre outros, fator que pode orientar o analista na identificação da estrutura retórica de um determinado texto.

Os postulados teóricos de Mann & Thompson (1988, p. 247) indicam que a RST reconhece cinco tipos de esquemas, representados e exemplificados no Quadro 6 a seguir:

Quadro 6: Tipos de esquemas na RST

Caracterização	Esquema	Exemplos
Multinuclear		 Fonte: Jornal Estado de Minas, 20/01/2018, p. 4
Multinuclear		 Fonte: Alice no país das maravilhas. CARROLL, L (1997, p. 24)
Núcleo-satélite: Satélite depois do núcleo		 Fonte: Veja, p. 43, ago. 2017.
Núcleo-satélite: Satélite antes do núcleo		 Fonte: Veja, p. 36, set. 2017
Núcleo-satélite: Satélite antes e depois do núcleo		 Fonte: Veja, p. 40, ago. 2017

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Mann & Thompson, 1988.

Conforme demonstrado, os esquemas representam, em forma de diagramas, as diferentes formas de organização textual, resultando, portanto, na estrutura retórica de cada texto. Entretanto, em uma análise de um texto, esses modelos de esquema nem sempre aparecem exatamente como demonstramos, pois, algumas variações podem ocorrer.

Em conformidade com Taboada (2005), o diagrama se equivale a um conjunto de julgamentos feitos por um analista, manifestado pelas relações retóricas identificadas na análise de um texto. Toda relação é definida em termos de intenções que levam os autores a usar essa relação em particular. Assim, um diagrama de RST fornece uma visão de alguns dos propósitos ou intenções do autor para incluir cada parte. A análise é inerentemente subjetiva, baseando-se na compreensão do leitor dos textos. Quando os analistas estudam e diagramam textos, usam seu conhecimento da cultura, situações e linguagem que os textos representam.

De acordo com Mann & Thompson (1988), a aplicação dos esquemas não segue uma ordem pré-definida, contudo, há três convenções que podem determinar as possíveis aplicações deles:

- Não existe uma ordem fixa da ocorrência de núcleo ou de satélite;
- Para esquemas de múltiplas relações, todas as relações individuais são opcionais, mas pelo menos uma delas deve ser mantida;
- A relação, parte de um esquema, pode ser aplicada quantas vezes forem necessárias na análise.

Em suma, os esquemas são entendidos como blocos organizacionais básicos da RST.

2.2.2 As vias de continuidade: uma proposta de Bernárdez (1995)

Conforme já por nós sinalizado, nossa análise se processa à luz da Teoria da Estrutura Retórica, pareada às vias de continuidade, defendidas por Bernárdez (1995). Para melhor entendimento dessa proposta, passamos a algumas observações com relação ao conceito de texto para esse linguista, bem como o que ele propõe sobre as vias de continuidade.

Nos dizeres de Bernárdez (1995, p. 131), o texto é construído a partir de estratégias que resultam em uma produção dotada de coerência, compreendida como o

relacionamento direto entre as partes que o compõem. O linguista identifica essas estratégias como vias de continuidade que, alinhadas às relações retóricas da RST, se configuram em um texto coerente.

Dessa forma, Bernárdez (1995, p. 85), caracteriza as vias de continuidade como "uma série de vias ou opções de continuidade" e se classificam como:

a) via apresentativa, caracterizada como aquela que comporta relações retóricas, cuja função é garantir a compreensão, aceitação ou orientação do leitor para o texto;

b) via hipotática, aquela que agrega relações retóricas com o objetivo de assegurar ligações semânticas entre porções textuais, possibilitando, assim, reelaborações e ampliações de conteúdo;

c) via paratática, constituída de relações que remetem a ligações semânticas de porções textuais, sem a função de apresentar informações novas.

Para facilitar a identificação das relações retóricas nas vias de continuidade, na análise dos textos, elaboramos uma lista, apresentada no Quadro 7, a partir da adaptação de Mann & Thompson (1988), Carlson & Marcu (2001) e Souza & Giering (2010). Nossa sugestão está marcada com asterisco.

Quadro 7: Relações retóricas nas vias de continuidade

Via apresentativa	**Via hipotática**	**Via paratática**
Atribuição*	Alternativa	Contraste
Antítese	Avaliação	Lista
Capacitação	Causalidade	Reformulação multinuclear
Concessão	Circunstância	Sequência
Evidência	Comentário	união
Fundo	Conclusão*	
Justificativa	Condição	
Motivação	Elaboração	
Preparação	Interpretação	
Reformulação	Método	
Resumo	Propósito	
	Solução	

Fonte: Adaptação de Mann & Thompson (1988), Carlson & Marcu (2001) e Souza & Giering (2010).
Elaborado pela pesquisadora.

Ainda alicerçados nesta proposta, situamos a fala de Bernárdez (1995, p. 82) ao mencionar que o texto é, também, construído a partir de objetos entre os quais se estabelecem relações de dois tipos fundamentais caracterizados como “hipotaxis” e “parataxis”, utilizadas no sentido semântico, e não no sintático. Na “hipotaxis”, os elementos subordinados, classificados como satélites (S), estão em função dos subordinantes, denominados núcleos (N). Para o autor, há uma primazia comunicativa dos núcleos, ao passo que os satélites se encarregam de ampliar, facilitar ou tornar mais aceitável a informação proporcionada pelo satélite.

A supremacia de ocorrência de relações da via hipotática é demonstrada na análise do texto narrativo a seguir.

(14) Igrejinha da Pampulha
(Avenida Otacílio Negrão de Lima, 3.000)

> Durante a construção da Igreja de São Francisco de Assis, mais conhecida como Igrejinha da Pampulha, Niemayer fez experimentos em concreto armado, criando uma inusitada abóbada parabólica. A construção chegou a ser renegada pela igreja católica, que não a conhecia como templo religioso por causa da ousadia de suas curvas, mas foi consagrada em 1959, pelo então arcebispo de Belo Horizonte Dom João Resende Costa.
> Fonte: Veja Regionais – Veja, jul. 2017.

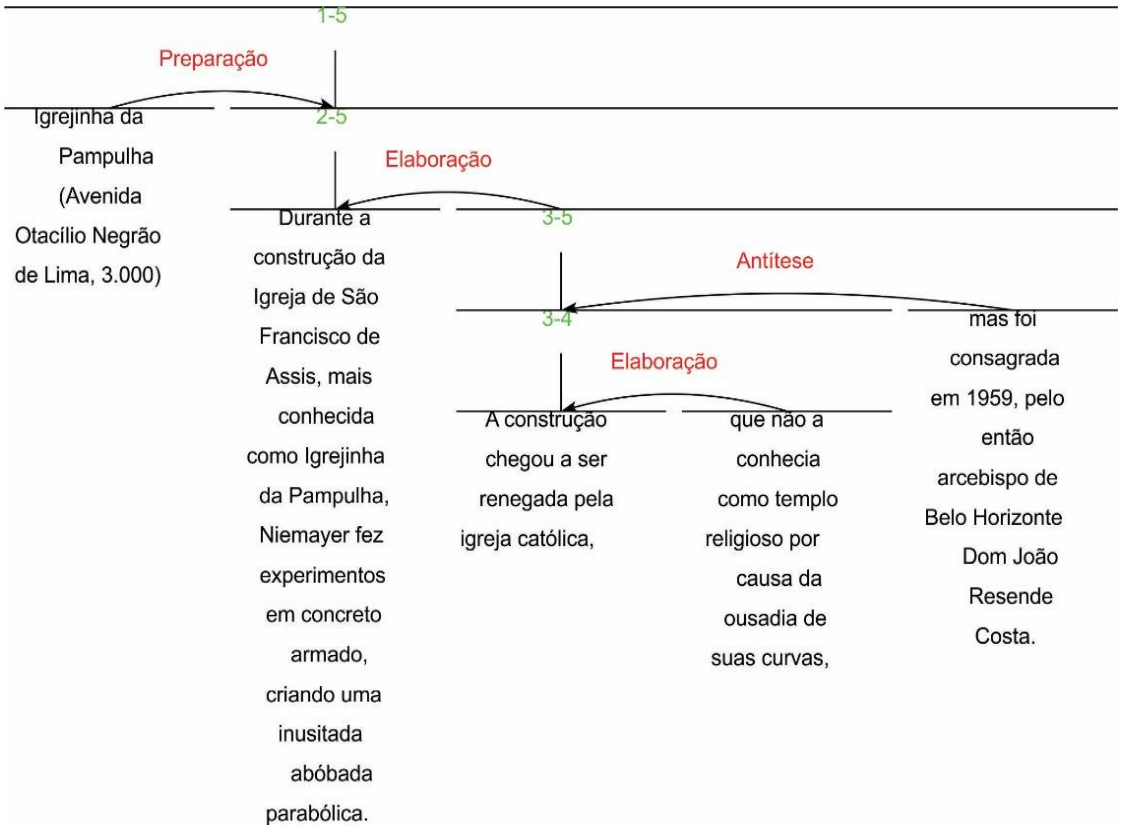


Figura 2: Ocorrência de relações retóricas na via hipotática.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A ocorrência das relações retóricas, demonstrada na Fig. 2, expõe o diagrama arbóreo confirmando a proposta de Bernárdez (1995), ao afirmar que a ocorrência de relações retóricas da via hipotática ocorre em maior número em relação as de via paratática. No texto analisado, foi registrada uma ocorrência da via apresentativa na relação de *preparação* que emerge entre o título UI (1) e o texto, com a finalidade de preparar, convidar o leitor para a leitura do conteúdo veiculado nas UIs (2 – 5). Por outro lado, foram identificadas, na porção (2 – 5), duas relações de elaboração entre as UIs (2) e (3 - 4), além da ocorrência entre as UIs (3) e (4), bem como uma relação de *antítese* que emerge entre as UIs (3-4) e (5), todas da via hipotática.

Em suma, nossa análise de "Igrejinha da Pampulha" apresentou 1 relação retórica da via apresentativa (*preparação*) e 2 relações da via hipotática (*elaboração* e *antítese*). Ressaltamos que a relação de *elaboração* ocorreu duas vezes.

Embora haja maior incidência de ocorrência da hipotaxe, são encontrados textos em que há predominância da parataxe, como, por exemplo, no gênero receita culinária, exemplificado na figura 6 a seguir.

(15) Mousse de limão

INGREDIENTES

1 lata de leite condensando

1 lata de creme de leite
1/2 xícara de suco de limão

MODO DE PREPARO

Coloque no liquidificador o creme de leite e o leite condensado
Bata um pouco e depois vá acrescentando o suco do limão, aos poucos
Ele vai ficar bem consistente, leve à geladeira.

Fonte: <http://www.tudogostoso.com.br.> Acesso em: 18/07/2017.

A análise possibilitou a elaboração do diagrama arbóreo demonstrado na figura 3, a seguir.

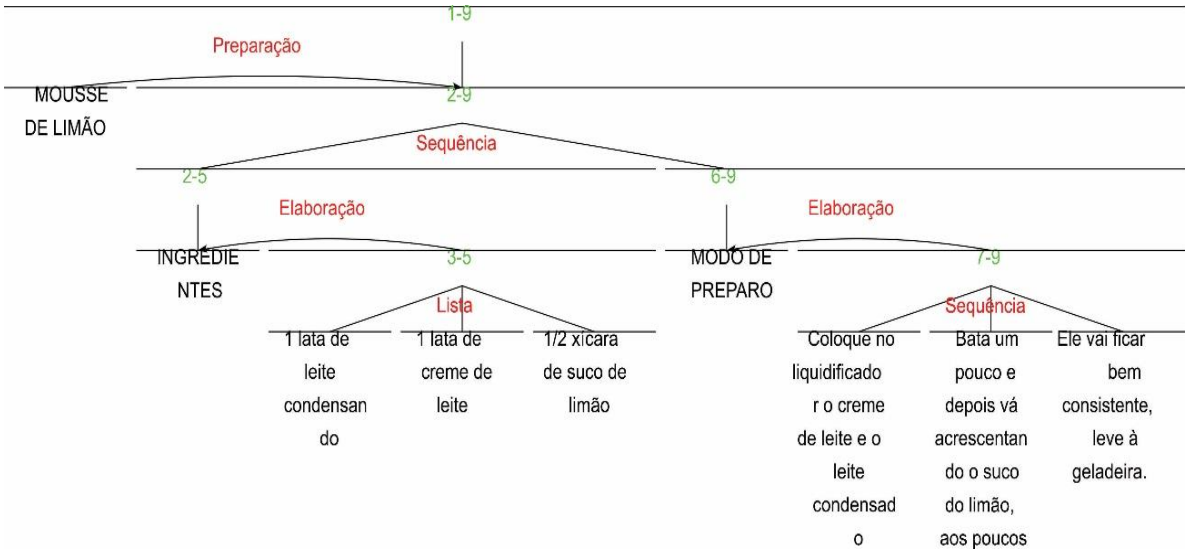


Figura 3: Ocorrência de relações retóricas na via paratática.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Conforme demonstrado na Figura 3, a análise do texto apresentou uma ocorrência da via apresentativa na relação de *preparação* - UI (1) -, formada pelo título, com relação a todo o texto; duas ocorrências da via hipotática de *elaboração*, uma de *lista* e duas de *sequência*. É importante salientar que a emergência da relação paratática de *sequência* é registrada, primeiramente, entre duas unidades de informação – UIs (2 - 5), indicando o bloco dos "*Ingredientes*" e, depois, o bloco do "*Modo de preparo*" com três unidades de informação – UIs (6 - 9). No bloco (2 - 5), emerge a relação paratática

de *lista*, entre três unidades de informação – UIs (3 - 5) e , no bloco (6 - 9), é identificada a relação paratática de *sequência* também entre três unidades de informação - (7 - 9). Já a relação de *elaboração* emerge entre as UIs (2) e (3 - 5) e entre as UIs (6) e (7 - 9), pelo fato de serem acrescentados elementos que formam a lista dos ingredientes e do modo de preparo da mousse. Dessa forma, foi constatada a superioridade de ocorrência de relações da via paratática, conforme postula Bernárdez (1995).

Em suma, as escolhas linguísticas específicas selecionadas pelo produtor do texto com fins a atingir seu objetivo comunicativo, permitem a elaboração de uma estrutura retórica específica de um determinado texto, podendo, pois, configurar a prototipicidade de um gênero textual.

Embora Bernárdez (1995) relacione as vias de continuidade às orações, ou seja, à microestrutura, avaliamos ser possível relacioná-las, também, a porções maiores (macroestrutura), visto que elegemos nossa unidade de análise cada parágrafo que compõe o artigo de opinião . Essa decisão justifica-se pelo fato de Bernárdez (1995, p. 85) apresentar a proposta de que o texto pode ser segmentado em unidades de análise a partir de diferentes princípios, como: orações, períodos, conjunto de orações ou um grande fragmento de texto, podendo chegar até a uma coleção de textos, se se pensar na intertextualidade.

Considerando que elegemos como unidade de análise a macroestrutura textual, entendemos ser pertinente, neste momento, colocarmos em relevo o conceito de macro e de microestrutura a partir das considerações de van Dijk (1992) e de Bernárdez (1989). Para van Dijk (1992, p. 55), as macroestruturas, por serem de natureza semântica, demonstram uma representação abstrata da estrutura global do significado de um texto. Elas nos apontam uma ideia da coerência global e do significado do texto que se estabelece em um nível superior das proposições vistas separadamente e, sobretudo, devem cumprir as mesmas funções para a conexão entre as partes e a coerência semântica que nos níveis das microestruturas.

Para Bernárdez (1989), as macroestruturas, constituídas por parágrafos ou por uma parte maior do texto, assumem o caráter semântico ou pragmático, além de permitirem um melhor conhecimento do processo de textualização, de produção ou de criação de texto. Esse pesquisador ressalta outro aspecto importante ao se referir ao fato de que as macroestruturas são de grande relevância para o ensino, pois a aprendizagem dos processos de produção, resumo de texto, dentre outros, precisa de um conhecimento

delas. O autor discute ainda que, para se identificar as macroestruturas do texto, faz-se necessário considerar estratégias e processos que subjazem a essas estruturas, além de enfatizar que o produtor seleciona em seu texto estratégias e processos mais adequados para alcançar seu objetivo comunicativo.

2.3 A Linguística Textual: um breve percurso histórico

Há mais de 30 anos, a Linguística Textual (LT)[10] visa tornar o texto como objeto central, isto é, como unidade de análise dos estudos linguísticos. O termo "Linguística Textual" foi utilizado, primeiramente, pelo linguista alemão Harald Weinrich, na década de 60, ao defender que a Linguística deveria ser concebida como Linguística do Texto.

O surgimento dessa corrente teórica foi um marco dos estudos relativos à Linguística Textual, ao focar o escopo da investigação teórica que, até então, se dava ao nível da frase para trazer ao centro o sujeito e a situação sócio-comunicativa, contemplando as modalidades oral e escrita. Foi assim, centrada na organização estrutural do texto, o processamento cognitivo e o funcionamento sócio-interacional.

Pesquisadores da Linguística Textual mantiveram os estudos nessa perspectiva e apresentaram o conceito de texto de acordo com sua concepção. Nesse caminho, o conceito de texto passou por mudanças significativas, pois, na década de 60, Roland Harweg atribui o conceito de texto a uma sucessão de unidades linguísticas, constituída por uma cadeia de pronominalizações ininterruptas, priorizando, pois, a sucessão sintagmática e a sucessão paradigmática. Na década de 70, o alemão Weinrich mantém a proposta de estudo do texto, conceituando-o ainda no nível frasal. Embora a proposta tenha sido inovadora, se restringia ao nível do sistema linguístico.

Na mesma época, o alemão Schimith propõe que o texto se caracteriza como uma unidade tematicamente orientada que realiza um potencial ilocutório na ação comunicativa. Em vista dessa concepção, o pesquisador evitou chamar seu estudo de "Linguística do texto" para denominar "Teoria do texto."

Ainda na década de 70, o holandês Teun van Dijk deixa registrada sua passagem na trajetória da Linguística Textual, ao discutir a criação de uma gramática do texto, proposta e abandonada na segunda metade desta década. O autor passa, então, a

[10] Para a elaboração do breve histórico a respeito da Linguística Textual foram considerados os estudos de Bentes (2001).

defender conceitos como macroestruturas e superestruturas ou esquemas textuais. Dessa forma, o linguista põe em relevo a observação de que não comunicamos por sentenças, mas por textos.

Autores como Halliday e Hassan (1976), embora funcionalistas, desenvolveram pesquisas significativas para o campo da Linguística Textual e apresentaram um estudo diferenciado, ao proporem que o texto deve ser conceituado como uma unidade semântica e não como uma unidade gramatical. Beaugrande (1997) e Charroles (1988) também desenvolveram pesquisas relevantes nesta corrente teórica.

Pesquisadores brasileiros não deixaram de compor a lista de adeptos desta corrente linguística. Dentre eles, elencamos alguns, cujas pesquisas se destacaram, tais como: Marcuschi (1983, 1998, 1999, 2000); Marcuschi & Koch (1998a, 1998b) Koch & Travaglia (1983), Koch (1987, 1989, 1992, 1997, 1999, 2014), Costa Val (1999), Antunes (2009, 2010).

Considerando os aspectos aqui levantados, pontuamos nosso interesse em eleger a LT como mais um aporte teórico deste trabalho é justificado pelas seguintes razões: primeiro, por ser o texto o nosso objeto de pesquisa, especificamente o gênero textual "artigo de opinião"; segundo, porque, conforme postula Koch (2014, p.12), a LT tem como "objeto central o texto enquanto processo, enquanto atividade sociocognitivo-interacional de construção de sentidos." Essas acepções nos remete a Bentes (2011) que, ao abordar o aspecto referente à elaboração de uma teoria do texto, atribui

> importância ao tratamento dos textos em seu contexto pragmático, isto é, o âmbito da investigação se estende do texto ao contexto, este último entendido, de modo geral, como o conjunto de condições externas da produção, recepção e interpretação dos textos. (BENTES, 2011, p. 251).

Passamos à abordagem de conceitos básicos de texto, gênero, sequências textuais e planos de texto, de acordo com a nossa perspectiva de pesquisa.

2.3.1 Texto e textualidade: alguns conceitos

Para abordarmos aspectos referentes ao texto e à textualidade, primeiramente, apresentamos o conceito de língua e de linguagem, com os quais operamos neste trabalho.

O conceito de língua por nós adotado não diz respeito à concepção de que ela está pronta e acabada, que, por outras palavras, nos remete à definição de que língua é o que se encontra registrado em gramáticas ou dicionários, conforme sustentam os defensores do estruturalismo linguístico. Defendemos que, a partir da necessidade que o homem, como ser social, tem de se comunicar, a língua é entendida como um produto de interação, pressupondo, portanto, a presença do *eu* e do *outro*.

Numa abordagem dialógica da linguagem, usar a língua é atuar socialmente e interagir com os outros, o que torna pertinente citar os dizeres de Antunes (2009, p. 22), ao pontuar que "efetivamente, a língua, sob a forma de entidade concreta, não existe. O que existe são falantes. A língua, tomada em si mesma não passa de uma abstração, de uma possibilidade, de uma hipótese."

Esses conceitos nos remetem aos dizeres de Marcuschi (2008) que, ao propor o conceito de língua, aborda-a em diferentes aspectos. Dentre eles, ressaltamos aquele no qual o pesquisador concebe a língua como uma atividade sociointerativa situada e relata que

> Essa posição toma a língua como uma atividade sociohistórica, uma atividade cognitiva e atividade sociointerativa. Na realidade, contempla a língua em seu funcionamento social, cognitivo e histórico, predominando a ideia de que o sentido se produz situadamente e que a língua é um fenômeno encorpado e não abstrato e autônomo. (MARCUSCHI, 2008, p.60).

Corroboramos os conceitos dos autores por nós enumerados e, assim, conceituamos a linguagem como um sistema por meio do qual o homem expõe suas ideias e sentimento, utilizando diferentes formas de manifestação – escrita, oral, gestos e outros.

O texto e a textualidade também têm ocupado lugar de destaque nas pesquisas desenvolvidas por linguistas, nas últimas décadas e, tendo em vista nosso objeto de estudo, avaliamos ser oportuno abordarmos aspectos sobre esses temas.

Com relação ao conceito de texto, retomamos a proposta de Bakhtin (1992) que, numa abordagem dialógica da linguagem, aponta para o pressuposto de que usar a língua é atuar socialmente e interagir com os outros. Nessa perspectiva, Antunes (2013, p. 49) ressalta que "usar a linguagem é uma forma de agir socialmente (...) e que essas coisas só acontecem em textos". Podemos considerar que, a partir de um propósito comunicativo, lançamos mão de um texto e de que ainda conforme Antunes (2011, p.

30) "(...) o que falamos ou escrevemos, em situações de comunicação, são sempre textos". Nesse caminho, entendemos que um texto é um produto resultante de um processo de elaboração mental, logo, cognitivo, utilizado para expressar nosso pensamento em um dado momento de interação verbal ou escrita.

O aspecto dialógico pressupõe um ato de reciprocidade entre sujeitos em um momento comunicativo, o que torna pertinente ressaltar as considerações de Cavalcante (2012, p. 19) ao anunciar que "um texto é balizado pela noção de interação". Essa asserção direciona nosso olhar para as palavras de Koch e Elias (2016,) ao proporem que

> Na abordagem interacional sociocognitiva, o texto é uma realização que envolve sujeitos, seus objetivos e conhecimentos com propósito interacional. Considerando que esses sujeitos são situados sócio-histórica e culturalmente e que os conhecimentos que mobilizam são muitos e variados, é fácil supor que o texto "esconde! Muito mais do que revela a sua materialidade linguística." (KOCH & ELIAS (2016, p. 32).

Outras características sobre o conceito de texto advêm dos estudos do linguista espanhol Enrique Bernárdez. Nessa direção, Bernárdez (1995, p. 138), postula que os textos funcionam como um sistema *complexo, dinâmico e aberto*. O sistema é *complexo* porque é formado pela interação de vários subsistemas, como os gramaticais (morfologia, sintaxe, pragmática e outros) e a linguagem. É *dinâmico* pelo fato de o fator tempo exercer uma influência fundamental, uma vez que tanto a produção como a recepção dos textos podem ter sua dinâmica alterada de acordo com influências recebidas do exterior. Além disso, é um sistema *aberto,* pois a comunicação linguística depende sempre de fatores externos. Dessa forma, a estrutura de um texto depende não apenas da gramática da linguagem, mas também, e fundamentalmente, das características do produtor, do receptor, do contexto, da situação comunicativa, dentre outros.

Na perspectiva de Marcuschi (2008, p. 88) "o texto é a unidade máxima de funcionamento da língua". Ele pode ser concretizado de forma verbal (oral ou escrita), por imagens, independente de tamanho, concretizados por indivíduos em uma situação comunicativa. Para Cavalcanti (2012, p. 18) "o que faz o texto ser um texto é um conjunto de fatores, acionados para cada situação de interação, que determinam a coerência dos enunciados."

Considerando que os sujeitos são seres essencialmente sociais, é pertinente afirmar que produzimos e recebemos textos frequentemente em nossa vida, uma vez que sempre temos um propósito, um objetivo para nos tornarmos presentes e visíveis no meio social em que vivemos. Somos dotados de desejos, expectativas e metas, o que leva a exteriorizar nossas metas ou pensamentos.

Nesse caminho, acreditamos que somos levados a produzir ou receber texto, o que nos sugere ser pertinente situar as palavras de Antunes (2010) ao anunciar que

> (...) todo texto tem um propósito comunicativo. Caracteriza-se, portanto, como uma atividade eminentemente funcional, no sentido de que a ele recorremos com a finalidade, com um objetivo específico, nem que seja, simplesmente para não ficarmos calados. (ANTUNES, 2010, p. 30-31).

Enfim, o texto é sempre o produto de uma ação linguística demarcada pela realidade do mundo em que os sujeitos envolvidos estão inseridos, o que nos possibilita situá-lo em dois pontos de vista, defendidos por Marcuschi (2008). Um deles pode-se dizer que o texto pode ser situado no contexto situacional, envolvendo "desde as condições imediatas até a contextualização cognitiva, os enquadres sociais, culturais, históricos e todos os demais que porventura possam entrar em questão num dado momento do processo discursivo". (MARCUSCHI, 2008, p.87). Este linguista sinaliza, ainda que o texto se materializa mediante relações de sentido, caracterizadas como relações semânticas que se dão entre os elementos no interior do próprio texto.

Essa caracterização comunga com a proposta da Teoria da Estrutura Retórica, pois é uma teoria que aponta para a existência dessas relações semânticas que emergem entre as porções textuais, com foco na coerência, além de considerar o contexto em que o texto pode ser inserido.

Um aspecto relevante deve ser considerado por estudiosos das Linguística Textual para definir o que pode ser considerado um texto, em outras palavras: o que difere um conjunto de palavras ou de frases de um texto. Conforme muito bem disse Costa Val (1999), "a distinção de textos de não- textos" pode ser materializada pelo critério da textualidade, uma das principais concepções norteadoras dos estudos relacionados à Linguística Textual. A textualidade, segundo Beaugrande (1997, p.10) é a qualidade essencial de todos os textos, entendida como um processo de textualização e não somente como um artefato (ou produto) de sons ou marcas linguísticas. Para o

linguista um texto não existe, como texto, a não ser que alguém o esteja processando. Essa concepção justifica a afirmativa de Beaugrande (1997, p. 10) ao afirmar que o texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais.

Beaugrande (1997) aponta sete princípios da textualidade[11]: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e a intertextualidade.

Quanto à coesão, Costa Val (1999) a considera como o princípio responsável pela unidade formal do texto, construída por mecanismos gramaticais e lexicais. Marcuschi (2008, p. 99) afirma que "os processos de coesão dão conta da estruturação da sequência [superficial] do texto (seja por recursos conectivos ou referenciais); não são simplesmente princípios sintáticos."

A coerência é o princípio da textualidade que, segundo Costa Val (1999, p. 5) "resulta da configuração que assumem os conceitos e relações subjacentes à superfície textual", e envolve, além de aspectos lógicos e semânticos, os cognitivos, uma vez que implica em partilhar de conhecimentos entre os interlocutores. Para Marcuschi (2008, p. 121) a coerência é, principalmente, "uma relação de sentido que se manifesta entre os enunciados, em geral de maneira global e não localizada."

Ao analisar um texto, entendemos ser importante aproximar os conceitos referentes à coesão e à coerência, tendo em vista que os componentes linguísticos são imprescindíveis para a materialização do texto e, ao mesmo tempo, por si só, não garante toda a compreensão interpretativa.

Para traçarmos um paralelo entre coesão e coerência, registramos os dizeres de Costa Val (1999) quando chama a atenção para o fato de que

> A coerência e a coesão têm em comum a característica de promover a inter-relação semântica entre os elementos do discurso, respondendo pelo que se pode chamar de conectividade textual. A coerência diz respeito ao nexo entre os conceitos e a coesão à expressão desse nexo no plano linguístico. (COSTA VAL, 1999, p. 7).

[11] Os sete princípios da textualidade foram tratados, aqui, a partir dos estudos de Beaugrande (1977), Costa Val (1998, 1999) e Marcuschi (2008).

A coerência nos reporta, mais uma vez, à Teoria da Estrutura Retórica que apresenta esse princípio como uma das características balizadoras de seu conceito.

Ao considerarmos na coerência com foco na RST, podemos nos deixar direcionar pelos postulados de Marcuschi (2008) ao propor que

> Relações de coerência são relações de sentido e se estabelecem de várias maneiras. Por exemplo, na sequência de dois enunciados, sendo que um deles pode ser tomado como causa e outro como consequência. Ou então um é interpretado em função do outro. (MARCUSCHI, 2008, p. 121).

Essa asserção do linguista corrobora o conceito de coerência assumido pelos criadores da RST, ou seja, um texto coerente deve apresentar ligações semânticas entre as partes ou porções que o compõem. Dizendo de outra forma, a RST caracteriza a coerência como a ausência de lacunas no texto.

Na mesma direção, entendemos que essa denominação nos leva a perceber a coerência em uma perspectiva sociocomunicativa, portanto, associada a uma atividade social e uma atividade cognitiva interligadas, o que nos remete às palavras de Cavalcante e outros (2017, p. 92) ao sinalizarem que "a unidade de sentido, ou *coerência*[12], é construída conjuntamente entre os participantes da interação e está sempre integrada a um contexto social específico."

Ainda no que se refere aos princípios da textualidade, referimo-nos, a seguir aos demais que não estão descritos no texto, mas se centralizam no recebedor, materializando-se na interação texto-leitor. É sobre eles que passamos a discutir.

A situacionalidade se refere, segundo Beaugrande (1997, p. 15) ao fato de relacionarmos o evento textual à situação, seja social, cultural, do ambiente, dentre outras. É um fator que não só serve para interpretar e relacionar o texto ao seu contexto interpretativo, mas também para orientar a própria produção, ou seja, a situacionalidade permite a adequação do texto a uma situação comunicativa, ao contexto, e orienta o sentido do discurso. Dessa forma, um mesmo texto pode apresentar interpretação diferente para diferentes leitores.

Outro fator inerente à textualidade é a intencionalidade. Ela se refere ao esforço do produtor do texto em construir uma comunicação eficiente capaz de satisfazer os objetivos comunicativos, o que vale dizer que o texto produzido deverá ser compatível com as intenções comunicativas do produtor.

---

[12] Grifo dos autores.

Conforme propõe Beaugrande (1997), a aceitabilidade é o fator da textualidade que diz respeito à atitude do leitor, que recebe o texto como uma configuração aceitável, aceitando-o como coerente e coeso, ou seja, interpretável e significativo. Dessa forma, o leitor se propõe a aceitar o produto como um texto na medida que apresenta reações no sentido de entender, considerar, reagir, dentre outros.

A informatividade é caracterizada por Beaugrande (1997) como o princípio que, para interpretar os conteúdos veiculados nos textos, o leitor deve considerar os seus conhecimentos prévios.

Reportamo-nos, também, a Costa Val (1999, p. 14), ao afirmar que "o interesse do recebedor pelo texto vai depender do grau de informatividade de que o último é portador". De acordo com Fávero (1985, p. 13), "todo texto contém pelo menos alguma informatividade: não importa quão previsíveis possam ser a forma e o conteúdo; haverá sempre algumas ocorrências que não poderão ser inteiramente previstas". Contudo, vale ressaltar que, de acordo com a função comunicativa, um texto com alto grau de previsibilidade não deixa de ser informativo, ao mesmo tempo em que outro que apresenta alto grau de imprevisibilidade tanto pode ser interessante ou não. Pode ocorrer que o grau de imprevisibilidade seja tão alto que o torne incompreensível pelo leitor.

O último critério da textualidade é a intertextualidade que diz respeito aos fatores que tornam a interpretação de um texto vinculada à interpretação de outros. É um princípio que se refere às diversas maneiras pelas quais a produção e a compreensão de um texto dependem do conhecimento de outros textos por parte dos leitores.

Considerando que nossa pesquisa se alicerça, também, nos pressupostos de Adam, salientamos o conceito de textualidade por ele defendido. Diferentemente de Beaugrande (1997), Adam (2011, p. 63) se refere à textualidade como um conjunto de operações de textualização que levam o sujeito a considerar, na produção ou na leitura, que um conjunto de enunciados forma um todo significante, ou seja, um texto. Para ele, as operações de textualização asseguram a continuidade textual por meio das proposições-enunciados.

As unidades textuais são submetidas a dois tipos de operações de textualização: *operações de segmentação* e *operações de ligação*. As primeiras – *operações de segmentação* - se encarregam de separar as unidades textuais, delimitadas pela orientação tipográfica da escrita; pausa, entonação e/ou movimentos dos olhos e da cabeça, na oralidade. Por outro lado, as unidades textuais demarcadas pela segmentação

e por diversos marcadores se relacionam pelas *operações de ligação*, constituindo, assim, as unidades semânticas e os processos de continuidade pelos quais se reconhece um segmento textual.

2.3.2 Gêneros: conceito e caracterização

Considerando a complexidade e o dinamismo dos textos e que eles são produzidos em situações de comunicação dos sujeitos, motivados por um propósito comunicativo, depreendemos que eles podem apresentar características específicas.

Para esclarecermos melhor nossa hipótese, já registrada na introdução, consideramos os estudos de Bernárdez (1995, p. 113), ao argumentar que os textos apresentam um grau de variação bem menor do que variam as palavras ou as orações, o que lhes confere formas mais prototípicas em situações de comunicação. Dizendo em outras palavras, os textos apresentam uma certa estabilidade estrutural, um certo estado de equilíbrio quando produzidos em situações de interação, o seja, situações de comunicação.

Vale ressaltar que os textos apresentam determinada forma de construção, que abarca certas porções, ou partes, ou sequências de elementos que nos fazem dizer, por exemplo, se é um artigo de opinião ou uma notícia ou outro gênero. Estamos falando da prototipicidade dos elementos, fator que determina a caracterização textual predominante em um dado gênero.

Os gêneros textuais são textos empíricos, ou seja, aqueles materializados e que circulam na sociedade e em nossa vida diária. Retomamos a fala de Marcuschi (2008), ao salientar que os gêneros textuais são

> textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas". (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

A partir dos estudos de Bakhtin (1992), apontamos que estamos submetidos a tal variedade de gêneros textuais que, em alguns casos, a sua identificação torna-se difícil. Essa dificuldade de classificação acha-se respaldada pelos estudos desse teórico ao afirmar que os gêneros são tipos "relativamente estáveis de enunciados". (BAKHTIN,

1992, p. 279). Entretanto, apesar da multiplicidade dos gêneros, é possível prever, com certa flexibilidade, elementos que não devem faltar em um gênero ou elementos que podem não estar presentes.

A esse respeito, merecem destaque as considerações de Antunes (2010), ao afirmar que a ênfase sobre a questão classificatória dos gêneros deve estar voltada para os modelos pelos quais o produtor realiza o seu objetivo, ou seja, seus fins comunicativos, e não ao aspecto que pode sinalizar uma organização uniforme de classificação. Assim, é possível concluir que um gênero é definido não pelo seu aspecto formal, mas pela sua funcionalidade.

Nesse caminho, ressaltamos as palavras de Bazerman (2006) ao anunciar que, em uma perspectiva social, o gênero pressupõe a participação ativa dos falantes no uso da língua, o que provoca alterações e, ao mesmo tempo dá estabilidade a um gênero.

Dentre os inúmeros gêneros que circulam socialmente, citamos carta pessoal, telefonema, sermão, bilhete, aula expositiva, horóscopo, receita culinária, artigo de opinião, crônica, reportagem, e-mail, dentre outros.

Ainda sobre a caracterização de gêneros, tomamos por empréstimo os dizeres de Bernárdez (1995, p. 113) ao propor que existe a possibilidade de se encontrar estabilidade estrutural na interação verbal, o que é denominado *tipos de texto*, advindos do estado de equilíbrio determinado por um conjunto variável de controle. Se estas variáveis se modificam, teremos tipos diferentes de texto.

Vale ressaltar que a denominação *tipos de textos* adotada por Bernárdez se equivale a *gêneros textuais* defendida por outros autores, conforme exposto em nosso trabalho. Ainda a título de esclarecimentos, sinalizamos que concordamos com a proposta dos linguistas ao denominar *gêneros textuais* ou *tipos de textos*, contudo, adotamos a denominação *gêneros*, no decorrer da pesquisa.

Para concluir nossa discussão a respeito de texto e gêneros e considerando a complexidade da caracterização deles, apresentamos as considerações de Beaugrande (1997), ao entender o texto

> como um "sistema de conexões" entre vários elementos: sons, palavras, significados, discurso, participantes, ações em um plano e outros. Uma vez que esses elementos pertencem claramente a diferentes tipos, o texto deve ser um "sistema múltiplo que compreende vários sistemas interativos. E deve ter unidades que são "multifuncionais, por exemplo, uma palavra sendo um modelo de sons, uma parte de frase, uma instrução para "ativar" um significado e assim por diante. Então, a

> sequência que você realmente ouve ou vê é como a ponta de um "iceberg" - uma pequena quantidade material em que uma grande quantidade de informação foi "condensada" por um orador ou escritor e está pronta para ser "amplificada" por um ouvinte ou leitor. (BEAUGRANDE, 1997, p. 10).

Nos dizeres do linguista, o texto é um produto que materializa apenas parte da informação veiculada e que é imprescindível a participação do leitor para que seja construído sentido para ele. Dessa forma, torna-se relevante que o leitor considere todos os elementos verbais e não verbais que formam o conteúdo do texto, além de ter a ciência de que, na interação texto-leitor, o texto, muitas vezes, *esconde* mais do que apresenta subsídios para a compreensão leitora.

A título de exemplificação e corroborando a fala de Beaugrande (1997), propomos a análise de um texto pertencente ao gênero charge, disponível no site do jornal "O Tempo".

(16) Charge

Disponível em: <http://www.otempo.com.br/charges/charge-o-tempo-20-07-2017> Acesso em 22 de ag. 2017.

A princípio, já podemos afirmar que se trata de um texto pelos seguintes motivos: verifica-se o uso efetivo da língua em um evento comunicativo; constitui uma unidade comunicativa; é direcionado a um público específico (leitores de jornal). Pertence ao gênero charge por ser constituído de uma parte verbal e de imagens,

envolvendo a caricatura de personagens, com o objetivo de satirizar acontecimentos políticos pelos quais passa o Brasil.

Portanto, o conteúdo apresentado na superfície do texto, por si só, não é suficiente para que se estabeleça a interação texto-leitor. Para a construção de sentido é importante que o leitor acione conhecimentos prévios e, principalmente, eventos atuais referentes à política brasileira.

Em suma, levando em conta as características dos gêneros aqui levantadas e as várias possibilidades de trabalho com eles por se tratar da língua em uso, mais uma vez, reiteramos o nosso interesse de estudar o artigo de opinião nesta tese.

2.3.3 As sequências textuais e os planos de texto

O linguista francês Jean-Michel Adam faz parte dos grupos dos pesquisadores da Linguística Textual, portanto, seus postulados teóricos também subsidiaram nossas análises, no sentido de verificar se há uma forma mais prototípica do artigo de opinião. Para tanto, selecionamos o modelo oferecido por este teórico cujo objetivo é discutir propostas tipológicas sobre a heterogeneidade discursiva. Nessa perspectiva, buscamos conceitos relativos às sequências textuais e aos planos de texto.

Adam (2011, p. 106) propõe a ideia de discussão-enunciado definida como "uma unidade textual de base, efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação, portanto, como um enunciado mínimo". Aliados a essa proposta, o autor discute os períodos entendidos como unidades que entram diretamente na composição de partes de planos de texto. Para Adam (2011), os planos de texto, ou seja, a estrutura global do texto, retratam a forma de organização dos parágrafos e a ordem em que as palavras se apresentam no texto de maneira a fornecer os elementos necessários à compreensão e à produção. Dessa forma, o linguista introduz a noção de sequências e as define como unidades textuais complexas, compostas de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados, que formam as macroproposições. Essas sequências constituem uma estrutura, isto é, uma rede hierárquica do texto, além de ser uma entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna.

O linguista apresenta as unidades textuais sob duas perspectivas: na primeira, os períodos são definidos como as unidades mais frouxamente tipificadas e as outras são as sequências caracterizadas como mais complexas, tipificadas, constituídas de

macroproposições. Uma sequência pode ser uma estrutura ou uma rede relacional hierárquica, ou, dizendo de outro modo, uma grandeza analisável entre si e ligada ao todo, que é o texto.

Ainda validando a proposta do teórico em questão, as macroproposições definem-se como uma espécie de período cuja propriedade principal é a de ser uma unidade ligada a outras macroproposições, ocupando posições precisas dentro do todo ordenado da sequência. Elas entram na composição de uma sequência e dependem da combinação pré-formatada das proposições. Essas combinações podem ser de ordem narrativa, argumentativa, explicativa, dialogal ou descritiva.

Nesse sentido, acreditamos que a Teoria das Sequências Textuais, proposta por Adam (2011) e a Teoria da Estrutura Retórica, defendida por Mann & Thompson (1984), dentre outros, *apresentam pontos convergentes como, por exemplo, o fato de ambas buscarem a descrição da forma hierárquica como os textos são organizados pelo produtor, com vista a atingir seu objetivo comunicativo.*

2.3.3.1 A Teoria das Sequências Textuais

Antes de abordar as sequências que compõem um texto, propostas por Adam (2011), são discutidos alguns aspectos. O primeiro deles refere-se aos períodos, conceito, que a princípio, se alinhava à gramática normativa e era definido como um enunciado de sentido completo formado por uma ou mais orações. Para esse linguista, o período é entendido sob duas perspectivas: primeiro, como estruturas rítmicas sem conectores, cuja interação é garantida pelas pausas dos falantes. Já a segunda concepção diz respeito aos períodos organizados em torno de conectores. Dizendo de outra forma, Adam conceitua período como unidades que entram diretamente na composição de partes do plano de texto; o segundo refere-se à proposição-enunciado caracterizada como uma unidade textual de base, ou seja, um enunciado mínimo, efetivamente realizado e produzido por um ato de comunicação.

Um conjunto de proposições-enunciados formam as sequências que, por sua vez, constituem as macroproposições, caracterizadas como uma espécie de período que assume como propriedade principal a de ser uma unidade ligada a outras macroproposições, assumindo posições específicas e precisas na composição do todo ordenado da sequência.

Uma macroproposição assume seu sentido em relação às outras, na unidade hierárquica complexa da sentença. Nessa perspectiva, uma sequência é uma estrutura e é conceituada como

> - uma rede relacional hierárquica: uma grandeza analisável em partes ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem;
>
> - uma entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna que lhe é própria, e, portanto, em relação de dependência-independência com o conjunto mais amplo do qual faz parte (o texto). (ADAM, 2011, p. 205)

As macroproposições que constituem uma sequência advêm de combinações pré-formatadas de proposições e podem ser caracterizadas como: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal.

Adam (2011, p. 206) argumenta, a partir de Werlich (1974), que a teoria das sequências foi proposta e elaborada com o objetivo de se opor à excessiva generalidade das tipologias textuais. Nesse caminho, Adam descreve as formas elementares de textualização denominadas narrativas, descritivas, argumentativas, explicativas ou dialogais. Essa teoria apresenta dois níveis de propostas. Em um primeiro nível, atribui-se às proposições, conforme Adam (2011, p. 206) "um sentido ou uma representação proposicional e um valor ilocucionário". Em um segundo nível, os conjuntos de proposições são condensados com a finalidade de serem armazenados na memória de trabalho com o objetivo de permitir, nas palavras de Adam (2011, p. 206), "o prosseguimento da construção do sentido pela integração dos enunciados seguintes".

Por outro lado, e em um outro nível, o agrupamento desses estabelecimentos semânticos, materializados pelo conjunto de proposições, nas palavras de Teun van Dijk (1992), é denominado de "superestruturas", caracterizadas pelo reconhecimento de organizações convencionais, caracterizando, dentre elas, as estruturas narrativa, descritiva e argumentativa.

Passamos à caracterização das sequências textuais propostas por Adam (2011).

- *Sequência descritiva*

De acordo com Adam (2011), a sequência descritiva apresenta uma frágil caracterização sequencial, por isso não existe nela uma ordem estrutural fixa. No nível da composição textual essa sequência se materializa em quatro macrooperações: 1)

Operações de tematização; 2) Operações de aspectualização; 3) Operações de relação e 4) Operações de expansão por subtematização, descritas a seguir.

1. Operação de tematização: Esse tipo de operação se processa de três formas: *Pré-tematização ou ancoragem é* reconhecida quando há uma indicação do objeto situado no início de um período descritivo, anunciando um todo; *Pós-tematização ou ancoragem diferida*: ocorre quando a denominação do objeto se dá no curso ou no final da sequência e a *Rematização ou reformulação*: identificada quando se dá uma nova denominação do objeto, que reenquadra o todo, fechando o período descritivo.

2) Operação de aspectualização: Essa macrooperação se caracteriza pela divisão do todo em partes e, apoiando-se na tematização, especifica essas partes. É constituída de duas operações: *a fragmentação ou partição*, processada pela seleção de partes do objeto da descrição; e a *qualificação ou atribuição de propriedades*, mostrando propriedades do todo e/ou partes selecionadas pela operação de fragmentação.

3) Operação de relação: Essa macrooperação se processa pela relação de *contiguidade*, entendida como uma situação temporal em que o objeto de discurso é situado em um tempo histórico ou individual; ou uma situação espacial da descrição de um objeto de discurso ou outros objetos suscetíveis de tornarem centro de uma descrição. Essas duas operações podem ocorrer de forma implícita.

4) Operação de expansão por subtematização: é uma operação que permite a extensão da descrição pelo acréscimo de qualquer operação a (ou combinada) com uma operação anterior. Contudo, a qualificação só pode se concretizar por uma analogia.

Para ilustrar a sequência descritiva tomamos o exemplo de Adam (2011):

(17) Silhueta esbelta, rosto fino, olhos grandes e linda boca, *Sabine Azema* tem uma graça infinita.
(ADAM, 2011, p. 219)

No exemplo, ocorre uma operação de *tematização* materializada por *pós-tematização* ou *ancoragem diferida*, caracterizada como uma denominação adiada do objeto, nomeando o quadro da descrição no curso ou no final da sequência, sem prejudicar a unidade do período descritivo. Na ocorrência, a denominação do objeto - *Sabine Azema* - ocorreu no curso da descrição, após a sua caracterização delimitada por: *Silhueta esbelta, rosto fino, olhos grandes e linda boca.*

- *Sequência narrativa*

Adam (2011) defende que a sequência narrativa é uma exposição de "fatos" reais ou imaginários, de forma que essa designação geral de "fatos" abrange duas realidades distintas: eventos e ações. A ação se caracteriza pela presença de um agente que pode ser um ator humano ou antropomórfico, que provoca ou tenta evitar uma mudança. Já o evento se materializa sob o efeito de causas, sem intervenção intencional de um agente.

Para este teórico, as diferentes formas de construção da narrativa dependem do grau de narrativização. Dessa forma, uma narrativa, constituída por uma simples enumeração de uma série de ações e/ou eventos, possui um baixo grau de narrativização. Outro aspecto importante é que não há uma regra definida para a segmentação, visto que uma sequência narrativa pode ser separada por letras maiúsculas, ponto ou um conector, tornando-a fortemente segmentada, ou fracamente segmentada. Pode, ainda, ocorrer de as sequências narrativas serem demarcadas por parágrafos.

A título de exemplificação de uma sequência narrativa, selecionamos um parágrafo de A6, transcrito a seguir.

> (18) A queda livre do sistema político brasileiro muda de uma fantasia para uma ameaça palpável, pondo em perigo a estabilidade e a justiça social conquistadas nas últimas décadas. O desafio não é novo. Nas seis décadas que se seguiram ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, sem contar os 21 anos de governo militar (1964-85), cinco dos dez civis que ocuparam a Presidência não terminaram seu mandato constitucional. Em períodos recentes, o Brasil sofreu dois episódios de hiperinflação (1989 e 1994), quando os preços aumentaram mais de 50% ao mês, além

> dos vários meses em que os preços subiram mais de 20%. O regime democrático jamais resolveu o problema fiscal, que vem piorando nos últimos anos. Agora os brasileiros se defrontam com um escândalo de corrupção endêmica, de uma abrangência e profundidade sem precedentes na história do Ocidente, envolvendo uma classe política privilegiada em sua autonomia e em sua proteção jurídica. (GALL, Veja, dez. 2016).

O excerto corresponde ao 1º parágrafo de A6 – *Velhos desafios*, de Norman Gall. Nele, podem ser identificadas características de uma sequência narrativa por apresentar o relato de fatos que justificariam os desafios pelos quais passa o Brasil no sentido de manter a "estabilidade e a justiça social conquistadas nas últimas décadas."

Dessa forma, são citados, ou seja, narrados três fatos distintos: 1°) Após o suicídio de Getúlio Vargas, cinco civis que se tornaram presidentes, não concluíram o mandato; 2º) Em épocas mais recentes, o Brasil passou por dois períodos de hiperinflação (1989 e 1994); 3º) O regime democrático ainda não conseguiu resolver o problema fiscal no país.

Vale ressaltar que os períodos narrativos se encarregam de assegurar a argumentação, mediante evidências de que, realmente, é um velho desafio garantir a estabilidade e a justiça social no Brasil.

- *Sequência explicativa*

Segundo Adam (2011, p. 238), "a explicação pode aparecer em segmentos curtos." As sequências explicativas são marcadas, em uma estrutura geral, pela presença de conectores ou operadores discursivos, ou seja, "operadores" como "é que", "porque" "é para".

Para exemplificar a sequência explicativa, selecionamos um excerto de A3 a seguir:

> (19) O fato de essa violência ser sistemática comprova que existe uma cultura de violência contra a mulher, **porque** também vivemos em um país em que, a cada cinco minutos, uma mulher é agredida. (RIBEIRO, Carta Capital, out./2016).

Este excerto do texto pode ser caracterizado como uma sequência explicativa, cuja finalidade seria relatar a existência de uma violência sistemática, comprovada pela

existência de uma cultura de violência contra a mulher. A explicação que justifica a asserção anterior é anunciada pelo conector *porque*, ao explicar que é anunciado um número exorbitante de mulheres agredidas em cada cinco minutos, no Brasil.

- *Sequência dialogal*

As sequências dialogais encontram-se em texto dialogal-conversacional, conforme propõe Goffman (1987, p. 85, *apud* Adam, 2011, p. 248) ao veicular que "as enunciações não se encontram localizadas em parágrafos, mas em turnos de fala, que são outras tantas ocasiões temporárias de ocupar, de forma alternada, a cena (...)".

Apresentamos um exemplo nosso de uma sequência dialogal mediante um excerto do livro O Pequeno Príncipe de Antoine de Saint-Exupéry (1981). Para tanto, demonstramos uma parte do diálogo entre o príncipe e a flor, que, no momento de despedida, ela externa o seu amor, se sente uma tola, pede perdão e sugere que ele deveria deixar a redoma.

(20) - Mas o vento ...
- Não estou assim tão resfriada ... O ar fresco da noite me fará bem. Eu sou uma flor.
- Mas os bichos ...
- É preciso que suporte duas ou três larvas se quiser conhecer as borboletas. Dizem que são tão belas! Do contrário, quem virá visitar-me? Tu estas longe ... Quanto aos bichos grandes, não tenho medo deles. Eu tenho as minhas garras. (SAINT-EXUPÉRY, 1981, p. 36).

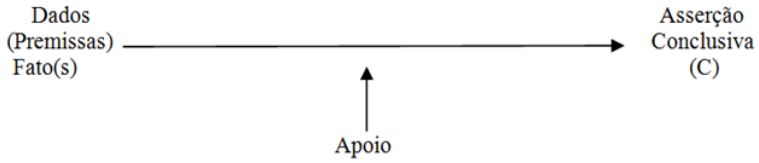
Este excerto em discurso direto apresenta uma estrutura de sequência dialogal elementar, em um encadeamento de réplicas dos personagens: A → o príncipe e B → a flor. Nesta passagem, conforme os postulados de Adam (2011, p. 249), as réplicas "se alternam para formar um intercâmbio completo." Essa ação se realiza pelas perguntas e respostas, de forma que (A) inicia a fala com um questionamento sobre o vento, depois que ele deixasse a redoma, o que provoca a resposta de (B), justificando que, por ser uma flor, o ar fresco lhe fará bem. A segunda indagação do príncipe para não sair da redoma, ou seja, continuar a vida como sempre foi, se refere à ameaça que poderia sofrer dos bichos. A justificativa é proferida em forma de uma reflexão sobre a necessidade de que é necessário passar por dificuldades para alcançar uma vitória, ao citar a metáfora das larvas que se tornam borboletas.

- *Sequência argumentativa*

Nos dizeres de Adam (2011, p. 233), uma sequência argumentativa é caracterizada como um modelo de composição argumentativa que busca a argumentação centrada em evidências em torno de dois movimentos: *demonstrar-justificar* uma tese e *refutar* uma tese ou certos argumentos de uma tese adversa. Dessa forma, o autor expõe que o ato de argumentar parte de premissas (dados, fatos) que não poderiam ser admitidos sem se admitir, também, esta ou aquela conclusão-asserção. Para garantir a passagem dos dados/fatos à conclusão, são utilizados "procedimentos argumentativos" que têm o objetivo de demonstrar encadeamentos de argumentos-provas, equivalendo, às vezes, aos suportes de uma lei de passagem, outras vezes a microcadeias de argumentos ou a movimentos argumentativos encaixados.

Adam (2011) parte da sequência de Toulmin (1993) e propõe um esquema argumentativo simplificado, demonstrado no Esquema 1.

Esquema 1: Esquema argumentativo



Fonte: Adam (2011, p. 233).

Conforme demonstrado no Esquema 1, o esquema argumentativo mais simplificado é composto pela apresentação de uma *tese*, pelos procedimentos argumentativos centrados em *dados*, caracterizados como premissas ou fatos que encaminham a argumentação para uma *conclusão*. Esses dados são o ponto de apoio para que seja apresentada uma conclusão.

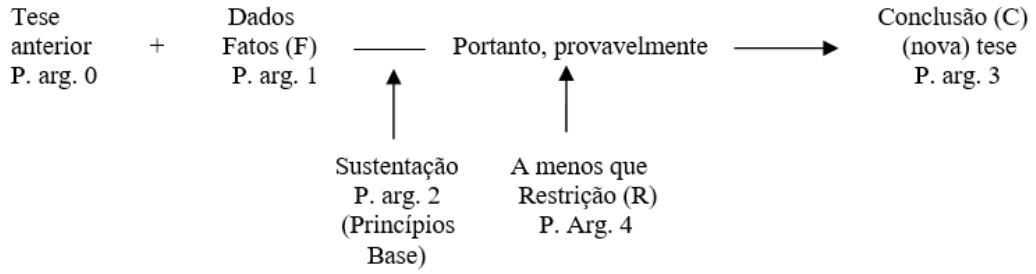
Nessa perspectiva, van Dijk (1980, p. 119), registra a proposta de uma superestrutura convencional da argumentação, caracterizada como aquela que se concretiza mediante apresentação de 'premissa' e 'conclusão', ressaltando, ainda, que esses segmentos podem ser preenchidos com significados diferentes. Percebemos, entretanto, que essas formas apresentam certas restrições a respeito do seu conteúdo e

significado, o que leva a uma conclusão pertinente àquelas proposições apresentadas nas premissas.

Contudo, o autor, ao considerar o princípio, passa a conceber a argumentação à luz do princípio dialógico, admitindo que o processo argumentativo pode levar em conta possíveis restrições. Para sustentação dessa hipótese, Adam (2011, p. 234) retoma as palavras de Moeschler (1985) e expõe que um discurso argumentativo se estabelece sempre em relação a um contradiscurso efetivo ou virtual, por isso, a argumentação é inseparável da polêmica, o que resulta, sobretudo, na apresentação de contra-argumentos. Essa característica tornou-se uma característica primordial da argumentação.

Diante dessa constatação, Adam (2011, p. 234) atribui à sequência argumentativa prototípica completa uma forma que deixa espaço para a contra-argumentação, conforme Esquema 2.

Esquema 2: Esquema prototípico da sequência argumentativa.



Fonte: Adam (2011, p. 234).

Adam (2011) chama a atenção para o fato de que o Esquema 2 não está estruturado em uma ordem linear obrigatória. Por isso, a (nova) tese (P.arg. 3) pode ser formulada logo no início e retomada, ou não, por uma conclusão que a repete no final da sequência, de forma que a tese anterior (P. arg 0) e a sustentação podem estar subentendidos. De acordo a proposta do autor, esse esquema comporta dois níveis:

- Justificativo: (P. arg. 1 + P.arg. 2 + P. arg. 3) em que a estratégia argumentativa é dominada e o locutor quase não é considerado;
- Dialógico ou contra-argumentativo: (P. arg. 0 + P.arg. 4): nesse nível, a estratégia argumentativa tem o objetivo de buscar uma transformação dos

> conhecimentos. Para tanto, a argumentação é negociada com um contra-argumentador (auditório) real ou potencial.

Transcrevemos, a seguir, o segundo parágrafo de A1, cujas características nos levam a classificá-lo como, predominantemente, argumentativo.

> (21) Diria inicialmente que o melhor argumento apresentado pelos que defendem as charges de Charlie Hebdo e a violência nelas contida é: não devemos regredir no tempo e criar uma lei contra a blasfêmia. A percepção é correta, pois religião não é apenas uma questão de crença, mas de instituições que têm peso político decisivo em nossas sociedades. Católicos, evangélicos, muçulmanos, judeus, todos procuram interferir, de acordo com suas forças sociais, no ordenamento jurídico de nossas sociedades a partir de estratégias variadas. Impedir que tais instituições sejam criticadas por meio das armas da ironia seria de fato um equívoco brutal. Afirmar que não se deve ironizar o que grupos sociais relevantes consideram como "sagrado" seria bloquear uma dimensão essencial do pensamento crítico. Seria difícil entender por que não censurar do mesmo modo os livros de Nietzsche nos quais ele insiste na "morte de Deus" ou A vida de Brian, do Monty Python. (SAFATLE, Carta Capital, jan. 2015).

O parágrafo apresenta sequências predominantemente argumentativas, contudo, esclarecemos que, em se tratando de um parágrafo apenas, não é possível identificar todos os elementos de um esquema argumentativo de base, proposto por Adam (2011). Assim, verificamos sequências argumentativas, indicando o fato (tese) e argumentos que buscam a sustentação dela, conforme demonstrado, a seguir:

Fato (tese): "(...) melhor argumento apresentado pelos que defendem as charges de Charlie Hebdo e a violência nelas contida é: não devemos regredir no tempo e criar uma lei contra a blasfêmia".

Argumento (comprovação da tese): "A percepção é correta, pois religião não é apenas uma questão de crença, (...)"

Argumento (evidência): "Impedir que tais instituições sejam criticadas (...) seria de fato um equívoco brutal." / "Afirmar que não se deve ironizar o que grupos sociais relevantes consideram como "sagrado" seria bloquear uma dimensão essencial do pensamento crítico." / Seria difícil entender por que não censurar do mesmo modo os livros de Nietzsche (...) ou A vida de Brian, (...)"

Ainda a respeito da tipologia proposta por Adam, ancoramo-nos nas palavras de Souza (2012, p. 360) ao apontar que a "dominância sequencial pode ser definida pela sequência matriz que abre o texto e fecha o texto, pelo maior número de sequências de um mesmo tipo e pela sequência na qual um texto pode ser resumido."

A propósito, esclarecemos que, nesta pesquisa, optamos por identificar a prototipicidade do artigo de opinião, observando a recorrências das sequências textuais, identificadas na análise de cada texto.

2.3.3.2 Os planos de texto

Partindo do pressuposto de que o texto é constituído por partes que se relacionam hierarquicamente a fim de formar um todo coerente, conforme propõe a RST, um dos caminhos para compreendê-lo é identificar a sua composição. Essa asserção nos direciona a considerar as porções textuais de acordo com os postulados da RST, ou os subconjuntos das partes que formam o artigo, na perspectiva da TST. Dessa forma, o texto é compreendido, como propõe Adam (2011, p. 256), como uma unidade semântica e pragmática do enunciado que forma todo o texto.

Comungamos com a proposta de que compreender um texto implica em compreendê-lo como um todo. Para tanto, buscamos as palavras de Adam (2011, p. 256) ao expor que "um texto pode ser constituído de trechos sucessivo que formam subconjuntos em seu interior". Assim, coube a nós reiterarmos novamente os dizeres deste linguista no momento em que ele sinaliza uma importante questão: "O reconhecimento do texto como um todo, passa pela percepção de um plano de texto, com suas partes constituídas, ou não, por sequências identificáveis." (ADAM, 2011, p. 256).

Nessa perspectiva, chamamos a atenção para o nosso objeto de estudo. Em comunhão com a proposta de Adam, sinalizamos que o artigo de opinião é um texto constituído por proposições formadas por períodos que, por sua vez são distribuídos em parágrafos, apresentando argumentos acerca de uma temática proposta pelo produtor. No final do texto é registrada uma conclusão, além da apresentação de uma nova tese sobre o assunto focalizado.

Embora Adam (2011) defenda a ideia de que os textos são estruturados de maneira bastante flexível, o linguista focaliza a relevância dos planos de textos que,

juntamente com os gêneros, estão à disposição dos usuários da língua nos diferentes grupos sociais. Além disso, o linguista coloca em pauta o papel importante desempenhado pelos planos de texto na composição macroestrutural do sentido do texto. Para o pesquisador eles agregarem blocos de texto, ou macroações, materializados pelas sequências textuais e, ao mesmo tempo, "estabelecem a organização global prescrita por um gênero". (GIERING; FOLLMANN, IRACET, 2013, p. 8). Em suma, Adam (2011, p. 258) considera os planos de texto "o principal fator unificador da estrutura composicional" de um texto.

Para explicitar essa composição dos textos, Adam (2011, p. 258) defende dois tipos que podem, segundo ele, abranger a grande variedade de planos de textos que podem ser *fixos* ou *ocasionas*. Os primeiros se caracterizam como aqueles que permitem, na produção, na leitura ou na escuta identificar a organização global de um texto de acordo com o gênero ao qual pertence, além de circularem frequentemente entre os grupos sociais. Dentre os planos fixos, podem ser citados verbetes de dicionários, atas, cartas, a estrutura do soneto, dentre outros.

Por outro lado, Adam (2011) traz à baila os planos de texto *ocasionais*. Para ele, tanto no que se refere à produção quanto à interpretação,

> o texto é objeto de um trabalho de reconstrução de sua estrutura que, passo a passo, pode levar à elaboração de um plano texto ocasional. Essa operação de estruturação baseia-se na macrossegmentação (alíneas e separações marcadas) e nos dados peritextuais entretítulos, mudanças de partes ou de capítulos. (ADAM, 2011, p. 263).

Não há, para o linguista, uma forma específica para demarcar os segmentos textuais que formam um plano ocasional de texto. Eles são identificados considerando as informações cotextuais e podem ultrapassar os níveis dos períodos e das sequências. Assim, Adam (2011, p. 263) afirma que em um plano ocasional "o grau de demarcação dos segmentos textuais, sem prejudicar seu conteúdo e sua extensão, varia muito", o que corrobora a denominação desse tipo de plano de texto: *ocasional*.

Para Cabral (2013, p. 244), o plano de texto permite explicitar a estrutura global do texto no que se refere à forma como os parágrafos se organizam, bem como a ordem em que as palavras de apresentam, fornecendo os elementos necessários à produção e à compreensão dele.

A partir da proposta de Adam (2011) no que se refere à TST, objetivamos, após identificar as sequências textuais, apresentar a proposta de um plano de texto dos artigos de opinião que compõem o *corpus* desta pesquisa.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

Neste capítulo, descrevemos os critérios que orientaram a seleção do *corpus*, bem como aspectos que se referem à metodologia adotada para a análise. Discorremos também sobre a ferramenta RST Tool, utilizada para a elaboração dos diagramas que demonstram a organização retórica da macroestrutura dos textos.

3.1 A constituição do *corpus*

O *corpus* desta pesquisa é constituído de seis artigos de opinião, publicados nas revistas semanais de informação *Carta Capital e Veja*, no período de 2015 – 2016.

Com a finalidade de listar os artigos de opinião selecionados, elaboramos o Quadro 8, indicando o título, o autor, a fonte e o ano de publicação. O propósito de escolha dos textos foi direcionado no sentido de constar diferentes autores, bem como temáticas diversificadas, entretanto, ressaltamos que não fez parte deste estudo a discussão da ideologia veicula nos artigos analisados. Quanto à apresentação das revistas e dos textos, ela se deu de forma aleatória; contudo, a ordem cronológica de publicação dos artigos foi priorizada.

Quadro 8: Textos selecionados para o *corpus*

Título do texto	Autor(a)	Fonte	Ano de publicação
Palavras e metralhadoras	Vladimir Safatle	Carta Capital, São Paulo, 21 jan. 2015, p. 27.	2015
É preciso mudar	Delfim Netto	Disponível em: <http://cartacapital.com.br>. Acesso em: 18 mai. 2017.	2016
Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?	Djamila Ribeiro	Disponível em: <http://cartacapital.com.br>. Acesso: em12 set. 2016.	2016
Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras	Maílson da Nóbrega	Veja, São Paulo, 06 mai. 2015, p. 18	2015
O pior ensino médio do mundo?	Cláudio de Moura Castro	Veja, São Paulo, 14 dez. 2016, p. 72	2016
Velhos desafios	Norman Gall	Veja, São Paulo, 14 dez. 2016, p. 72	2016

Na seleção deste *corpus*, priorizamos alguns critérios que, a nosso ver, nos possibilitariam chegar a resultados que refletissem de forma mais confiável possível a maneira como os articulistas produziram os textos de base argumentativa, no período selecionado, de forma a atingir seu objetivo comunicativo. Os critérios adotados são descritos a seguir:

- *O gênero:* a escolha pelo gênero se deu pelo fato de ser um texto que possibilita pontuar e discutir assuntos que, além de atuais, podem ser de interesse de grande parte, senão da maioria de leitores.

- *Demarcação do gênero:* o gênero artigo de opinião é amplamente explorado em exames de proficiência de estudantes, por exemplo, o Saeb e o Enem, e muitos apresentam dificuldades para a produção dele, conforme constatado nos resultados desses exames. Acreditamos que esta pesquisa possa contribuir para eficiência de produção de textos deste gênero.

- *O suporte:* as revistas selecionadas são de grande circulação e abrangência significativa na sociedade, além de terem públicos diversificados.

- *Abrangência do suporte*: revista é um suporte que apresenta diversidade de assuntos, pois são tratadas temáticas variadas.

- *Veiculação em revistas impressas e de circulação on line:* considerando que as revistas selecionadas estão disponíveis para o leitor, em versão impressa e em versão *on line*, avaliamos ser pertinente apresentar textos publicados das duas formas.

- *Período:* Embora nossa pesquisa não tenha um viés sincrônico, optamos por selecionar artigos de opinião publicados no período de 2015 – 2016 com o objetivo de priorizar a produção de um determinado período jornalístico.

Vale ressaltar que, a princípio, estipulamos que o *corpus* seria composto por vinte e quatro textos que seriam analisados com o propósito de identificar a estrutura

retórica da macroestrutura do texto, conforme Mann & Thompson (1988) e organização das sequências textuais, bem como os planos de texto, segundo Adam (2011).

No decorrer da análise, verificamos que o *corpus* era muito extenso e que, pelo período de tempo disponível para a pesquisa e, sobretudo, pela recorrência dos dados identificados, o número de textos deveria ser reduzido, sem prejuízo para a coleta, análise dos dados e conclusão da pesquisa. Dessa forma, foram analisados doze textos e, dentre eles, selecionamos para apresentação na tese, seis artigos, sendo três da revista *Carta Capital* e três da *Veja*.

Entendemos que os critérios selecionados se justificam pelo fato de esta pesquisa buscar a configuração prototípica do gênero textual artigo de opinião, a partir das duas correntes teóricas específicas, na medida em que elas nos possibilitam verificar a organização destes textos mediante suportes, autores e temáticas diversificados.

Para o desenvolvimento do trabalho, a fim de garantir os objetivos enumerados na Introdução desta tese, foram estabelecidas etapas aliadas a uma metodologia de pesquisa adequada aos propósitos apontados. Foram, pois, delimitadas as bases teóricas que sustentaram todo o trabalho, direcionando a análise para teorias de autores funcionalistas, bem como pesquisas científicas voltadas para o estudo do conceito de texto, gêneros e da organização textual na vertente do Funcionalismo Linguístico e da Linguística Textual.

Primeiramente, realizamos um estudo aprofundado no que diz respeito à posição teórica assumida neste trabalho: a que se refere ao Funcionalismo Linguístico, especificamente o da costa oeste norte-americana, com destaque na Teoria da Estrutura Retórica; a segunda refere-se à Linguística Textual no que diz respeito aos conceitos de língua, linguagem, texto e gêneros, visto que esta pesquisa tem o propósito de focar um gênero: o artigo de opinião.

Ainda nesta vertente teórica foi desenvolvido um estudo detalhado sobre a Teoria das Sequências Textuais, propostas por Adam (2011). Essa decisão se justifica pelo fato de buscarmos a identificação da organização prototípica do gênero textual selecionado com foco na estrutura retórica do texto e nas sequências textuais, bem como na organização dos planos de textos, a fim de asseverar uma interface entre o Funcionalismo Linguístico e a Linguística Textual.

Num segundo momento, passamos à seleção e à análise dos artigos de opinião, utilizados na aplicação do referencial teórico estabelecido, para que fosse ou não

comprovada a hipótese levantada para essa pesquisa e que, conforme já mencionada na Introdução, é direcionada para *o fato de que o artigo de opinião, por ser de base argumentativa, é um gênero que favorece a emergência de relações retóricas de elaboração, lista, sequência, evidência e avaliação, bem como a predominância da sequência argumentativa, tendo em vista o objetivo do autor, que é o de desenvolver sua tese e os seus argumentos.*[13]

3.2 Os procedimentos metodológicos

Para a descrição e a análise dos dados oriundos do *corpus* composto por textos do gênero artigo de opinião, optamos por adotar os procedimentos teórico-metodológicos descritos a seguir:

a) segmentação do texto em porções textuais, isto é, em unidades de informação ou unidades informacionais. Alinhadas aos postulados de Chafe (1985), as unidades de informação foram nomeadas, primeiramente, como unidades de pensamento (*idea unit*) e se referiam à língua falada. Elas apresentam um único contorno de entonação coerente, precedida e seguida, dentre outras características, por algum tipo de hesitação. Já na língua escrita, as unidades de informação são demarcadas por sinais de pontuação;
b) identificação das unidades de informação, considerando cada parágrafo do texto, além dos elementos peritextuais como título, autor e fonte. Essa decisão comunga com a proposta de Bernárdez (1995), ao indicar o parágrafo como uma das possibilidades de segmentar o texto, quando for priorizada a macroestrutura textual.
c) identificação das relações retóricas emergentes entre as porções textuais que formam a macroestrutura do texto;
d) verificação das sequências textuais e a elaboração dos planos de texto, à luz do aporte teórico de Adam (2011);
e) demonstração das estratégias argumentativas, tendo como parâmetro os organizadores textuais, como conectores argumentativos e operadores

[13] Grifo nosso.

discursivos, identificados nas macroproposições, conforme proposta de Adam (2011) e de Koch (2010);

f) confirmação da existência da prototipicidade do gênero artigo de opinião, à luz da Teoria da Estrutura Retórica e da Teoria das Sequências Textuais;

g) averiguação da possibilidade de convergência entre os dois aportes teóricos priorizados nessa pesquisa, bem como a contribuição delas na construção de sentido de um texto argumentativo;

h) utilização de até cinco palavras ou expressões do início e do fim de cada porção textual para a segmentação do texto e para a elaboração dos diagramas pela ferramenta RST Tool, devido à extensão dos artigos de opinião selecionados.

Na oportunidade, propomos trazer algumas observações a respeito da caracterização de paragrafação e de parágrafo.

Iniciamos pela paragrafação, considerada por Rehfeld (1984, p. 6), como "um recurso psicolinguístico valioso na formulação de estratégias de processamento da informação na medida em que ela funciona como uma pista para o leitor chegar à compreensão do texto".

No que se refere ao conceito de parágrafo com o qual operamos nesta pesquisa, ancoramos nossa proposta em alguns estudiosos dessa temática. Primeiramente, situamos os estudos de Longacre (1979, p. 115-6), ao definir o parágrafo como uma unidade estrutural do discurso e não como uma unidade ortográfica. O autor chama atenção para a estética do texto e aponta que os avanços de parágrafo são, às vezes, dirigidos pelo apelo visual. Dessa forma, o linguista quer dizer que seria deselegante uma parte demasiadamente longa estar toda junta em uma página ou em uma série de páginas sem uma pausa, recuo ou seção.

Outra observação sobre o conceito de parágrafo e que está alinhado à nossa pesquisa encontra-se nos dizeres de Garcia (1986), ao informar que, embora não apresente uma forma rígida e definitiva de estruturação, o parágrafo pode ser conceituado como

> [...] uma unidade de composição constituída por um ou mais período, em que se desenvolve determinada idéia central, ou nuclear, a que se agregam outras, secundárias, intimamente relacionadas pelo sentido e logicamente decorrente delas. (GARCIA, 1986, p. 203).

Direcionamos nosso olhar para Fávero (2007), ao chamar a atenção para um aspecto significativo. Ela se refere ao processo de elaboração do texto, tanto escrito, quanto oral no sentido de que essa ação envolve um objetivo ou intenção do falante ou escritor. Por outro lado, a autora salienta que

> O entendimento desse texto não diz respeito apenas ao conteúdo semântico, mas à percepção das marcas de seu processo de produção. Essas marcas orientam o interlocutor no momento da leitura, na medida em que são pistas linguísticas para a busca do efeito de sentido pretendido pelo produtor. (FÁVERO, 2007, p. 25).

Nessa perspectiva, focalizamos o parágrafo como uma unidade funcional, o que equivale dizer que, na fala de Mamizuka (1997), ele seria responsável pela instauração da progressão de uma unidade discursiva. Dito de outra forma, o parágrafo estabelece a condição para o desenvolvimento do texto, propiciando uma relação indispensável entre uma unidade e outra, ou seja, entre um e outro parágrafo.

Considerando que o nosso objeto de estudo é texto escrito, reforçamos a proposta de Fávero (2007) e ainda salientamos os dizeres da linguista no que concerne à sua indicação de que um texto escrito tem no parágrafo uma de suas unidades de construção e que nele se encontram períodos nos quais as ideias são estritamente relacionadas. Nesse sentido, tornou-se pertinente indicar o parágrafo como unidade de informação.

Embora tenhamos consciência de que elaborar uma definição precisa de parágrafo é uma tarefa desafiadora, dada à sua complexidade, nós o caracterizamos como uma unidade semântica na qual se concentram as ideias centrais de cada segmento de que é formado o texto. Nessa perspectiva, justificamos a nossa decisão de elegê-lo como unidade de análise em nossa pesquisa, enfatizando, ainda, que, às vezes, o parágrafo constitui, ele próprio, uma unidade de análise.

Apesar de ter sido contabilizado o número de ocorrências das relações retóricas e das sequências textuais para a descrição e a análise dos dados, foi dada relevância à análise qualitativa. Essa decisão justifica-se pelo fato de que a nossa finalidade não é somente identificar o número de ocorrências, mas verificar a relevância da presença de determinadas relações retóricas, das sequências textuais, bem como a contribuição delas no sentido de caracterizar o artigo de opinião como pertencente a esse gênero.

Ressaltamos que a representação dos esquemas, ou seja, dos diagramas, em todos os textos, é feita a partir da ferramenta *RST Tool*, que será descrita na próxima seção e, também, pelo diagrama tal como propuseram Mann & Thompson, até 1988.

3.3 A ferramenta RST TOOL

Os diagramas foram elaborados por meio da ferramenta[14] RSTTool, versão 3.45, criado por Mick O'Donnell e disponível no site <www.wagsoft.com>.

De acordo com O'Donnel (2000), este programa[15] funciona nos sistemas de operação Windows, Macintosh, UNIX e LINUX e é constituído de quatro interfaces:

i) a segmentação do texto para marcar o limite de cada porção de texto;

ii) a estruturação do texto para marcar as relações retóricas entre as porções textuais;

iii) a edição das relações a fim de manter o diagrama elaborado. Ressalta-se que a ferramenta permite adicionar, excluir ou renomear relações retóricas;

iv) a estatística de análise, pois a ferramenta viabiliza contabilizar as relações retóricas identificadas na análise.

A RSTTool possibilita determinar o tipo de relação retórica: núcleo-satélite ou multinuclear, para elaborar os diagramas que retratam a estrutura retórica de textos analisados. Salientamos que, neste programa, se encontram as relações retóricas citadas no texto clássico de Mann & Thompson (1988) – *Rhetorical Structure Theory: Toward a functional theory of text organization*.

Avaliamos ser relevante observar que, antes de traçar o diagrama no programa RSTTool, o analista deve desenvolver a análise do texto, pois, conforme descrito nesta seção, a função desta ferramenta se limita em registrar a análise e não, desenvolvê-la.[16]

[14] Neste trabalho, utilizamos os termos "ferramenta" ou "programa" para nos referimos à RSTTool.
[15] A ferramenta RSTTool foi criada por Michael O'Donnel, em 1997. Passou por uma nova versão, a qual trouxe mais alternativas para que seu uso tivesse maior abrangência. Mais informações podem ser localizadas em: O'DONNEL, M. *RSTTool 2.4: a mark-up tool for Rethorical Structure Theory*, 2000.
[16] Grifo nosso.

A título de orientar o leitor sobre o funcionamento desse programa[17], apresentamos, de forma sucinta, algumas telas que mostram o passo a passo do uso da ferramenta. Como exemplo, selecionamos um dos textos utilizados nesta pesquisa.

O primeiro passo para utilizar o programa é salvar o texto no formato *texto sem formatação* (txt). Depois, deve-se abrir o RSTTool e importar o texto para o programa, clicando em "*Import*". Em seguida, o texto deverá ser segmentado, clicando no item *Segment*. O texto ficará como demonstrado na Figura 4.

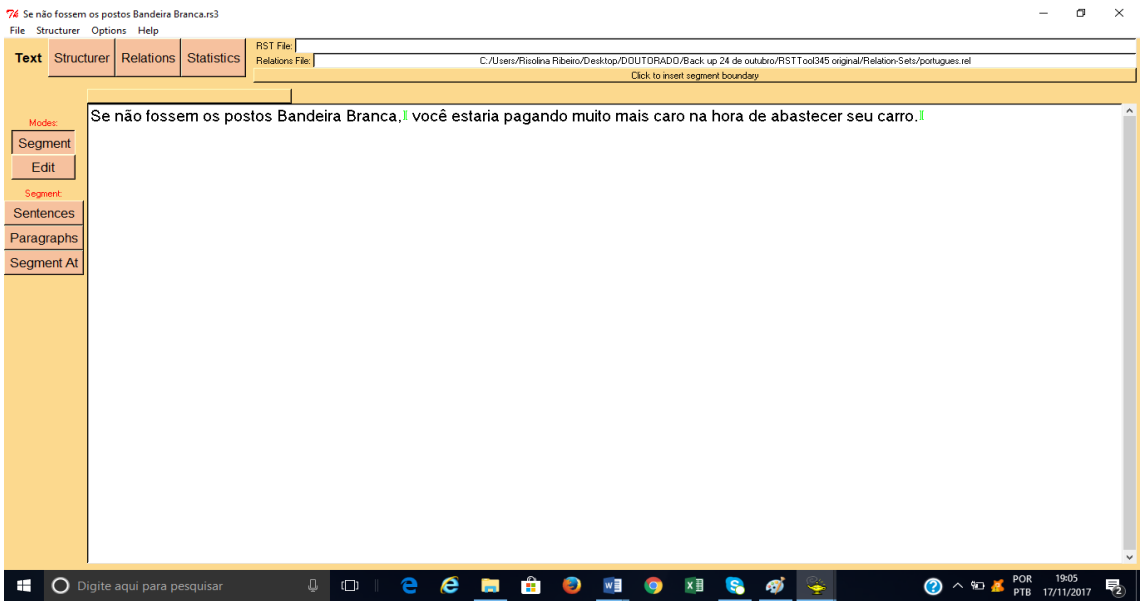


Figura 4: Tela RST Tool – Segmentação do texto

Como pode ser observado na Figura 4, cada parte do texto foi demarcada pela barra. Dessa forma, o texto exemplificado foi segmentado em 2 partes: *[Se não fossem os postos Bandeira Branca]; [você pagaria muito mais caro na hora de abastecer seu carro.]*

Depois de segmentar, o próximo passo é clicar em *Structurer* para separar as porções textuais, conforme demonstrado na Figura 5:

[17] No site do programa RSTTool, pode ser consultado um tutorial, em português, elaborado pelo pesquisador Prof. Dr. Juliano Desiderato Antônio, cuja finalidade é orientar todos os passos para a utilização desta ferramenta.

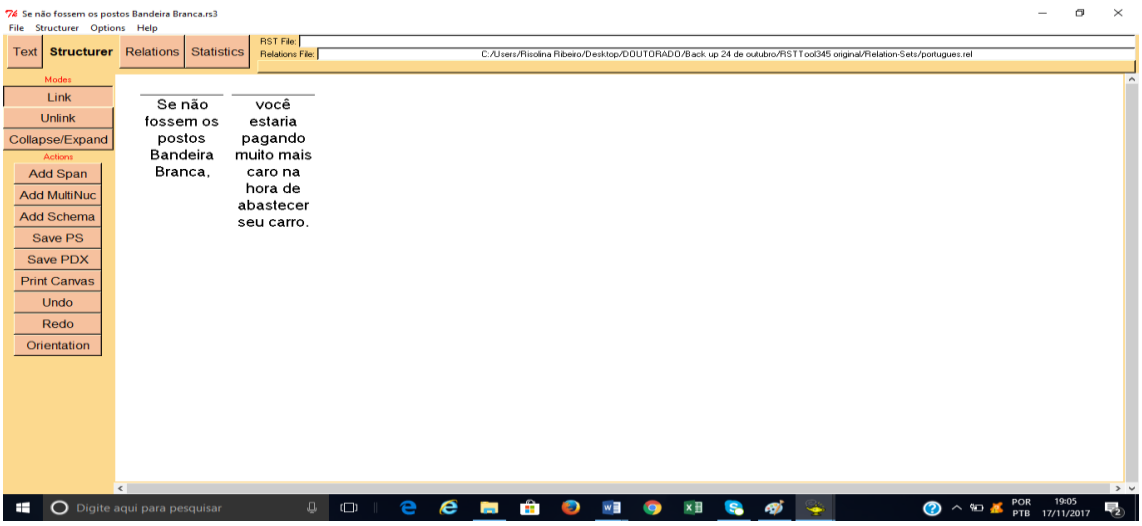


Figura 5: Tela RST Tool - Porções do texto

Após estruturar o texto, as porções textuais aparecem em linhas horizontais.

O próximo passo é a definição das relações retóricas, lembrando que elas podem ser núcleo-satélite ou multinucleares. No texto-exemplo aparecem somente relações núcleo-satélite. Assim, o diagrama, mostrado na Figura 6, adquire a seguinte forma:

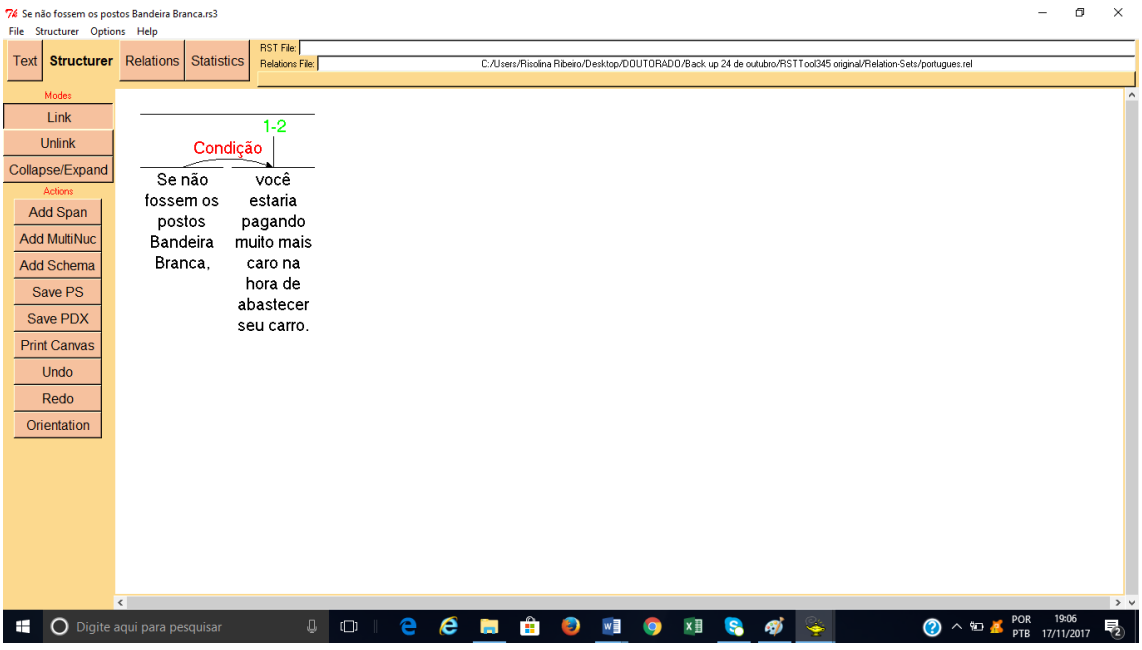


Figura 6: Definição das relações retóricas

Para realizar essa ação, é necessário, com o botão direito do *mouse*, arrastar a porção que designa o satélite em direção ao núcleo. Depois, seleciona, na lista, a relação retórica e, por último, clica-se em *Add Span* para identificar e definir a porção textual

nuclear, que é demarcada por uma linha vertical. No diagrama apresentado, a linha vertical se encontra na porção textual (2), exercendo, portanto, a função de núcleo.

Depois de finalizado, o diagrama apresenta, na parte superior os números (1-2), que representam as duas porções textuais, de forma que o número (1) representa a primeira parte e o número (2), a segunda. Identifica-se também uma curva partindo do satélite [*Se não fossem os Postos Bandeira Branca*] para o núcleo [*você estaria pagando muito mais caro na hora de abastecer seu carro*].

O programa possibilita salvar os diagramas e isso pode ser feito de duas maneiras:

a) clicar em *Structurer – Capture Diagram to Clipboard* e colá-lo em processador de texto. Vale ressaltar que essa estratégia pode causar problemas quando à configuração e o diagrama poderá não ter uma boa resolução.

b) Salvar em um formato específico, clicando em *Save PS*, e enviar o diagrama para o programa *Corel Draw*, para salvá-lo no formato foto/figura(jpg). Nesse formato, a imagem do diagrama sempre terá uma boa configuração. Ao salvar o diagrama no *Corel Draw*, a imagem do diagrama ficará como na Figura 7.

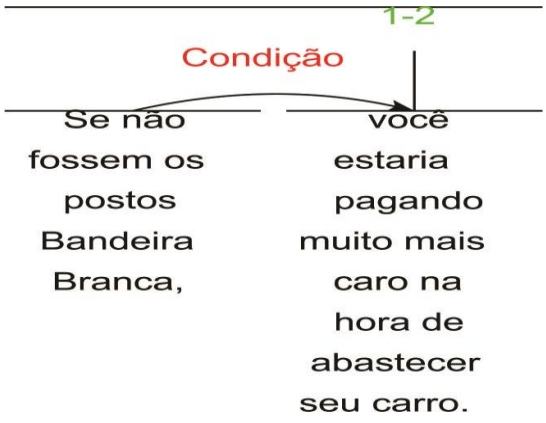


Figura 7: Diagrama da relação retórica de condição.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Em suma e ainda ancorados pelos postulados de O'Donnel (2000), a *RSTTool* pode ser uma ferramenta eficaz para a viabilizar a análise da estrutura retórica de um texto, com vistas em três questões: facilitar a compreensão da estrutura do discurso, bem como a análise de textos; preparação do diagrama da estrutura retórica de um texto e a possibilidade de ser utilizada como ferramenta de ensino.

CAPÍTULO 4: ANÁLISE DO *CORPUS*

Neste capítulo, ocupamo-nos da análise dos textos que formam o *corpus* desta pesquisa, constituído por 6 artigos de opinião, sendo 3 da revista *Carta Capital* e 3 da revista *Veja*.

Nossa análise é realizada à luz dos pressupostos teóricos, conforme mencionados neste trabalho e que se referem à Teoria da Estrutura Retórica, defendida por Mann & Thompson (1988), dentre outros, e à Teoria das Sequências Textuais, proposta por Jean Michel Adam (2011).

De acordo com a RST, a macroestrutura do texto foi identificada, considerando dois critérios: primeiro, de acordo com as unidades de informação, aqui, identificadas pelos elementos peritextuais e pelos parágrafos. O segundo se relaciona à caracterização de macroestrutura, defendida por Teun van Dijk (1992, p. 55) como "uma representação abstrata da estrutura global do significado de um texto", tendo em vista a coerência textual.

Dessa forma, foram identificados os blocos informacionais (BI), configurando a macroestrutura textual, demonstrados em quadros, nomeados como "Macroestrutura do texto". Nos seis artigos de opinião, o bloco informacional I é constituído pelos elementos peritextuais – o título, o autor e a fonte. Os outros blocos informacionais são identificados de acordo com o desenvolvimento do texto.

Vale ressaltar que denominamos "blocos informacionais" (BI) o agrupamento de unidades de informação de acordo com o conteúdo apresentado na(s) porção(ões) textual(ais), retratando a macroestrutura do texto.

4.1 Análise à luz da Teoria da Estrutura Retórica

4.1.1 Análise de A1

(1) *Palavras e metralhadoras*

(2) *Vladimir Safatle*

(3) *Desde o atentado ao periódico Charlie Hebdo, sobe à cena mais uma vez o debate sobre a liberdade de expressão e seus possíveis limites. Se os lados envolvidos não tivessem, muitas vezes, um comportamento tão canino e pouco generoso, poderíamos ter enfim uma discussão necessária sobre crítica, palavra e violência em nossas sociedades. Pois há de se admitir que existem bons argumentos dos dois lados, sejam daqueles que defendem de forma absoluta as ações do jornal, sejam daqueles que as criticam. Mas, enquanto enxergarmos, em um lado, apenas racistas que não perdem uma oportunidade para alimentar a islamofobia e o ódio aos imigrantes e, em outro, apenas esquerdistas dispostos às piores alianças para continuar sua cruzada contra os valores liberais, continuaremos a ignorar o tipo de discussão que deveríamos ter após o atentado, isto se quisermos estancar a rede de causas que alimentam a violência do extremismo religioso.*

(4) *Diria inicialmente que o melhor argumento apresentado pelos que defendem as charges de Charlie Hebdo e a violência nelas contida é: não devemos regredir no tempo e criar uma lei contra a blasfêmia. A percepção é correta, pois religião não é apenas uma questão de crença, mas de instituições que têm peso político decisivo em nossas sociedades. Católicos, evangélicos, muçulmanos, judeus, todos procuram interferir, de acordo com suas forças sociais, no ordenamento jurídico de nossas sociedades a partir de estratégias variadas. Impedir que tais instituições sejam criticadas por meio das armas da ironia seria de fato um equívoco brutal. Afirmar que não se deve ironizar o que grupos sociais relevantes consideram como "sagrado" seria bloquear uma dimensão essencial do pensamento crítico. Seria difícil entender por que não censurar*

do mesmo modo os livros de Nietzsche nos quais ele insiste na "morte de Deus" ou A vida de Brian, do Monty Python.

(5) *Há, porém, uma outra dimensão do problema com as charges do Charlie Hebdo que normalmente não é levada em conta por seus defensores. Liberdade de expressão nunca significou, nem nunca significará, dizer qualquer coisa de qualquer forma. Se alguém ironizar os negros como intelectualmente inferiores, tripudiar das mulheres com enunciados machistas que expressam a história de sua sujeição, fazer chacota dos judeus baseado nos velhos preconceitos que alimentam milenarmente o antissemitismo, espera-se que o Estado impeça a circulação de tal violência. Certos enunciados trazem uma história amarga de violência, humilhação social e preconceito contra grupos mais vulneráveis. Não por outra razão, todo racista hoje em dia clama pela liberdade de expressão, pelo direito de "expressar sua opinião". Mas racismo e preconceito não são opiniões, são crimes.*

(6) *Há, portanto, o direito de perguntar se várias das charges publicadas pelo Charlie Hebdo não eram simplesmente preconceituosas e profundamente violentas em relação à parcela da população francesa (os magrebinos e descendentes de árabes, majoritariamente muçulmanos), atualmente a mais miserável, discriminada e sem representação social. Parcela que ainda carrega o sentimento da humilhação colonial, com seu sistema perverso de redução da cultura do colonizado (religião inclusa) ao arcaísmo ou ao exotismo. Não é possível ignorar: quem fala em muçulmanos fala da população árabe das periferias. Não é possível esquecer também que quando um francês ironiza um árabe muçulmano continua a ser um colonizador a ironizar um colonizado.*

(7) *Poderia lembrar de várias charges que deixaram de ser apenas expressão de ironia blasfema para ser simplesmente violência social. Em sua edição número 1.099 lê-se na capa do Hebdo a frase "Massacre no Egito: O Alcorão é uma merda, ele não para as balas" e o desenho de um egípcio a sangrar com o livro na frente crivado de balas. Naquela semana, 500*

> *simpatizantes da Irmandade Muçulmana, que não tem nada a ver com os jihadistas internacionais e salafistas e há muito abandonou o terrorismo, foram massacrados pelo Exército. Não é necessário ser um ph.D. em semiologia para perceber a mensagem: não há solidariedade possível com muçulmanos envolvidos na política. Nega-se ali até o fato de não ser necessário simpatizar com os muçulmanos para se indignar com massacres militares covardes. Se 500 militantes da TFP fossem massacrados pelo Exército Brasileiro, não seria possível transformar o fato em piada. Por que nada disso chocou o governo francês? Respondê-la seria uma maneira de começar a pensar no que podemos fazer para que atentados dementes como este não se repitam.*
> **(8)** *Carta Capital, p. 27, 21 de jan. 2015.*

O artigo de opinião *Palavras e metralhadoras*, produzido pelo articulista Vladimir Safatle e publicado na revista Carta Capital de 21 de janeiro de 2015, p. 27, trata do atentado à sede do *Charlei Hebdo*, na França, em 2015, quando foram brutalmente assassinados integrantes da equipe responsável pelo jornal.

O texto foi segmentado em unidades de análise e apresentou 8 unidades de informação, demonstradas na Tabela 1.

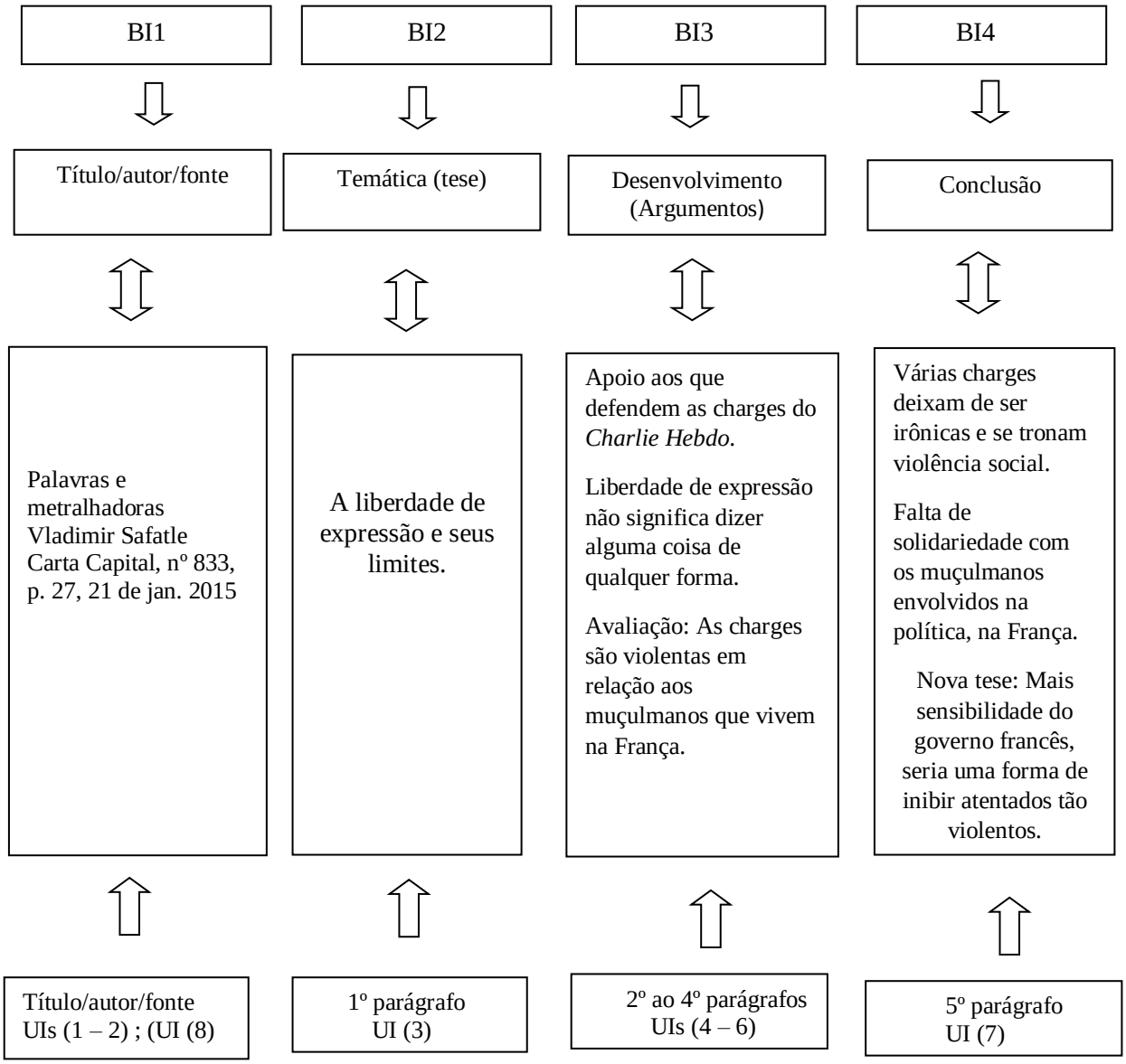
Tabela 1: Porções textuais de A1

Texto A3	**Porções textuais**
Título e autor	(1 – 2)
Tese	(3)
Argumentos	(4 - 5)
Avaliação	(6)
Conclusão	(7)
Fonte	(8)
Total	**8**

Fonte: Artigo: *Palavras e metralhadoras*
Análise feita pela pesquisadora.

As unidades de informação, identificadas na Tabela 1, foram dispostas em blocos informacionais (BI), retratando a organização global de A1, configurando, dessa forma, a macroestrutura textual, como retratado no Quadro 9.

Quadro 9: Macroestrutura de A1



Fonte: Elaborado com base em Mann &Thompson (1988) e Teun van Dijk (1992).

A análise nos apontou que, quanto à organização global, o artigo *Palavras e metralhadoras* de Vladimir Safatle apresentou quatro blocos de informação, como exposto no Quadro 9.

O bloco informacional BI1 expõe o título, o autor e a fonte do texto. Já o bloco informacional BI2, formado pelo 1º parágrafo, representando a UI (3), acusa a tese defendida pelo autor, que é a "liberdade de expressão e seus limites". Essa temática surgiu em decorrência do atentado à sede do *Charlie Hebdo*, resultando na morte de integrantes da equipe desse jornal, em Paris, em 2015.

Na sequência, é identificado o bloco informacional BI3, constituído pelas UIs (4 – 6). Neste bloco, o articulista se ocupa de discutir, por um lado, o apoio aos que defendem as charges do *Charlie Hebdo*. Por outro lado, ele ressalta um dado importante, ao citar que a liberdade de expressão não significa dizer alguma coisa de qualquer forma. Em seguida, é constatada uma avaliação, ao informar que as charges são violentas em relação aos muçulmanos que vivem na França.

O articulista encerra o texto no bloco informacional BI4, formado pela UI (7). Neste bloco, é apresentada uma conclusão, pois o texto traz uma observação a respeito de várias charges, afirmando que elas passam da ironia blasfema para se tornarem violência social. Isso porque, na visão do autor, é um fato identificado como falta de solidariedade com os muçulmanos envolvidos na política, na França. Verifica-se, enfim, uma nova tese retratada pela seguinte asserção: maior sensibilidade do governo francês, seria uma forma de inibir atentados tão violentos.

Continuamos nossa análise, desta vez, descrevendo as porções que formam a macroestrutura do artigo "Palavras e metralhadoras". Porém, antes de iniciá-la, expomos as Figuras 8a e 8b que demonstram o diagrama arbóreo da macroestrutura de A1.

Esclarecemos que, com a finalidade de facilitar a leitura e compreensão da análise, serão expostos, nos seis artigos selecionados, os diagramas elaborados de duas formas: primeiro pela ferramenta RST Tool e, depois, tal como eram apresentados por Mann & Thompson (1983 – 1987 – 1988).

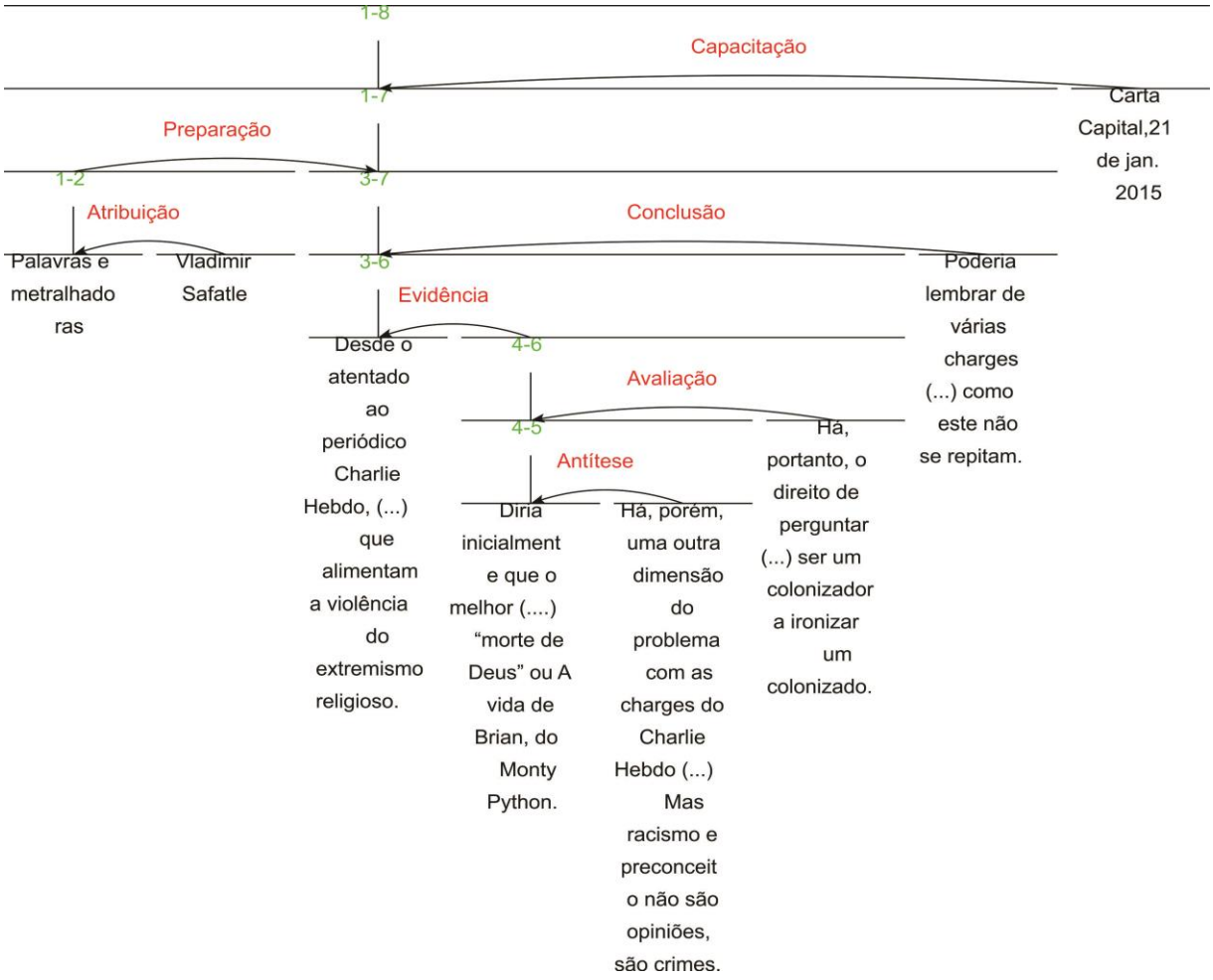


Figura 8a: Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A1.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

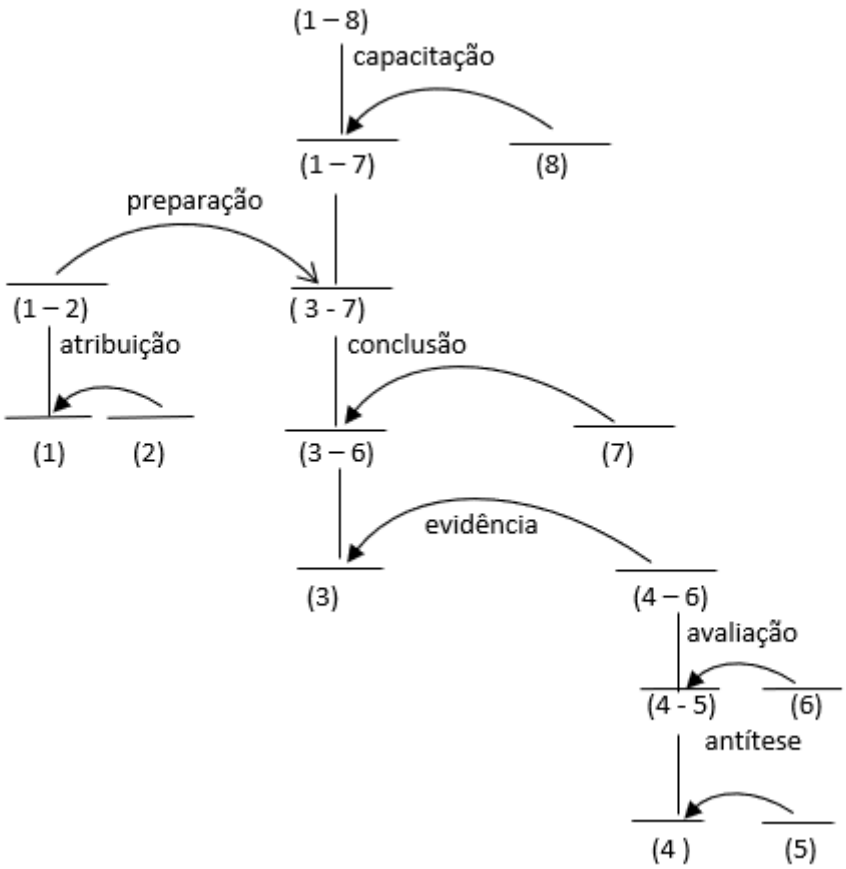


Figura 8b: Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A1.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Como retratado nos Diagramas das Figura 8a e 8b, o texto *Palavras e metralhadoras* de Vladimir Safatle foi segmentado em oito unidades de informação, retratadas, portanto, na macroestrutura de A1.

Começamos a análise de A1 pela porção textual configurada pelas UIs (1 - 2), transcrita a seguir:

UI (1) Palavras e metralhadoras
UI (2) Vladimir Safatle

Essas duas unidades de informação indicam, respectivamente, o título e o autor do texto e pode ser indicada, entre elas, a emergência da relação retórica de *atribuição*, pertencente à via apresentativa, em que a UI (1) assume a função de núcleo e a UI (2) a função de satélite.

Por outro lado, a porção (1 – 2), assume a função de satélite em relação ao texto como um todo, representado pelas UIs (3 – 7), núcleo. Nessa perspectiva, é plausível afirmar que emerge, entre elas, a relação núcleo satélite da via apresentativa de

preparação, entendida como aquela que deixa o leitor mais interessado e preparado para ler o conteúdo veiculado pelo núcleo.

Como demonstrado na Fig. 8a e 8b, a porção formada pelas UIs (3 -7) foi segmentada em porções menores, resultando nas porções UI (3 – 6) e UI (7). Porém, entendemos que, de acordo com a argumentação desenvolvida no texto, a porção (3 – 6) pode, ainda, ser segmentada nas UI (3) e UI (4 – 6). Assim, a UI (3) assume a função de núcleo em relação à porção (4 – 6), satélite, emergindo, entre elas, a relação retórica núcleo-satélite de *evidência*. Nas palavras de Mann & Thompson (1988, p. 251), a relação de *evidência* é marcada pela intenção de apresentar, no satélite, uma informação que aumenta a confiança do leitor no conteúdo. Para facilitar a compreensão da análise, transcrevemos a UI (3).

> UI (3) Desde o atentado ao periódico Charlie Hebdo, sobe à cena mais uma vez o debate sobre a liberdade de expressão e seus possíveis limites. Se os lados envolvidos não tivessem, muitas vezes, um comportamento tão canino e pouco generoso, poderíamos ter enfim uma discussão necessária sobre crítica, palavra e violência em nossas sociedades. Pois há de se admitir que existem bons argumentos dos dois lados, sejam daqueles que defendem de forma absoluta as ações do jornal, sejam daqueles que as criticam. Mas, enquanto enxergarmos, em um lado, apenas racistas que não perdem uma oportunidade para alimentar a islamofobia e o ódio aos imigrantes e, em outro, apenas esquerdistas dispostos às piores alianças para continuar sua cruzada contra os valores liberais, continuaremos a ignorar o tipo de discussão que deveríamos ter após o atentado, isto se quisermos estancar a rede de causas que alimentam a violência do extremismo religioso.

Conforme sinalizado no quadro 8, a UI(3), trata de mostrar a temática ou tese a ser desenvolvida, mediante argumentos, e que é entendida como “a liberdade de expressão e seus possíveis limites.”

Antes de apontar observações sobre a UI(3), fazemos algumas considerações a respeito do contexto em que A1 se insere. Para tanto, consideramos os dizeres de van Dijk (2017, p. 34) no que se refere ao contexto na visão de que “os contextos são construtos subjetivos dos participantes”. Nessa perspectiva, o autor sinaliza que “as situações sociais só conseguem influenciar o discurso através das interpretações (inter)subjetivas que delas fazem dos participantes.”

Assim, avaliamos ser importante ressaltar o contexto em que o texto “Palavras e metralhadoras” foi produzido. O atentado ao *Charlie Hebdo* causou revolta e indignação pela violência dos que, movidos pela intolerância religiosa, praticaram esse ato terrorista, invadindo a sede do periódico para assassinar integrantes da equipe. Esse fato tornou-se o mote para vários comentários e produções sobre o assunto, dentre eles o texto que, no momento, analisamos.

Retomando a UI (3), constatamos que, nessa unidade de análise, são pontuadas questões que suscitam a argumentação que se segue. Dentre eles, ressaltamos o fato de que o lado canino e pouco generoso dos sujeitos envolvidos no violento ataque impede uma discussão sobre crítica, palavra e violência, visto que há justificativa para os que defendem o jornal ou para os que o atacam.

Contudo, seria necessário que fosse dado pelos cidadãos um tratamento diferente, tanto para os racistas que buscam alimentar a homofobia, quanto para os esquerdistas, “dispostos às piores alianças para continuar sua cruzada contra os valores liberais.” Essa atitude poderia “estancar a rede de causas que alimentam a violência do extremismo religioso.”

Os argumentos são expostos na UI (4) e sao demarcados pelo marcador discursivo *inicialmente* logo no início do parágrafo, como transcrito a seguir.

> UI (4) Diria inicialmente que o melhor argumento apresentado pelos que defendem as charges de Charlie Hebdo e a violência nelas contida é: não devemos regredir no tempo e criar uma lei contra a blasfêmia. A percepção é correta, pois religião não é apenas uma questão de crença, mas de instituições que têm peso político decisivo em nossas sociedades. Católicos, evangélicos, muçulmanos, judeus, todos procuram interferir, de acordo com suas forças sociais, no ordenamento jurídico de nossas sociedades a partir de estratégias variadas. Impedir que tais instituições sejam criticadas por meio das armas da ironia seria de fato um equívoco brutal. Afirmar que não se deve ironizar o que grupos sociais relevantes consideram como “sagrado” seria bloquear uma dimensão essencial do pensamento crítico. Seria difícil entender por que não censurar do mesmo modo os livros de Nietzsche nos quais ele insiste na “morte de Deus” ou A vida de Brian, do Monty Python.

Dessa forma, a UI (4) apresenta o argumento caracterizado como “o melhor apresentado” por parte dos que defendem as charges do *Charlie Hebdo* e a violência contido nelas, que é a defesa de que “não devemos regredir no tempo e criar uma lei

contra a blasfêmia". Para o autor essa percepção é correta, "pois religião não é apenas uma questão de crença, mas de instituições que têm peso político decisivo em nossas sociedades."

A argumentação vai se processando no decorrer do texto e, desta vez, tomamos como foco a UI (5) que constitui uma porção menor em relação à UI (4), formando, portanto, a porção (4 – 5). Antes de explicitar mais detalhes, transcrevemos a UI (5).

> UI (5) Há, porém, uma outra dimensão do problema com as charges do Charlie Hebdo que normalmente não é levada em conta por seus defensores. Liberdade de expressão nunca significou, nem nunca significará, dizer qualquer coisa de qualquer forma. Se alguém ironizar os negros como intelectualmente inferiores, tripudiar das mulheres com enunciados machistas que expressam a história de sua sujeição, fazer chacota dos judeus baseado nos velhos preconceitos que alimentam milenarmente o antissemitismo, espera-se que o Estado impeça a circulação de tal violência. Certos enunciados trazem uma história amarga de violência, humilhação social e preconceito contra grupos mais vulneráveis. Não por outra razão, todo racista hoje em dia clama pela liberdade de expressão, pelo direito de "expressar sua opinião". Mas racismo e preconceito não são opiniões, são crimes.

Essa unidade de análise, ou seja, a UI(5), é adjacente à UI (4) e emerge entre elas a relação retórica núcleo-satélite de *antítese,* pertencente à via apresentativa. Essa relação se caracteriza, conforme Mann & Thompson (1988, p. 253) como aquela em que o produtor tem uma atitude positiva ao que é apresentado no núcleo. Contudo, as duas unidades estão em contraste frente ao conteúdo do satélite, devido à incompatibilidade suscitada pelo contraste, por isso não é possível ter uma atitude positiva perantes as duas partes. Diante disso, podemos concluir que, na relação de *antítese,* a intenção do produtor é fazer com que o leitor aumente a atitude positiva face ao núcleo.

A opção por essa relação retórica de *antítese* justifica-se pelo fato de, a UI (4) registrar uma posição a favor dos defesores das charges. Por outro lado, a UI (5) apresenta, no início, o marcador discursivo *porém,* que assume um forte valor argumentativo ao apontar "uma outra dimensão do problema com as charges do *Charlei Hebdo*." São listados dois argumentos contrários. O primeiro indica que "liberdade de expressão nunca significou, nem nunca significará, dizer qualquer coisa de qualquer forma."O segundo argumento afirma que "racismo e preconceito não são opiniões, são

crimes.” Nossa análise nos permite entender que a UI (5) apesenta uma atitude contrária à que foi registrada na UI (4), e, ao mesmo tempo, chama a atenção para a gravidade dos atentados.

Na sequência das unidades de análise encontra-se a UI (6), formada pelo 4º parágrafo, transcrita a seguir.

> UI (6) Há, portanto, o direito de perguntar se várias das charges publicadas pelo Charlie Hebdo não eram simplesmente preconceituosas e profundamente violentas em relação à parcela da população francesa (os magrebinos e descendentes de árabes, majoritariamente muçulmanos), atualmente a mais miserável, discriminada e sem representação social. Parcela que ainda carrega o sentimento da humilhação colonial, com seu sistema perverso de redução da cultura do colonizado (religião inclusa) ao arcaísmo ou ao exotismo. Não é possível ignorar: quem fala em muçulmanos fala da população árabe das periferias. Não é possível esquecer também que quando um francês ironiza um árabe muçulmano continua a ser um colonizador a ironizar um colonizado.

A UI (6) estabelece relação com a porção (4 -5), pois ela retrata uma posição bastante subjetiva do articulista em relação às posições defendidas, primeiramente, dos defensores das charges, na UI (4) e, na UI (5) a contraposição a essa defesa. Diante disso, defendemos, como plausível, a emergência da relação retórica núcleo satélite de *avaliação, da via hipotática* que, para a RST, é aquela em que o leitor reconhece que o satélite confirma o núcleo e concorda com o valor que lhe foi atribuído.

Desta vez, a relação de *avaliação* é, a nosso ver, sinalizada logo no início do parágrafo pelo marcador discursivo *portanto* que, embora possa encaminhar uma conclusão, permite, ao mesmo tempo avaliar as atitudes identificadas nas UIs (4 – 5). Essa avaliação é constatada pelo fato de as charges possibilitarem a indagação se, em se tratando dos magrebinos e descendentes de árabes, elas “não eram simplesmente preconceituosas e profundamente violentas em relação à parcela da população francesa (...) atualmente a mais miserável, discriminada e sem representação social.”

O segundo argumento avaliativo refere-se à observação sobre a relevância de que “quando um francês ironiza um árabe muçulmano continua a ser um colonizador a ironizar um colonizado.

Na oportunidade, retomamos os dizeres de Mann & Thompson (1988, p. 245) ao defenderem que a identificação de uma relação retórica em um análise, de acordo com a RST, privilegia julgamentos particulares. Eles são julgamentos de plausibilidade que

podem ser direcionados ao campo do efeito com foco no produtor ou no leitor do texto. Quando o foco está no produtor, o analista julga ser plausível uma determinada relação retórica com vista a alcançar o fim comunicativo por ele almejado. Nessa perspectiva, desenvolvemos nossa análise quanto à identificação da relação retórica de *avaliação* na UI (6).

A UI (7), transcrita a seguir, encerra o texto.

> UI (7) Poderia lembrar de várias charges que deixaram de ser apenas expressão de ironia blasfema para ser simplesmente violência social. Em sua edição número 1.099 lê-se na capa do Hebdo a frase "Massacre no Egito: O Alcorão é uma merda, ele não para as balas" e o desenho de um egípcio a sangrar com o livro na frente crivado de balas. Naquela semana, 500 simpatizantes da Irmandade Muçulmana, que não tem nada a ver com os jihadistas internacionais e salafistas e há muito abandonou o terrorismo, foram massacrados pelo Exército. Não é necessário ser um ph.D. em semiologia para perceber a mensagem: não há solidariedade possível com muçulmanos envolvidos na política. Nega-se ali até o fato de não ser necessário simpatizar com os muçulmanos para se indignar com massacres militares covardes. Se 500 militantes da TFP fossem massacrados pelo Exército Brasileiro, não seria possível transformar o fato em piada. Por que nada disso chocou o governo francês? Respondê-la seria uma maneira de começar a pensar no que podemos fazer para que atentados dementes como este não se repitam.

A porção textual formada pela UI(7) veicula informações cujo objetivo é expor fatos que fecham a argumentação sobre a liberdade de expressão e seus possíveis limites. Essa observação nos leva a identificar a emergência da relação retórica de *conclusão* entre a UI (7) e UIs (3 – 6). Nas palavras de Carlson & Marcu (2001),

> "em uma relação de conclusão, o satélite apresenta uma declaração final que engloba a situação apresentada no núcleo. Um satélite de conclusão apresenta um juízo fundamentado, uma inferência, uma consequência necessária, ou a decisão final com relação à situação apresentada no núcleo."[18] (CARLSON & MARCU, 2001, p. 50).

[18] Tradução nossa.

Entre as UIs (7) e UIs (3-6), a relação de *conclusão* se torna plausível a partir do efeito com foco no leitor, ou seja, o produtor expõe evidências que podem justificar todo o processo argumentativo desenvolvido no decorrer do texto. O articulista lembra que "várias charges que deixaram de ser apenas expressão de ironia blasfema para ser simplesmente violência social". Para ser ainda mais convincente, é citada a charge estampada na capa do *Charlie Hebdo*, em sua edição número 1.099, com a frase: "Massacre no Egito: O Alcorão é uma merda, ele não para as balas" e "o desenho de um egípcio a sangrar com o livro na frente crivado de balas." Logo que essa edição do jornal entrou em circulação, 500 simpatizantes da Irmandade muçulmana foram massacrados pelo Exército.

Outra evidência é registrada pela observação do autor ao dizer que, na França, não há solidariedade possível com muçulmanos envolvidos na política, pois não há como não se indignar com massacres militares covardes.

Enfim, o articulista finaliza o texto com a exposição de uma nova tese sugerida pela pergunta retórica, motivada pelos ataques sofridos pelos muçulmanos na França. Assim, a pergunta retórica - "Por que nada disso chocou o governo francês?" - acarretou a nova tese: "Respondê-la seria uma maneira de começar a pensar no que podemos fazer para que atentados dementes como este não se repitam." Entendemos que essa asserção pode provocar a continuidade da discussão sobre a temática discutida em A1.

Para concluir a análise de A1, tomamos, desta vez, a grande porção textual formada pelas UIs (1 – 7), núcleo, em relação à UI (8), satélite, sendo plausível indicar que emerge entre elas a relação de *capacitação*, da via apresentativa. Essa relação retórica se justifica porque o satélite identifica a fonte do texto. Demonstramos a seguir a UI (8):

UI (8) Carta Capital, 21 jan. 2015.

A partir deste ponto, passamos a expor outras considerações a respeito de A1. Assim, voltamos nosso olhar para as ocorrências das relações retóricas em A1 alinhadas às vias de continuidade, propostas por Bernárdez (1995). Na análise, foram identificadas sete tipos de relações retóricas e cada uma delas ocorreu uma vez. Elas ocorreram da seguinte forma:

a) via apresentativa: *antítese, atribuição, capacitação, evidência, preparação;*
b) via hipotática: *avaliação, conclusão*.

As relações retóricas listadas são apresentadas na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Ocorrência de relações retóricas em A1

Via de continuidade	**Relação retórica**	**Nº de ocorrências**
apresentativa	atribuição	1
	capacitação	1
	preparação	1
	evidência	1
	antítese	1
hipotática	avaliação	1
	conclusão	1
Total	**7**	**7**

Fonte:Artigo: *Palavras e metralhadoras*
Análise feita pela pesquisadora.

A RST nos ofereceu subsídios para analisar A1, identificar a estrutura retórica do texto com as seguintees características:

a. título, autor e fonte descritos nas UIs (1, 2 e 8);
b. exposição da tese na UI(3): Liberdade de expressão e seus limites;
c. apresentação dos argumentos e avaliação nas UIs (4 – 6): defensores da charges, liberdade de expressão não é dizer as coisas de qualquer forma, racismo e preconceito são crimes, as charges são avaliadas como preconceituosas;
d. apresentação de uma conclusão, sinalizando que as charges passam da ironia à violência social, além de apontar uma nova tese.

Conclui-se que a Teoria da Estrutura Retórica nos possibilitou a identificação da ocorrência das relações retóricas, demonstrando como as porções que compõem A1 se articulam de forma coerente, a fim de viabilizar ao produtor atingir seu propósito comunicativo e, ao mesmo tempo, a construção de sentido do texto pelo leitor.

4.1.2 Análise de A2

(1) *É preciso mudar*

(2) *Delfim Netto*

(3)*Por maior que seja o nosso respeito pela pessoa da presidenta Dilma Rousseff, é impossível rejeitar a hipótese de que ela colhe as consequências acumuladas dos equívocos econômicos cometidos a partir de 2012. Em 2011, fez uma excelente administração. O PIB cresceu 3,9%, o nível de desemprego foi reduzido a 6%, o índice de desigualdade de Gini caiu, as despesas do governo federal em relação ao PIB foram mantidas no mesmo nível da média do quadriênio anterior. O rating soberano do Brasil foi elevado pelas agências S&P e Moody's, o superávit primário atingiu 2,9% do PIB, o déficit nominal do setor público chegou a 2,5% e a relação entre a dívida bruta e o PIB caiu de 51,8% para 51,3%!*

(4)*De 2012 em diante, Dilma praticou uma política voluntarista mal projetada e pior executada. Revelou uma nova face, a angústia curto-prazista que namora o mesmo velho populismo que sempre dá errado no longo prazo. A intervenção no setor de energia foi insensata, reduziu o preço aos consumidores no curto prazo sob o aplauso da sociedade exibido nas pesquisas do Datafolha. Seu custo foi a destruição das empresas do setor, prejuízos monumentais para o Tesouro Nacional e o fantástico aumento de tarifa, também revelado posteriormente pela rejeição ao governo no Datafolha.*

(5)*A intervenção na taxa de juros não foi melhor, pois não deu ao Banco Central o suporte fiscal para ampará-la. Dilma atingiu o máximo de sua popularidade de curto prazo quando estava no máximo de seus erros de longo prazo. Os futuros mandatários deveriam recolher esta lição: o apoio que o intervencionismo insensato obtém no curto prazo, revelado nas pesquisas de opinião, é apenas a antecipação da rejeição que nelas colherão no longo prazo.*

(6)*Para qualquer observador imparcial, era evidente que Dilma tinha pouca probabilidade de ser reeleita. Incorporando*

a ideia de que o primeiro dever do governo é continuar governo, ela decidiu convocar o "Diabo"! Seus marqueteiros competentemente superaram tudo que se havia visto até então em campanhas eleitorais, na falta de respeito à verdade e na desqualificação dos adversários. Seu primeiro ato depois de reeleita deixou perplexos seus eleitores. Escolheu, sem ao menos dar-lhes alguma satisfação, o programa econômico do adversário que havia demonizado! Para executá-lo, chamou um competente economista cuja concepção do mundo é antípoda à do partido que a sustenta, quando lhe é conveniente.

(7)*Foi instantaneamente abandonada pela maioria dos que nela haviam depositado a sua confiança. Enfraquecida e sem credibilidade, decidiu promover uma guerra com a Câmara dos Deputados, na tentativa de intervir na eleição do seu presidente. Fracassou. A combinação das tolices econômicas com a absoluta indisposição para o exercício da política tirou-lhe todo o protagonismo. Na sua ida ao Congresso, na abertura dos trabalhos de 2016, perdeu sua última oportunidade de recuperá-lo. Em lugar de levar propostas concretas para as necessárias mudanças constitucionais e pôr o Congresso a trabalhar, preferiu prometê-las. No País de São Tomé, ninguém a levou a sério.*

(8)*A situação é muito grave. Entre o último trimestre de 2014 e o mesmo período de 2015, o PIB caiu 6%, o desemprego atingiu 11 milhões de trabalhadores, o déficit do setor público ameaça repetir os 10% do PIB de 2015 e o déficit primário caminha para 2% do PIB. Pior, a relação dívida bruta reforçou sua dinâmica preocupante e de 57% do PIB no fim de 2014 ameaça atingir 74% em 2016 e, se nada mudar, talvez 80% em 2017.*

(9)*Essa é, talvez, a principal razão pela qual as agências vêm rebaixando a nota soberana brasileira numa rapidez preocupante. A Fitch, a mais paciente com o Brasil, não quis perder a corrida e nos tirou no dia 5 de maio mais um grau no mundo especulativo em que já estamos, igualando-se à S&P e à Moody's.*

> **(10)***Não é provável que o governo possa recuperar o seu protagonismo e dar à sociedade alguma esperança. Nada é mais significativo do que a fria recepção ao excelente Plano Safra 2016-2017, da competente ministra Kátia Abreu. Infelizmente, é preciso mudar.*
> **(11)***Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br>*

O texto *É preciso mudar* de Delfin Netto, publicado no site da revista *Carta Capital*, em 23/05/2016, aborda a temática referente à má administração de Dilma Rusself, bem como as consequências das ações da ex-presidente, a partir de 2012, até a data da publicação do artigo.

O texto foi segmentado em unidades de análise e foram identificadas 11 porções textuais, conforme Tabela 3.

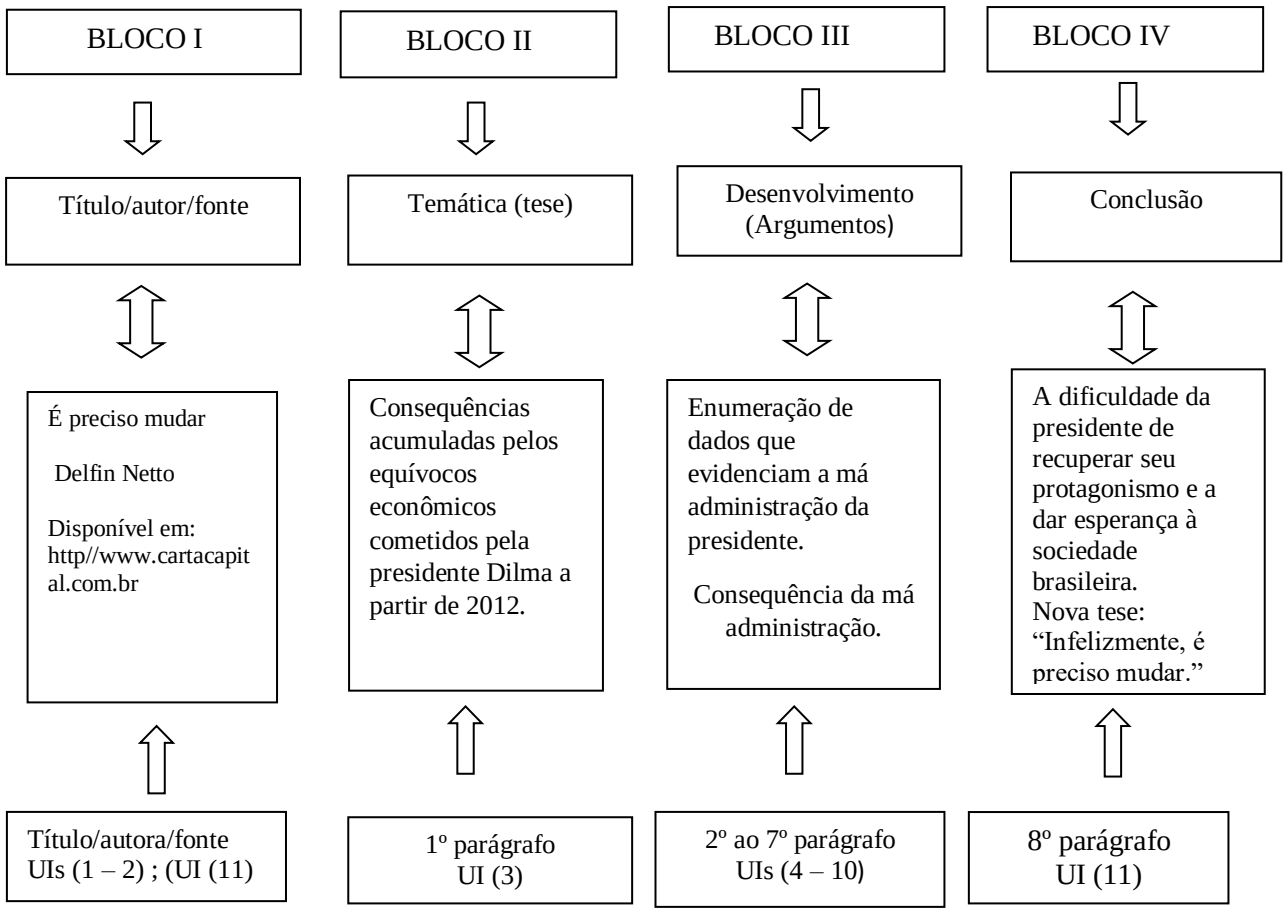
Tabela 3: Porções textuais de A2

Texto A3	**Porções textuais**
Título e autor	(1 – 2)
Tese	(3)
Argumentos	(4 - 7)
Resultado	(8 - 9)
Conclusão	(10)
Fonte	(11)
Total	**11**

Fonte:Artigo: *É preciso mudar*
Análise feita pela pesquisadora.

As 11 porções textuais resultantes da segmentação do texto viabilizaram a identificação da organização mais global, ou seja, da macroestrutura de A2, demonstrada no Quadro 10 a seguir.

Quadro 10: Macroestrutura de A2



Elaborado com base em Mann & Thompson (1988) e Teun van Dijk (1992).

A análise nos indica que A2 apresentou uma macroestrutura formada por quatro grandes blocos informacionais, descritos a seguir. No bloco 1, as UIs (1 - 2) e UI (11), mostrando o título, o autor e a fonte do texto. O bloco 2, entendido como o primeiro parágrafo - UI (3) - informa a tese defendida pelo autor definida como as consequências acumuladas pelos equívocos econômicos cometidos pela presidente Dilma, a partir de 2012. O bloco 3 é formado pelos argumentos, mediante dados e fatos, buscando a comprovação da má administração da ex-presidente Dilma e as consequências dessa atitude. Por fim, o bloco 4 mostra a conclusão com base nos argumentos, ao expor o patamar que chegou a presidente em decorrência de suas ações. Essa conclusão aponta para a dificuldade da presidente para recuperar seu protagonismo e para obter a confiança dos brasileiros. Além disso, o texto deixa clara a nova tese "Infelizmente, é preciso mudar." - que, certamente, seria mote para novas discussões.

Prosseguindo a análise, apresentamos a Figura 9a e 9b que demonstram a macroestrutura de A2.

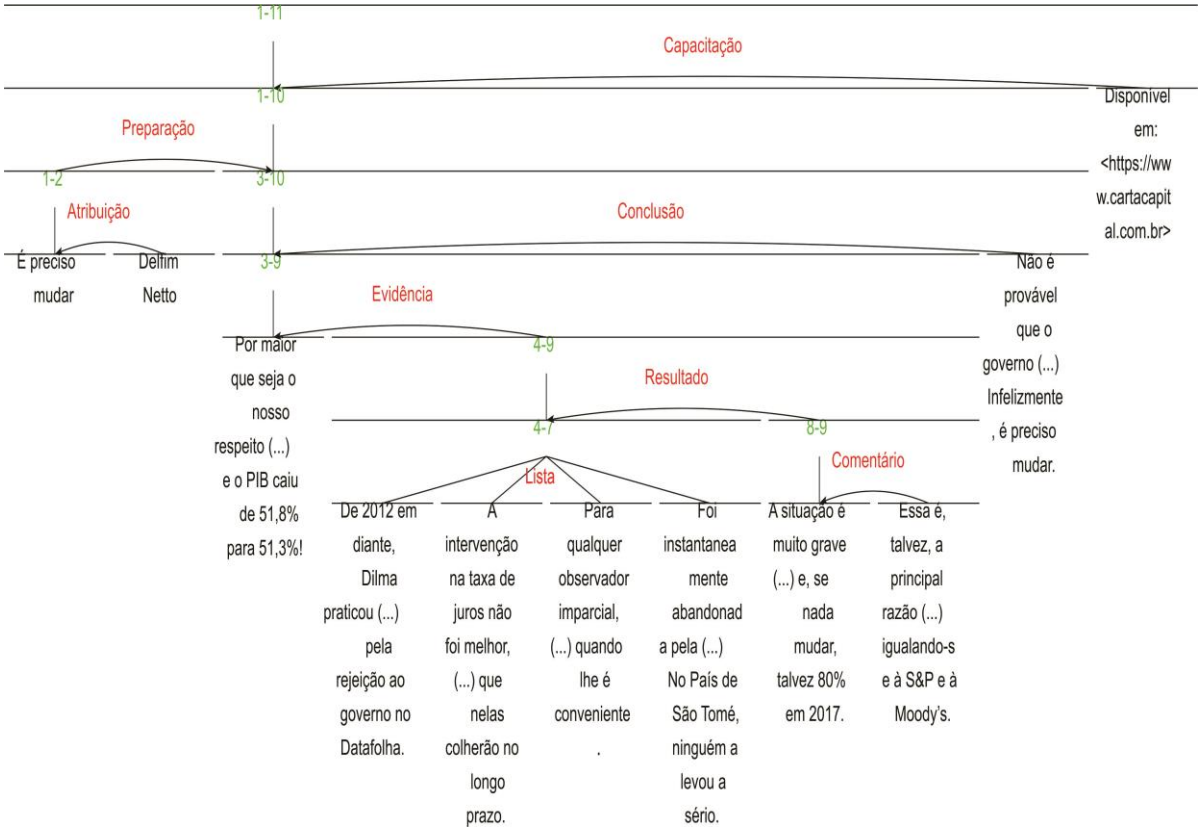


Figura 9a: Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A2.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

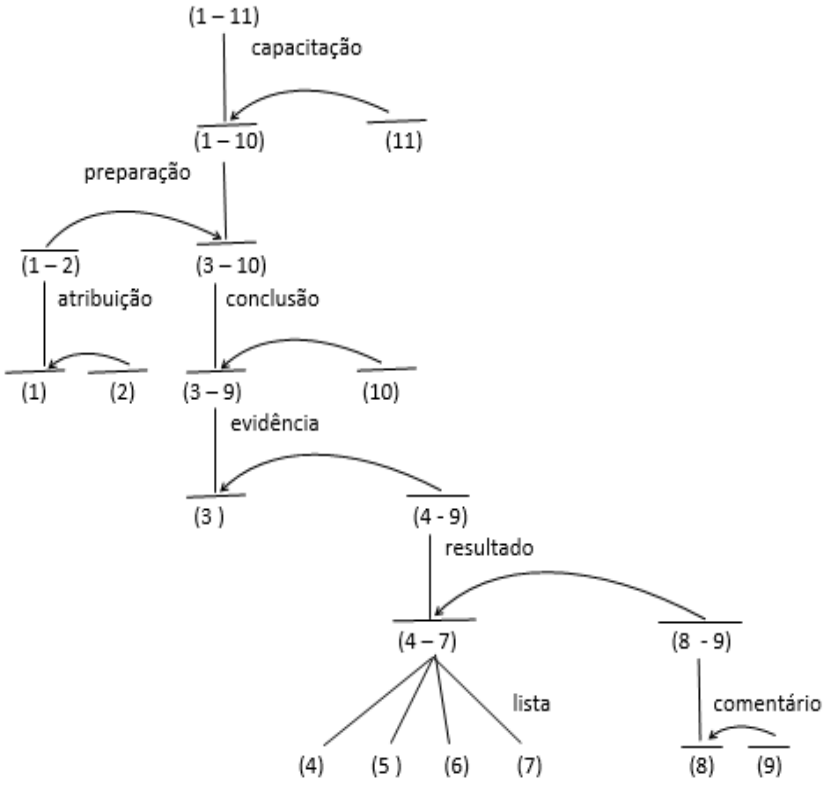


Figura 9b: Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A2.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

As Figuras 9a e 9b demonstram a organização hierárquica de A2, bem como sua macroestrutura.

Para iniciar a análise, tomamos as UIs (1 – 2), satélite, em relação às UIs (3 – 11), núcleo, e entendemos que emerge, entre elas, a relação retórica de *preparação*, pois o leitor se sente incentivado ou preparado para ler o conteúdo do texto. Transcrevemos a porção (1 – 2) para que seja detalhada a análise desta parte.

UI (1) É preciso mudar
UI (2) Delfin Netto

Como identificado no primeiro texto, emerge entre a UI (1), núcleo – título – e a UI (2), satélite – autor - a relação núcleo satélite de *atribuição,* da via apresentativa.

Por outro lado, a porção formada pelas UIs (3 – 10) foi segmentada em porções menores que são descritas a partir deste ponto.

Dessa forma, tomamos para análise a UI (3), primeiro parágrafo do texto, transcrita a seguir:

> UI (3) Por maior que seja o nosso respeito pela pessoa da presidenta Dilma Rousseff, é impossível rejeitar a hipótese de que ela colhe as consequências acumuladas dos equívocos econômicos cometidos a partir de 2012. Em 2011, fez uma excelente administração. O PIB cresceu 3,9%, o nível de desemprego foi reduzido a 6%, o índice de desigualdade de Gini caiu, as despesas do governo federal em relação ao PIB foram mantidas no mesmo nível da média do quadriênio anterior. O rating soberano do Brasil foi elevado pelas agências S&P e Moody's, o superávit primário atingiu 2,9% do PIB, o déficit nominal do setor público chegou a 2,5% e a relação entre a dívida bruta e o PIB caiu de 51,8% para 51,3%!

Como já mencionado, a UI (3), núcleo, encabeça o texto e expõe a tese a ser discutida ao longo da argumentação e que trata dos transtornos ou consequências ocasionadas pelos equívocos econômicos cometidos pela presidente Dilma, a partir de 2012. A tese é reforçada pelos exemplos da administração positiva da presidente em 2011. Dentre outros, citamos: o crescimento do PIB, a queda do índice de desigualdade do Gini, as despesas do governo em relação ao PIB foram mantidas no mesmo nível da média do quatriênio anterior, o rating soberano do Brasil foi elevado pelas agências S&P e o superávit primário chegou a 2,9% do PIB.

A unidade de informação UI (3) é adjacente à porção formada pelas UIs (4 – 9), de forma que a UI (3) traz a informação mais central, sendo, portanto, núcleo, enquanto a UI (4 – 9) se encarrega de apresentar fatos que podem subsidiar a informação em (3), por isso exerce a função de satélite. Nessa ocorrência, é plausível indicar que emerge entre as duas unidades de informação a relação retórica núcleo-satélite de *evidência*, pertencente à via apresentativa. Conforme postulam Mann & Thompson (1988, p. 251), a relação de *evidência*, no que se refere às restrições sobre N + S, o satélite leva o leitor a acreditar mais no conteúdo do núcleo, e, dessa forma, o *locus* do efeito pretendido pelo produtor se localiza no núcleo. Na mesma direção, Bernárdez (1995) situa a relação de *evidência* na via apresentativa, cuja função é veicular dados que podem levar o leitor a acreditar na informação contida no núcleo. Entendemos, portanto, que a proposta de Bernárdez corrobora o conceito de relação de *evidência* proposto pela RST.

Essas asserções podem ser constatadas nos segmentos subsequentes, ou seja, nas UIs (4 – 9), nas quais se encontram dados ou fatos que vão sustentando a tese, na tentativa de convencer o leitor e, ao mesmo tempo, vai elaborando a coerência textual. Essa coerência é verificada pelo leitor na medida em que se estabelece a construção de sentido do texto.

A organização de A2 nos sugere que a porção (4 – 9), além de expor as evidências, ainda pode ser identificada outra relação retórica, o que nos orienta a segmentá-la em duas outras: em (4 – 7) e em (8 – 9).

Passamos à análise dos fatos contidos nas UIs (4 – 7), expostos em uma relação de *lista*, pertencente à via paratática. Em cada unidade de informação, é registrada uma evidência. Na proposta de Bernárdez (1995), na relação de *lista*, por ser da via paratática, as unidades de informação buscam somente garantir ligações semânticas entre as porções textuais. Na mesma direção, a RST sinaliza que uma relação de *lista* deve ser composta por duas ou mais unidades de informação, todas com o status de núcleo, de forma que o leitor possa reconhecer uma comparação entre elas.

Para facilitar a leitura, decidimos transcrever cada uma delas para desenvolver a análise. Iniciamos pela UI (4):

> UI (4) De 2012 em diante, Dilma praticou uma política voluntarista mal projetada e pior executada. Revelou uma nova face, a angústia curto-prazista que namora o mesmo velho populismo que sempre dá errado no longo prazo. A intervenção no setor de energia foi insensata, reduziu o preço aos consumidores no curto prazo sob o aplauso da sociedade exibido nas pesquisas do Datafolha. Seu custo foi a destruição das empresas do setor, prejuízos monumentais para o Tesouro Nacional e o fantástico aumento de tarifa, também revelado posteriormente pela rejeição ao governo no Datafolha.

Na unidade (4), é ressaltada a política voluntarista mal projetada e pior executada por Dilma, de 2012 em diante. Essa forma de governar "revelou uma nova face, a angústia curto-prazista que namora o mesmo velho populismo que sempre dá errado no longo prazo." Além disso, é evidenciada a insensata intervenção no setor de energia, reduzindo os custos para os consumidores o que causou a destruição de empresas do setor, grandes prejuízos ao Tesouro Nacional, além do aumento da tarifa.

Na UI (5) são relatadas mais evidências:

> UI (5) A intervenção na taxa de juros não foi melhor, pois não deu ao Banco Central o suporte fiscal para ampará-la. Dilma atingiu o máximo de sua popularidade de curto prazo quando estava no máximo de seus erros de longo prazo. Os futuros mandatários deveriam recolher esta lição: o apoio que o intervencionismo insensato obtém no curto prazo, revelado nas pesquisas de opinião, é apenas a antecipação da rejeição que nelas colherão no longo prazo.

Como demonstrado, na UI (5), é colocada a má intervenção na taxa de juros, porque não foi dado ao Banco Central suporte para ampará-la.

Dando continuidade aos fatos, identificamos na UI (6), mais uma evidência.

> UI (6) Para qualquer observador imparcial, era evidente que Dilma tinha pouca probabilidade de ser reeleita. Incorporando a ideia de que o primeiro dever do governo é continuar governo, ela decidiu convocar o "Diabo"! Seus marqueteiros competentemente superaram tudo que se havia visto até então em campanhas eleitorais, na falta de respeito à verdade e na desqualificação dos adversários. Seu primeiro ato depois de reeleita deixou perplexos seus eleitores. Escolheu, sem ao menos dar-lhes alguma satisfação, o programa econômico do adversário que havia demonizado! Para executá-lo, chamou um competente economista cuja concepção do mundo é antípoda à do partido que a sustenta, quando lhe é conveniente.

Na UI (6), é salientada a pouca probabilidade de reeleição de Dilma e de atitudes inusitadas como a aprovação do programa econômico que ela havia criticado duramente na campanha eleitoral. Além disso, para executar o programa um competente economista que tinha uma concepção de mundo antípoda à do PT, quando lhe era conveniente.

Os fatos são concluídos na UI (7), transcrita a seguir.

> UI (7) Foi instantaneamente abandonada pela maioria dos que nela haviam depositado a sua confiança. Enfraquecida e sem credibilidade, decidiu promover uma guerra com a Câmara dos Deputados, na tentativa de intervir na eleição do seu presidente. Fracassou. A combinação das tolices econômicas com a absoluta indisposição para o exercício da política tirou-lhe todo o protagonismo. Na sua ida ao Congresso, na abertura dos trabalhos de 2016, perdeu sua última oportunidade de recuperá-lo. Em lugar de levar propostas concretas para as necessárias mudanças constitucionais e pôr o Congresso

> a trabalhar, preferiu prometê-las. No País de São Tomé, ninguém a levou a sério.

Na UI (7), é ressaltado o abandono da presidente por parte dos que confiavam nela. Diante disso, Dilma decidiu promover uma guerra com a Câmara dos Deputados e foi fracassada. Outro dado diz respeito às promessas e o não cumprimento do que foi prometido.

Conforme anunciado no início da análise da porção (8 - 9) estabelece relação semântica com a porção (4 – 7), sendo plausível informar que emerge entre elas a relação retórica de *resultado*, pois essas unidades de informação retratam consequências causadas pelas ações da presidente e enumeradas na relação de *lista*.

A relação de *resultado* é caracterizada como aquela que, na proposta de Mann &Thompson (1988), combinando N + S, o núcleo apresenta uma situação que causou a situação apresentada no satélite. Assim, a apresentação do conteúdo do núcleo se torna mais central para os propósitos do produtor do que o conteúdo do satélite. Em suma, na relação de resultado, o leitor reconhece que a situação apresentada em N poderia ter causado a situação apresentada em S. Dessa forma, o *locus* do efeito é situado tanto em N quanto em S.

Para explicitar a ocorrência da relação de *resultado* que emerge entre as porções (4 – 7) e (8 – 9) são transcritas e analisadas as UIs (8) e, depois, a UI (9).

> UI (8) A situação é muito grave. Entre o último trimestre de 2014 e o mesmo período de 2015, o PIB caiu 6%, o desemprego atingiu 11 milhões de trabalhadores, o déficit do setor público ameaça repetir os 10% do PIB de 2015 e o déficit primário caminha para 2% do PIB. Pior, a relação dívida bruta reforçou sua dinâmica preocupante e de 57% do PIB no fim de 2014 ameaça atingir 74% em 2016 e, se nada mudar, talvez 80% em 2017.

Na UI (8), núcleo, é situada a gravidade da situação, além do registro de dados que comprovam o agravamento da crise em 2014 e 2015, como: “A situação é muito grave.’; a queda do PIB, o aumento do desemprego, o aumento do déficit do setor público e do setor primário e, por fim, a relação dívida bruta acelera.

Passamos à descrição da UI (9).

> UI (9) Essa é, talvez, a principal razão pela qual as agências vêm rebaixando a nota soberana brasileira numa rapidez

> preocupante. A Fitch, a mais paciente com o Brasil, não quis perder a corrida e nos tirou no dia 5 de maio mais um grau no mundo especulativo em que já estamos, igualando-se à S&P e à Moody's.

Na UI (9), é identificado um comentário do articulista em relação aos argumentos expostos, no período que inicia o parágrafo: "Essa é, talvez, a principal razão pela qual as agências vêm rebaixando a nota soberana brasileira numa rapidez preocupante." Ressaltamos a relevância do marcador discursivo "talvez" que situa o autor e, ao mesmo tempo, o isenta de uma afirmação absoluta, o que contribui, sobremaneira para a ocorrência da relação núcleo-satélite de *comentário*, proposta por Carlson e Marcu (2001, p. 49).

Na relação retórica de *comentário* o satélite constitui uma observação subjetiva sobre um segmento anterior do texto e é apresentado a partir de uma perspectiva que está fora dos elementos em foco no núcleo. O articulista expõe seu comentário a respeito da atitude das agências por terem rebaixado, com rapidez, a nota soberana brasileira.

Quanto às vias de continuidade, situamos a relação de *comentário* na via apresentativa, uma vez que o conteúdo da UI (9) contribui para que o leitor acredite no conteúdo de UI (8), situando a gravidade da situação por que passa o Brasil.

Finalizamos a análise tomando o oitavo parágrafo que retrata a UI (10), registrada a seguir:

> UI (10) Não é provável que o governo possa recuperar o seu protagonismo e dar à sociedade alguma esperança. Nada é mais significativo do que a fria recepção ao excelente Plano Safra 2016-2017, da competente ministra Kátia Abreu. Infelizmente, é preciso mudar.

O texto é concluído com a UI (10) que estabelece relação com todo o texto, representado pela porção (3 – 9). Nessa perspectiva, entendemos que emerge entre a UI (10) e as UIs (3 – 9) a relação retórica núcleo-satélite de *conclusão*. A opção por essa relação retórica se dá pelo fato de, na UI (10), o texto registrar que, diante dos fatos relatados, dificilmente o governo iria recuperar seu protagonismo e daria à sociedade alguma esperança. Além disso, foi identificada uma nova tese no último período de A6: "Infelizmente, é preciso mudar."

No que concerne às vias de continuidade, situamos a relação de *conclusão* na via hipotática, pois seu conteúdo busca a garantia de relação semântica entre a UI (10) e

todo o texto, ao expor a dificuldade do governo para reconstruí sua credibilidade devido às ações enumeradas no decorrer do texto.

Para concluir a análise da macroestrutura de A2, transcrevemos a última unidade de análise que é a UI (11):

UI (11) Disponível em:< https://www.cartacapital.com.br>.

Essa unidade de informação UI (11), satélite, indica a fonte, estabelecendo uma relação semântica com todo o texto, formado pelas UIs (1 – 10), núcleo. A análise nos indica que emerge, entre essas duas porções, a relação retórica de *capacitação*, já explicada na análise de A1.

Como retratamos no decorrer da análise, a macroestrutura de A2 apresentou as relações retóricas descritas na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4: Ocorrência de relações retóricas em A2

Via de continuidade	**Relação retórica**	**Nº de ocorrências**
apresentativa	atribuição	1
	capacitação	1
	preparação	1
	evidência	1
hipotática	conclusão	1
	comentário	1
	resultado	1
paratática	lista	4
Total	**8**	**11**

Fonte:Artigo: *É preciso mudar*
Análise feita pela pesquisadora.

A Tabela 4 demonstra que foram identificadas, em A2, oito tipos de relações retóricas, de forma que oito delas tiveram uma ocorrência, mas a relação de *lista* foi quatro vezes registrada.

Nossa análise, à luz da Teoria da Estrutura Retórica, nos levou a identificar a macroestrutura de A2 com as características aqui descritas:

a) título, autor e fonte descritos nas UIs (1, 2 e 11);
b) exposição da tese na UI(3): Consequências acumuladas pelos equívocos econômicos cometidos pela presidente Dilma, a partir de 2012;
c) apresentação dos argumentos e comentário nas UIs (4 – 9): a princípio é citada a política voluntarista mal projetada e pior executada; depois, a má

intervenção na taxa de juros, sem dar suporte ao Banco Central para amapará-la; adoção de programa econômico defendido por adversário e ainda colocou a execução do programa nas mãos de um economista de ideologia contrária ao PT. Por fim, a presidente promoveu uma guerra com a Câmara dos Deputados ao levar até lá promessas e não, ações. Além disso, o texto relata resultados dessas ações.

d) conclusão mediante exposição do enfraquecimento e falta de credibilidade no governo. É, também, situada uma nova tese.

A Teoria da Estrutura Retórica nos possibilitou a identificação da ocorrência das relações retóricas, isto é, a organização hierárquica de A2, resultando em um texto coerente.

4.1.3 Análise de A3

(1)*Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?*

(2) *Djamila Ribeiro*

(3)*Em um país em que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada não se pode tratar essa questão como um tema pontual. O fato de essa violência ser sistemática comprova que existe uma cultura de violência contra a mulher, porque também vivemos em um país em que, a cada cinco minutos, uma mulher é agredida.*

(4)*Porém, é importante dizer que essa cultura do estupro existe desde o período da escravidão. Mulheres negras escravizadas eram violentadas pelos senhores de escravos e forçadas às mais variadas formas de violências. A filósofa Angela Davis, em Mulher, raça e classe, aborda o fato das mulheres negras não serem tratadas como frágeis e castas, ao contrário, tiveram de realizar trabalhos forçados que precisavam do uso da força.*

(5)*Davis inicia o livro com o capítulo "Legado da escravatura: bases para uma nova natureza feminina" falando sobre o modo pelo qual a mulher negra escravizada era tratada de modo a ofuscar uma "natureza feminina", uma vez que elas eram forçadas a desempenhar o mesmo trabalho dos homens negros escravizados.*

(6)*O que as diferenciava dos homens, e essa se torna uma diferença crucial, era o fato de terem seus corpos violados pelo estupro. Essa outra construção de feminino irá contrastar diretamente com a qual as mulheres brancas lutarão para derrubar: a da mulher frágil, submissa e dependente do homem. A mulher negra ter sido submetida a esse tipo de violência evidencia uma relação direta entre a colonização e a cultura do estupro.*

(7)*No Brasil, as mulheres negras tiveram a mesma experiência. Importante ressaltar que a miscigenação tão louvada no País também foi fruto de estupros sistemáticos cometidos contra mulheres negras. Essa tentativa de romantização da miscigenação serve para escamotear a violência.*

(8)*Mulheres negras escravizadas foram violadas sistematicamente no período colonial. E, atualmente, ainda é esse o grupo o mais violentado, também em caso de violência doméstica. Segundo dados da Unicef na pesquisa Violência Sexual, o perfil das mulheres e meninas exploradas sexualmente aponta para a exclusão social desse grupo.*

(9)*A maioria é de afrodescendentes, vem de classes populares, tem baixa escolaridade, habita em espaços urbanos periféricos ou em municípios de baixo desenvolvimento socioeconômico. Muitas dessas adolescentes já sofreram inclusive algum tipo de violência (intrafamiliar ou extrafamiliar).*

(10)*Por mais que todas as mulheres estejam sujeitas a esse tipo de violência, já que é sistemática, se faz importante observar o grupo que está mais suscetível a ela já que seus corpos vêm sendo desumanizados historicamente, ultrassexualizados, vistos como objeto sexual. Esses estereótipos racistas contribuem para a cultura de violência contra essas mulheres, pois elas são vistas como lascivas, "fáceis", as que não merecem ser tratadas com respeito.*

(11)*Um exemplo dos estigmas que estão colocados sobre os corpos das mulheres negras é o caso de Vênus Hotentote. Seu nome original é Sarah Baartman. Nascida em 1789 na região da África do Sul, no início do século 19 foi levada para a Europa e exposta em espetáculos públicos, circenses e científicos devido aos seus traços corporais.*

(12)*Segundo Damasceno (2008), Sarah Baartman deu um corpo à teoria racista. Não importa aonde vamos, a marca é carregada. Mesmo após sua morte, seu corpo seguiu sendo explorado. Partes de seu corpo, incluindo as íntimas, ficaram à exposição do público no Museu do Homem, na França, até 1975. Apenas em 2002, seus restos mortais foram devolvidos à África do Sul a pedido de Nelson Mandela.*

(13)*Com base nesses fatos históricos podemos dizer que no Brasil há uma relação direta entre colonização e cultura do estupro. E nós precisamos falar sobre isso.*

(14) *Disponível em: <http//www.cartacapital.com.br>*

Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?, texto da revista Carta Capital, produzido por Djamila Ribeiro, publicado na edição de 08 de junho de 2016, trata da discussão sobre a violência e a possível influência da miscigenação na cultura do estupro da mulher no Brasil. O artigo pode provocar no leitor uma reflexão importante, ao fazer uma retrospectiva da prática sistemática do estupro de mulheres, de maneira geral e, especificamente, no Brasil, registrada do período da escravidão até os dias atuais.

Nos termos da RST, o texto foi segmentado em 14 unidades de informação, distribuídas em porções textuais (*text span),* conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5: Porções textuais de A3

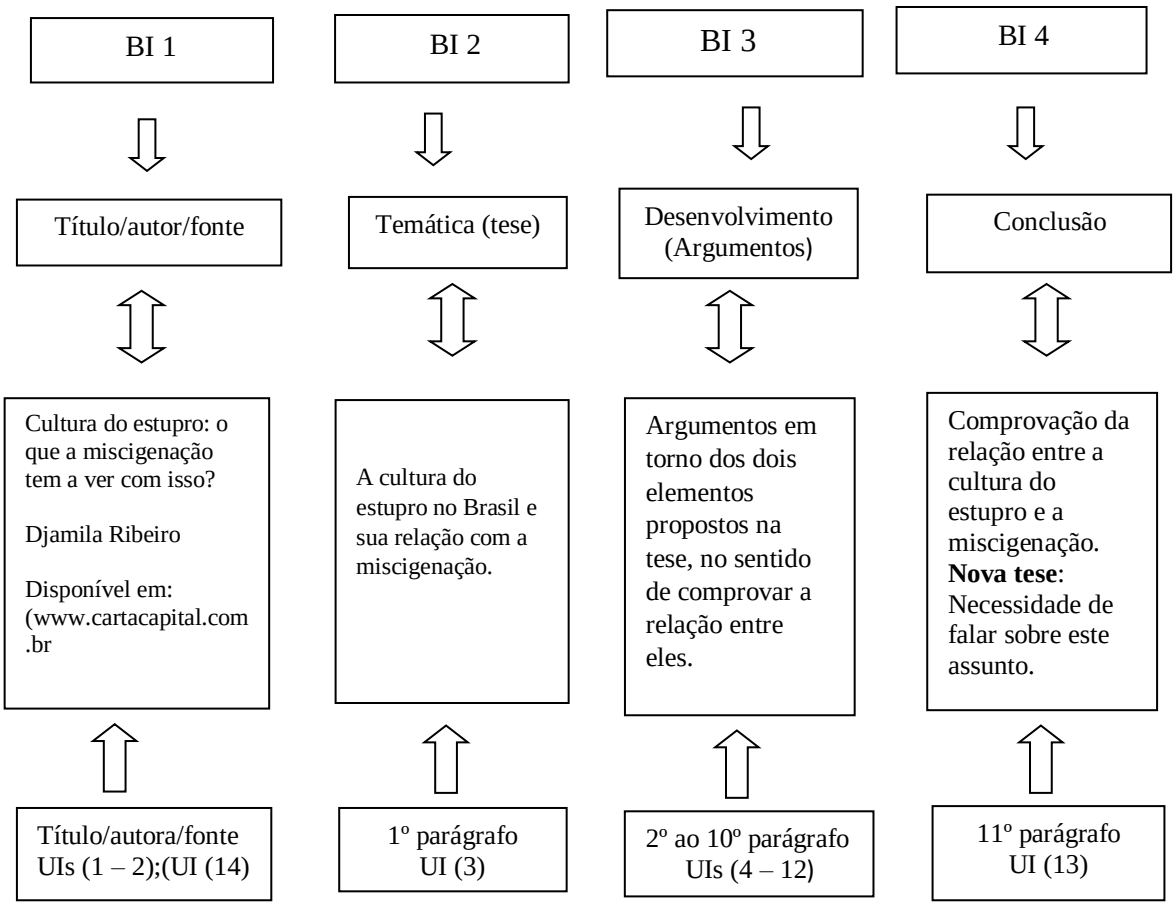
Texto A 1	**Porções textuais**
Título e autor do texto	(1 – 2)
Tese	(3)
Desenvolvimento da tese (argumentos)	(4 – 12)
Conclusão	(13)
Fonte	(14)
Total	**14**

Fonte: Artigo: *Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?*
Análise feita pela pesquisadora.

Como discutido em A1 e A2, a Teoria da Estrutura Retórica tem como objetivo o estudo da organização dos textos, caracterizando as relações que se estabelecem entre suas partes.

Nessa perspectiva, a organização global do texto, ou seja, a macroestrutura, foi constituída por quatro blocos informacionais (BI), de acordo com o conteúdo exposto em cada uma, é demonstrada no Quadro 11 a seguir.

Quadro 11: Macroestrutura de A3



Fonte: Elaborado com base em Mann & Thompson (1988) e Teun van Dijk (1992).

Nossa análise retratou que a macroestrutura de A3 é constituída de quatro grandes blocos de informação. No bloco informacional 1 encontram-se o título, a autora e a fonte do texto; o bloco 2, formado pelo 1º parágrafo, apresenta a problemática (tese) proposta pela autora: a cultura do estupro no Brasil e sua relação com a miscigenação; o bloco 3, constituído pelos parágrafos 4 a 12, é edificado pelos argumentos em torno da relação entre os dois elementos propostos na tese no sentido de comprovar a existência de uma conexão entre eles; o bloco 4, formado pelo parágrafo 13, conclui o texto e, ao mesmo tempo, afirma que, com base em dados históricos, pode-se dizer que há uma relação entre a colonização e a cultura do estupro, além da necessidade de essa temática fazer parte da discussão entre os brasileiros. É importante ressaltar que o texto finaliza com a apresentação de uma nova tese: a importância de se falar sobre esse assunto, ou seja, o vínculo entre a colonização e a cultura do estupro.

Antes de continuar a análise de A3 com base na RST e com a finalidade de facilitar o entendimento do processo, apresentamos, como nas duas primeiras análises, o diagrama da macroestrutura de “Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?” – Djamila Ribeiro, mediante as Fig. 10a e 10b.

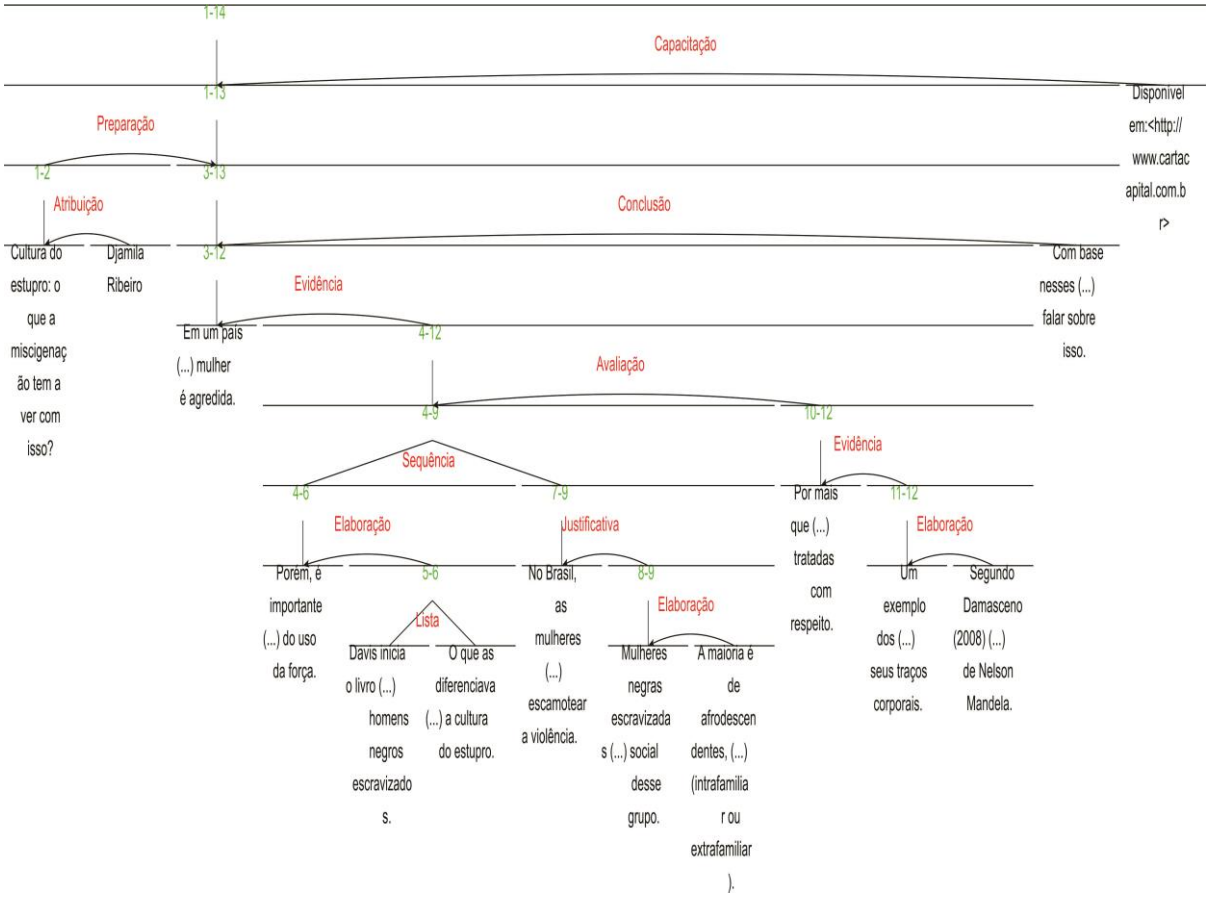


Figura 10a: Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A3.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

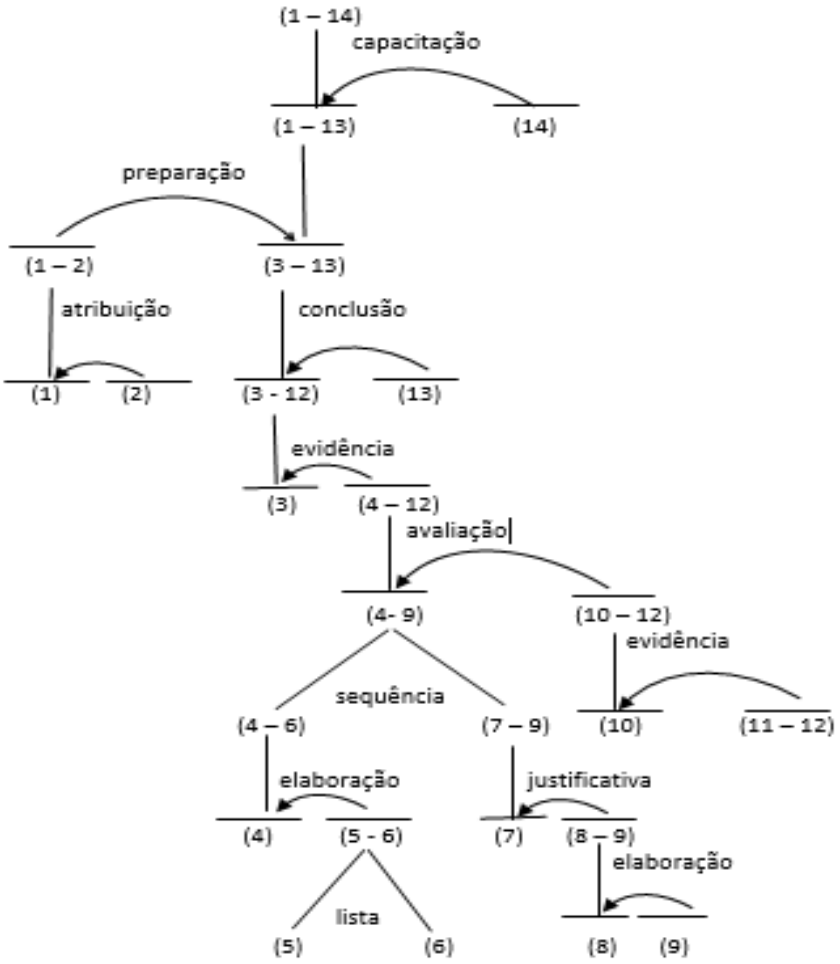


Figura 10b: Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A3.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Como procedemos nos outros textos, foram considerados o título, o autor, a fonte e o conteúdo do texto como unidades de análise.

Dessa forma, conforme demonstrado nas Figuras 10a e 10b, a macroestrutura de A3 é constituída de 14 unidades de informação (UI), analisadas a seguir.

Tomamos como referência as UIs (1 - 2) que iniciam A3, indicadas a seguir.

> UI (1) Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?
> UI (2) Djamila Ribeiro

Como em A1 e A2, a análise, de acordo com a RST, indica ser plausível propor que emerge entre a UI (1) e UI (2) a relação da via apresentativa de *atribuição*, de forma que a UI (1) assume a função de núcleo e a UI (2) o papel de satélite porque subsidia o

conteúdo de N ao indicar a autoria do texto. Por outro lado, essa porção (1 - 2) se torna satélite S da porção maior (3 – 13), constituída por todo o texto e é plausível dizer que emerge entre elas uma relação da via apresentativa de *preparação*, justificada pelo fato de S deixar o leitor mais interessado em ler N.

Além das UIs (1 - 2), "Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?" é formado por duas outras porções. A primeira é materializada pela UI (3 - 12) e a segunda a UI (13). Contudo, a porção (3 – 12) foi segmentada em duas outras – UI (3) e UI (4 – 12).

Na UI (3) a autora se encarrega de localizar a grande questão a ser discutida ao longo do texto, que é situar a sistematicidade da violência contra a mulher, de maneira geral. Essa unidade de informação exerce a função de N por veicular a informação mais central, ou seja, a tese proposta e defendida pela autora. A seguir, a UI (3):

> UI (3) Em um país em que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada não se pode tratar essa questão como um tema pontual. O fato de essa violência ser sistemática comprova que existe uma cultura de violência contra a mulher, porque também vivemos em um país em que, a cada cinco minutos, uma mulher é agredida.

A segunda grande porção, formada pelas UIs (4 – 12), assume o papel de satélite em relação à UI (3), núcleo, sendo plausível afirmar que emerge entre elas, conforme propõem Mann & Thompson (1988), uma relação da via apresentativa *de evidência*. Essa relação retórica se torna plausível pelo fato do satélite trazer provas que levam o leitor a aumentar a crença no assunto apontado em N - a violência contra a mulher. De forma bem geral, em S vai sendo construído, paulatinamente, o processo argumentativo com a demonstração de fatos que comprovam o crescimento e a persistência da violência, tanto em outros países, quanto no Brasil.

A grande porção, formada pelas UIs (4 – 12) apresenta uma argumentação em relação à cultura da violência contra a mulher, de maneira mais geral. O processo se edifica da seguinte maneira: primeiramente, identificam-se duas porções formadas pelas UIs (4 – 6) e pelas UIs (7 – 9), de forma que emerge, entre elas uma relação multinuclear da via paratática de *sequência*. Vale ressaltar que, em relação às vias de continuidade, conforme Bernárdez (1995), as relações classificadas como paratáticas não têm a função de apresentar novas informações. Sobre a relação de *sequência*, Mann & Thompson (1988) apresentam duas características: primeiro, eles aventam que essa

relação apresenta uma sucessão entre as situações nos núcleos e, depois, declaram que a intenção do falante/escritor é levar o ouvinte/leitor a reconhecer essa sucessão de relações, causando efeito nos núcleos existentes.

Passamos à análise da porção formada pelas UIs (4 – 6), em que é situada a existência da cultura do estupro desde o período da escravidão, quando mulheres negras eram escravizadas e violentadas pelos senhores de escravos.

Essa proposição é acrescida de detalhes nas unidades de análise seguintes, o que sugere a segmentação da porção (4 – 6) em duas outras, configurando, assim, a porção UI (4), veiculando a informação mais central, sendo, portanto, núcleo, e as UIs (5 – 6), na função de satélite. Nesta ocorrência, a porção (5 – 6) se encarrega de enumerar detalhes à UI (4).

A porção formada pela UI (4) é mostrada a seguir:

> UI (4) Porém, é importante dizer que essa cultura do estupro existe desde o período da escravidão. Mulheres negras escravizadas eram violentadas pelos senhores de escravos e forçadas às mais variadas formas de violências. A filósofa Angela Davis, em Mulher, raça e classe, aborda o fato das mulheres negras não serem tratadas como frágeis e castas, ao contrário, tiveram de realizar trabalhos forçados que precisavam do uso da força.

A análise aponta que emerge entre as UIs (4) e (5 – 6) a relação retórica de *elaboração* que pode ser situada na via hipotática. É importante ressaltar que a relação de *elaboração,* identificada entre as UI (4) e UI (5 – 6), se dá do **todo** para as partes. Essa análise se justifica pelo fato de ser explicitada a citação do livro "Mulher, raça e classe" da filósofa Angela Davis, que "aborda o fato das mulheres negras não serem tratadas como frágeis e castas, ao contrário, tiveram de realizar trabalhos forçados que precisavam do uso da força", e, depois, são discutidos aspectos da obra. Na mesma direção, esclarecemos que a relação e *elaboração* pode ser incluída na via hopotática, pois os dados veiculados por (5 – 6) possibilitam a ampliação do conteúdo da UI (4).

Ressalta-se, na UI (4), o valor e a força do marcador argumentativo *Porém*, que assume o papel de chamar a atenção do leitor para a veracidade e a complexidade do assunto: a violência contra a mulher. Koch (2010, p. 30), ao se reportar a Ducrot, postula que os conectivos podem assumir uma força argumentativa de enunciado, passando a exercer a função de operador ou marcador discursivo. Nessa perspectiva, o

vocábulo *Porém* deixa de exercer a função de conectivo coordenativo e se torna marcador discursivo, dada a força argumentativa assumida nesta ocorrência do texto.

Passamos às considerações a respeito das UIs (5 - 6), formadas pelos segundo e terceiro parágrafos do texto:

> UI (5) Davis inicia o livro com o capítulo "Legado da escravatura: bases para uma nova natureza feminina" falando sobre o modo pelo qual a mulher negra escravizada era tratada de modo a ofuscar uma "natureza feminina", uma vez que elas eram forçadas a desempenhar o mesmo trabalho dos homens negros escravizados.
>
> UI (6) O que as diferenciava dos homens, e essa se torna uma diferença crucial, era o fato de terem seus corpos violados pelo estupro. Essa outra construção de feminino irá contrastar diretamente com a qual as mulheres brancas lutarão para derrubar: a da mulher frágil, submissa e dependente do homem. A mulher negra ter sido submetida a esse tipo de violência evidencia uma relação direta entre a colonização e a cultura do estupro.

A UI (5) se encarrega de citar o assunto abordado por Davis no capítulo "Legado da escravatura: bases para uma natureza feminina", que diz do "modo pelo qual a mulher negra escravizada era tratada de modo a ofuscar a "natureza feminina", uma vez que elas eram forçadas a desempenhar o mesmo trabalho dos homens negros escravizados".

Na mesma direção, a UI (6) reforça a informação da violência contra as mulheres no momento em que o texto trata daquilo que, crucialmente, diferencia as mulheres dos homens, identificado como a violação do seu corpo pelo estupro, criando, portanto, uma construção de feminino, contra a qual as mulheres brancas iriam lutar.

Conclui-se, portanto, que, na porção textual (5 - 6) a relação de *lista* corrobora a violência contra a mulher e, ao mesmo tempo, está a serviço da argumentação desenvolvida pela autora.

A argumentação prossegue na porção textual formada pelas UIs (7 – 9), expondo questões referentes à cultura do estupro vivenciada pelas mulheres, no Brasil. Essa porção foi segmentada em porções menores, de forma que a UI (7) adquire a função de N e as UIs (8 – 9) a função de S, sendo plausível identificar, entre elas, a emergência da relação do tipo núcleo-satélite de *justificativa*, pertencente à via apresentativa, uma vez que o satélite aumenta no leitor a tendência de aceitar o conteúdo apresentado em N.

Essa afirmativa é aceitável, pois o núcleo expõe o fato de as mulheres negras também terem sido violentadas, ressaltando, no período colonial, a contribuição da miscigenação como fruto da violência, ser utilizada para encobrir tal feito, como é mostrado na UI (7):

> UI (7) "No Brasil, as mulheres negras tiveram a mesma experiência. Importante ressaltar que a miscigenação tão louvada no País também foi fruto de estupros sistemáticos cometidos contra mulheres negras. Essa tentativa de romantização da miscigenação serve para escamotear a violência".

Por outro lado, as UIs (8 - 9), na função de satélite, vêm subsidiar o entendimento do conteúdo de núcleo, com a finalidade de justificar a afirmação identificada na UI (7) e que é transcrito a seguir.

> UI(8) Mulheres negras escravizadas foram violadas sistematicamente no período colonial. E, atualmente, ainda é esse o grupo o mais violentado, também em caso de violência doméstica. Segundo dados da Unicef na pesquisa Violência Sexual, o perfil das mulheres e meninas exploradas sexualmente aponta para a exclusão social desse grupo.
>
> UI(9) A maioria é de afrodescendentes, vem de classes populares, tem baixa escolaridade, habita em espaços urbanos periféricos ou em municípios de baixo desenvolvimento socioeconômico. Muitas dessas adolescentes já sofreram inclusive algum tipo de violência (intrafamiliar ou extrafamiliar).

A porção (8 – 9) subsidia o conteúdo da UI (7) de forma que ela pode ser segmentada nas UIs (8) e (9), sendo plausível informar que emerge, entre elas, a relação núcleo-satélite de *elaboração*. Essa ocorrência se justifica pelo fato de o conteúdo da UI (8), na função de núcleo, citar o fato de mulheres negras terem sido escravizadas e violentadas do período colonial até os dias atuais. As estatísticas comprovam que, atualmente, a mulheres que mais sofrem violência doméstica e violência sexual são negras e pobres.

Já a UI (9), no papel de satélite de (8), acrescenta outras características dessas mulheres negras violentadas: são afrodescendentes, pertencem às classes populares, baixa escolaridade, moram nas periferias ou em municípios mais pobres. O acréscimo dessas informações torna-se plausível identificar entre as UIs (8) e (9) uma relação retórica de *elaboração*, pertencente ao grupo da via hipotática, visto que ela se incumbe

de garantir relações semânticas entre as duas porções, no momento em que acrescenta dados, ampliando o conteúdo apresentado em N.

Passamos à porção (10 – 12), que, na nossa análise, expõe observações a respeito da porção (4 – 9), e é plausível entender que emerge entre essas duas partes uma relação retórica da via hipotática classificada como *avaliação*. Para Mann & Thompson (1988), a relação de *avaliação* favorece ao leitor o reconhecimento de que (S) confirma, além de validar o valor que lhe foi atribuído.

Conforme propõem Souza e Giering (2010, p. 208), "a relação informativa de *avaliação* [...] é uma relação em que o núcleo N é uma situação, e o satélite S é um registro avaliativo, de julgamento, com uma postura atitudinal sobre a situação". A opção por essa relação justifica-se pelo fato de, em (10 – 12), haver uma reelaboração de conteúdo de forma que o autor deixa seu juízo de valor, explicitado, com base nas informações veiculadas na porção (4 – 9). Essas informações tornam claro que, embora todas as mulheres estejam sujeitas a sofrer violências como o estupro, é marcante o grupo específico que sofre sistematicamente esse tipo de violência.

A seguir, transcrevemos a UI (10):

> UI (10) Por mais que todas as mulheres estejam sujeitas a esse tipo de violência, já que é sistemática, se faz importante observar o grupo que está mais suscetível a ela já que seus corpos vêm sendo desumanizados historicamente, ultrassexualizados, vistos como objeto sexual. Esses estereótipos racistas contribuem para a cultura de violência contra essas mulheres, pois elas são vistas como lascivas, "fáceis", as que não merecem ser tratadas com respeito.

Outro fato importante é demarcado na UI (10), ao dizer que "Esses estereótipos racistas contribuem para a cultura de violência contra essas mulheres, pois elas são vistas como lascivas, "fáceis", as que não merecem ser tratadas com respeito."

O conteúdo exposto na UI (10), é exemplificado nas UIs (11 - 12), transcritas a seguir.

> UI (11) Um exemplo dos estigmas que estão colocados sobre os corpos das mulheres negras é o caso de Vênus Hotentote. Seu nome original é Sarah Baartman. Nascida em 1789 na região da África do Sul, no início do século 19 foi levada para a Europa e exposta em espetáculos públicos, circenses e científicos devido aos seus traços corporais.

> UI (12) Segundo Damasceno (2008), Sarah Baartman deu um corpo à teoria racista. Não importa aonde vamos, a marca é carregada. Mesmo após sua morte, seu corpo seguiu sendo explorado. Partes de seu corpo, incluindo as íntimas, ficaram à exposição do público no Museu do Homem, na França, até 1975. Apenas em 2002, seus restos mortais foram devolvidos à África do Sul a pedido de Nelson Mandela.

Nas UIs (11 - 12) são reconhecidos, mediante exemplos, provas claras, incontáveis dos fatos expostos na UI (10), sendo plausível identificar, entres essas unidades de informação, uma relação núcleo-satélite de *evidência*, pertencente à via apresentativa, que para Mann & Thompson (1988), se caracteriza pelo fato de, se o leitor não acreditar na veracidade da ação apresentada em N, sua crença é aumentada pelo conteúdo de S. A caracterização da relação de *evidência* se processa, nessa porção textual, mediante exemplificação de estigmas colocados sobre os corpos de mulheres negras, citados em (11 – 12).

Nessa perspectiva, localizamos nas UIs (11 – 12), dados adicionais à UI (10), de forma que se torna plausível informar a emergência, entre essas unidades de informação, a relação de *elaboração*. Essa hipótese é confirmada pelo conteúdo da UI (11), na função de N, ao situar o caso de Vênus Hotentote, nome original de Sarah Baartman, africana, que, no início do século 19, foi exposta, mesmo depois de sua morte, em espetáculos públicos, circenses e científicos, com foco em seus traços corporais.

Na UI (12), satélite, registra-se um acréscimo de fatos à UI (11), citados por Damasceno (2008), ao demarcar a importância de Sarah Baartman para a teoria racista, pois seu corpo foi explorado ao ser exposto no Museu do Homem, na França, até 1975. Os restos mortais de Sarah só foram devolvidos à África do Sul, em 2002, por solicitação de Nelson Mandela.

A rede hierárquica de A3 nos apresenta a UI (13), transcrita a seguir:

> UI (13) Com base nesses fatos históricos podemos dizer que no Brasil há uma relação direta entre colonização e cultura do estupro. E nós precisamos falar sobre isso.

Essa unidade de informação assume a função de fechar o texto e é plausível identificar uma relação da via hipotática do tipo núcleo-satélite de *conclusão* entre as UIs (3 -12) e a UI (13).

Nesse sentido, o satélite formado pela UI (13) - “Com base nesses fatos históricos podemos dizer que no Brasil há uma relação direta entre colonização e cultura do estupro. E nós precisamos falar sobre isso” - conclui o texto e, ao relatar acontecimentos históricos, demonstra a certeza de que, no Brasil, a violência contra as mulheres tem uma relação direta com a miscigenação, além da necessidade e da urgência de se falar sobre esse fato.

Para finalizar a análise de A3, expomos a UI (14):

UI (14) <http//www.cartacapital.com.br>

Essa unidade de análise exerce a função de satélite, estabelecendo relação entre todo o texto UI (1 – 13), núcleo, sendo plausível informar que emerge entre elas a relação retórica da via apresentativa de *capacitação*, para situar a fonte, e já discutida nos textos anteriores.

Diante do exposto, sinalizamos que a análise de A3 possibilitou identificar um conjunto de relações retóricas, alinhadas às vias de continuidade, propostas por Bernárdez (1995), demonstrado, em ordem alfabética, na tabela 6 a seguir.

Tabela 6: Ocorrência de relações retóricas em A3.

Via de continuidade	**Relação retórica**	**Nº de ocorrências**
apresentativa	atribuição	1
	capacitação	1
	evidência	2
	justificativa	1
	preparação	1
hipotática	avaliação	1
	conclusão	1
	elaboração	3
paratática	lista	1
	sequência	1
Total	**10**	**13**

Fonte: Artigo: *Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?*
Análise feita pela pesquisadora.

A Tabela 6 evidencia a ocorrência de dez tipos de relações retóricas. A relação de *elaboração* foi a mais recorrente, com três incidências, seguida da de *evidência* com duas, e as demais com uma ocorrência cada uma.

A análise de A3, de acordo com a RST, permitiu a verificação da maneira como o produtor organiza, de forma consciente seu pensamento e constrói o texto, produto desse processo de organização.

4.1.4 Análise de A4:

(1) *Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras*
(2)*Maílson da Nóbrega*
(3)*Quem diria, um partido de linhagem estatista e, assim, avesso à privatização, o PT, comandou ações desastrosas na nossa mais admirada estatal, a Petrobras. É enorme o dano à empresa – na imagem, no respeito, no valor de mercado, na saúde financeira, no mercado de capitais e na capacidade de investir. São cinco pelo menos os desastres.*
(4)*Primeiro, o uso da Petrobras para financiar campanhas eleitorais, mediante criminosa e sofisticada rede de captação de fundos via superfaturamento de bens e serviços à empresa. De lambuja, os operadores fizeram fortuna pessoal. O escândalo de corrupção está ligado às indicações políticas para cargos de direção.*
(5)*Segundo, a mudança das regras de exploração do pré-sal. Saiu o regime de concessão, típico de países de instituições fortes como Estados Unidos, Reino Unido e Noruega. Entraram a cessão onerosa e o regime de partilha característico de países de instituições frágeis da África. No regime de concessão, confia-se nas regras do jogo e se fazem negócios como em qualquer atividade. No de partilha, desconfia-se da estabilidade das regras e prefere-se receber em óleo. Por ideologia, voluntarismo e megalomania, atribuiu-se à Petrobras o ônus de liderar a exploração do pré-sal – a totalidade no caso da cessão onerosa e pelo menos 30% no de partilha. A excessiva responsabilidade lhe impôs gigantescas obrigações e grave endividamento.*
(6)*Terceiro, o controle de preços dos combustíveis, que eram vendidos no mercado interno abaixo dos custos de importação. Abandonou-se a fórmula pela qual os preços internos eram ajustados de forma transparente e previsível, com base nos seus valores no Golfo do México e na variação da taxa de câmbio. Passaram a prevalecer a vontade e os interesses eleitorais do*

governo. A Petrobras amargou prejuízos de 60 bilhões de reais, o que agravou sua situação financeira.

(7)*Quarto, negócios superfaturados e sem justificativa empresarial, de que são destaques a refinaria de Pasadena e a de Abreu e Lima, cuja construção foi decidida por Lula com base em critérios políticos. Escassos de justificativa técnica e plenos de custos excessivos, tais investimentos dificilmente trarão resultados semelhantes a outros da empresa – a rigor, caberia ajustá-los à rentabilidade média, com a correspondente redução do patrimônio líquido.*

(8)*Quinto, e em consequência dos demais, o valor de mercado da Petrobras caiu cerca de 80% nos últimos seis anos. Os investidores estrangeiros, que interpretam a perda como efeito da corrupção, moveram ações coletivas contra a empresa na Justiça Federal americana. Além disso, existem investigações de natureza criminal e administrativa nos Estados Unidos. Acrescente-se a humilhação de os balanços da Petrobras não terem sido auditados por auditores externos, o que pode acarretar novos problemas à frente. Serão lentas, difíceis e custosas a reconquista da confiança dos investidores e a volta do acesso aos mercados interno e internacional de capitais. Ficará mais difícil financiar os investimentos bilionários do pré-sal.*

(9)*Arrasada e aviltada, a Petrobras precisa de um líder capaz, decente e de alto respeito profissional, designado sem interferência política e que possa preencher os demais cargos com gente preparada.*

(10)*A recuperação da confiança de investidores e fornecedores vai exigir mudanças ciclópicas, incluindo a restauração do regime de concessão (algo difícil para um governo que não reconhece erros). A Petrobras precisa deixar de ser a operadora única e de controlar pelo menos 30% dos campos.*

(11)*Deve-se dotar a empresa de sólida governança corporativa. Os dirigentes devem ser escolhidos – no mercado ou nos quadros técnicos – com o apoio de empresas especializadas (headhunters). Indicações políticas devem ser abolidas. É*

necessário criar e/ou fortalecer órgãos internos típicos de companhias abertas e canal interno para denúncias.
(12)*A Petrobras é plenamente recuperável. Possui quadros técnicos qualificados e comprovada competência na criação e no uso de tecnologia de pesquisa e exploração de petróleo. A vontade política e a coragem na tomada de difíceis decisões devem prevalecer sobre a ideologia e o voluntarismo.*
(13)*Veja, p. 23, 7 jan. 2015*

De acordo com a RST, o texto *Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras*, publicado na revista Veja, p. 23, 7 jan. 2015, do economista Maílson da Nóbrega, foi segmentado em 13 unidades de informação, como demonstrado na Tabela 7.

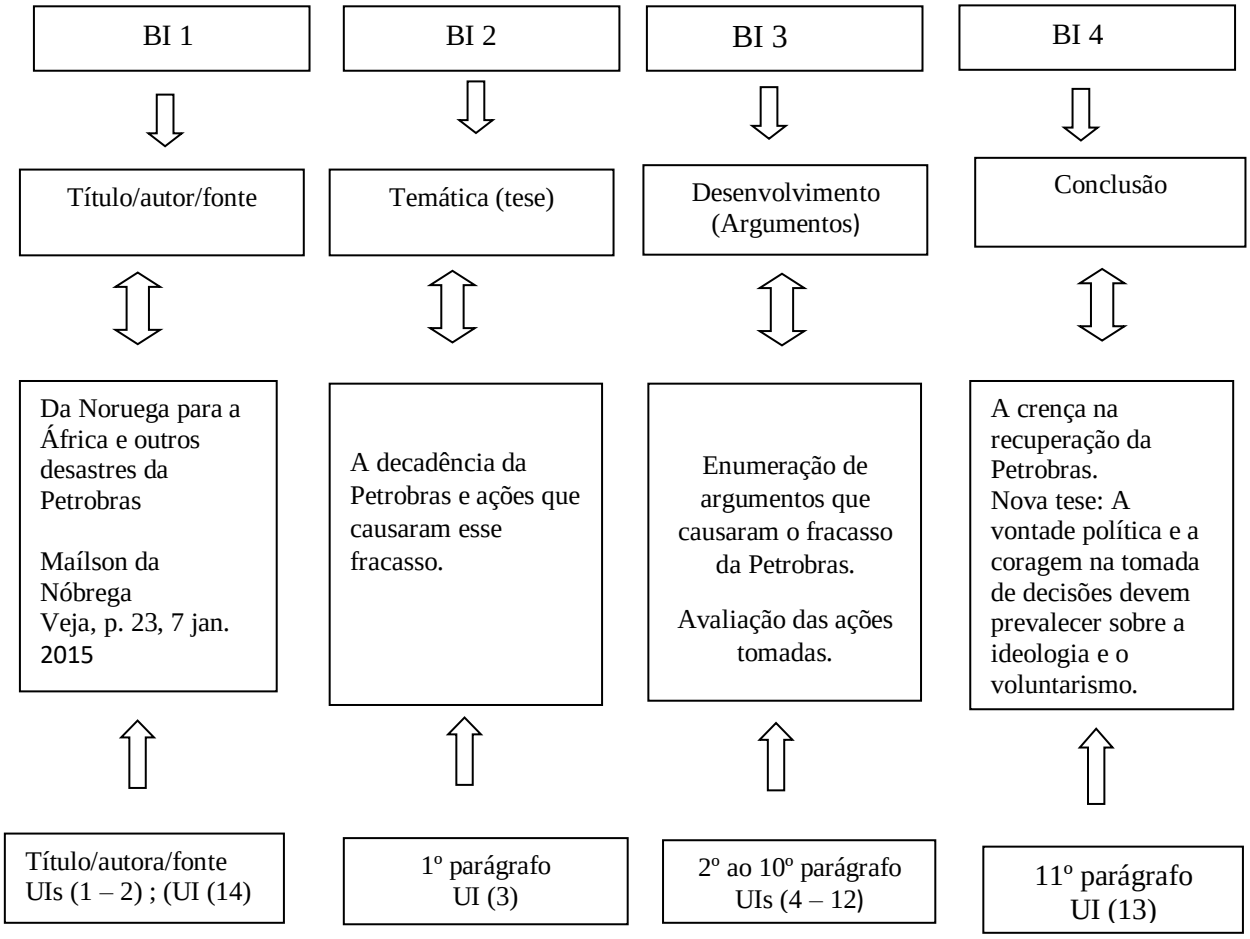
Tabela 7: Porções textuais de A4

Texto 2	**Porções textuais**
Título e autor	(1 – 2)
Tese	(3)
Desenvolvimento da tese (argumentos)	(4 – 11)
Conclusão	(12)
Fonte	(13)
Total	**13**

Fonte: Artigo: *Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras*
Análise feita pela pesquisadora.

A partir da identificação das unidades de informação, A4 se concretiza na organização global do texto, caracterizando a sua macroestrutura, demonstrada no Quadro 12 a seguir:

Quadro 12: Macroestrutura de A4



Fonte: Elaborado com base em Mann & Thompson (1988) e Teun van Dijk (1992).

Conforme registrado no Quadro 12 a macroestrutura de A4 é formada por quatro blocos de informacionais. No bloco 1, no qual são identificadas as UIs (1 - 2) e UI (13), encontram-se o título, o autor e a fonte do texto; o bloco 2, formado pelo 1º parágrafo - UI (3) - apresenta a problemática (tese): a decadência da Petrobras e ações que causaram o fracasso; o bloco 3, constituído pelos parágrafos 2º ao 10º, corresponde às UIs (4 – 12) e trata da enumeração de ações que causaram o fracasso da Petrobras, além de uma avaliação dessas ações; o bloco 4, formado pelo 11º parágrafo que corresponde à UI (13), encerra o texto e externa a crença do produtor na recuperação da Petrobras. Neste bloco informacional é exposta uma nova tese, quando o autor propõe que "A vontade política e a coragem na tomada de difíceis decisões devem prevalecer sobre a ideologia e o voluntarismo."

Para dar continuidade à análise, propomos expor o conteúdo do texto, descrevendo a macroestrutura de A4, demonstrada nas Figura 11a e 11b:

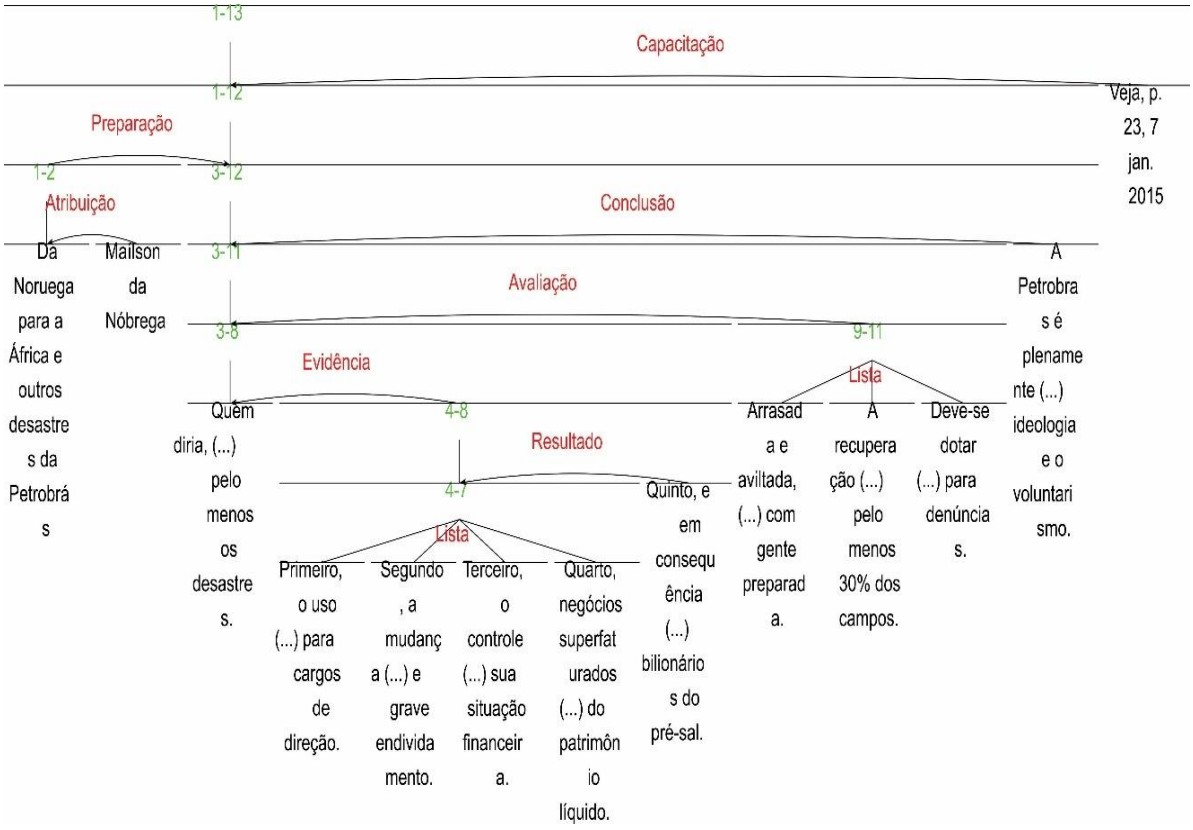


Figura 11a: Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A4.
Fonte:Elaborado pela pesquisadora.

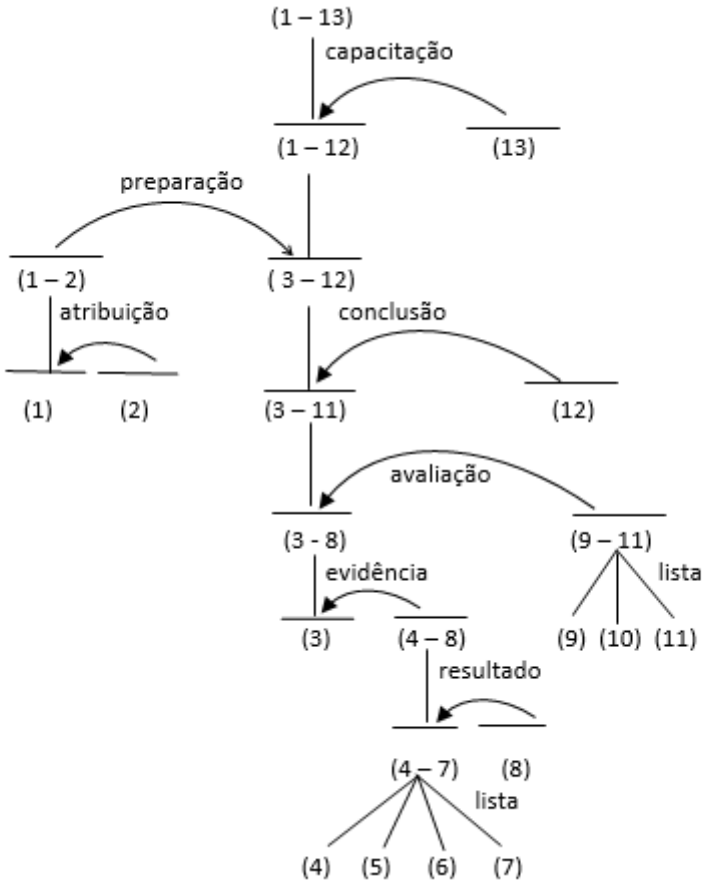


Figura 11b : Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A4.
Fonte:Elaborado pela pesquisadora.

Como mostrado na Figuras 11a e 11b, o texto “Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras” apresentou 13 porções textuais que compuseram a macroestrurua de A4.

Iniciamos a análise pelas UIs (1 – 2) formada pelo título e autor, na função de satélite, em relação à porção (3 – 12), no papel de núcleo, por conter a informação mais central do texto. Para explicitar a análise, transcrevemos as UIs (1) e (2):

> UI (1) Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras
> UI (2) Mailson da Nóbrega

A análise nos levou a considerar que emerge entre as UIs (1), núcleo, e (2), satélite, a relação retórica da via apresentativa de *atribuição*, como em A1, A2 e A3.

Ao prosseguir a análise, passamos à discussão do BI 2, formado pelas UIs (3 – 11). Esse bloco informacional foi segmentado nas UIs (3 – 8) e UIs (9 -11), de forma que a porção (3 – 8) foi dividida em UI (3) e UIs (4 -8). Conforme procedemos nos outros textos, para facilitar a leitura, transcrevemos as porções, na medida em que for se processando a análise de cada uma. Assim, transcrevemos a UI (3).

> UI (3) Quem diria, um partido de linhagem estatista e, assim, avesso à privatização, o PT, comandou ações desastrosas na nossa mais admirada estatal, a Petrobras. É enorme o dano à empresa – na imagem, no respeito, no valor de mercado, na saúde financeira, no mercado de capitais e na capacidade de investir. São cinco pelo menos os desastres.

A unidade de informação em pauta - UI (3) - exerce a função de núcleo em relação à porção (4 – 8) e é plausível informar que emerge, entre elas, a relação retórica de *evidência,* da via apresentativa. Nossa análise se justifica pelo fato de a UI (3), veicular a informação central do texto, identificada como a decadência da Petrobras, bem como as ações que causaram essa decadência. Vale ressaltar que essas ações são registradas no satélite constituído pela porção (4 - 8). A relação de *evidência* é justificada pelas provas (desastres) citados nas unidades de informações contíguas. Essa relação é caracterizada por Mann & Thompson (1988) como aquela que se destina a aumentar a crença do leitor no conteúdo do núcleo. Assim, essa relação apresenta o efeito no núcleo, pois o leitor, mediante dados, passa a acreditar no núcleo, ou seja, houve ações que causaram a decadência da estatal.

Ressaltamos que a comprovação dos fatos se procesa em uma relação de *lista*, da via paratática, pois são citados, em uma ordem não cronológica ou não sequencial, os quatro desatres que ocasionaram o fracasso da Petrobras. Assim, a UI (4) trata da utilização da estatal para financiar campanhas políticas, como descrito a seguir.

> UI (4) Primeiro, o uso da Petrobras para financiar campanhas eleitorais, mediante criminosa e sofisticada rede de captação de fundos via superfaturamento de bens e serviços à empresa. De lambuja, os operadores fizeram fortuna pessoal. O escândalo de corrupção está ligado às indicações políticas para cargos de direção.

O outro fato é apontado na UI (5), ao citar a mudança de regras de exploração do pré-sal: o regime de concessão, típico de países de instituições fortes como os Estados

Unidos e outros, deu lugar ao regime de cessão onerosa e o regime de partilha, utilizado em países de instituições frágeis, como a África.

> UI (5) Segundo, a mudança das regras de exploração do pré-sal. Saiu o regime de concessão, típico de países de instituições fortes como Estados Unidos, Reino Unido e Noruega. Entraram a cessão onerosa e o regime de partilha característico de países de instituições frágeis da África. No regime de concessão, confia-se nas regras do jogo e se fazem negócios como em qualquer atividade. No de partilha, desconfia-se da estabilidade das regras e prefere-se receber em óleo. Por ideologia, voluntarismo e megalomania, atribuiu-se à Petrobras o ônus de liderar a exploração do pré-sal – a totalidade no caso da cessão onerosa e pelo menos 30% no de partilha. A excessiva responsabilidade lhe impôs gigantescas obrigações e grave endividamento.

O dado seguinte é abordado na UI (6), apontada abaixo. Nela é acusado o controle dos preços dos combustíveis, causando muitos prejuízos à Petrobras.

> UI (6) Terceiro, o controle de preços dos combustíveis, que eram vendidos no mercado interno abaixo dos custos de importação. Abandonou-se a fórmula pela qual os preços internos eram ajustados de forma transparente e previsível, com base nos seus valores no Golfo do México e na variação da taxa de câmbio. Passaram a prevalecer a vontade e os interesses eleitorais do governo. A Petrobras amargou prejuízos de 60 bilhões de reais, o que agravou sua situação financeira.

A argumentação é mantida com a exposição de mais um dos desastres que ocasionaram o fracasso da empresa em discussão e trata de negócios superfaturados como, por exemplo, o que incluiu a refinaria de Pasadena e a de Abreu Lima. Esse dado é exposto na UI (7):

> UI (7) Quarto, negócios superfaturados e sem justificativa empresarial, de que são destaques a refinaria de Pasadena e a de Abreu e Lima, cuja construção foi decidida por Lula com base em critérios políticos. Escassos de justificativa técnica e plenos de custos excessivos, tais investimentos dificilmente trarão resultados semelhantes a outros da empresa – a rigor, caberia ajustá-los à rentabilidade média, com a correspondente redução do patrimônio líquido.

Embora na UI (8) seja identificada uma informação como o quinto desastre, a expressão "*em consequência dos demais"*, no papel de marcador discursivo, é uma

marca que sinaliza uma relação de *resultado,* da via hipotática, que emerge entre as UIs (4 – 7) e UI (8). Essa relação retórica é plausível por ser um desastre ocorrido em consequência dos demais, citados nas UIs (4 – 7), como se vê a seguir.

> UI (8) Quinto, e em consequência dos demais, o valor de mercado da Petrobras caiu cerca de 80% nos últimos seis anos. Os investidores estrangeiros, que interpretam a perda como efeito da corrupção, moveram ações coletivas contra a empresa na Justiça Federal americana. Além disso, existem investigações de natureza criminal e administrativa nos Estados Unidos. Acrescente-se a humilhação de os balanços da Petrobras não terem sido auditados por auditores externos, o que pode acarretar novos problemas à frente. Serão lentas, difíceis e custosas a reconquista da confiança dos investidores e a volta do acesso aos mercados interno e internacional de capitais. Ficará mais difícil financiar os investimentos bilionários do pré-sal.

A fim de realçar nossa análise, lembramos que a relação de *resultado* é caracterizada por Mann & Thomson (1988, p. 275) como aquela que apresenta, no núcleo, uma situação que poderia ter causado a situação apresentada no satélite. Dessa forma, o efeito de uma relação de *resultado* é aquele em que o leitor reconhece que o conteúdo do núcleo pode ser o motivo do conteúdo do satélite. Diante disso, verificamos que essa relação é a mais plausível, pois os quatro desastres apontados na porção (4 – 7) ocasionaram as consequências sinalizadas na UI (8).

No que concerne aos marcadores discursivos que orientam (ou não) as relações retóricas, ressaltamos, nesse ponto da análise, os postulados de Taboada (2005, p. 8), que além de conectivos, outras marcas podem sinalizar uma relação retórica. Nesse sentido, a UI (8), embora seja iniciada pelo numeral ordinal *"quinto"*, o que poderia apontar apenas mais um desastre, a expressão "*e em consequência dos demais*", assume um papel relevante na identificação da relação retórica de *resultado*.

Concluindo a análise da porção (3 – 8), passamos à porção (9 – 11), em que o conteúdo trata das asserções que visam, numa interferência subjetiva do autor, apresentar questões que poderiam alavancar a Petrobras. Diante disso, entendemos que emerge, entre as porções (3 – 8), núcleo, e a porção (9 – 11), a relação de *avaliação*, da via hipotática, que será melhor detalhada no decorrer da análise.

Para melhor orientar a leitura, registramos a porção (9 – 11).

> UI (9) Arrasada e aviltada, a Petrobras precisa de um líder capaz, decente e de alto respeito profissional, designado sem interferência política e que possa preencher os demais cargos com gente preparada.
>
> UI (10) A recuperação da confiança de investidores e fornecedores vai exigir mudanças ciclópicas, incluindo a restauração do regime de concessão (algo difícil para um governo que não reconhece erros). A Petrobras precisa deixar de ser a operadora única e de controlar pelo menos 30% dos campos.
>
> UI (11) Deve-se dotar a empresa de sólida governança corporativa. Os dirigentes devem ser escolhidos – no mercado ou nos quadros técnicos – com o apoio de empresas especializadas (*headhunters*). Indicações políticas devem ser abolidas. É necessário criar e/ou fortalecer órgãos internos típicos de companhias abertas e canal interno para denúncias.

Orientados pela proposta de Carlson & Marcu (2001, p.), entendemos que a relação de *avaliação*, da via hipotática, emerge entre as UIs (9 - 11), satélite, e as UIs (3 – 8), núcleo, e se concretiza mediante indicação de valores subjetivos, ou juízo de valor, na medida que são relatadas três sugestões que levariam à melhoria da Petrobras.

Essa avaliação se processa em três unidades de análises que constituem as UIs (9 – 11). Nelas, a avalição se processa do ponto de vista do autor, enumerando, em uma relação de *lista*, três ações que poderiam reerguer a estatal. Na UI (9), um líder competente, respeitado é designado, sem interferência política, portanto, autônomo. Na UI (10), ações que levassem a retomar a confiaça dos investidores e fornecedores e, na UI (11), uma sólida liderança corporativa, escolhida no mercado ou nos quadros técnicos.

Para concluir o texto, salientamos a UI (12), a seguir.

> UI (12) A Petrobras é plenamente recuperável. Possui quadros técnicos qualificados e comprovada competência na criação e no uso de tecnologia de pesquisa e exploração de petróleo. A vontade política e a coragem na tomada de difíceis decisões devem prevalecer sobre a ideologia e o voluntarismo.

A análise nos aponta ser plausível sugerir que emerge entre entre as UIs (3 – 11) e a UI (12), a relação núcleo-satélite de *conclusão*, da via hipotática. As palavras de Carlson e Marcu (2001, p. 50), indicam que, na relação de *conclusão*, o satélite

apresenta uma declaração final que encerra a situação apresentada no núcleo. Nele, é registrado um julgamento do autor, fundamentado nos argumentos desenvolvidos no conteúdo do texto, uma decisão final em relação ao contéudo do núcleo (3 – 11).

Para finalizar a análise de A4, colocamos em pauta a UI (13), indicando a fonte, na função de satélite, em relação à porção formada pela UIs (1 – 12), núcleo, sendo plausível indicar que emerge entre elas a relação retórica da via apresentativa de *capacitação*, explicada nos textos analisados. Transcrevemos a UI (13):

UI(13) Veja, p. 23, 7 jan. 2015

No que concerne às vias de continuidade, conforme Bernárdez (1995), as porções textuais (3 – 12) apresentaram:

a) *via apresentativa*: a relação *atribuição, capacitação, evidência, preparação* do tipo núcleo- satélite, por apresentar ao leitor uma sequenciação dirigida de forma a proporcionar a aceitação ou a compreensão do enunciado do produtor do texto;
b) *via hipotática*: as relações de *avaliação*, *conclusão* e *resultado* do tipo núcleo-satélite, que além de serem responsáveis por enlaces semânticos do texto, apresentam uma parte nuclear e outra secundária;
c) *via paratática*: a relação de *lista*, do tipo multinuclear, que, também é responsável por enlaces semânticos do texto. Além disso, conduz a uma sequenciação com o objetivo de proporcionar informações novas, sem desenvolver conteúdos anteriores. Nessa perspectiva, as informações relacionadas são similares em termos de importância para os fins discursivos do produtor textual.

Diante do exposto, verificamos que a análise A4 apresentou, em sua macroestrutura, as relações retóricas, alinhadas às vias de continuidade, demonstradas em ordem alfabética, na Tabela 8.

Tabela 8: Ocorrência de relações retóricas em A4

Via de continuidade	**Relação retórica**	**Nº de ocorrências**
apresentativa	atribuição	1
	capacitação	1
	evidência	1
	preparação	1
hipotática	avaliação	1
	conclusão	1
	resultado	1
paratática	lista	2
Total	**8**	**9**

Fonte: Artigo: *Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras*
Análise feita pela pesquisadora.

Conforme constatado na Tabela 8, o processo de organização textual resultou em 14 relações retóricas, distribuídas em 4 da via apresentativa (*atribuição, capacitação, evidência e preparação*); 3 da via hipotática (*avaliação, conclusão e resultado*) e 1 da via paratática (*lista*).

Dessa forma, a análise nos leva a concluir que o produtor do texto fez escolhas específicas que atendessem a seu propósito comunicativo, identificado como o ato de argumentar em torno da decadência da Petrobras, indicando os desastres que causaram o fracasso da estatal. Após avaliação subjetiva, apoiada nos fatos que resultaram na situação difícil da empresa, o articulista concluiu o texto, sugerindo alternativas para a retomada da Petrobras.

4.1.5 Análise de A5

(1)*O pior ensino médio do mundo?*

(2)*Cláudio de Moura Castro*

(3)*Do ponto de vista de suas regras e formato legal, não consegui encontrar um só país com ensino médio pior que o nosso.*

(4)*O modelo brasileiro gera péssimos números. Enquanto o Chile universaliza esse nível, no Brasil, menos da metade da coorte consegue completá-lo. Dos que iniciam o curso, só 40% o terminam. Para culminar, em vez de caminhar para a universalização, nosso médio encolhe! Vejam por quê.*

(5)*O mais odioso equívoco é impor o mesmo currículo a todos. Os futuros Machados de Assis têm a mesma carga de matemática oferecida aos que serão engenheiros da Embraer. E esses, para entrar em boa faculdade, precisam brilhar em literatura. Nenhum país do mundo civilizado deixa de reconhecer as diferenças individuais e oferecer cursos, currículos e escolhas de acordo com as preferências e talentos de cada um.*

(6)*O excesso de disciplinas é assustador. São 14 as obrigatórias. Na prática, os alunos podem ser obrigados a cursar dez, simultaneamente, uma aberração.*

(7)*Transbordam os conteúdos das ementas, desde o início da escolarização. Com razão, os alunos reclamam da chatice crônica e da falta de proximidade entre o que é ensinado e o universo deles. No Brasil, rabeira no Pisa, no 4° ano primário os alunos aprendem 27 tópicos de matemática. Em Singapura, no topo do Pisa, são quatro! O aluno brasileiro ouviu falar de tudo mas não aprendeu nada. Aprender de verdade requer empapar-se do assunto, mergulhar fundo, praticar. Impossível, com tanta matéria para percorrer. Não há tempo para aplicar o ensinado. Sugiro ao leitor dar uma olhada em um livro de biologia, para convencer-se do exagero. E, como pontifica David Perkins (de Harvard), só aprendemos quando aplicamos o conhecimento em situações concretas.*

(8)*Nas disciplinas mais críticas, há uma grande escassez de professores bem formados. De fato, as fragilidades e os equívocos das faculdades de educação estão entre os grandes culpados pelo desastre. Apesar disso, engenheiros, advogados e farmacêuticos não podem ensinar matemática, física ou química, embora conheçam mais do assunto e tenham melhor desempenho em sala de aula do que grande número de professores com carteirinha. Disso sabem os cursinhos, livres para controlar e pagar regiamente a quem quiserem.*

(9)*O tempo efetivamente usado para ensinar e aprender já começa estreito - por lei - e é ainda mais espremido pelas perdas de tempo nos horários de aula. Segundo as pesquisas, é razoável supor que só a metade do tempo é usada para apender. O resto se perde. E, como sabemos, quanto menos se estudo, menos se aprende.*

(10)*Prevalece a indisciplina sistêmica. Uma pesquisa do Positivo perguntou aos alunos o que mais atrapalhava o seu aprendizado. A resposta unânime foi: a bagunça dos colegas. Mas confundimos autoridade com autoritarismo, e os professores se sentem desamparados para impor a disciplina careta que existe em toda escola bem-sucedida.*

(11)*Da forma como é usado pelas universidades públicas, o Enem virou uma camisa de força. Ao imporem notas únicas de entrada, elas impedem a diversificação do ensino médio.*

(12)*Isso tudo sem se falar das deficiências das séries anteriores, cujos últimos anos compartilham os mesmos problemas do médio. Ou seja, agravando o quadro, os alunos chegam despreparados.*

(13)*Com isso tudo concordam pesquisadores e até ministros. O problema é que a engenharia da mudança está enredada. O Conselho Nacional de Educação nada faz. O Congresso só faz votar novas disciplinas, para agradar a seus grupelhos de eleitores (mais uma dúzia de novas disciplinas foi proposta). Os ministros e os secretários de Educação estão de mãos atadas pelos lobbies e pela inércia. Mas, como demonstram alguns*

estados, há mais flexibilidade na lei do que parece. Ou seja, falta ousadia.

(14)*Quando foi aprovada a LDB, um marco legal iluminado e flexível, previ que, em pouco tempo, a sua regulamentação destruiria o espírito da lei. De fato, logo adquiriu um rigor cadavérico. Quase nada sobrou de sua versatilidade inicial. A maior vítima dessa desfiguração é o ensino médio. A ação de forças descoordenadas criou um monstro, e não sabemos como descriá-lo.*

(15)*Veja, p. 18, 6 de mai. 2015.*

O *O pior ensino médio do mundo?*, de Cláudio de Moura Castro, publicado em 6 de maio de 2015, na revista Veja, trata da crise pela qual passa o ensino médio do Brasil. O texto foi segmentado em 15 unidades de análise, ou seja, unidades de informação, conforme Tabela 9.

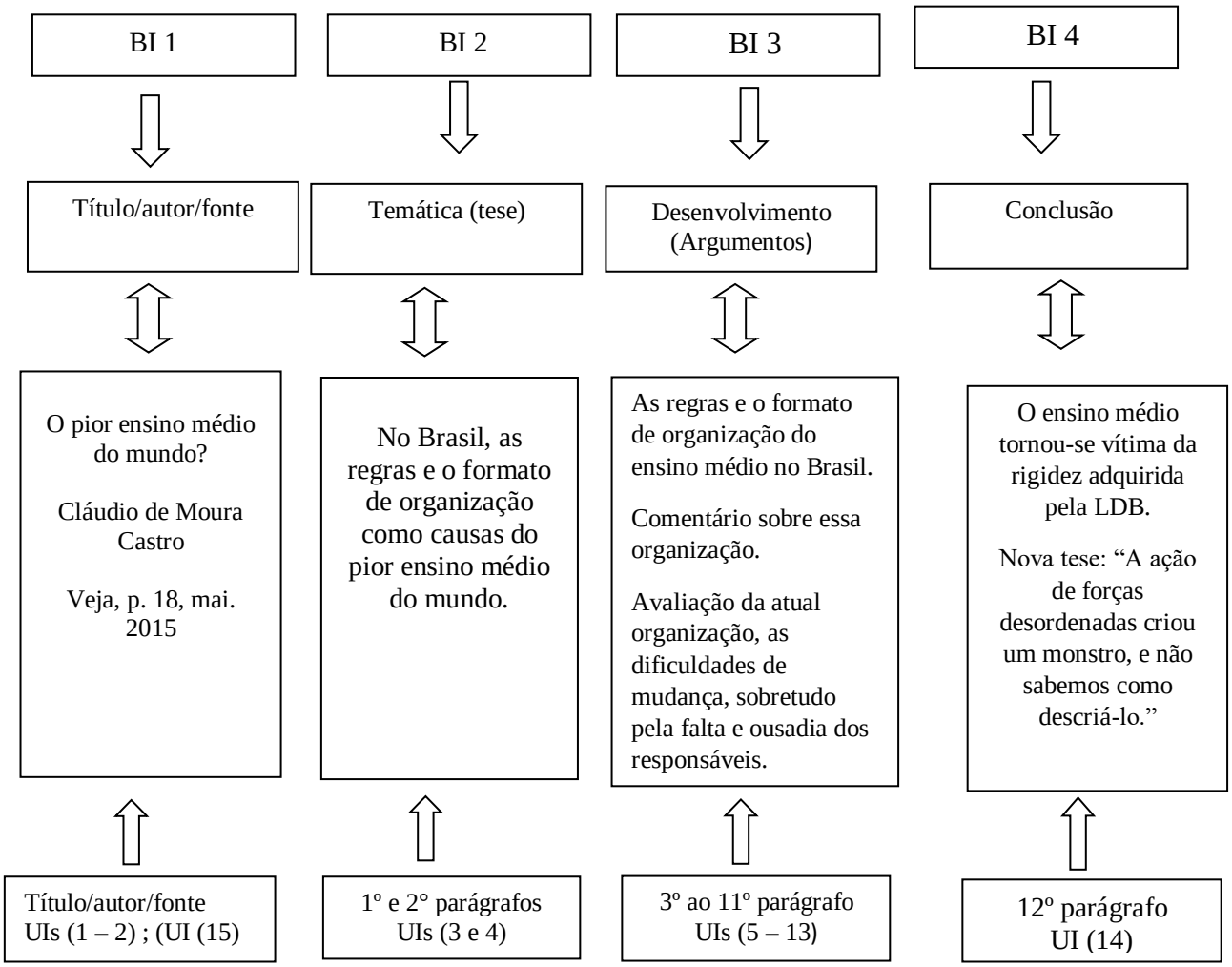
Tabela 9: Porções textuais de A5

Texto A3	**Porções textuais**
Título e autor	(1 – 2)
Tese	(3)
Desenvolvimento da tese (argumentos)	(4 – 11)
Comentário	(12)
Avaliação	(13)
Conclusão	(14)
Fonte	(15)
Total	**15**

Fonte: Artigo: *O pior ensino médio do mundo?*
Análise feita pela pesquisadora.

As 15 porções textuais mostradas na Tabela 9, viabilizaram a identificação da organização mais global, configurando, dessa forma, a macroestrutura de A5, exposta no Quadro 13. Conforme já assinalado, denominamos *blocos informacionais* (BI) o agrupamento de unidades de informação de acordo com o conteúdo apresentado na(s) porção(ões) textual(ais). Dessa forma, o bloco informacional pode ser formado de uma ou mais porções de texto.

Quadro 13: Macroestrutura de A5



Fonte: Elaborado com base em Mann & Thompson (1988) e Teun van Dijk (1992).

O Quadro 13 indica que a macroestrutura de A5 é constituída por quatro grandes blocos de informação. Em BI1, as UIs (1 -2) e UI(15), retratam o título, o auto e a fonte do texto; o BI2, formado pelo 1º e 2º parágrafos - UI (3) - apresenta a problemática (tese) defendida pelo autor: No Brasil, as regras e a forma de organização conferem ao ensino médio a avaliação do pior do mundo; o BI3, constituído pelos parágrafos 3º ao 13º, corresponde às UIs (5 – 13) e expõe as regras e a forma de organização do ensino médio, bem como um comentário sobre essa organização, além de uma avaliação do resultado dessa organização; BI4, formado pelo 12º parágrafo, configurando a UI (14), finaliza o texto e expõe a opinião do autor, ao afirmar que o fracasso do ensino médio em nosso país é o resultado da rigidez que atribuíram à LDB. É registrada, em BI4, uma nova tese, sinalizando que o texto pode provocar mais reflexões sobre o ensino médio

no Brasil: “A ação de forças descoordenadas criou um monstro, e não sabemos como descriá-lo.”

Dando continuidade à análise, apresentamos a Figura 12a e 12b com a demonstração da ocorrência das relações retóricas em *O pior ensino médio do mundo?* de Cláudio de Moura Castro, configurando a macroestrutura de A5.

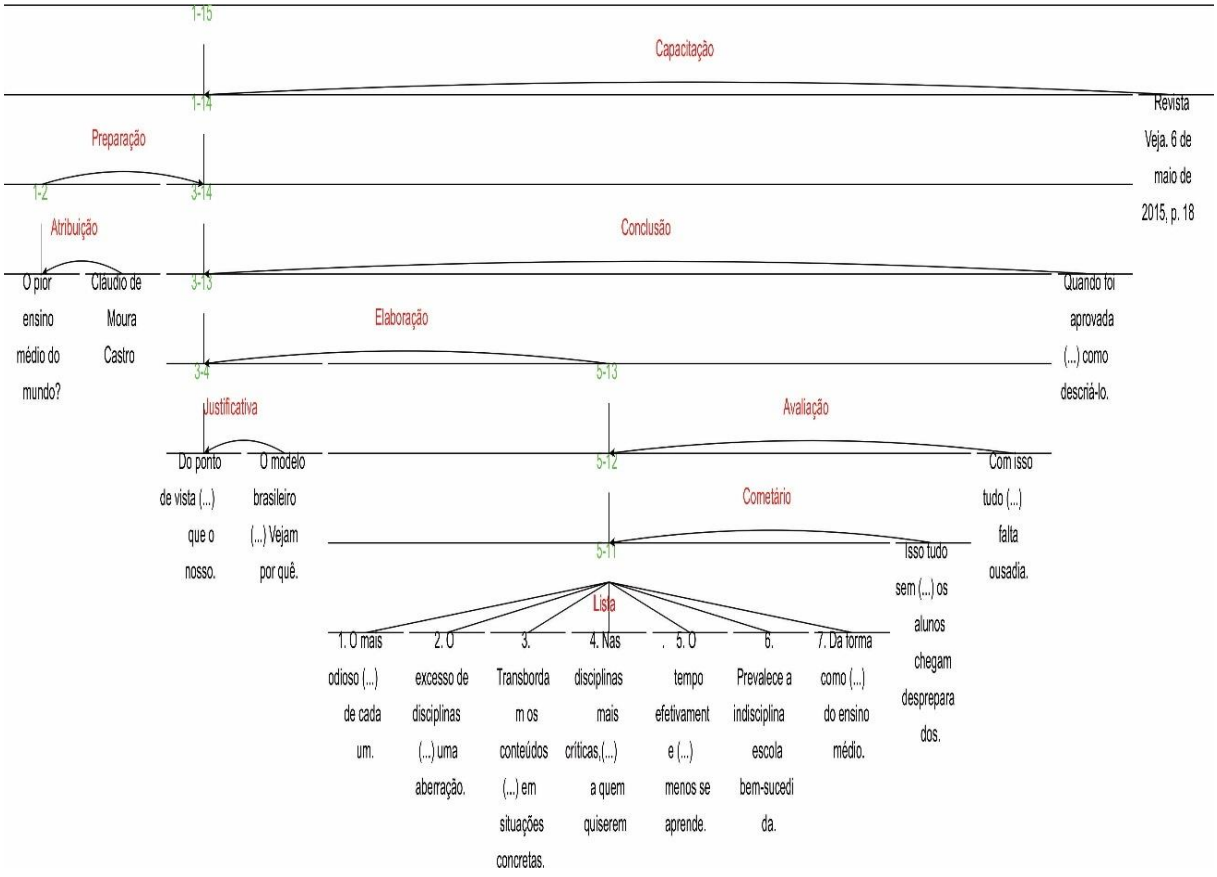


Figura 12a: Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A5.
Elaborado pela pesquisadora.

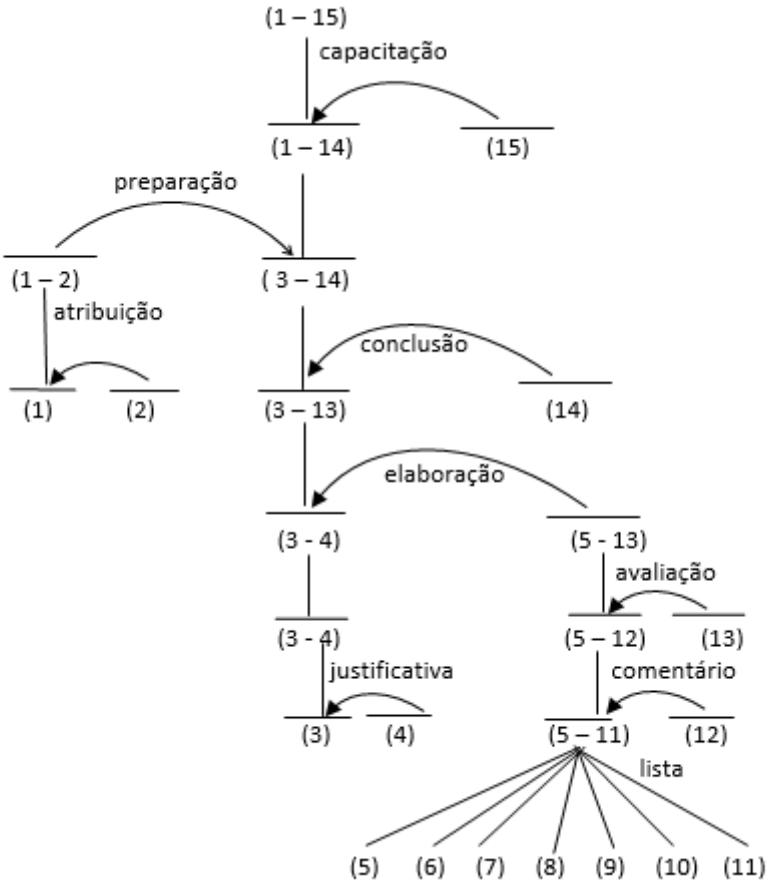


Figura 12b: Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A5.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Conforme demonstrado nas Fig. 12a e 12b, A5 apresentou 15 unidades de informação. Abrimos a análise pelas UIs (1 -2), informando o título e o autor, como citadas a seguir:

UI (1) O pior ensino médio do mundo?
UI (2) Cláudio de Moura Castro

A análise a partir da RST nos aponta ser plausível propor que emerge entre as UIs (1 – 2) a relação de *atribuição*, da via apresentativa, de forma que a UI (1) assume a função de núcleo e a UI (2) o papel de satélite porque subsidia o conteúdo de N ao indicar a autoria do texto. Por outro lado, a porção (1 - 2) se torna satélite da porção maior (3 – 14), núcleo, constituída por todo o texto e é plausível dizer que emerge entre elas a relação de *preparação*, também da via apresentativa, visto que o satélite deixa o leitor mais interessado em ler o núcleo.

O artigo é iniciado pela UI (3) que, junto com a UI (4), apontam a tese discutida no decorrer de A3: As regras e a forma de organização do ensino médio, no Brasil,

conferem a essa modalidade de ensino a pior avaliação do mundo. Essa porção é transcrita a seguir:

> UI (3) Do ponto de vista de suas regras e formato legal, não consegui encontrar um só país com ensino médio pior que o nosso.
>
> UI (4) O modelo brasileiro gera péssimos números. Enquanto o Chile universaliza esse nível, no Brasil, menos da metade da coorte consegue completá-lo. Dos que iniciam o curso, só 40% o terminam. Para culminar, em vez de caminhar para a universalização, nosso médio encolhe! Vejam por quê.

A análise pela RST permite reconhecer que emerge entre a UI (3), núcleo, e a UI (4), satélite, a relação retórica de *justificativa*, da via apresentativa, definida por Mann & Thompson (1983, p. 4), como aquela responsável por assinalar que, quando uma parte de um texto tenta explicitamente estabelecer a adequação ou aceitabilidade de executar a (s) ação (s) de fala realizada pela outra parte, temos uma relação de *justificação*.

Nesse caminho, entendemos que a UI (3) veicula informações sobre o fracasso do ensino médio brasileiro de forma contundente e, a UI (4), mediante comparação dos resultados entre os modelos brasileiro e chileno, reserva ao falante o direito social de realizar o ato de fala contido nesta unidade de análise. Ao optar por essa organização, identificada nas UIs (3 - 4), o produtor do texto assume a intenção de aumentar, no satélite, UI (4), a prontidão do leitor para aceitar o conteúdo apresentado no núcleo, UI (3).

No que se refere à porção (3 – 4), núcleo, entendemos que ela se relaciona com a porção (5 – 13), satélite, de forma que emerge, entre elas a relação retórica de *elaboração*, da via hipotática, caracterizada por Mann & Thompson (1988, p. 273), como aquela responsável por acrescentar detalhes ao núcleo. Justificamos nossa decisão pelo fato de a tese levantada sobre o fracasso do ensino médio brasileiro, em decorrência das regras e formato, ser explicitada por uma lista de detalhes acrescidos pelo satélite, caracterizando, dessa forma, a organização do ensino médio brasileiro, ao mesmo tempo, o autor vai construindo sua argumentação.

Para facilitar o acompanhamento da análise, transcrevemos as unidades de informação UIs (5 – 11), referentes aos detalhes adicionais ao núcleo (3 – 4).

UI (5) O mais odioso equívoco é impor o mesmo currículo a todos. Os futuros Machados de Assis têm a mesma carga de matemática oferecida aos que serão engenheiros da Embraer. E esses, para entrar em boa faculdade, precisam brilhar em literatura. Nenhum país do mundo civilizado deixa de reconhecer as diferenças individuais e oferecer cursos, currículos e escolhas de acordo com as preferências e talentos de cada um.

UI (6) O excesso de disciplinas é assustador. São 14 as obrigatórias. Na prática, os alunos podem ser obrigados a cursar dez, simultaneamente, uma aberração.

UI (7) Transbordam os conteúdos das ementas, desde o início da escolarização. Com razão, os alunos reclamam da chatice crônica e da falta de proximidade entre o que é ensinado e o universo deles. No Brasil, rabeira no Pisa, no 4° ano primário os alunos aprendem 27 tópicos de matemática. Em Singapura, no topo do Pisa, são quatro! O aluno brasileiro ouviu falar de tudo mas não aprendeu nada. Aprender de verdade requer empapar-se do assunto, mergulhar fundo, praticar. Impossível, com tanta matéria para percorrer. Não há tempo para aplicar o ensinado. Sugiro ao leitor dar uma olhada em um livro de biologia, para convencer-se do exagero. E, como pontifica David Perkins (de Harvard), só aprendemos quando aplicamos o conhecimento em situações concretas.

UI (8) Nas disciplinas mais críticas, há uma grande escassez de professores bem formados. De fato, as fragilidades e os equívocos das faculdades de educação estão entre os grandes culpados pelo desastre. Apesar disso, engenheiros, advogados e farmacêuticos não podem ensinar matemática, física ou química, embora conheçam mais do assunto e tenham melhor desempenho em sala de aula do que grande número de professores com carteirinha. Disso sabem os cursinhos, livres para controlar e pagar regiamente a quem quiserem.

UI (9) O tempo efetivamente usado para ensinar e aprender já começa estreito - por lei - e é ainda mais espremido pelas perdas de tempo nos horários de aula. Segundo as pesquisas, é razoável supor que só a metade do tempo é usada para apender. O resto se perde. E, como sabemos, quanto menos se estudo, menos se aprende.

UI (10) Prevalece a indisciplina sistêmica. Uma pesquisa do Positivo perguntou aos alunos o que mais atrapalhava o seu aprendizado. A resposta unânime foi: a bagunça dos colegas. Mas confundimos autoridade com autoritarismo, e os professores se sentem desamparados para impor a disciplina careta que existe em toda escola bem-sucedida.

> UI (11) Da forma como é usado pelas universidades públicas, o Enem virou uma camisa de força. Ao imporem notas únicas de entrada, elas impedem a diversificação do ensino médio.

Dessa forma, os detalhes que fazem parte das regras e forma de organização do ensino médio brasileiro são: na UI (5), o mesmo currículo para todos os estudantes; na UI (6), o excesso de disciplinas; UI (7), excesso de conteúdo em cada disciplina; na UI (8), escassez de professores bem formados nas disciplinas mais críticas; UI(9), pouco tempo para o ensino; UI (10), indisciplina na sala de aula; UI (11), a forma como é utilizado o Enem; UI (12), despreparo dos alunos que chegam ao ensino médio. Esses dados foram acrescidos ao núcleo (3- 4) por uma relação multinuclear de *lista*, da via paratática, que, para Mann & Thompson (1988), se caracteriza como aquela em que um item pode ser comparado a outro, de forma que o leitor reconhece as relações de sucessão entre os núcleos.

Passamos à descrição da UI (12), transcrita a seguir

> UI (12) Isso tudo sem se falar das deficiências das séries anteriores, cujos últimos anos compartilham os mesmos problemas do médio. Ou seja, agravando o quadro, os alunos chegam despreparados.

A análise, à luz da RST, nos permite identificar a relação de *comentário* entre a UI (12) e a lista (5 – 11), pois o autor emite uma opinião de forma subjetiva, na medida em que ele acrescenta mais uma razão para o fracasso do ensino médio em nosso país e que trata do despreparo dos alunos que chegam ao ensino médio.

A UI (13), transcrita a seguir, conclui a porção (5 – 13).

> UI (13) Com isso tudo concordam pesquisadores e até ministros. O problema é que a engenharia da mudança está enredada. O Conselho Nacional de Educação nada faz. O Congresso só faz votar novas disciplinas, para agradar a seus grupelhos de eleitores (mais uma dúzia de novas disciplinas foi proposta). Os ministros e os secretários de Educação estão de mãos atadas pelos lobbies e pela inércia. Mas, como demonstram alguns estados, há mais flexibilidade na lei do que parece. Ou seja, falta ousadia.

Foi identificada a relação de *avaliação* entre as UIs (5 – 12) e UI (13). Essa relação se torna plausível, pois a UI (13) veicula a avaliação do autor no que se refere à

concordância dos pesquisadores e Ministros com tudo o que foi argumentado no desenvolvimento do conteúdo de A5. A avaliação se concretiza na medida em que o texto apresenta questões que inviabilizam as mudanças, como a falta de atitude do Conselho Nacional de Educação, o Congresso que busca medidas para agradar a grupos específicos, os ministros, além dos secretários de educação de mãos atadas pelos lobbies e pela inércia. Enfim, há flexibilidade na LDB, mas falta ousadia por parte dos responsáveis por mudanças.

Concluímos a análise de A5 na UI (14) demonstrada a seguir.

> UI (14) Quando foi aprovada a LDB, um marco legal iluminado e flexível, previ que, em pouco tempo, a sua regulamentação destruiria o espírito da lei. De fato, logo adquiriu um rigor cadavérico. Quase nada sobrou de sua versatilidade inicial. A maior vítima dessa desfiguração é o ensino médio. A ação de forças descoordenadas criou um monstro, e não sabemos como descriá-lo.

A unidade de análise materializada pela UI (14) encerra o texto e é plausível identificar uma relação de *conclusão* considerando a grande porção (3 – 13), ou seja, todo o texto. Conforme já apontado, de acordo com Carlson e Marcu (2001), em uma relação de *conclusão*, o satélite apresenta uma declaração final que encerra a situação apresentada no núcleo. Nesse tipo de relação retórica, o satélite é um julgamento fundamentado, uma inferência.

O *julgamento*[19] foi concretizado na fala o produtor do texto ao prever que a regulamentação da LDB destruiria seu caráter flexível, bem como seu objetivo central, o que levou a criar nela um rigor cadavérico. Como resultado, o ensino médio se desconfigurou. É, ainda, identificada uma nova tese no final do artigo identificada como: "A ação de forças descoordenadas criou um monstro, e não sabemos como descriá-lo."

Como nos outros artigos, concluímos nossa análise orientados pela organização hierárquica do texto. Assim, tomamos a UI (15):

UI (15) Veja. 6 de maio de 2015, p. 18

[19] Frifo nosso.

Nessa acepção, a UI (15), satélite, deve ser considerada em relação ao texto como um todo, constituído pela UI (1 – 14), núcleo. Assim, a análise desta unidade de informação, indica a fonte onde se encontra o texto, e é plausível apontar que emerge entre elas a relação retórica da via apresentativa de *capacitação,* esclarecida nos artigos 1 a 4.

Ressaltamos, ainda, que, com a finalidade de alcançar sua intenção comunicativa, o produtor do texto optou por uma organização específica no que se refere às relações retóricas identificadas e as vias de continuidade, nos postulados de Bernárdez (1995), enumeradas no decorrer da análise e que são aqui demonstradas:

Passamos a verificar a ocorrência das relações retóricas em A5, considerando as respectivas vias de continuidade:

a) apresentativa: *atribuição, capacitação, justificativa, preparação*;

b) hipotática: *avaliação, comentário, conclusão, elaboração*;

c) paratática: *lista*.

Ressaltamos que, em A5, cada relação retórica apresentou uma ocorrência, o que pode ser conferido na Tabela 10, elaborada por nós.

Tabela 10: Ocorrência de relações retóricas em A5.

Via de continuidade	**Relação retórica**	**Nº de ocorrências**
apresentativa	atribuição	1
	capacitação	1
	justificativa	1
	preparação	1
hipotática	avaliação	1
	comentário	1
	conclusão	1
	elaboração	1
paratática	lista	1
Total	**9**	**9**

Fonte: O pior ensino médio do mundo?
Análise feita pela pesquisadora.

Concluímos a análise de A5, à luz da RST e verificamos que a macroestrutura do texto apresentou características específicas, tais como:

a) título, autor e fonte do texto analisado UIs (1, 2, 15);

b) citação da tese proposta pelo autor no bloco II, formado pelas UIs (3 – 4), o fracasso do ensino médio, no Brasil, em decorrência das regras e do formado;

c) apresentação de argumentos sobre a tese, nas UIs (5 – 11), bem como a exposição de um comentário subjetivo do produtor, na UI (12), sobre o despreparo dos alunos que ingressam nessa modalidade de ensino e ainda foi feita uma avaliação, mediante uma lista de fatos ocorridos que impedem mudanças nas regras e organização do ensino médio;

d) o produtor conclui o artigo por meio de uma afirmação contundente ao afirmar que, quando a LDB foi aprovada, "marco iluminado e flexível", ele previa que sua regulamentação destruiria o espírito dessa lei. Ainda foi identificada uma nova tese, aqui citada: "A ação de forças descoordenadas criou um monstro, e não sabemos como descriá-lo."

A análise por nós empreendida, de acordo com a Teoria da Estrutura Retórica, viabilizou a identificação da organização hierárquica do texto, isto é, a estrutura retórica de A5. Essa hierarquia retrata que as porções textuais se conectam e produzem um texto coerente.

4.1.6 Análise de A6

(1)*Velhos desafios*

(2)*Norman Gall*

(3)*A queda livre do sistema político brasileiro muda de uma fantasia para uma ameaça palpável, pondo em perigo a estabilidade e a justiça social conquistadas nas últimas décadas. O desafio não é novo. Nas seis décadas que se seguiram ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, sem contar os 21 anos de governo militar (1964-85), cinco dos dez civis que ocuparam a Presidência não terminaram seu mandato constitucional. Em períodos recentes, o Brasil sofreu dois episódios de hiperinflação (1989 e 1994), quando os preços aumentaram mais de 50% ao mês, além dos vários meses em que os preços subiram mais de 20%. O regime democrático jamais resolveu o problema fiscal, que vem piorando nos últimos anos. Agora os brasileiros se defrontam com um escândalo de corrupção endêmica, de uma abrangência e profundidade sem precedentes na história do Ocidente, envolvendo uma classe política privilegiada em sua autonomia e em sua proteção jurídica.*

(4)*Ameaçados com mais um colapso das finanças públicas e com a queda de um governo de transição já fragilizado, os barões da República – incluindo os ex-presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso e o atual, o presidente Michel Temer – se juntaram com ministros do Supremo Tribunal Federal para salvar o mandato do presidente do Senado, Renan Calheiros, – acusado em doze casos de corrupção.*

(5)*A escolha dos barões, no fim deste ano de choques e tumultos, era clara: ou Renan ficava, numa postura insolente, como garantia frágil do andamento no Congresso do processo de sanear as finanças públicas com a imposição de limites aos gastos e com a reforma da Previdência; ou o Brasil partia para o desconhecido, em uma promessa de mais baderna, gritos e acusações, em uma situação na qual nada estaria garantido.*

(6)*Esse dilema convoca a reflexões. Denúncias e posturas moralizantes são fáceis, mas não somos inocentes. Os mais privilegiados toleram e prosperam com a bagunça. Os protestos de rua não são suficientes. O Brasil precisa de novas lideranças e novas abordagens – ambas em falta. O país precisa ir além da Lava-Jato, mas ainda não sabe como. A escolha fica dramática quando comparamos os rumos de diferentes repúblicas sul-americanas.*

(7)*Argentina, Brasil e Venezuela, países banhados pelo Atlântico, são mais ricos em recursos naturais, porém abusam de sua sorte. Sofrem de recorrentes crises, com surtos inflacionários e de incontinência fiscal, em políticas alimentadas pela demagogia. A Venezuela, onde morei por seis anos, atravessa um período desastrado, depois de ter ganhado destaque nos anos 60 e 70 por ser, então, uma das poucas democracias estáveis na região.*

(8)*O rumo de três repúblicas da costa do Pacífico – Chile, Peru e Colômbia – é diferente. Esses países também sofreram crises inflacionárias e conflitos internos, mas souberam tirar lições com esses choques e ameaças. Aprenderam os limites sadios na gestão pública, e assim puderam prosperar com estabilidade, preservando a democracia. Não são sistemas políticos e econômicos perfeitos, mas são viáveis.*

(9)*A Colômbia manteve equilíbrio fiscal e monetário, com eleições regulares, diversificando sua economia e criando condições para negociações difíceis e prolongadas para pôr fim a cinco décadas de insurreições guerrilheiras. No Chile, a ditadura de Augusto Pinochet (1973-90) cedeu lugar, por via de plebiscito, a um regime democrático que soube cuidar dos direitos humanos e procurar justiça social.*

(10)*Nos anos 90 o Peru estava à beira do colapso econômico, assolado pela hiperinflação, por uma grande epidemia de cólera e por uma insurreição de guerrilhas que custou 60000 vidas. Desde o ano 2000, a economia peruana registra taxas de crescimento entre as mais elevadas da América Latina, consolidando sua democracia com rigor fiscal e baixíssima*

inflação. No Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas, o Peru fica aproximadamente na mesma posição do Brasil, mas a carga de tributos peruana equivale a 40% da brasileira. O Peru gasta 24% de seu PIB em investimentos, ante apenas 16% no Brasil, e isso sem contar o desperdício embutido nos investimentos públicos brasileiros por causa da corrupção e do parasitismo fiscal.

(11)*O Brasil precisa sair do parasitismo fiscal para estabelecer limites e definir rumos. Vivemos um perigo. Os barões da República preservam suas posições, mas não ajudam muito. Para fortalecer a democracia, precisamos de novas lideranças e novas abordagens.*

(12)*Veja, p. 72, dez. 2016*

O texto *Velhos desafios* de Norman Gall, publicado na revista Veja, em 14 de dezembro de 2016, põe em relevo uma temática referente à existência de práticas políticas que visam beneficiar interesses particulares. Essas práticas se tornaram velhos desafios enfrentados pelos brasileiros ao longo do tempo, causando um "parasitismo fiscal" que impede o estabelecimento de limite, a definição de rumos, além de promover o enfraquecimento da democracia em nosso país.

A segmentação de A6 em unidades de análise retratou 12 unidades de informação, demonstrado na Tabela 11.

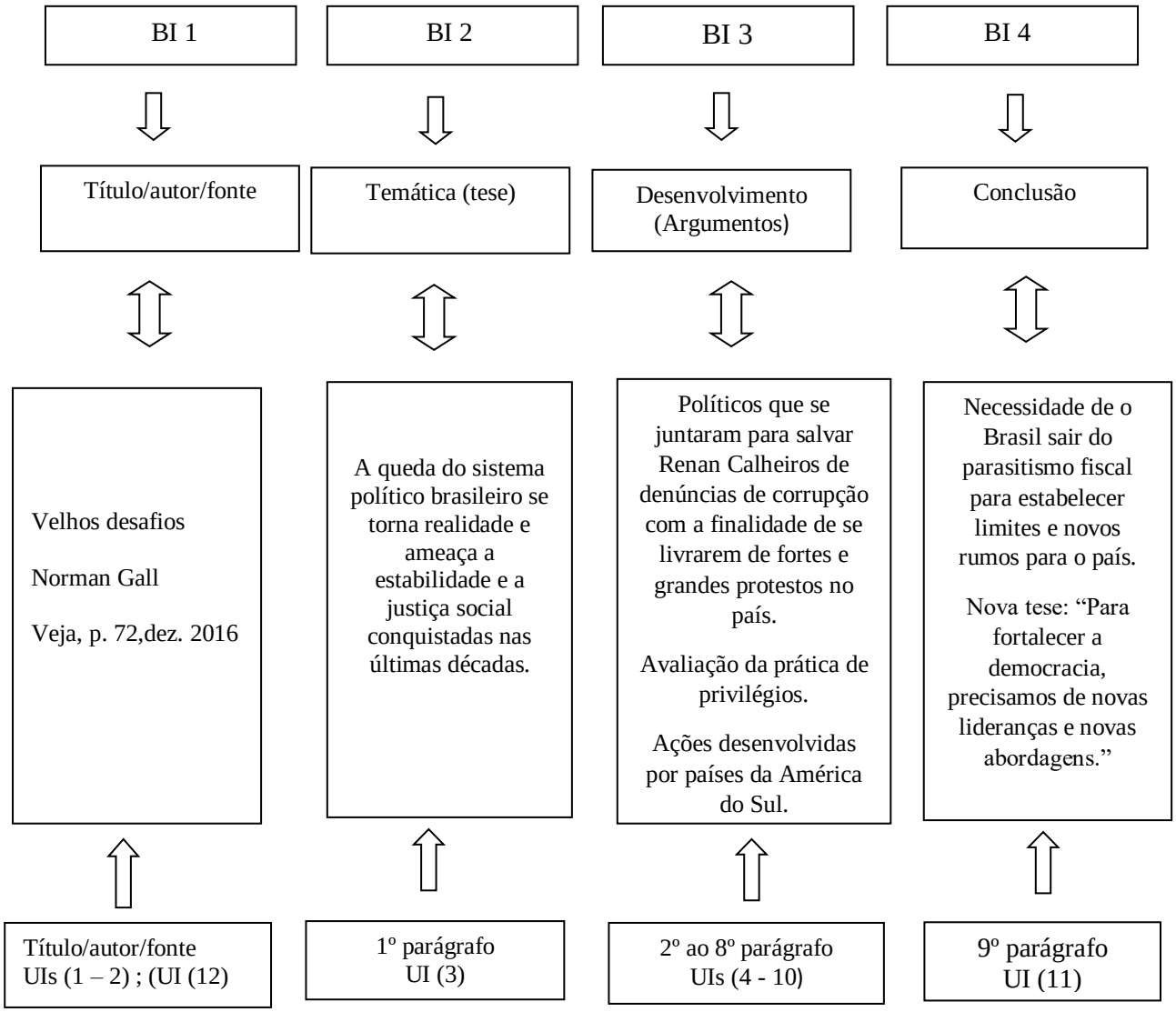
Tabela 11: Porções textuais de A6

Texto A3	**Porções textuais**
Título e autor	(1 – 2)
Tese	(3)
Argumentos	(4 - 10)
Conclusão	(11)
Fonte	(12)
Total	**12**

Fonte: Artigo: *Velhos desafios*
Análise feita pela pesquisadora.

As 12 unidades de informação identificadas na Tabela 11 foram dispostas em 4 blocos de informação, especificando a macroestrutura de A6, como demonstrado no Quadro 14.

Quadro 14: Macroestrutura de A6



Fonte Elaborado com base em Mann & Thompson (1988) e Teun van Dijk (1992).

A macroestrutura do artigo *Velhos desafios* de Norman Gall é constituída de quatro blocos informacionais, conforme Quadro 14.

O bloco informacional 1 é formado pelo título, autor e fonte, nas UIs (1, 2) e UI (12). O bloco informacional 2, constituído pelo 1º parágrafo do texto, analisado como UI (3), apresenta a seguinte temática: A queda do sistema político brasileiro se torna

realidade, ameaçando a estabilidade e a justiça social, conquistadas nas últimas décadas. Já o conteúdo de BI3, estampado nos parágrafos 2º ao 8º, UIs (4 – 10), enumera ações de políticos que se aliaram para salvar Renan Calheiros de denúncias de corrupção com a finalidade de se livrarem de fortes e grandes protestos no país. Este bloco apresenta, também, mediante avaliação, uma crítica da prática de privilégios, além de ações desenvolvidas por países da América do Sul.

O bloco informacional 4 (BI4) encerra o artigo com uma conclusão informando sobre a necessidade de o Brasil sair do parasitismo fiscal para estabelecer limites e novos rumos para o país. E, por fim, é anunciada uma nova tese: "Para fortalecer a democracia, precisamos de novas lideranças e novas abordagens."

A partir deste ponto, passamos a exibir a análise da macroestrutura de A6. Contudo, antes de iniciá-la, apresentamos as Figuras 13a e 13b com os diagramas arbóreos da estrutura retórica de A6.

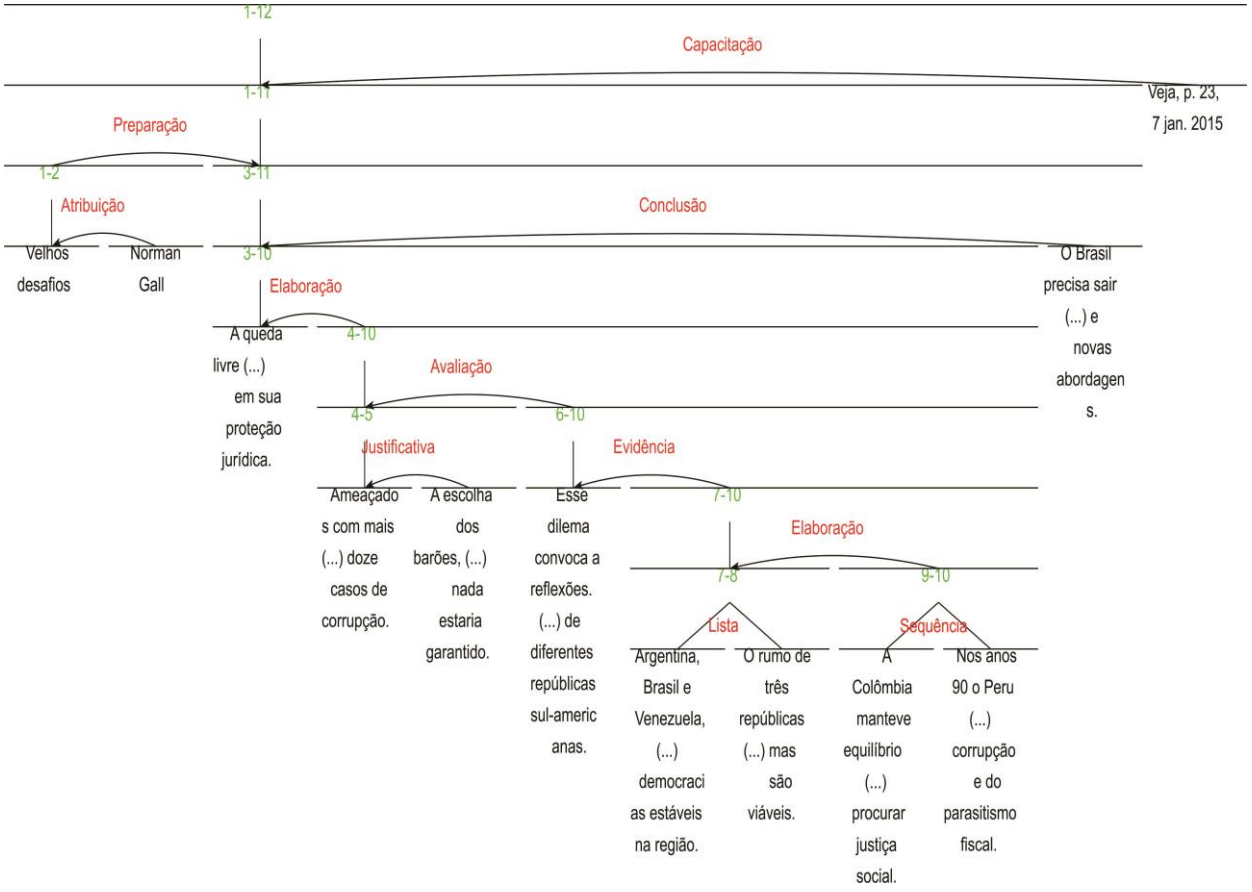


Figura 13a: Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A6.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

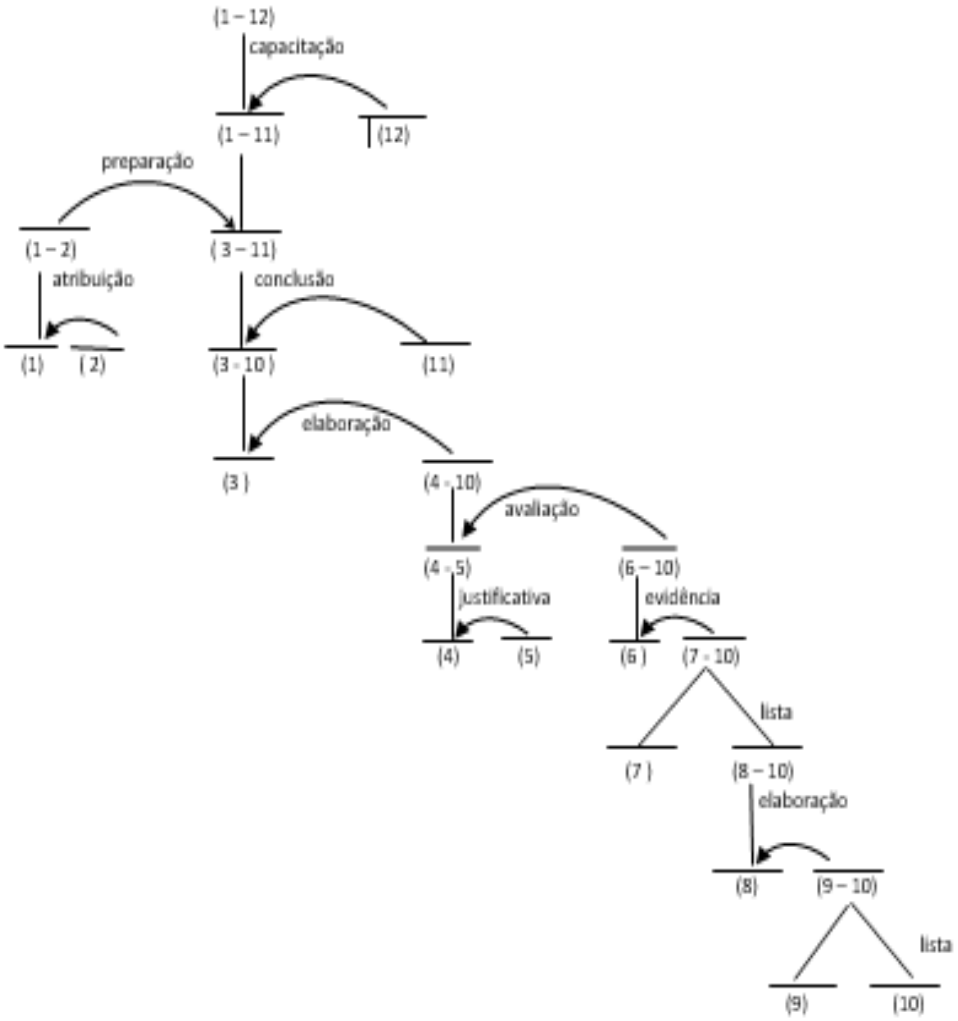


Figura 13b: Diagrama arbóreo da estrutura retórica de A6.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

As Figuras 13a e 13b retratam a estrutura retórica de A6, cuja análise, à luz da RST, nos mostra a ocorrência das relações retóricas decorrentes da organização textual selecionada pelo produtor na intenção de atingir seu propósito comunicativo.

Para dar início à análise, colocamos em relevo a porção representada pelas UIs (1 – 2), relacionadas à porção (3 – 11).

UI (1) Velhos desafios
UI (2) Norman Gall

Em nossa perspectiva de análise, como nos outros textos, é plausível indicar que, entre a porção (1 – 2), satélite, e a porção (3 – 11), núcleo, emerge a relação de *preparação*.

Considerando a sequência das unidades de informação, ou seja, a partes contíguas do texto, apresentamos a UI (3).

> UI (3) A queda livre do sistema político brasileiro muda de uma fantasia para uma ameaça palpável, pondo em perigo a estabilidade e a justiça social conquistadas nas últimas décadas. O desafio não é novo. Nas seis décadas que se seguiram ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, sem contar os 21 anos de governo militar (1964-85), cinco dos dez civis que ocuparam a Presidência não terminaram seu mandato constitucional. Em períodos recentes, o Brasil sofreu dois episódios de hiperinflação (1989 e 1994), quando os preços aumentaram mais de 50% ao mês, além dos vários meses em que os preços subiram mais de 20%. O regime democrático jamais resolveu o problema fiscal, que vem piorando nos últimos anos. Agora os brasileiros se defrontam com um escândalo de corrupção endêmica, de uma abrangência e profundidade sem precedentes na história do Ocidente, envolvendo uma classe política privilegiada em sua autonomia e em sua proteção jurídica.

Antes de apresentar a descrição de UI (3), analisado como núcleo, chamamos a atenção para os postulados de Mann & Thompson (1988) no que se refere à nuclearidade. Esses autores sinalizam que a maioria dos textos apresenta um número bastante significativo de relações núcleo-satélite, portanto, apoiam em uma teoria em que a nuclearidade é entendida como um princípio central da organização textual. Nesse caminho, o núcleo se torna mais merecedor de resposta, incluindo, atenção, deliberação e reação.

Apoiados nas observações desses linguistas, caracterizamos a UI (3) como aquela na qual se concentra maior atenção, sendo, portanto, merecedora de uma resposta. Essa unidade de análise, nomeada por nós como núcleo, veicula a tese a ser discutida ao longo do texto e definida anteriormente como a queda do sistema político brasileiro que se torna realidade, ameaçando a estabilidade e a justiça social conquistadas nas últimas décadas. Nesse sentido, a leitura do conteúdo exposto na UI (3), o leitor espera que o texto apresente dados adicionais que possam convencê-lo da

tese proposta. Essa hipótese pressupõe a emergência da relação de *elaboração* entre a UI (3) e o satélite (4 – 10).

O acréscimo de dados contidos na porção (4 – 10) se processa mediante diferentes relações retóricas, estabelecidas de acordo com o fluxo de informação apresentado pelo texto e que é descrito a seguir.

Nessa lógica, a análise aponta dois outros blocos de informação: a porção formada pelas UIs (4 – 5) e a porção constituída pelas UIs (6 – 10). Passamos aos detalhes da porção (4 – 5), aqui transcrita.

> UI (4) Ameaçados com mais um colapso das finanças públicas e com a queda de um governo de transição já fragilizado, os barões da República – incluindo os ex-presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso e o atual, o presidente Michel Temer – se juntaram com ministros do Supremo Tribunal Federal para salvar o mandato do presidente do Senado, Renan Calheiros, – acusado em doze casos de corrupção.
>
> UI (5) A escolha dos barões, no fim deste ano de choques e tumultos, era clara: ou Renan ficava, numa postura insolente, como garantia frágil do andamento no Congresso do processo de sanear as finanças públicas com a imposição de limites aos gastos e com a reforma da Previdência; ou o Brasil partia para o desconhecido, em uma promessa de mais baderna, gritos e acusações, em uma situação na qual nada estaria garantido.

Para iniciar a apresentação dos dados adicionais à UI (4), no papel de núcleo, o articulista situa argumentos, na UI (5), a respeito da ação de políticos influentes como José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer, que se uniram ao ministro do STF para salvar o mandato de Renan Calheiros.

Em contiguidade com a UI (4), localizamos a UI (5) na função de satélite, de forma que emerge, entre elas, a relação retórica de *justificativa*. Essa relação retórica é plausível porque o conteúdo da UI (5) mostra que a intenção de S seria de aumentar a prontidão do leitor para aceitar o direito de o produtor apresentar o conteúdo de N. Dizendo de outra forma, a escolha dos barões da República se justifica pelo fato de a permanência de Renan no Congresso, numa postura imprudente, seria garantia frágil do andamento “do processo de sanear as finanças públicas com a imposição de limites aos gastos e com a reforma da Previdência”; ou o Brasil poderia sucumbir em uma situação de desordem e badernas. De acordo com o texto, essa seria uma situação que justificaria

os barões da República a tomarem a atitude de se unirem pela ameaça de "um colapso das finanças públicas e com a queda de um governo de transição já fragilizado."

Para dar continuidade à análise, colocamos em evidência a porção (6 – 10) que será transcrita de acordo com as relações que emergem entre as unidades de informação que a materializam. Assim, passamos à exposição da UI (6).

> UI (6) Esse dilema convoca a reflexões. Denúncias e posturas moralizantes são fáceis, mas não somos inocentes. Os mais privilegiados toleram e prosperam com a bagunça. Os protestos de rua não são suficientes. O Brasil precisa de novas lideranças e novas abordagens – ambas em falta. O país precisa ir além da Lava-Jato, mas ainda não sabe como. A escolha fica dramática quando comparamos os rumos de diferentes repúblicas sul-americanas.

A UI (6), iniciada pela afirmação "Esse dilema convoca reflexões", de início nos convoca a identificar que o texto apresenta reflexões sobre a atitude tomada pelos políticos e relatada na porção (4 – 5). Essa reflexão é materializada mediante a enumeração de ocorrências que podem levar o leitor a refletir sobre a gravidade do problema e do atual momento político e econômico brasileiro. O autor conclui o parágrafo sinalizando uma comparação do Brasil com diferentes repúblicas sul-americanas, que, a nosso ver, seria uma estratégia de convencimento do leitor para a gravidade da situação brasileira.

Diante do exposto, entendemos que a UI (6) apresenta características de nuclearidade, portanto, nós a caracterizamos como unidade núcleo do satélite (7 – 10). Por outro lado, a porção (7 – 10) se encarrega de salientar fatos que evidenciam a informação veiculada no núcleo (6), o que torna plausível indicar uma relação de *evidência* entre a UI (6) e a porção formada pelas UIs (7 – 10). Salientamos que a relação de *evidência*, como propõe Mann & Thompson (1988), ao relatar os fatos ocorridos, o satélite (7 – 10) tende a aumentar a confiança do leitor no conteúdo apresentado no núcleo (6).

Na continuidade do processo argumentativo identificamos a porção (7 – 10) que pode ser segmentada em duas outras porções menores: a UIs (7 - 8) e as UIs (9 – 10), de forma que emerge, entre elas, a relação retórica núcleo-satélite de *elaboração*.

A porção (7 – 8) lista os países enumerados pelo articulista e é plausível informar a emergência da relação de *lista* entre elas, pois, na (UI)7 se encontram os países banhados pelo Atlântico e, na UI (8), os que são banhados pelo Pacífico.

Para explicitar, transcrevemos a UI (7).

> UI (7) Argentina, Brasil e Venezuela, países banhados pelo Atlântico, são mais ricos em recursos naturais, porém abusam de sua sorte. Sofrem de recorrentes crises, com surtos inflacionários e de incontinência fiscal, em políticas alimentadas pela demagogia. A Venezuela, onde morei por seis anos, atravessa um período desastrado, depois de ter ganhado destaque nos anos 60 e 70 por ser, então, uma das poucas democracias estáveis na região.

Como pode ser constatado, a UI (7) retrata os três países banhados pelo oceano Atlântico - Argentina, Brasil e Venezuela - "mais ricos em recurso naturais, porém abusam de sua sorte" e passam por "recorrentes crises, com surtos inflacionários e de incontinência fiscal, em políticas alimentadas pela demagogia."

> UI (8) O rumo de três repúblicas da costa do Pacífico – Chile, Peru e Colômbia – é diferente. Esses países também sofreram crises inflacionárias e conflitos internos, mas souberam tirar lições com esses choques e ameaças. Aprenderam os limites sadios na gestão pública, e assim puderam prosperar com estabilidade, preservando a democracia. Não são sistemas políticos e econômicos perfeitos, mas são viáveis.

A porção formada pelas UIs (8 – 10) apresenta a caracterização de três países banhados pelo Oceano Pacífico – Chile, Peru e Colômbia – com traços diferentes, pois eles "também sofreram crises inflacionárias e conflitos internos, mas souberam tirar lições com esses choques e ameaças."

Para agregar essas informações aos países mencionados na UI (8), núcleo, o texto registra as UIs (9 -10) na função de satélite por subsidiar o núcleo de informações adicionais, o que nos leva a identificar que emerge entre elas a relação retórica de *elaboração*.

Para explicitar esses dados adicionais à UI (8) apresentamos as UIs (9) e (10).

> UI(9) A Colômbia manteve equilíbrio fiscal e monetário, com eleições regulares, diversificando sua economia e criando

> condições para negociações difíceis e prolongadas para pôr fim a cinco décadas de insurreições guerrilheiras. No Chile, a ditadura de Augusto Pinochet (1973-90) cedeu lugar, por via de plebiscito, a um regime democrático que soube cuidar dos direitos humanos e procurar justiça social.
>
> UI(10) Nos anos 90 o Peru estava à beira do colapso econômico, assolado pela hiperinflação, por uma grande epidemia de cólera e por uma insurreição de guerrilhas que custou 60000 vidas. Desde o ano 2000, a economia peruana registra taxas de crescimento entre as mais elevadas da América Latina, consolidando sua democracia com rigor fiscal e baixíssima inflação. No Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas, o Peru fica aproximadamente na mesma posição do Brasil, mas a carga de tributos peruana equivale a 40% da brasileira. O Peru gasta 24% de seu PIB em investimentos, ante apenas 16% no Brasil, e isso sem contar o desperdício embutido nos investimentos públicos brasileiros por causa da corrupção e do parasitismo fiscal.

Como estratégia de convencimento do leitor, verificamos que, nas UIs (9 – 10), o articulista expõe detalhes adicionais específicos para cada grupo de países citados. Esse mecanismo nos convoca a identificar uma relação de multinuclear de *sequência*, justificada pelo fato de os elementos adicionais apresentados obedecerem à ordem dos países enumerados na UI (8).

Na UI (9), são enumeradas características específicas da Colômbia como, por exemplo, a manutenção do "equilíbrio fiscal e monetário, com eleições regulares", dentre outros. O outro país mencionado nesta unidade de análise é o Chile que, por via de um plebiscito, aboliu a ditadura de Pinochet e passou a adotar "um regime democrático que soube cuidar dos direitos humanos e procurar justiça social."

A UI (10) se encarrega de apresentar detalhes do terceiro país, o Peru, que, depois de ficar à beira de um "colapso econômico, foi assolado pela hiperinflação, por uma grande epidemia de cólera e por uma insurreição de guerrilhas que custou 60000 vidas". Esse país vem registrando, desde 2000, dentre outros dados, o aumento da ecomonia, além da consolidação de "sua democracia com rigor fiscal e baixíssima inflação.

Finalmente, o artigo *Velhos desafios*, é concluído com a UI (11):

> UI (11) O Brasil precisa sair do parasitismo fiscal para estabelecer limites e definir rumos. Vivemos um perigo. Os barões da República preservam suas posições, mas não ajudam muito. Para fortalecer a democracia, precisamos de novas lideranças e novas abordagens.

Nossa análise aponta uma relação de *conclusão* entre a UI (11) e todo o texto – UIs (3 – 10), pelo fato de o autor apresentar a necessidade de "o Brasil do parasitismo fiscal para estabelecer limites e definir rumos", para enfraquecer o poder os "barões da República", entendidos como um perigo para o país. Nesta unidade de informação, é também identificada uma nova tese: "Para fortalecer a democracia, precisamos de novas lideranças e novas abordagens."

Passamos às considerações sobre a última unidade de análise - UI 12 - que forma A6 e que é transcrita a seguir:

UI (12)Veja, p. 72, dez. 2016

Ressaltamos que, entre a UI (12), satélite, e a porção formada pelas UIs (1 – 11), núcleo, emerge a relação de *capacitação*. Nesse tipo de relação, conforme Mann (1984, p. 396), o satélite veicula informação que torna o leitor capaz de realizar a ação sugerida pelo núcleo que, em A6, como nos outros cinco artigos analisados, seria localizar a fonte do texto.

Com referência às vias de continuidade propostas por Bernárdez (1995), a análise de A4 apontou a ocorrência de relações retóricas que resultaram em uma organização específica do produtor com vista a atingir seu objetivo comunicativo. Propomos, portanto, neste momento, apresentar, na Tabela 12, a ocorrência dessas relações aliando-as às vias de continuidade a que pertencem.

a) apresentativa: *atribuição, capacitação, evidência, justificativa, preparação*;

b) hipotática: *avaliação, conclusão, elaboração*;

c) paratática: *lista, sequência*.

Nessa perspectiva, passamos a apresentar a Tabela 12, demonstrando a ocorrência das relações retóricas em A6.

Tabela 12: Ocorrência de relações retóricas em A6

Via de continuidade	Relação retórica	Nº de ocorrências
apresentativa	atribuição	1
	capacitação	1
	justificativa	1
	preparação	1
	evidência	1
hipotática	avaliação	1
	conclusão	1
	elaboração	2
paratática	lista	1
	sequência	1
Total	**10**	**11**

Fonte: Artigo: *Velhos desafios*
Análise feita pela pesquisadora.

A Tabela 12, por nós elaborada, registra a ocorrência de dez tipos de relações retóricas. Dentre elas, a relação de *elaboração* teve duas ocorrências, enquanto as demais uma ocorrência cada uma.

A análise, de acordo com a RST, nos retratou a estrutura retórica, da macroestrutura textual de A6, bem como suas características, como descritas a seguir:

a) título, autor e fonte do texto analisado UIs (1, 2, 14);

b) exposição da tese proposta pelo autor no bloco informacional 1, formado pela UI (3) definida como a queda do sistema político brasileiro se torna realidade e ameaça a estabilidade e a justiça social conquistadas nas últimas décadas;

c) apresentação de argumentos sobre a tese, nas UIs (4 – 10), a exposição de uma avaliação do produtor a respeito da prática de privilégios e a citação de ações desenvolvidas por países da América do Sul;

d) o fechamento do texto se processa com uma conclusão apontando para a necessidade de o Brasil sair do parasitismo fiscal com a finalidade de estabelecer limites e novos rumos para o país. Nessa porção o texto aponta uma nova tese: “Para fortalecer a democracia, precisamos de novas lideranças e novas abordagens.”

Como nos outros artigos de opinião analisados, a Teoria da Estrutura Retórica nos possibilitou a identificação das relações retóricas que emergiram entre as porções textuais, configurando a macroestrutura de A6, bem como as opções do produtor para organizar o texto de forma coerente.

4.1.7 Considerações sobre a emergência das proposições relacionais na análise de A1, A2, A3, A4, A5, A6

Ao concluir a análise dos textos de acordo com a Teoria da Estrutura Retórica, elaboramos a Tabela 13, retratando a incidência das proposições relacionais em A1, A2, A3, A4, A5 e A6. Antes de apresentarmos as considerações sobre os resultados da análise e, embora já tenhamos apresentado nossas reflexões sobre gênero, avaliamos serem oportunas mais algumas ponderações a respeito deste tema, uma vez que estamos estudando o artigo de opinião.

Como já sinalizado na fundamentação teórica, o conceito de gênero, em uma perspectiva interacionista, leva em conta a interação produtor x leitor, que, nos remete aos postulados de Bronckart (1999, p. 93) ao sinalizar que "a produção de um texto se situa no quadro da interação comunicativa, que implica o mundo social e o mundo subjetivo."

Ainda nos dizeres de Bronckart (1999), ao discorrer sobre as condições de produção, sempre que o produtor se propõe a escrever um texto, é indispensável que ele considere os seguintes aspectos: o lugar onde seu texto será publicado; o momento da escrita, referindo-se ao contexto histórico, político, econômico e social; seus conhecimentos e crenças, além dos possíveis leitores do seu texto.

Quanto à organização textual, reiteramos que priorizamos a análise da macroestrutura, considerando os postulados de van Dijk (1992, p. 55), que a conceitua como a representação abstrata da estrutura global do significado de um texto que, além de ser de natureza semântica, é responsável pela coerência do texto. Nesse caminho, elaboramos, para cada artigo, o quadro da sua macroestrutura, de forma que cada porção textual foi denominada *bloco informacional* (BI). O quadro da macroestrutura de cada artigo foi apresentado antes da análise das proposições relacionais.

Assim, identificamos a macroestrutura de A1, A2, A3, A4, A5 e A6, como demonstrado no quadro 15 a seguir:

Quadro 15: Macroestrutura de A1, A2, A3, A4, A5, A6.

Bloco informacional	BI1	BI2	BI3			BI4
Porções	Título, autor, fonte	Temática (tese)	Desenvolvimento			Conclusão e nova tese
			Argumentos	Comentário	Avaliação	
A1	X	X	X	-	X	X
A2	X	X	X	-	-	X
A3	X	X	X	-	-	X
A4	X	X	X	-	X	X
A5	X	X	X	X	X	X
A6	X	X	X	-	X	X

Fonte: Análise feita pela pesquisadora.

Observamos que os textos apresentaram uma certa regularidade em sua organização, o que pode ser justificado pela funcionalidade do gênero pesquisado. Dessa forma, foram identificadas, em todos os artigos, as porções referentes a: a) título, autor e fonte; b) temática (tese); c) conclusão e nova tese. Contudo, na porção responsável pelo desenvolvimento da tese, nos textos A1, A4 e A6 foram reconhecidos os argumentos seguidos de uma avalição. Em A2 e A3, não foram verificados comentário, nem avaliação, segmento responsável pelo desenvolvimento da tese. Porém, em A5, foram verificados argumentos, um comentário e uma avaliação.

Essa constatação nos leva a retomar os dizeres de Bernárdez (1995, p. 138), ao abordar que a estrutura de um texto, além de depender da gramática da linguagem, relaciona-se, também, e principalmente, às características do produtor, do receptor, do contexto e da situação comunicativa em que o texto é produzido.

Com a atenção voltada para as proposições relacionais e considerando que o gênero artigo de opinião busca persuadir o possível leitor sobre o ponto de vista do produtor a respeito de uma determinada temática, entendemos que podem ser atribuídos papeis e funções específicas a cada porção textual identificada nos artigos. A título de esclarecimento dessa hipótese, elaboramos a Tabela 13.

Tabela 13: A emergência das proposições relacionais em A1, A2, A3, A4, A5, A6

Vias de continuidade	Relação retórica	A1	A2	A3	A4	A5	A6	Total	%	Ordem
apresentativa	atribuição	1	1	1	1	1	1	**6**	**10,9**	**1º**
	capacitação	1	1	1	1	1	1	**6**	**10,9**	**1º**
	preparação	1	1	1	1	1	1	**6**	**10,9**	**1º**
	evidência	1	1	2	1	-	1	**6**	**10,9**	**1º**
	justificativa	-	-	1	-	1	1	**3**	**5,4**	**3°**
	antítese	1	-	-	-	-	-	**1**	**1,8**	**5º**
hipotática	avaliação	1	-	1	-	1	1	**4**	**7,2**	**2º**
	conclusão	1	1	1	1	1	1	**6**	**10,9**	**1º**
	elaboração	-	-	3	-	1	2	**6**	**10,9**	**1º**
	resultado	-	1	-	1	-	-	**2**	**3,6**	**4º**
	comentário	-	1	-	-	1	-	**2**	**3,6**	**4º**
paratática	lista	-	1	1	2	1	1	**6**	**10,9**	**1º**
	sequência	-	-	1	-	-	1	**2**	**3,6**	**4º**
Total geral		**7**	**8**	**13**	**8**	**9**	**10**	**55**	**100**	**X**

Fonte: Análise feita pela pesquisadora.

A tabela 13 apresenta a emergência das proposições relacionais ou relações retóricas nos seis artigos de opinião por nós analisados, de acordo com a RST e com as vias de continuidade, propostas por Bernárdez (1995). Os dados apontam que três conjuntos distintos demarcam as opções do autor para a organização do texto, com fins a atingir seu fim comunicativo e provocar a interação texto-leitor.

No que se refere à ocorrência das vias de continuidade em uma determinada língua, levamos em conta as considerações de Bernárdez (1995, p. 77-78), ao sinalizar que há um limite de vias que podem ocorrer na organização do pensamento do produtor. Assim, expomos as observações desse linguista sobre a ocorrência dessas vias, ao declarar que

> (...) se é "universal", o processo é geral e pode ser assim resumido: a) Estabelecer expectativas sobre o primeiro elemento da mensagem (em virtude da informação contextual, por exemplo); b) Seguir inicialmente a via de maior probabilidade (o contexto pode proporcionar uma guia adicional: se contextualmente tenha sido criada uma expectativa do que seria falado, a probabilidade das vias que se abre logo depois do primeiro elemento poderia se modificar; c) No caso de confirmação da expectativa, voltar à questão anterior e

> começar novamente pela seguinte na ordem de probabilidade (sempre guiada pelo contexto); d) Processar por (macro) unidades ([...] mais semânticas ou pragmáticas do que sintáticas). (BERNÁRDEZ, 1995, P. 77-78).

Dessa forma, verificamos, no primeiro grupo da Tabela 13, as proposições relacionais, ou relações retóricas da via apresentativa de *atribuição*, *capacitação*, *preparação*, *evidência*, *justificativa* e *antítese*, de forma que, neste grupo, encontram-se as que tiveram maior recorrência.

Nessa perspectiva, arriscamos propor que, no primeiro grupo, a via apresentativa conjugada com as relações retóricas identificadas nos textos contribui para a organização textual no sentido de, tanto a primeira quanto a segunda, estarem a serviço do texto no sentido de proporcionarem firmemente uma relação leitor/produtor/texto.

Essa asserção pode ser explicada da seguinte forma: a relação de *atribuição*, de *capacitação* e de *preparação* estabelecem uma relação semântica entre as porções textuais de forma que o leitor é informado sobre o autor, a fonte e a relação entre o título-autor e todo o texto, respectivamente. Vale ressaltar que essas três relações retóricas se localizam em todos os textos, aparecendo uma vez em cada um.

A relação de *evidência* foi identifica seis vezes e avaliamos que é provável a sua recorrência em textos do gênero artigo de opinião, uma vez que, para persuadir o leitor, o produtor sempre vai se valer de fatos ou dados que evidenciem uma afirmação. No mesmo caminho, a relação de *justificativa*, com três registros de ocorrência, está situada na mesma perspectiva, uma vez que ela viabiliza ao produtor a inserção de eventos que justificam seu pensamento e suas afirmativas. A relação retórica de antítese também se fez presente e é perfeitamente entendida, uma vez que, em um processo argumentativo, podem ser registradas ideias que se contrapõem a um ponto de vista identificado pelo autor.

As relações retóricas constantes do segundo grupo, alinhadas às vias de continuidade, pertencem ao grupo da via hipotática e se prestam, conforme Bernárdez (1995), ao papel de permitir ao produtor a inserção de novos detalhes ou garantem a elaboração ou reelaboração do conteúdo do texto e, ao mesmo tempo, podem conduzir o leitor a fazer inferências, facilitando a leitura. Nesse grupo, estão as relações de *conclusão*, *elaboração*, *avaliação*, *resultado* e *comentário*. A nosso ver, o gênero selecionado para compor o nosso *corpus* de pesquisa nos conduz à suposição de que esses tipos de relações retóricas sejam registrados.

Foram seis os registros das relações de *conclusão* e de *elaboração*, situando-as no grupo de maior recorrência. Em seguida, a relação de *avaliaçã*o, com quatro registros, possibilitou ao produtor fazer inserções avaliativas, ou seja, apresentar juízo de valor a respeito de determinadas ideias. As relações retóricas de *resultado* e de *comentário* foram duas vezes reconhecidas, corroborando o conceito delas no sentido de que a primeira possibilita ao leitor a identificação de consequências da existência de eventos ou de fatos, e a segunda deixa clara a posição do produtor frente a um determinado fato, como verificado nas análises.

O terceiro grupo de relações retóricas identificadas na análise do *corpus* expõe as relações retóricas pertencentes à via paratática, com a função de, na proposta de Bernárdez (1995), garantir ao produtor a introdução de novas ações ou eventos. Fazem parte da via paratática as relações de *lista* e de *sequência*, de forma que a primeira, com seis ocorrências, está entre as de maior incidência e a segunda, com duas ocorrências, se prestam a um papel de suma importância para o processo argumentativo. O conteúdo dessas relações paratáticas, multinucleares – *lista* e *sequência* – garante, na análise do *corpus*, a inserção de dados ou fatos a um núcleo, como comprovadas nas análises.

Entendemos, pelo resultado da análise, que determinadas relações retóricas apresentam maior incidência nos textos e, ao nosso ver, essa recorrência atende, principalmente, às especificidades do gênero selecionado.

Embora não tenhamos como objetivo principal uma análise quantitativa dos dados, avaliamos ser pertinente mostrar a emergência das relações retóricas nos seis artigos selecionados, em ordem crescente, conforme Tabela 13, dada anteriormente, que pode se assim resumida:

1º) *atribuição*, *capacitação*, *preparação*, *evidência*, *conclusão*, *elaboração* e *lista* – seis ocorrências;

2º) *avaliação* – 4 ocorrências;

3º) j*ustificativa* – 3 ocorrências

4º) *resultado*, *comentário* – 2 ocorrências;

5º) *antítese* – 1 ocorrência.

Considerando o resultado da análise, reiteramos o conceito de gênero defendido por Marcuschi (2002), caracterizando-os como textos empíricos existentes na sociedade e que se materializam de acordo com sua funcionalidade. Nesse sentido, a análise pela

RST, alinhada às vias de continuidade de Bernárdez, nos apresentou, pela emergência das proposições relacionais, características próprias, o que nos motiva a defender que não há uma organização específica e sem alterações do gênero artigo de opinião, mas uma organização prototípica que nos leva a caracterizá-lo como pertencente a essa categoria.

4.2 Análise à luz da Teoria das Sequências Textuais

É nossa proposta analisar os artigos de opinião também sob a ótica dos pressupostos teóricos de Adam (2011), no que se refere à TST, com o objetivo de identificar as sequências textuais, bem como os planos de textos. Ressaltamos que são identificadas todas as sequências textuais, contudo, são colocadas em relevo aquelas que apresentam, de acordo com nosso ponto de vista, uma contribuição mais relevante para a construção do processo argumentativo.

4.2.1 Análise de A1

(1) *Palavras e metralhadoras*
(2) *Vladimir Safatle*

(3) *Desde o atentado ao periódico Charlie Hebdo, sobe à cena mais uma vez o debate sobre a liberdade de expressão e seus possíveis limites.* **(4)** *Se os lados envolvidos não tivessem, muitas vezes, um comportamento tão canino e pouco generoso, poderíamos ter enfim uma discussão necessária sobre crítica, palavra e violência em nossas sociedades.* **(5)** *Pois há de se admitir que existem bons argumentos dos dois lados, sejam daqueles que defendem de forma absoluta as ações do jornal, sejam daqueles que as criticam.* **(6)** *Mas, enquanto enxergarmos, em um lado, apenas racistas que não perdem uma oportunidade para alimentar a islamofobia e o ódio aos imigrantes e, em outro, apenas esquerdistas dispostos às piores alianças para continuar sua cruzada contra os valores liberais, continuaremos a ignorar o tipo de discussão que deveríamos ter após o atentado, isto se quisermos estancar a rede de causas que alimentam a violência do extremismo religioso.*
(7) *Diria inicialmente que o melhor argumento apresentado pelos que defendem as charges de Charlie Hebdo e a violência nelas contida é: não devemos regredir no tempo e criar uma lei contra a blasfêmia.* **(8)** *A percepção é correta, pois religião não é apenas uma questão de crença, mas de instituições que têm*

peso político decisivo em nossas sociedades. **(9)** *Católicos, evangélicos, muçulmanos, judeus, todos procuram interferir, de acordo com suas forças sociais, no ordenamento jurídico de nossas sociedades a partir de estratégias variadas.* **(10)** *Impedir que tais instituições sejam criticadas por meio das armas da ironia seria de fato um equívoco brutal.* **(11)** *Afirmar que não se deve ironizar o que grupos sociais relevantes consideram como "sagrado" seria bloquear uma dimensão essencial do pensamento crítico.* **(12)** *Seria difícil entender por que não censurar do mesmo modo os livros de Nietzsche nos quais ele insiste na "morte de Deus" ou A vida de Brian, do Monty Python.*

(13) *Há, porém, uma outra dimensão do problema com as charges do Charlie Hebdo que normalmente não é levada em conta por seus defensores.* **(14)** *Liberdade de expressão nunca significou, nem nunca significará, dizer qualquer coisa de qualquer forma.* **(15)** *Se alguém ironizar os negros como intelectualmente inferiores, tripudiar das mulheres com enunciados machistas que expressam a história de sua sujeição, fazer chacota dos judeus baseado nos velhos preconceitos que alimentam milenarmente o antissemitismo, espera-se que o Estado impeça a circulação de tal violência.* **(16)** *Certos enunciados trazem uma história amarga de violência, humilhação social e preconceito contra grupos mais vulneráveis.* **(17)** *Não por outra razão, todo racista hoje em dia clama pela liberdade de expressão, pelo direito de "expressar sua opinião".* **(18)** *Mas racismo e preconceito não são opiniões, são crimes.*

(19) *Há, portanto, o direito de perguntar se várias das charges publicadas pelo Charlie Hebdo não eram simplesmente preconceituosas e profundamente violentas em relação à parcela da população francesa (os magrebinos e descendentes de árabes, majoritariamente muçulmanos), atualmente a mais miserável, discriminada e sem representação social.* **(20)** *Parcela que ainda carrega o sentimento da humilhação colonial, com seu sistema perverso de redução da cultura do*

colonizado (religião inclusa) ao arcaísmo ou ao exotismo. **(21)** *Não é possível ignorar: quem fala em muçulmanos fala da população árabe das periferias.* **(22)** *Não é possível esquecer também que quando um francês ironiza um árabe muçulmano continua a ser um colonizador a ironizar um colonizado.*
(23) *Poderia lembrar de várias charges que deixaram de ser apenas expressão de ironia blasfema para ser simplesmente violência social.* **(24)** *Em sua edição número 1.099 lê-se na capa do Hebdo a frase "Massacre no Egito: O Alcorão é uma merda, ele não para as balas" e o desenho de um egípcio a sangrar com o livro na frente crivado de balas.* **(25)** *Naquela semana, 500 simpatizantes da Irmandade Muçulmana, que não tem nada a ver com os jihadistas internacionais e salafistas e há muito abandonou o terrorismo, foram massacrados pelo Exército.* **(26)** *Não é necessário ser um ph.D. em semiologia para perceber a mensagem: não há solidariedade possível com muçulmanos envolvidos na política.* **(27)** *Nega-se ali até o fato de não ser necessário simpatizar com os muçulmanos para se indignar com massacres militares covardes.* **(28)** *Se 500 militantes da TFP fossem massacrados pelo Exército Brasileiro, não seria possível transformar o fato em piada.* **(29)** *Por que nada disso chocou o governo francês?* **(30)** *Respondê-la seria uma maneira de começar a pensar no que podemos fazer para que atentados dementes como este não se repitam.*
(31) *Carta Capital, 21 de jan. de 2015*

O artigo de opinião *Palavras e metralhadoras*, publicado na revista *Carta Capital*, em janeiro de 2015 e assinado pelo filósofo, professor e escritor Vladimir Safatle, trata da temática liberdade de expressão e seus limites.

A segmentação de A1, de acordo com a Teoria das Sequências Textuais, apresentou 31 segmentos textuais em 6 macroações[20], distribuídas da seguinte forma: os segmentos (1 – 2) formam a macroação 1; a macroação 2 é constituída por (3 – 6); os segmentos (7 – 18) formam a macroação 3; a macroação 4 é materializada pelos

[20] Considerando a linearidade do texto e com base nos postulados de Adam (2011), caracterizamos "macroações" como o conjunto de informações contidas em cada segmento textual, para que seja identificada a organização global do texto.

segmentos (19 – 22), os segmentos (23 – 30) indicam a macroação 5 e, finalmente, a macroação 6, formada pelo segmento (31).

A organização de A1, por nós identificada, nos proporcionou a elaboração do plano de texto, exposto no Quadro 16 a seguir.

Quadro 16: Plano de texto de A1					
Macro-ação	**Argumento/ parágrafo**	**Conteúdo**	**Segmentos**	**Segmentos – sequências**	**Predominância das sequências**
1	Segmentos (1 – 2)	Título e autor	(1) Palavras e metralhadoras	descritiva	Predomínio de sequências descritivas
			(2) Vladimir Safatle	descritiva	
2	Tese § 1 Segmentos (3 – 6)	A liberdade de expressão e seus limites, a partir do atentado ao periódico *Charlie Hebdo.*	(3) Desde o atentado ao periódico *Charlie Hebdo*, sobe à cena mais uma vez o debate sobre a liberdade de expressão e seus possíveis limites.	argumentativa	Predomínio de sequências argumentativas com uma sequência descritiva e uma explicativa encaixadas.
			(4) Se os lados envolvidos não tivessem, muitas vezes, um comportamento tão canino e pouco generoso, poderíamos ter enfim uma discussão necessária sobre crítica, palavra e violência em nossas sociedades.	descritiva	
			(5) Pois há de se admitir que existem bons argumentos dos dois lados, sejam daqueles que defendem de forma absoluta as ações do jornal, sejam daqueles que as criticam.	explicativa	
			(6)Mas, enquanto enxergarmos, em um lado, apenas racistas que não perdem uma oportunidade para alimentar a islamofobia e o ódio aos imigrantes e, em outro, apenas esquerdistas dispostos às piores alianças para continuar sua cruzada contra os valores liberais, continuaremos a ignorar o tipo de discussão que deveríamos ter após o atentado, isto se quisermos estancar a rede de causas que alimentam a violência do extremismo religioso.	argumentativa	
3	Argumentos-provas § 2 – 3 Segmentos (7 – 19)	Exposição de posições de defensores das charges do *Charlie Hebdo.*	(7) Diria inicialmente que o melhor argumento apresentado pelos que defendem as charges de *Charlie Hebdo* e a violência nelas contida é: não devemos regredir no tempo e criar uma lei contra a blasfêmia.	argumentativa	Predominância de sequências argumentativas e uma sequência explicativa encaixada.
			(8) A percepção é correta, pois religião não é apenas uma questão de crença, mas de instituições que têm peso político decisivo em nossas sociedades.	descritiva	
			(9) Católicos, evangélicos, muçulmanos, judeus, todos procuram interferir, de acordo com suas forças sociais, no ordenamento jurídico de nossas sociedades a partir de estratégias variadas.	descritiva	
			(10) Impedir que tais instituições sejam criticadas por meio das armas da ironia seria de fato um equívoco brutal.	argumentativa	
			(11) Afirmar que não se deve ironizar o que grupos sociais relevantes consideram como “sagrado” seria bloquear uma dimensão essencial do pensamento crítico.	argumentativa	

		Exposição de posições de pessoas contrárias às charges do *Charlie Hebdo.* Liberdade de expressão não significa dizer alguma coisa de qualquer forma.	(12) Seria difícil entender por que não censurar do mesmo modo os livros de Nietzsche nos quais ele insiste na "morte de Deus" ou A vida de Brian, do Monty Python.	argumentativa	
			(13) Há, porém, uma outra dimensão do problema com as charges do *Charlie Hebdo* que normalmente não é levada em conta por seus defensores.	argumentativa	
			(14) Liberdade de expressão nunca significou, nem nunca significará, dizer qualquer coisa de qualquer forma.	argumentativa	
			(15) Se alguém ironizar os negros como intelectualmente inferiores, tripudiar das mulheres com enunciados machistas que expressam a história de sua sujeição, fazer chacota dos judeus baseado nos velhos preconceitos que alimentam milenarmente o antissemitismo, espera-se que o Estado impeça a circulação de tal violência.	descritiva	
			(16) Certos enunciados trazem uma história amarga de violência, humilhação social e preconceito contra grupos mais vulneráveis.	descritiva	
			(17) Não por outra razão, todo racista hoje em dia clama pela liberdade de expressão, pelo direito de "expressar sua opinião".	explicativa	
			(18) Mas racismo e preconceito não são opiniões, são crimes.	argumentativa	
4	Avaliação § 4 Segmentos (19 – 22)	As charges são violentas em relação aos muçulmanos que vivem na França.	(19) Há, portanto, o direito de perguntar se várias das charges publicadas pelo *Charlie Hebdo* não eram simplesmente preconceituosas e profundamente violentas em relação à parcela da população francesa (os magrebinos e descendentes de árabes, majoritariamente muçulmanos), atualmente a mais miserável, discriminada e sem representação social.	argumentativa	Predominância de sequências argumentativas com uma sequência descritiva e uma explicativa encaixadas.
			(20) Parcela que ainda carrega o sentimento da humilhação colonial, com seu sistema perverso de redução da cultura do colonizado (religião inclusa) ao arcaísmo ou ao exotismo.	descritiva	
			(21) Não é possível ignorar: quem fala em muçulmanos fala da população árabe das periferias.	explicativa	
			(22) Não é possível esquecer também que quando um francês ironiza um árabe muçulmano continua a ser um colonizador a ironizar um colonizado.	argumentativa	
5	Conclusão § 5	Várias charges deixam de ser irônicas e se tornam violência social.	(23) Poderia lembrar de várias charges que deixaram de ser apenas expressão de ironia blasfema para ser simplesmente violência social.	argumentativa	Predominância de sequências argumentativas com uma sequência descritiva e uma
			(24) Em sua edição número 1.099 lê-se na capa do *Hebdo* a frase "Massacre no Egito: O Alcorão é uma merda, ele não para as balas" e o desenho de um egípcio a sangrar com o livro na frente crivado de balas.	descritiva	

	Segmentos (23 – 30)	Falta de solidariedade com os muçulmanos envolvidos na política, na França. **Nova tese:** "Respondê-la seria uma maneira de começar a pensar no que podemos fazer para que atentados dementes como este não se repitam."	(25) Naquela semana, 500 simpatizantes da Irmandade Muçulmana, que não tem nada a ver com os jihadistas internacionais e salafistas e há muito abandonou o terrorismo, foram massacrados pelo Exército.	narrativa	narrativa encaixadas.
			(26) Não é necessário ser um ph.D. em semiologia para perceber a mensagem: não há solidariedade possível com muçulmanos envolvidos na política.	argumentativa	
			(27) Nega-se ali até o fato de não ser necessário simpatizar com os muçulmanos para se indignar com massacres militares covardes.	argumentativa	
			(28) Se 500 militantes da TFP fossem massacrados pelo Exército Brasileiro, não seria possível transformar o fato em piada.	argumentativa	
			(29) Por que nada disso chocou o governo francês?	argumentativa	
			(30) Respondê-la seria uma maneira de começar a pensar no que podemos fazer para que atentados dementes como este não se repitam.	argumentativa	
6	Segmento (31)	Fonte	(31) Carta Capital, 21 de jan. de 2015	descritiva	descritiva

Fonte: Artigo: *Palavras e metralhadoras*
Análise feita pela pesquisadora.

Ancorados nos postulados de Adam (2011) no que concerne às sequências textuais e aos planos de texto, passamos a apresentar nossas reflexões a respeito de A1.

Ressaltamos que o plano de texto de A1, demonstrado no Quadro 16, por nós proposto foi elaborado de acordo com os postulados de Adam (2011) ao propor que

> Todo texto é - tanto na produção quanto na interpretação – objeto de um trabalho de reconstrução de sua estrutura que, passo a passo, pode levar à elaboração de um plano de texto ocasional. Essa operação de estruturação baseia-se na macrossegmentação (alíneas e separações marcadas) e nos dados peritextuais (entretítulos, mudanças de partes ou de capítulos). (ADAM, 2011, p. 263)

Dessa forma, os dizeres de Adam justificam nossa decisão de considerar o título, o autor e o texto na identificação dos segmentos textuais.

Considernado a linearidade do texto, primeiramente, observamos que o artigo *Palavras e metralhadoras* apresenta, na macroação 1, duas sequências descritivas para nos informar sobre o título e o autor. Com o olhar voltado para Adam (2011, p. 218), propomos que a macroação 1, constituída de sequências descritivas, apresenta uma operação de tematização, visto que sua função é anunciar o todo que é o texto "Palavras e metralhadoras" e seu autor.

O artigo de opinião se configura com uma presença marcante de sequências argumentativas. Dessa forma, a macroação 2, instituída pelo primeiro parágrafo do texto, é marcada pela predominância de sequências argumentativas com uma descritiva e uma explicativa encaixada.

O segmento (3) inaugura a macroação 2, iniciando o processo argumentativo, alicerçado pela delimitação da temática a ser discutida, que é uma abordagem sobre "a liberdade de expressão e seus possíveis limites". É relevante lembrar que o atentado ao periódico *Charlie Hebdo* funciona como um *background* para a identificação da tese, bem como dos argumentos que o articulista enumera para sustentação do seu ponto de vista.

Em seguida, verifica-se uma sequência descritiva no segmento (4), em uma operação de aspectualização, pois o objeto é descrito por uma atribuição de propriedades ao registrar como "comportamento tão *canino* e pouco *generoso* (...)".

O segmento (5) dá continuidade à macroação 2 em uma sequência explicativa, justificada pela expressão "Pois há de se admitir" que a inicia e, nela, o conectivo "pois"

assume o valor de *porque*. Essa expressão contribui para que esse segmento apresente características de uma sequência explicativa. A partir dos postulados de Adam (2011, p. 241), temos uma ocorrência de um segmento-justificativo, caracterizado como aquele que funciona em sentido contrário e comporta um escopo muito diferente. Nesta ocorrência, o segmento-justificativo é materializado pela indicação da existência de argumentos consistentes que podem contemplar os dois lados envolvidos nas polêmicas do *Charlie Hebdo*.

Essa macroação é concluída com um argumento adverso à tese, demarcado pelo conectivo "mas", iniciando um contra-argumento que leva à inferência da necessidade de não não ser identificado apenas um lado: o racista ou o esquerdista. Essa visão unilateral acarretaria em ignorar, após o atentado ao periódico, um tipo de discussão que buscasse deter a rede de causas que fortalecessem a violência do extremismo religioso.

A macroação 3, formada pelo segundo parágrafo do texto, se encarrega de apresentar os argumentos responsáveis por sustentar a discussão da necessidade de se discutir a liberdade de expressão e seus limites. Para tanto, o articulista apresenta evidências no que se refere aos favoráveis às charges de *Charlie Hebdo* e, por outro lado, atenta para outra dimensão do problema que elas poderiam causar.

Para a exposição da argumentação na macroação 3, em que predominam as sequências argumentativas, seguidas de sequências descritivas, com uma sequência explicativa encaixada, o articulista utilizou estratégias que ora descrevemos.

No primeiro segmento, isto é, o segmento (7), registramos a ocorrência de um advérbio na função do organizador textual *inicialmente*, que, na proposta de Adam (2011, p. 181), assume o papel de ordenar as partes de representação discursiva nos eixos maiores do tempo e do espaço, além de estruturar a progressão textual. Assim, esse organizador textual demarca a importância do argumento dos que defendem as charges do periódico e a violência nelas contidas, apresentando a justificativa de que "não devemos regredir no tempo e criar uma lei contra a blasfêmia."

Para fortalecer o argumento exposto na sequência argumentativa (7), localizamos a sequência argumentativa (8), reportando a mais um argumento a favor de que não devemos regredir no tempo. Na tentativa de justificar sua hipótese sustentada em (7) e (8), o articulista apresenta, no segmento (9), mediante uma sequência descritiva encaixada, a atuação de pessoas de diferentes crenças no sentido de interferir no

"ordenamento jurídico de nossa sociedade", por meio de estratégias diversas. Nossa proposta é alicerçada nos dizeres de Adam (2011), ao propor que, embora a descrição tenha uma frágil caracterização sequencial, seu conteúdo orienta, argumentativamente, um enunciado.

Nesse sentido, entendemos que a sequência (9) está a serviço da argumentação, que se processa por meio de uma operação de tematização, pois o objeto é localizado logo no início do segmento: "católicos, evangélicos, muçulmanos, judeus".

A sustenção dos argumentos a favor dos que defendem as charges se mantêm, de forma explícita, por meio do acréscimo de asserções materializadas nos segmentos (10 - 12), em sequências argumentativas, em que o articulista deixa exposto seu ponto de vista sobre as religiões.

No terceiro parágrafo, o texto registra um contra-argumento com relação ao parágrafo anterior. Desta vez, o articulista expõe uma outra dimensão do problema com as charges do *Charlie Hebdo*. Nota-se, no segmento (13), a presença do conectivo "porém", no início do parágrafo, permitindo o emprego de um conteúdo proposicional como um contra-argumento. Assim, essa outra dimensão do problema é localizada nos segmentos (14 – 18), em que o autor trata da liberdade de expressão, ou seja, as diversas formas de se expressar um ponto de vista.

As estratégias utilizadas são materializadas por meio de sequências argumentativas, descritivas e uma explicativa. Nesse caminho, ressaltamos a ocorrência de conectores e de marcadores discursivos nos segmentos (14 – 18) e a função deles no processo agumentativo.

Sustentados pelos pressupostos de Adam (2011) no que se refere aos conectores argumentativos, iniciamos pelo conector condicional *se* no segmento (15), em uma sequência descritiva, cuja função seria de sustentar uma inferência suscitada pelo segmento (14). Posto que liberdade de expressão não implica em dizer qualquer coisa de qualquer forma, a sequência (15) registra um exemplo da asserção anterior. Caso aconteça uma abordagem aos negros como intelectualmente inferiores, essa atitude traria consequências como o impedimento de circulação pelo Estado.

Ressaltamos, ainda, o conector *mas*, que inicia a sequência argumentativa (18) e encerrando a macroação 3. Ele visa à sustentação de uma contra-argumentação ao afirmar que "racismo e preconceito não são opiniões, são crimes" embora os racistas atuais defendam o direito de expressarem sua opinião.

Prosseguindo a análise, tomamos como foco a macroação 4. Nela, o autor apresenta, em decorrência dos argumentos anteriores, uma avaliação das charges do periódico, indagando se elas não seriam preconceituosas e violentas em relação à parcela da população francesa constituída de magrebinos e descendentes de árabes que, atualmente é a mais vulnerável, discriminada e sem representação social.

Essa avaliação é demarcada pela presença do conector "portanto", no segmento (19) e que, no olhar de Koch (2010), introduz uma conclusão relativa a argumentos apresentados em segmentos anteriores.

Com a intenção de dar maior força argumentativa nesta macroação, salientamos o segmento (21), em uma sequência explicativa, entendida implicitamente pela marca de pontuação (dois pontos). Amparados pelos dizeres de Adam (2011, p. 241), uma das formas de estabelecer um movimento explicativo se dá internamente à frase e tem a função de retomar e justificar a asserção problemática anterior**.** Nesta ocorrência, a segunda parte do segmento -"(...) quem fala de muçulmanos fala da população árabe das periferias" - explica que seria inquestionável esta afirmação se se consideramos o cotexto anterior no que se refere à população da periferia da França.

O quinto parágrafo finaliza o texto e indica a macroação 5, formada por sequências argumentativas, em maioria, seguidas de uma sequência descritiva e uma sequência narrativa encaixadas. Essa macroação assume a função de encerrar a discussão da temática proposta no início do artigo, em forma de uma conclusão, ao expor o argumento que abre o parágrafo, sinalizando que várias charges do *Charlie Hebdo* deixam de ser ironia para se torna uma violência social.

Nosso olhar se volta, portanto, para os demais segmentos que constituem a macroação 5 e verificamos que podem ser identificadas características de um esquema de base argumentativa. Assim, o argumento exposto no segmento (23) - As charges passam a ser uma violência social - é assegurado pelas asserções contidas nos segmentos (24 – 29) como dados ou evidências que o justificam. Uma pergunta retórica, na sequência (29) – "Por que nada disso chocou o povo francês?" - poderia provocar outras reflexões a respeito do conteúdo das charges do periódico e até mesmo suscitar outros posicionamentos em relação a elas.

Outro aspecto que, a nosso ver seria relevante, diz respeito à presença de uma sequência descritiva em (24) e de uma sequência narrativa no segmento (25), cuja função seria de confirmar, ou seja, dar mais credibilidade ao argumento citado em (23).

Isso porque, na sequência descritiva (24), há, mediante uma operação de aspectualização por atribuição de propriedade, uma caracterização do Alcorão.

Em seguida, na sequência narrativa (25), verificamos o registro do "massacre de 500 simpatizantes da Irmandade Muçulmana" como evidência de possíveis consequências da publicação da edição número 1.099 do Charlie Hebdo. Essa hipótese é alicerçada na fala de Adam (2011, p. 225), ao propor que esta pode ser entendida como a exposição de fatos reais ou imaginários sobre eventos e ações, contidos em (25).

A macroação 6 retrata a fonte de A1: revista *Carta Capital*, 21 de janeiro de 2015.

Depois de apresentar a composição textual, com foco na sequências textuais, retomamos a caracterização dos planos de texto que podem ser fixos ou ocasionais, conforme abordado anteriormente. Diante disso, passamos a identificar aspectos, a partir do plano de texto do Quadro 16, a fim de demonstrar as estratégias adotadas pelo articulista para a elaboração do processo argumentativo.

MACROAÇÃO 1: Segmentos (1- 2)

Título e fonte: Palavras e metralhadoras – Vladimir Safatle.

MACROAÇÃO 2: Segmentos (3 – 6)

Apresentação da polêmica que originou a temática: (3) "Desde o atentado ao *Charlie Hebdo"*

Argumentação inicial (tese): (3) "debate sobre a liberdade de expressão e seus possíveis limites"

Hipótese sobre o posicionamento dos envolvidos na discussão: (4) "Se os envolvidos não tivessem (...) comportamento tão canino e generoso"

Constatação de dados (evidências): (5) " bons argumentos"; (6) "racistas", "esquerdistas".

Refutação do argumento anterior: (6) "Mas enquanto enxergamos, em um lado, apenas racistas (...) e, em outro, apenas esquerdistas (...)"

Ponto de vista adverso à tese: (7) " não devemos regredir no tempo"; "criar uma lei contra a blasfêmia."

Argumentos a favor da tese: (8) "A percepção é correta"

Estratégia para mudar o curso da argumentação: (13) "Há, porém, uma outra dimensão"

MACROAÇÃO 3: Segmentos (7 – 18)

Argumentação inicial: (7) "Diria, inicialmente (...)"

Ponto de vista a favor do argumento anterior: (8) "A percepção é correta"

Argumentos (evidências) a favor da tese: (9) "Católicos, evangélicos, muçulmaos, judeus, todos (...)"

Refutação do argumento anterior + asserção por restrição: (13) "Há, porém"

Asserção de caráter generalizador de valor alético[21]*:* (14) "Liberdade de expressão nunca significou, nem nunca significará, qualquer coisa de qualquer forma."

Asserção de caráter generalizador e alético que conduz à tese: (18) "Mas racismo e preconceito não são opiniões, são crimes."

MACROAÇÃO 4: Segmentos (19 – 22)

Problematização mediante argumento que encaminha a uma conclusão: (19) "Há, portanto, o direito de perguntar"

Asserção favorável ao argumento anterior: (21) "Não é possível ignorar"; (22) "Não é possível esquecer também"

MACROAÇÃO 5: Segmentos (23 – 30)

Problematização: (23) "Poderia lembrar de várias charges"

Asserção que reforça o argumento anterior: (24) "Em sua edição número 1.099 (...)"

Constatação da tese: Narrativa encaixada: (25) "Naquela semana, 500 simpatizantes da Irmandade Muçulmana (...) foram massacrados."

[21] Refere-se ao valor de verdade das proposições.

Reforço da tese: (26) “Não é necessário ser ph.D em semiologia”; (27) “Nega-se ali até o fato “; (28) “Se 500 militantes da TFP fossem massacrados”

Tese final – asserção mediante pergunta retórica: (29) “Por que nada disso chocou o governo francês”?

Nova tese: (30) O articulista afirma que responder à pergunta anterior seria um grande passo para acabar com atentados tão dementes como os que são abordados no artigo.

4.2.2 Análise de A2

(1)*É preciso mudar*

(2)*Delfim Netto*

(3)*Por maior que seja o nosso respeito pela pessoa da presidenta Dilma Rousseff, é impossível rejeitar a hipótese de que ela colhe as consequências acumuladas dos equívocos econômicos cometidos a partir de 2012***. (4)** *Em 2011, fez uma excelente administração.* **(5)***O PIB cresceu 3,9%, o nível de desemprego foi reduzido a 6%, o índice de desigualdade de Gini caiu, as despesas do governo federal em relação ao PIB foram mantidas no mesmo nível da média do quadriênio anterior.***(6)***O rating soberano do Brasil foi elevado pelas agências S&P e Moody's, o superávit primário atingiu 2,9% do PIB, o déficit nominal do setor público chegou a 2,5% e a relação entre a dívida bruta e o PIB caiu de 51,8% para 51,3%!*

(7)*De 2012 em diante, Dilma praticou uma política voluntarista mal projetada e pior executada.* **(8)** *Revelou uma nova face, a angústia curto-prazista que namora o mesmo velho populismo que sempre dá errado no longo prazo.* **(9)** *A intervenção no setor de energia foi insensata, reduziu o preço aos consumidores no curto prazo sob o aplauso da sociedade exibido nas pesquisas do Datafolha.* **(10)** *Seu custo foi a destruição das empresas do setor, prejuízos monumentais para o Tesouro Nacional e o fantástico aumento de tarifa, também revelado posteriormente pela rejeição ao governo no Datafolha.*

(11)*A intervenção na taxa de juros não foi melhor, pois não deu ao Banco Central o suporte fiscal para ampará-la.* **(12)***Dilma atingiu o máximo de sua popularidade de curto prazo quando estava no máximo de seus erros de longo prazo.* **(13)** *Os futuros mandatários deveriam recolher esta lição: o apoio que o intervencionismo insensato obtém no curto prazo, revelado nas pesquisas de opinião, é apenas a antecipação da rejeição que nelas colherão no longo prazo.*

(14)*Para qualquer observador imparcial, era evidente que Dilma tinha pouca probabilidade de ser reeleita. Incorporando a ideia de que o primeiro dever do governo é continuar governo, ela decidiu convocar o "Diabo"!* **(15)***Seus marqueteiros competentemente superaram tudo que se havia visto até então em campanhas eleitorais, na falta de respeito à verdade e na desqualificação dos adversários.* **(16)***Seu primeiro ato depois de reeleita deixou perplexos seus eleitores.* **(17)** *Escolheu, sem ao menos dar-lhes alguma satisfação, o programa econômico do adversário que havia demonizado!* **(18)***Para executá-lo, chamou um competente economista cuja concepção do mundo é antípoda à do partido que a sustenta, quando lhe é conveniente.*

(19)*Foi instantaneamente abandonada pela maioria dos que nela haviam depositado a sua confiança.* **(20)***Enfraquecida e sem credibilidade, decidiu promover uma guerra com a Câmara dos Deputados, na tentativa de intervir na eleição do seu presidente.* **(21)***Fracassou.* **(22)***A combinação das tolices econômicas com a absoluta indisposição para o exercício da política tirou-lhe todo o protagonismo.* **(23)***Na sua ida ao Congresso, na abertura dos trabalhos de 2016, perdeu sua última oportunidade de recuperá-lo.* **(24)***Em lugar de levar propostas concretas para as necessárias mudanças constitucionais e pôr o Congresso a trabalhar, preferiu prometê-las.* **(25)***No País de São Tomé, ninguém a levou a sério.*

(26)*A situação é muito grave.* **(27)***Entre o último trimestre de 2014 e o mesmo período de 2015, o PIB caiu 6%, o desemprego atingiu 11 milhões de trabalhadores, o déficit do setor público ameaça repetir os 10% do PIB de 2015 e o déficit primário caminha para 2% do PIB.* **(28)***Pior, a relação dívida bruta reforçou sua dinâmica preocupante e de 57% do PIB no fim de 2014 ameaça atingir 74% em 2016 e, se nada mudar, talvez 80% em 2017.*

(29)*Essa é, talvez, a principal razão pela qual as agências vêm rebaixando a nota soberana brasileira numa rapidez*

> *preocupante.* **(30)***A Fitch, a mais paciente com o Brasil, não quis perder a corrida e nos tirou no dia 5 de maio mais um grau no mundo especulativo em que já estamos, igualando-se à S&P e à Moody's.*
> **(31)***Não é provável que o governo possa recuperar o seu protagonismo e dar à sociedade alguma esperança.* **(32)***Nada é mais significativo do que a fria recepção ao excelente Plano Safra 2016-2017, da competente ministra Kátia Abreu. Infelizmente, é preciso mudar.*
> **(33)** *Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br>.*

Passamos à análise do artigo *É preciso mudar*, de Delfin Netto, publicado no site da revista Carta Capital, em 2016. Considerando a sua organização linear, verificamos que este artigo é formado de 35 segmentos textuais, constituindo 6 macroações para tratar da temática: as consequências sofridas pela presidente Dilma em decorrência dos equívocos econômicos cometidos em sua gestão.

A análise nos apontou que as 6 macroações são configuradas da seguinte maneira: a macroação 1, instituída pelos segmentos (1 - 2); a macroação 2, formada pelos segmentos (3 – 6), a 3, pelos segmentos (7 – 26), os segmentos (27 – 31) constituem a macroação 4; os segmentos (32 – 34) formam a macroação 5 e, por fim, a macroação 6, materializada pelo segmento (35).

Ainda com foco na organização linear de A2, apresentamos no Quadro 17, o plano de texto deste artigo. Reiteramos que, como procedemos na análise de A1, outras observações a respeito do plano de texto serão abordadas após as presentes considerações.

Quadro 17: Plano de texto de A2					
Macro-ação	**Argumento/ parágrafo**	**Conteúdo**	**Segmentos**	**Segmentos – sequências**	**Predominância das sequências**
1	Título Autor	É preciso mudar Delfim Netto	(1) É preciso mudar	descritiva	Sequências descritivas
			(2) Delfim Netto	descritiva	
2	Tese Segmentos (3 – 6) § 1	Consequências acumuladas pelos equívocos econômicos cometidos pela presidente Dilma.	(3) Por maior que seja o nosso respeito pela pessoa da presidenta Dilma Rousseff, é impossível rejeitar a hipótese de que ela colhe as consequências acumuladas dos equívocos econômicos cometidos a partir de 2012.	argumentativa	Predominância de sequências narrativas com uma sequência argumentativa.
			(4) Em 2011, fez uma excelente administração.	argumentativa	
			(5) O PIB cresceu 3,9%, o nível de desemprego foi reduzido a 6%, o índice de desigualdade de Gini caiu, as despesas do governo federal em relação ao PIB foram mantidas no mesmo nível da média do quadriênio anterior.	narrativa	
			(6) O *rating* soberano do Brasil foi elevado pelas agências S&P e Moody's, o superávit primário atingiu 2,9% do PIB, o déficit nominal do setor público chegou a 2,5% e a relação entre a dívida bruta e o PIB caiu de 51,8% para 51,3%!	narrativa	
3	Argumentos-provas Segmentos (7 – 26) § (2 – 5)	Enumeração de dados/ações que evidenciam a má administração da presidente Dilma e suas consequências.	(7) De 2012 em diante, Dilma praticou uma política voluntarista mal projetada e pior executada.	argumentativa	Predominância de sequências argumentativas e número significativo de sequências narrativas.
			(8) Revelou uma nova face, a angústia curto-prazista que namora o mesmo velho populismo que sempre dá errado no longo prazo.	argumentativa	
			(9) A intervenção no setor de energia foi insensata, reduziu o preço aos consumidores no curto prazo sob o aplauso da sociedade exibido nas pesquisas do Datafolha.	narrativa	
			(10) Seu custo foi a destruição das empresas do setor, prejuízos monumentais para o Tesouro Nacional e o fantástico aumento de tarifa, também revelado posteriormente pela rejeição ao governo no Datafolha.	narrativa	
			(11) A intervenção na taxa de juros não foi melhor, pois não deu ao Banco Central o suporte fiscal para ampará-la.	narrativa	
			(12) Dilma atingiu o máximo de sua popularidade de curto prazo quando estava no máximo de seus erros de longo prazo.	argumentativa	
			(13) Os futuros mandatários deveriam recolher esta lição: o apoio que o intervencionismo insensato obtém no curto prazo, revelado nas pesquisas de opinião, é apenas a antecipação da rejeição que nelas colherão no longo prazo.	argumentativa	

			(14)Para qualquer observador imparcial, era evidente que Dilma tinha pouca probabilidade de ser reeleita.	argumentativa	
			(15) Incorporando a ideia de que o primeiro dever do governo é continuar governo, ela decidiu convocar o "Diabo"!	argumentativa	
			(16) Seus marqueteiros competentemente superaram tudo que se havia visto até então em campanhas eleitorais, na falta de respeito à verdade e na desqualificação dos adversários.	argumentativa	
			(17) Seu primeiro ato depois de reeleita deixou perplexos seus eleitores.	argumentativa	
			(18) Escolheu, sem ao menos dar-lhes alguma satisfação, o programa econômico do adversário que havia demonizado!	narrativa	
			(19) Para executá-lo, chamou um competente economista cuja concepção do mundo é antípoda à do partido que a sustenta, quando lhe é conveniente.	narrativa	
			(20) Foi instantaneamente abandonada pela maioria dos que nela haviam depositado a sua confiança.	narrativa	
			(21)Enfraquecida e sem credibilidade, decidiu promover uma guerra com a Câmara dos Deputados, na tentativa de intervir na eleição do seu presidente.	narrativa	
			(22) Fracassou.	argumentativa	
			(23)A combinação das tolices econômicas com a absoluta indisposição para o exercício da política tirou-lhe todo o protagonismo.	argumentativa	
			(24)Na sua ida ao Congresso, na abertura dos trabalhos de 2016, perdeu sua última oportunidade de recuperá-lo.	argumentativa	
			(25)Em lugar de levar propostas concretas para as necessárias mudanças constitucionais e pôr o Congresso a trabalhar, preferiu prometê-las.	argumentativa	
			(26)No País de São Tomé, ninguém a levou a sério.	argumentativa	
4	Comentário Segmentos (27 – 31) § (6 – 7)		(27)A situação é muito grave.	argumentativa	Predominância de sequências argumentativas com duas sequências narrativas e uma sequência descritiva encaixada.
			(28)Entre o último trimestre de 2014 e o mesmo período de 2015, o PIB caiu 6%, o desemprego atingiu 11 milhões de trabalhadores, o déficit do setor público ameaça repetir os 10% do PIB de 2015 e o déficit primário caminha para 2% do PIB.	narrativa	
			(29) Pior, a relação dívida bruta reforçou sua dinâmica preocupante e de 57% do PIB no fim de 2014 ameaça atingir 74% em 2016 e, se nada mudar, talvez 80% em 2017.	narrativa	
			(30)Essa é, talvez, a principal razão pela qual as agências vêm rebaixando a nota soberana brasileira numa rapidez preocupante.	argumentativa	

			(31)A Fitch, a mais paciente com o Brasil, não quis perder a corrida e nos tirou no dia 5 de maio mais um grau no mundo especulativo em que já estamos, igualando-se à S&P e à Moody's.	argumentativa	
5	Conclusão Segmentos (32 – 34)	Consequências da má administração da presidente. Nova tese	(32)Não é provável que o governo possa recuperar o seu protagonismo e dar à sociedade alguma esperança.	argumentativa	Predominância de sequências argumentativas.
			(33)Nada é mais significativo do que a fria recepção ao excelente Plano Safra 2016-2017, da competente ministra Kátia Abreu.	argumentativa	
			(34) Infelizmente, é preciso mudar.	argumentativa	
6	Fonte Segmento (35)	Fonte	(35) Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br>. em: 18 de maio de 2017.	descritiva	Sequência descritiva.

Fonte: Artigo: *É preciso mudar*
Análise feita pela pesquisadora.

Como em A1, a macroação 1 de A2 é formada pelo título e autor do texto, em duas sequências descritivas.

A macroação 2, constituída pelos segmentos (3 – 6), se configura no primeiro parágrafo, e se encarrega de apontar a tese a ser argumentada pelo articulista, tratando das consequências acumuladas pelos equívocos econômicos cometidos pela presidente Dilma, a partir de 2012.

Com a intenção de problematizar e enfatizar a tese, o articulista faz uma avaliação positiva da gestão da presidente, em 2011, na sequência (4) e, utiliza outra sequência narrativa para comprovar, mediante exposição de dados, a diferença de gestão entre 2011 e 2012.

Essa análise nos leva a enfatisar os dizeres de Marquesi; Elias; Cabral (2017, p.16) ao chamarem a atenção para características e funções da narrativa, no sentido de que ela pode apresentar, como em (4), uma situação que indica o ponto de vista do autor e, depois, em (5), em que os dados sinalizam resultados positivos da atitude da presidente.

Vale ressaltar que as estratégias discursivas aqui identificadas condizem com o fim discursivo[22] do gênero textual analisado, que é persuadir o leitor, no que se refere à opinião do autor do texto.

A macroação 3, materializada do segundo ao quinto parágrafos se ocupa da enumeração de dados/ações que evidenciam a má administração da presidente Dilma e suas consequências. Para tanto, o autor inicia o segmento (7) com o organizador textual "De 2012 em diante" carregado de uma força argumentativa marcante no sentido de demarcar o período da má gestão da presidente.

Nessa macroação, os segmentos (9 – 11) relatam, em sequências narrativas, duas ações equivocadas de Dilma. Nos segmentos (9 -10) é abordada a intervenção no setor de energia, avaliada como positiva para os consumidores, contudo, resultou em destruição de empresas do setor. Assim, o segmento (9) exerce a função de núcleo da narração em (10), pois é determinante para o contéudo desta. Ou seja, a destruição das empresas do setor foi motivada pela redução das taxas de energia. Outra avaliação se processa em (11), uma vez que o conector "pois", no interior do segmento, reforça uma

[22] *Fim discursivo* diz respeito às *visadas discursivas* que, conforme propõe Charaudeau (2004), se lequivalem à expectativa ou àquilo que está em jogo para qualquer ato linguageiro. Elas correspondem a uma intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa do sujeito falante em relação à expectativa que este tem do sujeito destinatário ideal.

posição subjetiva do autor já anunciada na primeir parte da proposição, ao avaliar que "A intervenção da taxa de juros não foi melhor, *pois* não deu ao Banco Central o suporte fiscal para ampará-la."

Um conjunto de sequências argumentativas, é identificado nos segmentos (12 – 17), se seguem. Essa ocorrência nos faz voltar o olhar para Adam (2011, p. 223), visto que os argumentos expostos podem "por em evidência dois movimentos: demonstrar ou justificar uma tese e refutar uma tese ou certos argumentos de uma tese adversa."

Nessa perspectiva, ressaltmos as sequências (12 – 17), com foco nas escolhas lexicais. Assim, nos chamaram a atenção, por exemplo, em (12): "atingiu o máximo"; em (13) "escolher esta lição"; em (14): "observador imparcial", "pouca probabilidade"; em (15): "primeiro dever"; em (16): "falta de respeito", em (17): "deixou perplexos"; em (21): "enfraquecida e sem credibilidade". Esta seleção lexical, aliada ao tempo verbal, a maioria no pretérito perfeito, demarcando uma ação concluída, corroboram a hipótese de que os argumentos registrados nesse conjunto de sequência apontam para a intenção do articulista de demonstrar ou justificar a tese apresentada.

A exposição dos argumentos-provas se mantém, mediante presença dos segmentos (20 – 21), como sequências narrativas assumindo a mesmo compromisso de mostrar a subjetividade do autor, no sentido de manter a avaliação da gestão da presidente e, para concluir a macroação 3, estão os segmentos (22 – 26), em sequências argumentativas.

A sequência (22): "Fracassou." nos leva a concluir que esse segmento assume a função discursiva de resumir, em forma de uma consequência bastante negativa das atitudes equivocadas de Dilma. Formado por um verbo no pretérito, a força argumentativa se direciona para a inferência de que os atos da presidente foram drásticos. A atitude do articulista nos faz volver o olhar para Moeschler (1985), citado por Adam (2011, p. 234) que, ao fazer alusão ao discurso argumentivo, afirma que "a argumentação é [...] indissociável da polêmica." Por isso, apontamos que a sequência (22), além de retratar a consequência dos atos listados nos segmentos anteriores, provoca uma polêmica importante sobre o comportamento da presidente da República, autoridade máxima de um país.

O conjunto de segmentos (23 – 25) apresenta argumentos que, mais uma vez buscam justificar a tese. Para tanto, esse bloco apresenta marcas linguísticas que levam à inferência de que o autor mantém o caráter avaliativo do comportamento da

presidente, como “tolices econômicas”, em (25); “última oportunidade”, em (24); em (25), “propostas concretas” e “necessárias mudanças”.

Para concluir a macroação 3, verifica-se a ocorrência da sequência (26), que iniciada por uma expressão de senso comum: “No país de São Tomé”, o argumento do articulista direciona o leitor para uma avaliação negativa de todos os ato da presidente, listados na macroação 3.

A macroação 4 é estruturada pelos segmentos (27 – 31), com predominância de sequências argumentativas, seguidas de duas sequências narrativas. Essa macroação se encarrega de apresentar um comentário do articulista frente à tese e aos argumentos-provas apesentados.

A asserção registrada em (27): “A situação é muito grave.” abre um processo discursivo encaminhado para justificar a gravidade apontada. Os registros contidos nas sequências narrativas (28) e (29) sinalizam as provas da situação preocupante em que se encontrava o país no que se refere à queda do PIB, ao aumento de desemprego, ao déficit do setor público, além do agravamento do déficit primário.

A presença do adjetivo *pior*, no início do segmento (29) indica uma progressão da atividade argumentativa, sinalizando o agravamento da crise ao atentar para a seguinte asserção: “a relação dívida bruta reforçou sua dinâmica preocupante [...].” Os segmentos (30) e (31) sugerem, mediante a escolha lexical de “Essa é, talvez” para inferência de que, nesses segmentos, sejam comprovadas consequências do quadro econômico desenhado em (28) e (29).

A macroção 5, instituída pelos segmentos (32 - 34) se encarrega de apresentar uma conclusão do texto. No segmento (32), o autor assinala, mediante o registro de uma oração adjetiva, a hipótese da improbabilidade de o governo “recuperar o seu protagonismo e dar à sociedade alguma esperança.” Essa hipótese é sustentada pela informação em (33), no que se refere à “fria recepção ao excelente Plano Safra 2016-2017, da competente ministra Kátia Abreu.” Ressaltamos a utilização dos adjetivos “excelente” e “competente” para sinalizar o movimento argumentativo em contraposição à “fria recepção”, reforçando a falta de credibilidade no governo.

Para concluir a discussão, e diante dos argumentos-provas apresentados e discutidos no decorrer da argumentação, o articulista registra, na sequência argumentativa (34), uma nova tese: “Infelizmente, é preciso mudar.” A propósito, enfatisamos a ocorrência do advérbio “Infelizmente”, abrindo essa sequência

argumentativa e atuando como um marcador discursivo. Nos dizeres de Koch (2010), o marcador discursivo pode introduzir um comentário do autor, articulando metadiscursivamente o enunciado. Dessa forma, acreditamos que essa ocorrência, além de indicar um comentário, é uma escolha caracterizada como um movimento argumentativo no sentido de levar o leitor a perceber a posição do autor em relação à gravidade da crise, bem como a necessidade de mudar o cenário político brasileiro.

Da mesma maneira que procedemos em A1, retomamos o plano de texto retratado no Quadro 17 para explicitar outras ocorrências, enteendidas como estratégias argumentativas do autor.

Nessa prespectiva, A2 foi estruturado por macroatos que nos permitem verificar sua textualidade e, sobretudo, a dinâmica de organização de "É preciso mudar", texto caracterizado como argumentativo/narrativo, devido a supremacia de ocorrências desses dois tipos de sequências textuais.

A partir das características aqui identificadas, enumeramos as macroações, além de discutirmos alguns aspectos que nos possibilitariam verificar a organização textual do artigo de opinião analisado.

As asserções (1) e (2) que iniciam A2 são estruturadas pelo macroato 1, de apresentação, em que são identificados o título e o autor do texto.

MACROAÇÃO 1: segmentos (1) e (2)

Título e nome do autor (1) e (2): Presença de segmentos descritivos.

MACROAÇÃO 2: segmentos (3 – 6)

Argumentação inicial: (3) "(...) é impossível rejeitar a hipótese de que ela colhe as consequências acumuladas dos equívocos econômicos cometidos a partir de 2012."

Ponto de vista adverso à tese: (4) "Em 2011, fez uma excelente administração."

Constatação de fatos, evidências: (5) "O PIB cresceu, o nível de desemprego foi reduzido (...), o índice de desigualdade (...) caiu, as despesas do governo foram mantidas no mesmo nível da média do quadriênio anterior."

(6)“O *rating* soberano (...) foi elevado (...) o superávit primário atingiu 2,9%, o déficit nominal do setor público chegou a 2,5% e a relação entre a dívida bruta e o PIB caiu (...)”

Ressaltamos que, na macroação 2, os segmentos narrativos emprestaram ao movimento argumentativo uma função significativa, na medida em que possibilitaram a enumeração de fatos/evidências que poderiam suscitar no leitor a aceitação da argumentação no final do texto.

Por outro lado, o texto anuncia, no início do segmento (7) a demarcação de outro período do governo Dilma, mediante a escolha lexical, configurada em uma locução adverbial: “De 2012 em diante”. Esse movimento prepara o leitor para ter conhecimento de uma etapa diferente da que foi abordada na macroação 1. A esse movimento, Adam (2011) dá o nome de passagem.

MACROAÇÃO 3: segmentos (7 – 26)

A macroação 3 apresenta evidências dos equívocos econômicos da administração da presidente. O movimento argumentativo se processa em torno de sequências argumentativas e narrativas, de forma que os segmentos narrativos se prestam a exemplificar os argumentos, mediante exemplos da adminitração do governo.

Problematização: (7) “(...) Dilma praticou uma política voluntarista mal projetada e pior executada.”

Argumentos para justificar a tese: (8) “Revelou uma nova fase (...)”;

Evidências a favor da tese: (9) “A intervenção (...) foi insensata (...) reduziu o preço dos combustíveis (...)” ; (10) “Seu custo foi a destruiçao das empresas do setor (...)”; (11) “A intervenção na taxa de juros (....)”

Problematização: (13) “Os futuros mandatários deveriam recolher esta lição (...)”

Reforço da tese: (14) “(...) Dilma tinha pouca probabilidade de ser reeleita.” ; (20) “Seu primeiro ato (...) deixou perplexos seus eleitores.”

Reforço da problematização: nos segmentos (17 – 25) verificamos a apresentação de argumentos ao enumerar atos do geovernos, bem como as consequências desses atos.

O segmento (26) evidencia uma avaliação subjetiva do articulista ao afirmar que "No País de São Tomé, ninguém a levou a sério." Essa afirmativa, no nosso entendimento, é caracterizado como uma passagem de macroatos, pois poderia preparar o leitor para o desfecho, apontado para a total falta de credibilidade dos brasileiros no governo.

MACROAÇÃO 4: segmentos (27 – 31)

Os macroatos que compõem a macroação 4 exercem a função de apresentar um comentário do articulista em torno dos equívocos econômicos do governo. O movimento argumentativo se processou da seguinte forma:

Asserção de caráter generalizador: (27) "A situação é muito grave."

Constatação de fatos (evidências): (28) "(...) o PIB caiu 6%; o desemprego atingiu 11 milhões de trabalhadores; (29) "(...) dívida bruta (...) ameaça atingir 74% (...)"

Enfatisamos que as sequências narrativas (28) e (29) servem de apoio ao argumento registrado na sequência argumentativa (27).

Ponto de vista adverso à tese: (30) "Essa é, talvez, a principal razão (...)".

MACROAÇÃO 5: segmentos (32 -34)

Essa macroação se encarrega de apresentar uma conclusão para o texto, além de uma *nova tese*. Essa atividade argumentativa se processou mediante asserções registradas em três sequências argumentativas: (32 – 34).

Ponto de vista adverso à tese: (32) "Não é provável(...)"

Constatação da rejeição ao governo: (33) "Nada é mais significativo (...)"

Nova tese: Diante de todos os argumentos que comprovariam os equívocos econômicos e a falta de credibilidade no governo, seria aceitável afirmar que (34) "Infelizmente, é preciso mudar."

MACROAÇÃO 6: segmento (35)

Essa macroação se encarrega de apresentar a fonte do texto: Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br.> Acesso em: 18 de maio de 2017.

Resumindo, podemos dizer que a análise nos conduziu a afirmar que intenção comunicativa do produtor do texto seria a de convercer o leitor de que os equívocos econômicos resultaram em situações graves e que destituir a presidente do governo seria a única atitude que possibilitaria mudanças positivas para o povo brasileiro.

4.2.3 Análise de A3

Passamos à análise do texto A3 *Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?* de Djamila Ribeiro, de acordo com os pressupostos teóricos de Adam (2011) sobre a Teoria das Sequências textuais Primeiramente, é apresentado o texto, identificando as sequências textuais.

> **(1)***Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?*
>
> **(2)** *por Djamila Ribeiro*
>
> **(3)***Em um país em que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada não se pode tratar essa questão como um tema pontual.* **(4)***O fato de essa violência ser sistemática comprova que existe uma cultura de violência contra a mulher, porque também vivemos em um país em que, a cada cinco minutos, uma mulher é agredida.*
>
> **(5)** *Porém, é importante dizer que essa cultura do estupro existe desde o período da escravidão.* **(6)***Mulheres negras escravizadas (eram violentadas pelos senhores de escravos) e forçadas às mais variadas formas de violências.* **(7)** *A filósofa Angela Davis, em Mulher, raça e classe, aborda o fato das mulheres negras não serem tratadas como frágeis e castas,* ***ao contrário****, tiveram de realizar trabalhos forçados que precisavam do uso da força.*
>
> **(8)***Davis inicia o livro com o capítulo "Legado da escravatura: bases para uma nova natureza feminina" falando sobre o modo pelo qual a mulher negra escravizada era tratada de modo a ofuscar uma "natureza feminina", uma vez que elas eram forçadas a desempenhar o mesmo trabalho dos homens negros escravizados.*
>
> **(9)** *O que as diferenciava dos homens, e essa se torna uma diferença crucial, era o fato de terem seus corpos violados pelo estupro***. (10)** *Essa outra construção de feminino irá contrastar diretamente com a qual as mulheres brancas lutarão para derrubar: a da mulher frágil, submissa e dependente do homem.* **(11)** *A mulher negra ter sido submetida a esse tipo de*

violência evidencia uma relação direta entre a colonização e a cultura do estupro.

(12)*No Brasil, as mulheres negras tiveram a mesma experiência.* **(13)** *Importante ressaltar que a miscigenação tão louvada no País também foi fruto de estupros sistemáticos cometidos contra mulheres negras.* **(14)** *Essa tentativa de romantização da miscigenação serve para escamotear a violência.*

(15)*Mulheres negras escravizadas foram violadas sistematicamente no período colonial.* **(16)** *E, atualmente, ainda é esse o grupo o mais violentado, também em caso de violência doméstica.* **(17)** *Segundo dados da Unicef na pesquisa Violência Sexual, o perfil das mulheres e meninas exploradas sexualmente aponta para a exclusão social desse grupo.*

(18)*A maioria é de afrodescendentes, vem de classes populares, tem baixa escolaridade, habita em espaços urbanos periféricos ou em municípios de baixo desenvolvimento socioeconômico.* **(19)** *Muitas dessas adolescentes já sofreram inclusive algum tipo de violência (intrafamiliar ou extrafamiliar).*

(20) *Por mais que todas as mulheres estejam sujeitas a esse tipo de violência, já que é sistemática, se faz importante observar o grupo que está mais suscetível a ela já que seus corpos vêm sendo desumanizados historicamente, ultrassexualizados, vistos como objeto sexual.* **(21)** *Esses estereótipos racistas contribuem para a cultura de violência contra essas mulheres, pois elas são vistas como lascivas, "fáceis", as que não merecem ser tratadas com respeito.*

(22) *Um exemplo dos estigmas que estão colocados sobre os corpos das mulheres negras é o caso de Vênus Hotentote.* **(23)***Seu nome original é Sarah Baartman.* **(24)** *Nascida em 1789 na região da África do Sul, no início do século 19 foi levada para a Europa e exposta em espetáculos públicos, circenses e científicos devido aos seus traços corporais.*

(25) *Segundo Damasceno (2008), Sarah Baartman deu um corpo à teoria racista.* **(26)** *Não importa aonde vamos, a marca é carregada.* **(27)** *Mesmo após sua morte, seu corpo seguiu*

> *sendo explorado.* **(28)** *Partes de seu corpo, incluindo as íntimas, ficaram à exposição do público no Museu do Homem, na França, até 1975.* **(29)** *Apenas em 2002, seus restos mortais foram devolvidos à África do Sul a pedido de Nelson Mandela.* **(30)***Com base nesses fatos históricos podemos dizer que no Brasil há uma relação direta entre colonização e cultura do estupro.* **(31)** *E nós precisamos falar sobre isso.*
> **(32)** *http//www.cartacapital.com.br*

De acordo com nossa análise, a partir da Teoria das Sequências Textuais, em um nível mais global, o texto apresentou 32 segmentos textuais, distribuídos em 7 macroações, conforme demonstrado no plano de texto por nos proposto e demonstrado no Quadro 18 a seguir. Ressaltamos que o Quadro 18 foi apresentado aqui para orientar melhor nossa exposição, mas outras registradas mais observações sobre ele no decorrer de toda a análise de A3.

Quadro 18: Plano de texto de A3					
Macro -ação	**Argumento**	**Conteúdo**	**Segmentos textuais**	**Sequências**	**Caracterização**
1	-	Título	(1) Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?	argumentativa	Sequência argumentativa e descritiva
		Autora	(2) Djamila Ribeiro	descritiva	
2	Tese § (1)	A violência e a cultura do estupro vividos pelas mulheres.	(3) Em um país em que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada não se pode tratar essa questão como um tema pontual.	argumentativa	Sequência argumentativa r explicativa.
			(4) O fato de essa violência ser sistemática comprova que existe uma cultura de violência contra a mulher, porque também vivemos em um país em que, a cada cinco minutos, uma mulher é agredida.	explicativa	
3	Argumentos-provas § (2 – 4)	Argumentos sobre a violência e a cultura do estupro da mulher negra, de forma sistemática, aliando-os ao processo de colonização.	(5) Porém, é importante dizer que essa cultura do estupro existe desde o período da escravidão.	argumentativa	Predominância de sequências argumentativas, com sequências descritivas e uma narrativa encaixadas.
			(6) Mulheres negras escravizadas eram violentadas pelos senhores de escravos e forçadas às mais variadas formas de violências.	narrativa	
			(7) A filósofa Angela Davis, em Mulher, raça e classe, aborda o fato das mulheres negras não serem tratadas como frágeis e castas, ao contrário, tiveram de realizar trabalhos forçados que precisavam do uso da força.	descritiva	
			(8) Davis inicia o livro com o capítulo "Legado da escravatura: bases para uma nova natureza feminina" falando sobre o modo pelo qual a mulher negra escravizada era tratada de modo a ofuscar uma "natureza feminina", uma vez que elas eram forçadas a desempenhar o mesmo trabalho dos homens negros escravizados.	descritiva	
			(9) O que as diferenciava dos homens, e essa se torna uma diferença crucial, era o fato de terem seus corpos violados pelo estupro.	descritiva	
			(10) Essa outra construção de feminino irá contrastar diretamente com a qual as mulheres brancas lutarão para derrubar: a da mulher frágil, submissa e dependente do homem.	argumentativa	
			(11) A mulher negra ter sido submetida a esse tipo de violência evidencia uma relação direta entre a colonização e a cultura do estupro.	argumentativa	
	Argumentos-	Argumentos sobre a violência e a cultura do estupro da mulher	12.No Brasil, as mulheres negras tiveram a mesma experiência.	narrativa	Predominância de sequências
			(13) Importante ressaltar que a miscigenação tão louvada no País também foi fruto de estupros sistemáticos cometidos contra	argumentativa	

4	provas) § (5 – 7)	negra, de forma sistemática, aliando-os ao processo de miscigenação.	mulheres negras.		argumentativas com sequência narrativas e descritivas encaixadas
			(14) Essa tentativa de romantização da miscigenação serve para escamotear a violência.	argumentativa	
			(15) Mulheres negras escravizadas foram violadas sistematicamente no período colonial.	narrativa	
			(16) E, atualmente, ainda é esse o grupo o mais violentado, também em caso de violência doméstica.	narrativa	
			(17) Segundo dados da Unicef na pesquisa Violência Sexual, o perfil das mulheres e meninas exploradas sexualmente aponta para a exclusão social desse grupo.	argumentativa	
			(18) A maioria é de afrodescendentes, vem de classes populares, tem baixa escolaridade, habita em espaços urbanos periféricos ou em municípios de baixo desenvolvimento socioeconômico.	descritiva	
			(19) Muitas dessas adolescentes já sofreram inclusive algum tipo de violência (intrafamiliar ou extrafamiliar).	narrativa	
5	Comentário e avaliação § (8 – 10)	Comentário e avaliação da autora sobre a violência contra a mulher.	(20) Por mais que todas as mulheres estejam sujeitas a esse tipo de violência, já que é sistemática, se faz importante observar o grupo que está mais suscetível a ela já que seus corpos vêm sendo desumanizados historicamente, ultrassexualizados, vistos como objeto sexual.	argumentativa	Predominância de sequências argumentativas com sequências descritivas e narrativas encaixadas.
			(21) Esses estereótipos racistas contribuem para a cultura de violência contra essas mulheres, pois elas são vistas como lascivas, "fáceis", as que não merecem ser tratadas com respeito.	argumentativa	
			(22) Um exemplo dos estigmas que estão colocados sobre os corpos das mulheres negras é o caso de Vênus Hotentote.	descritiva	
			(23) Seu nome original é Sarah Baartman.	descritiva	
			(24) Nascida em 1789 na região da África do Sul, no início do século 19 foi levada para a Europa e exposta em espetáculos públicos, circenses e científicos devido aos seus traços corporais.	narrativa	
			(25) Segundo Damasceno (2008), Sarah Baartman deu um corpo à teoria racista.	argumentativa	
			(26) Não importa aonde vamos, a marca é carregada.	argumentativa	
			(27) Mesmo após sua morte, seu corpo seguiu sendo explorado.	narrativa	
			(28) Partes de seu corpo, incluindo as íntimas, ficaram à exposição do público no Museu do Homem, na França, até 1975.	narrativa	
			(29) Apenas em 2002, seus restos mortais foram devolvidos à	narrativa	

			África do Sul a pedido de Nelson Mandela.		
6	Conclusão Nova tese § (11)	Necessidade de uma discussão sistemática sobre a cultura do estupro e sua relação com o processo de miscigenação.	(30) Com base nesses fatos históricos podemos dizer que no Brasil há uma relação direta entre colonização e cultura do estupro.	argumentativa	Sequências argumentativas.
			(31) E nós precisamos falar sobre isso.	argumentativa	
7	Fonte	-	(32) http//www.cartacapital.com.br	descritiva	Sequência descritiva

Fonte: Artigo: *Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?*
Análise feita pela pesquisadora.

De acordo com o plano de texto, demonstrado no Quadro 18, as sete macroações apresentam as seguintes características: a macroação 1, constituída pelos segmentos (1) e (2), é formada pelo título e pela autora do texto; a macroação 2 implica os segmentos (3) e (4) e demarca a identificação da tese a ser defendida pela autora: a cultura da violência contra as mulheres, especificamente, o estupro; a macroação 3 é configurada pelos segmentos (5) a (11) e trata da violência contra as mulheres, em geral, enfatizando que a cultura do estupro existe desde o período da escravidão; a macroação 4, constitui-se dos segmentos (12) a (19), se encarrega de focar, no Brasil, a questão do estupro, particularmente nas mulheres negras, do período colonial até os dias atuais; a macroação 5, formada pelos segmentos (20) a (29), registra uma avaliação dos acontecimentos, em que o texto comprova, mediante fatos concretos, a sistematicidade da violência contra as mulheres; a macroação 6, formada pelos segmentos (30) a (31), assume a função de concluir o artigo; a macroação 7 indica a fonte onde se encontra o artigo e é constituída pelo segmento (32).

Passando à análise das macroações que compõem A3, a primeira, formada pelos segmentos (1) e (2), é pertinente dizer que, no caso deste artigo, a sequência (1) "Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?", é uma sequência argumentativa, pois há o pressuposto que a miscigenação pode ser relacionada com a cultura do estupro. A nosso ver, o título, em forma de uma pergunta retórica, caracterizada como aquela que não pressupõe uma resposta, mas apresenta um questionamento, abre uma grande questão com relação à violência contra a mulher e se torna o primeiro argumento do texto. Ressaltamos que, nesta ocorrência, *retórica* se remete a Fiorin (2015, p. 235), ao afirmar que "Uma das partes da retórica [...] estuda como se ordenam os argumentos, como se organiza o discurso". O segmento (2), materializado pelo nome da autora, é uma sequência descritiva.

Mediante as observações, entendemos ser pertinente indicar que a macroação 1 constitui uma sequência argumentativa. Ancorados em Moeschler (1985), citado por Adam (2011), ao sinalizar que a argumentação é diretamente relacionada à polêmica, entendemos que o título do artigo gera reflexão e polêmica quanto à cultura do estupro e sua vinculação com a miscigenação, promovendo, portanto, a discussão desse fato.

A macroação 2 é constituída pelos segmentos (3) e (4) de forma que (3) apresenta uma sequência argumentativa: "Em um país em que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada não se pode tratar essa questão como um tema pontual." Este

segmento apresenta a tese que ancora o argumento forte da seriedade da questão do estupro de mulheres.

O segmento (4) "O fato de essa violência ser sistemática comprova que existe uma cultura de violência contra a mulher, porque também vivemos em um país em que, a cada cinco minutos, uma mulher é agredida", configura-se como sequência explicativa. Conforme Adam (2011), o conectivo "porque" inicia uma segunda parte do segmento, como uma explicação e, ao mesmo tempo, uma justificativa da sistematicidade da cultura do estupro, exercendo o papel de confirmação do dado situado no início da sequência.

Vale ainda ressaltar os dizeres de Koch (2010, p. 35), que, ao tratar de operadores vinculados ao processo argumentativo, situa, dentre outros, o *porque* como um dos que "introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior." No segmento (4) o *porque* introduz a justificativa de que a ocorrência sistemática da violência comprova a existência de uma cultura dessa violência contra a mulher, concretizada na segunda metade do enunciado, afirmando que, em nosso país, uma mulher é agredida a cada cinco minutos. A partir dessa explanação, é válido afirmar, conforme propõe Adam (2011, p. 242), que o segmento (4) pode ser caracterizado como explicativo-justificativo.

Buscamos, ainda, a fala de Adam (2011, p. 196) ao propor que o texto se caracteriza como uma estrutura hierárquica, contudo, "não é uma simples sequência de atos de enunciação que possui um certo valor ou força ilocucionária, mas uma estrutura de atos de discurso ligados entre si." A partir dessa consideração, damos prosseguimento à análise e constamos essa estrutura hierárquica, ao verificar a continuidade do processo argumentativo na macroação 3, formada pelos segmentos (5) a (11).

Essa macroação se encarrega de expor os argumentos a respeito da cultura do estupro, discutindo essa prática de forma generalizada. O segmento (5) - "Porém, é importante dizer que essa cultura do estupro existe desde o período da escravidão" -, além de iniciar o segundo parágrafo, abre a macroação 3, onde se verifica uma sequência argumentativa, iniciada pelo marcador argumentativo *Porém,* que, no caso, não tem o valor adversativo. Nos dizeres de Adam (2011, p. 189), *porém* é um marcador argumentativo forte, "de responsabilidade enunciativa e de orientação argumentativa dos enunciados." Dessa forma, esse marcador passa a ter uma intenção persuasiva, na

medida em que enfatiza o longo tempo da existência da cultura do estupro e ainda busca sustentar a inferência identificada no parágrafo anterior inerente à gravidade do fato referente à cultura do estupro.

Passando à análise do segmento (6) “Mulheres negras escravizadas (eram violentadas pelos senhores de escravos) e forçadas às mais variadas formas de violências”, identificamos uma sequência narrativa, na qual são expostos fatos reais sobre as mulheres negras escravizadas. Nessa sequência, duas narrativas: as mulheres serem violentadas pelos senhores e serem “forçadas às mais variadas formas de violência” demarcam a desumanidade e a brutalidade sofridas pelas mulheres.

Os segmentos (7) e (8) são configurados, em um conjunto de sequência descritiva, definida por Adam (2011, p. 216) como aquela de frágil caracterização sequencial por não comportar uma ordem de agrupamentos das proposições-enunciados em macroposições interligadas. Esse agrupamento de sequências descritivas ocupa a função de contextualizar sobre o livro “Mulher, raça e classe” de Angela Davis. Na obra, a filósofa aborda, no segmento (7), o fato contraditório de as mulheres não serem tratadas como frágeis e castas e de serem forçadas a realizar trabalhos pesados. Por outro lado, entendemos que esse segmento assume um valor expressivo na argumentação, uma vez que é iniciado pela expressão “A filósofa Angela Davis” acrescido do nome do livro, com a função de tematização por ancoragem. Essa análise se justifica pelo fato de haver a identificação da autora (Angela Davis), seguida do objeto a ser descrito (o livro: Mulher, raça e classe).

O segmento (8) constitui o terceiro parágrafo do texto e, em uma sequência descritiva, se ocupa da citação do primeiro capítulo que aborda “o modo pelo qual a mulher negra escravizada era tratada, ofuscando a natureza feminina.” Essa sequência também apresenta uma operação de tematização por ancoragem, visto que o foco do segmento se situa na citação e considerações sobre o primeiro capítulo do livro de Davis.

Também pertencente à macroação 3, o segmento (9), caracterizado como sequência descritiva, encarregado de iniciar o quarto parágrafo do texto e de apresentar a questão da diferença crucial entre homens e mulheres que está demarcada pela violação dos corpos delas pelo estupro. Essas sequências descritivas atuam como um fundo para os dois argumentos localizados nas sequências argumentativas (10) e (11).

Entendemos, ainda, que as sequências descritivas se prestam a um papel preparatório do produtor para que este se situe subjetivamente em relação aos eventos descritos. Essa hipótese é confirmada nos segmentos (10) e (11).

No segmento (10), estampa-se, como se fosse uma premissa, o fato da construção do feminismo estar alinhada à mulher como um ser frágil, fraco, cuja asserção passou a ser motivo de luta das mulheres brancas para derrubá-la. Em (11): "A mulher negra ter sido submetida a esse tipo de violência evidencia uma relação direta entre a colonização e a cultura do estupro", caracterizada como sequência argumentativa, se compõe de uma conclusão por inferência, visto que o texto vincula diretamente a violência da mulher negra com a colonização e a cultura do estupro.

Koch & Elias (2016, p. 34), sinalizam que "quanto mais os argumentos forem sustentados em provas que podem ser fatos, exemplos [...] mais chances teremos de ser bem-sucedidos em nosso intento". Nessa perspectiva, entendemos o ponto de vista de Adam (2011) ao chamar a atenção para a mesclagem de sequências descritivas e argumentativas. No texto em análise, esse encaixamento de sequências dá sustentação ao processo argumentativo.

Essa afirmativa é exemplificada na ocorrência consecutiva de três sequências descritivas, nos segmentos (7), (8) e (9), o que nos leva a inferir a relevância delas no processo argumentativo e, ao mesmo tempo, entendermos ser pertinente citar as palavras de Adam (2011), ao defender que

> Do caráter indissociável de um conteúdo descritivo e de uma posição enunciativa que orienta, argumentativamente, todo enunciado, decorre o fato de um procedimento descritivo é inseparável da expressão de um ponto de vista, de uma visada do discurso. (ADAM, 2011, p.217).

Passando à análise da macroação (4), formada pelos segmentos (12) a (19), verificamos que essa é iniciada pelo quinto parágrafo, que, por sua vez, é constituído de três segmentos e se encarregam de deflagrar uma discussão sobre a violência contra as mulheres negras no Brasil, vinculando-a ao processo de miscigenação. O segmento (12) estampa uma sequência narrativa, introduzida pelo organizador textual "No Brasil", típico de localização de eventos, além de a sequência enfatizar a grave situação vivida também pelas mulheres negras brasileiras. Embora essa sequência, segundo Adam (2011), possua um baixo grau de narrativização por apresentar somente uma

enumeração, avaliamos que esse período assume o papel de enfatizar a questão da violência contra a mulher negra em nosso país.

Os segmentos (13 – 19) configuram-se em sequências argumentativas, descritivas e uma narrativa, detalhadas a seguir. As sequências argumentativas (13) e (14) apresentam argumentos sobre a miscigenação no Brasil, tratada como um fator importante, mas que deu origem a "estupros sistemáticos cometidos contra mulheres negras", além de ela ser usada de forma romantizada para "escamotear a violência".

Os segmentos (15) e (16) são sequências narrativas, apresentando fatos reais sobre a violência contra as mulheres negras do período colonial até os dias atuais, incluindo os casos de violência doméstica. Esses segmentos apresentam marcadores discursivos típicos da narrativa, como verbo no pretérito ("foram") e expressões adverbiais ("no período colonial" e "atualmente").

Em seguida, encontra-se o segmento (17) que, em uma sequência argumentativa, apresenta dados concretos sobre a Violência Sexual advindos da pesquisa realizada pela Unicef, indicando "o perfil das mulheres e meninas exploradas sexualmente" além de sinalizar a exclusão social dessas pessoas. Esse mecanismo de argumentação é caracterizado por Adam (2011) como justificativo, em que o interlocutor é pouco considerado e são colocados em relevo os dados reais, no caso, os dados da pesquisa da Unicef.

A macroação 4 é concluída com os segmentos (18) e (19). Na sequência descritiva (18), é situado o grupo de afrodescendentes ao qual pertence a maioria de mulheres violentadas, caracterizada como descritiva. Já o segmento (19) registra mais um dado sobre as adolescentes afrodescendentes – "já terem sofrido algum tipo de violência (intrafamiliar ou extrafamiliar") – portanto, esse segmento carrega característica de sequência narrativa. Vale ressaltar que essas sequências identificadas assumem a função de reforçar o processo argumentativo na medida que relatam ou descrevem fatos inerentes à violência sistemática contra mulheres, apontando a exclusão social do grupo.

Em suma, percebe-se na macroação (3) e na macroação (4) a predominância de sequências argumentativas, em conformidade com o gênero. Contudo, o processo argumentativo vai se edificando mediante o emprego de segmentos narrativos e descritivos, de forma que estes estão a serviço da argumentação.

A macroação 5 é formada pelos segmentos (20) a (29). Nela, Ribeiro expõe comentários e exprime opinião a respeito da necessidade de observar o grupo de mulheres que sofre tamanha violência, devido à gravidade do fato, e cita o ocorrido com a africana Sarah Baartman, levada para a Europa a fim de ser exposta em espetáculos circenses, além de ter sido explorada até depois de sua morte. Os argumentos são entrecortados por sequências descritivas e narrativas encaixadas.

Assim, a argumentação continua na sequência argumentativa (20) por argumentos-provas ao citar que, embora as mulheres em geral sofram violência, há um grupo mais suscetível a ela, as que são usadas "como objeto sexual". Esses argumentos-provas se mantêm na sequência argumentativa (21), quando o texto relaciona os "estereótipos racistas" à cultura da violência, porque as mulheres são vistas como fáceis.

Os segmentos (22) e (23) se caracterizam como sequências descritivas e assumem a função de fortalecer a argumentação. A sequência (23) apresenta uma operação de tematização por ancoragem ao situar o caso de Vênus Holofote e, na sequência descritiva (24), realiza-se pela operação de tematização por ancoragem diferida, ou seja, o objeto descrito é denominado no final da descrição: Sara Baartman. A sequência descritiva (24) fecha o nono parágrafo, caracterizando Sara Baartman.

No segmento (25) a (29) responsável por continuar a exposição de fatos relacionados a Sara Baartman, identificamos o processo de sequências encaixadas, com predominância das sequências narrativas, porém elas assumem a função de auxiliar o processo argumentativo. Nessa perspectiva, entendemos que a autora do texto se posiciona frente aos acontecimentos e registra um argumento forte na sequência argumentativa (26) ao afirmar que "Não importa aonde vamos, a marca é carregada". Por outro lado, a sequência narrativa (25) situa, segundo Damasceno, a importância de Sara para comprovar a teoria racista e, os segmentos (27), (28) e (29) registram uma sequência de eventos que corroboram essa teoria: a exposição de seu corpo no Museu do Homem, na França, até 1975 e a devolução dos restos mortais para a África, em 2002.

A autora encerra o artigo na macroação 6, constituída pelos segmentos (30) e (31), configurando as sequências argumentativas, com a função de concluir a discussão, afirmando, na sequência (30), mediante dados históricos, que, no Brasil, "há uma relação direta entre colonização e cultura do estupro." Na sequência (31), deflagra-se uma nova tese, ao afirmar a necessidade de se falar sobre essa grave questão. Por fim,

situa-se a macroação 7, materializada pela sequência descritiva (32), indicando a fonte onde se encontra o texto.

Em suma, A3 apresentou, na análise à luz da Teoria das Sequências Textuais, uma organização prototípica de um artigo de opinião, pelos argumentos apresentados e sustentados a respeito da temática proposta. Além disso, foi identificada, no início, uma tese, desenvolvida no decorrer do texto, que é finalizado por uma conclusão. Essa conclusão é materializada em uma nova tese, no sentido de alertar para os fatos que comprovam a estreita relação "entre colonização e a cultura do estupro", fato que fortalece a necessidade de se falar sobre esse assunto, ou seja, a cultura da violência contra a mulher e a influência da miscigenação nesse processo.

De acordo com o Quadro 18, elaborado por nós, A3 apresentou uma macroestrutura constituída por macroatos, distribuídos em macroações, que demonstram características de um texto argumentativo, visto que as sequências argumentativas se materializam em maioria, embora tenham sido identificadas sequências descritivas e narrativas, além de uma sequência explicativa.

A partir das características identificadas na análise, sob a ótica dos pressupostos teóricos de Adam (2011), passamos à discussão de alguns aspectos que poderiam caracterizar o gênero textual artigo de opinião. Reiteramos, ainda, que foi dada maior ênfase à sequência argumentativa, pelo fato de o gênero selecionado para o nosso objeto de estudo – artigo de opinião – pertencer à categoria de textos argumentativos.

MACROAÇÃO 1: segmentos (1) e (2)

A macroação 1 é formada pelos segmentos (1) e (2) – título e nome da autora. O segmento (1) se caracteriza como argumentativo e o segmento (2), como descritivo. O título em forma de pergunta já apresenta uma inferência de que há uma relação entre a cultura do estupro e a miscigenação, no sentido de que a primeira seja consequência da segunda.

MACROAÇÃO 2: segmentos (3) e (4)

Argumentação inicial: (3) "Em um país em que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada não se pode tratar essa questão como um tema pontual".

Explicação da asserção inicial: (4) "(...) porque também vivemos em um país em que, a cada cinco minutos, uma mulher é agredida".

MACROAÇÃO 3: segmentos (5) a (11)

A macroação 3 assume a função de iniciar um conjunto de argumentos sobre a tese exposta na macroação 2.

Problematização: (3) "Em um país em que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada não se pode tratar essa questão como um tema pontual."

Constatação de fatos, evidências: (4) "O fato de essa violência ser sistemática comprova que existe uma cultura de violência contra a mulher (...)"

Explicativo: (4) "(...) porque também vivemos em um país em que, a cada cinco minutos, uma mulher é estuprada".

MACROAÇÃO 4: segmentos (12) a (19)

A macroação 4, constituída pelos segmentos (12) a (19), estampa outros argumentos a fim de dar sustentação à tese, mas com ênfase ao processo de violência contra as mulheres, no Brasil. Nessa macroação, perfilam macroatos materializados em sequências narrativas, uma descritiva e a maioria argumentativa. Nela são identificados:

Situação inicial (orientação): **(**12): "No Brasil, mulheres negras tiveram a mesma experiência".

Problematização: (13) "Importante ressaltar que a miscigenação tão louvada no País foi fruto de estupros sistemáticos cometidos".

Sustentação de argumentos: (14) Essa tentativa de romantização da miscigenação serve para escamotear a violência".

Conclusão: (17) Dados da Unicef, que "... o perfil das mulheres e meninas exploradas sexualmente aponta para a exclusão social desse grupo."

MACROAÇÃO 5: segmentos (20) a (29)

Comentário: (20) "(...) se faz importante observar o grupo que está mais suscetível a ele já que seus corpos vêm sendo desumanizados historicamente, ultrassexualizados, vistos como objeto sexual"; (21) "Esses estereótipos racistas contribuem para a cultura de violência contra essas mulheres, pois elas são vistas como lascivas, "fáceis" (...)"

Constatação, evidências: (22) "Um exemplo dos estigmas que estão colocados sobre os corpos das mulheres negras é o caso de Vênus Hotentote"; (23) Seu nome original é Sarah Baartman. ; (24) "(...) foi levada para a Europa e exposta em espetáculos públicos, circenses e científicos devido aos seus traços corporais."

Avaliação: (25) "(...) Sarah Baartman deu um corpo à teoria racista".

Evidência: (26) "Não importa aonde vamos, a marca é carregada (...)"

O décimo parágrafo conclui a macroação 5 e se encarrega da constatação de fatos e evidências do racismo. No segmento (25), encontra-se a citação da importância de Sara Baartaman, segundo Damasceno, para a teoria racista. O enunciado contido na sequência (26) registra, com base em evidências anteriores, uma marca subjetiva e avaliativa da autora como um argumento que já encaminha para uma conclusão, pois diante dos dados, não há como negar a violência contra as mulheres. Em (27), (28) e (29), as sequências narrativas corroboram a afirmação registrada em (26).

MACROAÇÃO 6: segmentos: (30) e (31)

Nova tese: (31) "E nós precisamos falar sobre isso" aponta a necessidade de uma discussão sistemática sobre a cultura do estupro e sua ligação com o processo de miscigenação.

MACROAÇÃO 7: segmento: (32)

Fonte: <http//www.cartacapital.com.br>

Em suma, a análise nos possibilitou identificar a característica marcante de A3: o processo argumentativo, marcado pelas sequências argumentativas, subsidiado pelas sequências narrativas e descritivas, além de uma explicativa. Esses dados demarcaram a intenção do autor do texto na medida em que optou por escolhas linguísticas que possibilitaram agir sobre o locutor/leitor no sentido de convencê-lo, persuadi-lo, objetivo de um texto argumentativo.

4.2.4 Análise de A4

(1)*Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras*
(2)*Maílson da Nóbrega*
(3)*Quem diria, um partido de linhagem estatista e, assim, avesso à privatização, o PT, comandou ações desastrosas na nossa mais admirada estatal, a Petrobras.* **(4)** *É enorme o dano à empresa – na imagem, no respeito, no valor de mercado, na saúde financeira, no mercado de capitais e na capacidade de investir.* **(5)** *São cinco pelo menos os desastres.*

(6)*Primeiro, o uso da Petrobras para financiar campanhas eleitorais, mediante criminosa e sofisticada rede de captação de fundos via superfaturamento de bens e serviços à empresa.***(7)** *De lambuja, os operadores fizeram fortuna pessoal.* **(8)** *O escândalo de corrupção está ligado às indicações políticas para cargos de direção.*
(9) *Segundo, a mudança das regras de exploração do pré-sal.*
(10)*Saiu o regime de concessão, típico de países de instituições fortes como Estados Unidos, Reino Unido e Noruega.* **(11)** *Entraram a cessão onerosa e o regime de partilha característico de países de instituições frágeis da África.* **(12)** *No regime de concessão, confia-se nas regras do jogo e se fazem negócios como em qualquer atividade.* **(13)** *No de partilha, desconfia-se da estabilidade das regras e prefere-se receber em óleo.* **(14)** *Por ideologia, voluntarismo e megalomania, atribuiu-se à Petrobras o ônus de liderar a exploração do pré-sal – a totalidade no caso da cessão onerosa e pelo menos 30% no de partilha.* **(15)** *A excessiva responsabilidade lhe impôs gigantescas obrigações e grave endividamento.*
(16) *Terceiro, o controle de preços dos combustíveis, que eram vendidos no mercado interno abaixo dos custos de importação.* **(17)** *Abandonou-se a fórmula pela qual os preços*

internos eram ajustados de forma transparente e previsível, com base nos seus valores no Golfo do México e na variação da taxa de câmbio. **(18)** *Passaram a prevalecer a vontade e os interesses eleitorais do governo.* **(19)** *A Petrobras amargou prejuízos de 60 bilhões de reais, o que agravou sua situação financeira.*

(20) *Quarto, negócios superfaturados e sem justificativa empresarial, de que são destaques a refinaria de Pasadena e a de Abreu e Lima, cuja construção foi decidida por Lula com base em critérios políticos.* **(21)** *Escassos de justificativa técnica e plenos de custos excessivos, tais investimentos dificilmente trarão resultados semelhantes a outros da empresa – a rigor, caberia ajustá-los à rentabilidade média, com a correspondente redução do patrimônio líquido.*

(22) *Quinto, e em consequência dos demais, o valor de mercado da Petrobras caiu cerca de 80% nos últimos seis anos.* **(23)** *Os investidores estrangeiros, que interpretam a perda como efeito da corrupção, moveram ações coletivas contra a empresa na Justiça Federal americana.* **(24)***Além disso, existem investigações de natureza criminal e administrativa nos Estados Unidos.* **(25)** *Acrescente-se a humilhação de os balanços da Petrobras não terem sido auditados por auditores externos, o que pode acarretar novos problemas à frente.* **(26)** *Serão lentas, difíceis e custosas a reconquista da confiança dos investidores e a volta do acesso aos mercados interno e internacional de capitais.* **(27)** *Ficará mais difícil financiar os investimentos bilionários do pré-sal.*

(28) *Arrasada e aviltada, a Petrobras precisa de um líder capaz, decente e de alto respeito profissional, designado sem interferência política e que possa preencher os demais cargos com gente preparada.*

(29) *A recuperação da confiança de investidores e fornecedores vai exigir mudanças ciclópicas, incluindo a*

restauração do regime de concessão (algo difícil para um governo que não reconhece erros). **(30)** *A Petrobras precisa deixar de ser a operadora única e de controlar pelo menos 30% dos campos.*

(31) *Deve-se dotar a empresa de sólida governança corporativa.* **(32)** *Os dirigentes devem ser escolhidos – no mercado ou nos quadros técnicos – com o apoio de empresas especializadas (headhunters).* **(33)** *Indicações políticas devem ser abolidas.* **(34)** *É necessário criar e/ou fortalecer órgãos internos típicos de companhias abertas e canal interno para denúncias.*

(35) *A Petrobras é plenamente recuperável.* **(36)** *Possui quadros técnicos qualificados e comprovada competência na criação e no uso de tecnologia de pesquisa e exploração de petróleo.* **(37)** *A vontade política e a coragem na tomada de difíceis decisões devem prevalecer sobre a ideologia e o voluntarismo.*

(38) *Veja, p. 23, 7 jan. 2015*

O artigo de opinião *Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras* de Maílson da Nóbrega, publicado na revista *Veja*, na edição *de* 23 de janeiro de 2015, expõe a tese sobre a decadência da Petrobras, apresenta argumentos em torno da temática, avalia e conclui a discussão, além de anunciar uma nova tese.

A partir de um nível mais global, a análise nos retratou que o articulista estruturou seu texto em seis macroações, formadas de 38 segmentos: a macroação 1 é constituída pelos segmentos (1 - 2); a macroação 2 é formada pelos segmentos (3 – 5); os segmentos (6 – 27) materializam a macroação 3; a macroação 4 é constituída pelos segmentos (28 – 34); os segmentos (35 – 37) formam a macroação 5 e a macroação 6 é instituída pelo segmento (38).

A organização textual de A4 descrita acima é demonstrada no plano de texto por nós proposto e registrado no Quadro 19 a seguir:

Quadro 19: Plano de texto de A4					
Macroação	**Argumento/ parágrafo**	**Conteúdo**	**Segmentos**	**Segmentos - caracterização**	**Predominância das sequências**
1	-	título	(1) Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras	descritiva	Sequências descritivas
		autor	(2) Maílson da Nóbrega	descritiva	
2	Tese **§ (1)**	A decadência da Petrobras e seus motivos.	(3) Quem diria, um partido de linhagem estatista e, assim, avesso à privatização, o PT, comandou ações desastrosas na nossa mais admirada estatal, a Petrobras.	argumentativa	Predominãncia de sequências argumentativas com uma descritiva encaixada.
			(4) É enorme o dano à empresa – na imagem, no respeito, no valor de mercado, na saúde financeira, no mercado de capitais e na capacidade de investir.	argumentativa	
			(5) São cinco pelo menos os desastres.	descritiva	
3	Argumentos-provas **§ (2 – 6)**	Uso da Petrobras para financiar campanhas políticas. Indicações políticas para cargo de direção.	(6) Primeiro, o uso da Petrobras para financiar campanhas eleitorais, mediante criminosa e sofisticada rede de captação de fundos via superfaturamento de bens e serviços à empresa.	argumentativa	Predominância de sequências argumentativas com sequências narrativas e descritivas encaixadas.
			(7) De lambuja, os operadores fizeram fortuna pessoal.	narrativa	
			(8) O escândalo de corrupção está ligado às indicações políticas para cargos de direção.	descritiva	
		Mudança das regras de exploração do pré-sal.	(9) Segundo, a mudança das regras de exploração do pré-sal.	argumentativa	
			(10) Saiu o regime de concessão, típico de países de instituições fortes como Estados Unidos, Reino Unido e Noruega.	narrativa	
			(11) Entraram a cessão onerosa e o regime de partilha característico de países de instituições frágeis da África.	narrativa	
			(12) No regime de concessão, confia-se nas regras do jogo e se fazem negócios como em qualquer atividade.	argumentativa	
			(13) No de partilha, desconfia-se da estabilidade das regras e prefere-se receber em óleo.	argumentativa	
			(14) Por ideologia, voluntarismo e megalomania, atribuiu-se à Petrobras o ônus de liderar a exploração do pré-sal – a totalidade no caso da cessão onerosa e pelo menos 30% no de partilha.	narrativa	
			(15)A excessiva responsabilidade lhe impôs gigantescas obrigações e grave endividamento.	narrativa	
		O controle de preços dos combustíveis, vendidos no mercado interno por preço	(16) Terceiro, o controle de preços dos combustíveis, que eram vendidos no mercado interno abaixo dos custos de importação.	argumentativa	
			(17) Abandonou-se a fórmula pela qual os preços internos eram ajustados de forma transparente e previsível, com base nos seus valores	narrativa	

		abaixo do custo.	no Golfo do México e na variação da taxa de câmbio.		
			(18) Passaram a prevalecer a vontade e os interesses eleitorais do governo.	narrativa	
			(19) A Petrobras amargou prejuízos de 60 bilhões de reais, o que agravou sua situação financeira.	narrativa	
		Negócios superfaturados e sem justificativa empresarial.	(20) Quarto, negócios superfaturados e sem justificativa empresarial, de que são destaques a refinaria de Pasadena e a de Abreu e Lima, cuja construção foi decidida por Lula com base em critérios políticos.	argumentativa	
			(21) Escassos de justificativa técnica e plenos de custos excessivos, tais investimentos dificilmente trarão resultados semelhantes a outros da empresa – a rigor, caberia ajustá-los à rentabilidade média, com a correspondente redução do patrimônio líquido.	argumentativa	
		Queda do valor de mercado da Petrobras nos últimos seis meses.	(22) Quinto, e em consequência dos demais, o valor de mercado da Petrobras caiu cerca de 80% nos últimos seis anos.	argumentativa	
			(23) Os investidores estrangeiros, que interpretam a perda como efeito da corrupção, moveram ações coletivas contra a empresa na Justiça Federal americana.	narrativa	
			(24) Além disso, existem investigações de natureza criminal e administrativa nos Estados Unidos.	argumentativa	
			(25) Acrescente-se a humilhação de os balanços da Petrobras não terem sido auditados por auditores externos, o que pode acarretar novos problemas à frente.	argumentativa	
			(26) Serão lentas, difíceis e custosas a reconquista da confiança dos investidores e a volta do acesso aos mercados interno e internacional de capitais.	argumentativa	
			(27) Ficará mais difícil financiar os investimentos bilionários do pré-sal.	argumentativa	
4	Avaliação sobre a situação da Petrobras. **§ (7 – 9)**	A Petrobras precisa de um líder, capaz, decente e respeitado. Necessidade da recuperação da confiança dos investidores.	(28) Arrasada e aviltada, a Petrobras precisa de um líder capaz, decente e de alto respeito profissional, designado sem interferência política e que possa preencher os demais cargos com gente preparada.	argumentativa	Sequências argumentativas.
			(29) A recuperação da confiança de investidores e fornecedores vai exigir mudanças ciclópicas, incluindo a restauração do regime de concessão (algo difícil para um governo que não reconhece erros).	argumentativa	
			(30) A Petrobras precisa deixar de ser a operadora única e de controlar pelo menos 30% dos campos.	argumentativa	

4			(31)Deve-se dotar a empresa de sólida governança corporativa.	argumentativa	
			(32)Os dirigentes devem ser escolhidos – no mercado ou nos quadros técnicos – com o apoio de empresas especializadas (headhunters).	argumentativa	
			(33)Indicações políticas devem ser abolidas.	argumentativa	
			(34)É necessário criar e/ou fortalecer órgãos internos típicos de companhias abertas e canal interno para denúncias.	argumentativa	
5	**Conclusão** **Nova tese** **§ (10)**	Crença na recuperação da Petrobras**.** "A vontade política e a coragem na tomada de difíceis decisões devem prevalecer sobre a ideologia e o voluntarismo."	(35)A Petrobras é plenamente recuperável.	argumentativa	sequências argumentativas com uma narrativa encaixada**.**
			(36)Possui quadros técnicos qualificados e comprovada competência na criação e no uso de tecnologia de pesquisa e exploração de petróleo.	descritiva	
			(37)A vontade política e a coragem na tomada de difíceis decisões devem prevalecer sobre a ideologia e o voluntarismo.	argumentativa	
6	Fonte		*(38)Veja*, p. 23, 7 jan. 2015	descritiva	Sequência descritiva

Fonte: Artigo: *Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras*
Análise feita pela pesquisadora.

O plano de texto de A4, no Quadro 19, por nós apresentado mostra que o articulista estruturou seu texto de forma que os 38 segmentos textuais foram organizados em 6 macroações distintas . Cada uma das macroações assume uma função específica e, ao mesmo tempo, formam um fio condutor da argumentação, resultando na coerência textual, com foco na intenção comunicativa do autor.

Passamos às observações a respeito das macroações e, começando pela macroação 1, situamos o título e o autor – segmentos (1) e (2) - com características de sequências descritivas, uma vez que, conforme Adam (2011, p. 217), um conteúdo descritivo está associado à expressão de um ponto de vista. Nesse caminho, propomos que o título e o autor orientam o leitor sobre a argumentação que se segue.

Para sinalizar a questão exposta em A4, nos reportamos à macroação 2, formada pelos segmentos (3 – 5). Nela está localizada a tese - a decadência da Petrobras e os motivos que ocasionaram essa situação - anunciada mediante duas sequências argumentativas e uma descritiva, materializadas nos segmentos (3 – 4) e (5). No segmento (3), registra-se o argumento sobre a conduta inesperada do PT, "partido de linhagem estadista" contrário à privatização, conduzindo ações desastrosas que causaram danos à Petrobras, no segmento (5). Já no segmento (6), são anunciados os cinco desastres acarretados à empresa estatal.

Na sequência, encontra-se a macroação 3, formada pelos segmentos (6 – 27), nos quais é verificada a grande ação argumentativa, configurada pela exposição dos cinco motivos que ocasionaram o fracasso da Petrobras. Verificamos a predominância de sequências argumentativas e ressaltamos a presença de organizadores textuais. Ancorados nos dizeres de Adam (2011), salientamos que

> Os organizadores textuais exercem papel capital no balizamento dos planos textuais. Podem-se distinguir os que ordenam as partes da representação discursiva nos eixos maiores do tempo e do espaço, ou estruram, essencialmente a progressão do texto e a indicação de suas diferentes partes. (ADAM, 2011, p. 181).

Nessa perspectiva e direcionando o olhar de forma mais global, verificamos que há na macroação 3, a presença de organizadores textuais que se ocupam da organização discursiva ao citar e enumerar os motivos que levaram à queda da Petrobras. Assim, alguns segmentos das proposições-enunciados, na macroação 3, são iniciados pelos organizadores textuais, por nós denominados marcadores discursivos: *primeiro*,

segundo, *terceiro*, *quarto*, *quinto*, que exercem papel importante na organização do texto e na construção da coerência, por conduzirem, de forma sistemática, a compreensão do leitor.

A macroação 3 se constitui em uma sequência argumentativa com narrativas encaixadas. Vale ressaltar que as sequências narrativas (10, 11, 17, 18,19, 23) estão a serviço da argumentação, como elementos que subsidiam o processo argumentativo. Para explicitar essa nossa hipótese e ancorados na proposta de Adam (2011), citamos os argumentos materializando os "desastres" que levaram à destruição da Petrobras:

1º) "o uso da Petrobras para financiar campanhas eleitorais (...);"
2º) "a mudança das regras de exploração do pré-sal (...);"
3º) "o controle dos preços dos combustíveis (...);"
4º) "negócios superfaturados e sem justificativa empresarial (...);"
5º) "o valor de mercado da Petrobras caiu cerca de 80% nos últimos seis anos (...)"

Além dos organizadores textuais anunciando os *desastres* causados à Petrobras, já descritos, salientamos, na macroação 3, no segmento (24) o marcador discursivo *além disso*, abrindo a sequência argumentativa. Esse conector, na proposta de Adam (2011, p. 189), permite "uma reutilização de um conteúdo proposicional [...] como um argumento encarregado de sustentar ou reforçar uma inferência."

Nesta ocorrência, esse marcador discursivo reforça os argumentos expostos no quinto *desastre* que, "em conseqência dos demais, o valor de mercado da Petrobras caiu cerca de 80% nos últimos seis anos." Esse contéudo foi reforçado pelo articulista, pois o que já foi dito configura-se como causas importantes, mas ainda existem outras que reforçam essa gravidade. Elas são anunciadas pelo marcador discursivo *além disso* que aponta para as "investigações de natureza criminal", na sequência argumentativa (24) e "humilhação de os balanços da Petrobras não terem sido auditados por auditores externos [...].", na sequência argumentativa (25).

O itens aqui enumerados constituem os argumentos que são seguidos de uma restrição no segmento (26): "Serão lentas, difíceis e custosas a reconquista da confiança dos investidores e a volta do acesso aos mercados interno e internacional." Por fim, a sequência apresenta uma conclusão, no segmento (27) retratada, como: portanto,

“Ficará mais difícil financiar os investimentos bilionários do pré-sal.” Essa proposta de compreensão é amparada pelo esquema argumentativo sugerido por Adam (2011), ao afirmar que uma sequência argumentativa se efetua mediante dado anterior – localizado na macroação 2 – dados, fatos ou argumentos mais uma restrição e, por último, uma conclusão, conforme identificado na análise da macroação 3.

Na linearidade do texto, segue a macroação 4, formada pelos segmentos (28 – 34), configurados em uma sequência descritiva (28) e nas sequências argumentivas (29 – 34), sendo, portanto, majoritariamente, argumentativo. Essa macroação objetiva situar uma avaliação do articulista, entendida como a hipótese de que a Petrobras precisa de um líder capaz, decente e respeitado. Ressalta-se, também, a necessidade da recuperação da confiança dos investidores.

A sequência descritiva é concretizada no segmento (28) em uma operação de tematização por ancoragem, pois é identificada uma denominação imediata do objeto “Petrobras”, caracterizada como “arrasada e aviltada”. Dessa forma, a empresa é centralizada no processo argumentativo, construído nos segmentos (29 – 34).

Nossa análise caminha para a macroação 6, formada pelos segmentos (35 – 37), em que é situada a conclusaõ do articulista em relação ao fracasso da Petrobras, materializada em duas sequências argumentativas com uma sequência descritiva encaixada.

O segmento (35) apresenta uma asserção forte, tornando-o uma sequência argumentativa ao citar que “A Petrobras é plenamente recuperável.” Essa sequência é um argumento forte marcado pela presença do marcador discursivo concretizado pelo advérbio *plenamente*. Para Koch (2010, p. 53) esse modalizador demonstra a atitude subjetiva do autor frente ao seu enunciado que pode ser entendido como uma *avaliação* dos fatos. Nesta ocorrência, o advérbio *plenamente* expressa a posição do articulista frente à derrota da Petrobras que, embora seja bastante complicada, pode ser totalmente recuperada.

A sequência argumentativa (35) é justificada pelo segmento (36) que, com característica de sequência descritiva, expõe, mediante operação de tematização por ancoragem, ao situar o objeto logo no início do período – quatro técnicos qualificados – já anuncia a garantia de possibilidade de recuperação da empresa.

Por último, situamos o segmento (37). Nele é anunciada uma nova tese, registrada em uma sequência argumentativa e marcada pelos dizeres: “vontade política e

a coragem na tomada de difíceis decisões", prevalencendo "sobre a ideologia e o voluntarismo" como saída para a recuperação da Petrobras.

A macroação 6 conclui o texto em uma sequência descritiva e informa a fonte em que se encontra A4.

Para acrescentar outos aspectos a respeito do texto tomamos, a partir deste ponto, como nos outros artigos, outras informações advindas do plano de texto proposto para A4, no Quadro 19, no início desta análise. Como já anunciado, Adam (2011, p. 258) sinaliza que a organização textual, se processa de maneira bastante flexível. Dessa forma, a análise nos possibilitou verificar que nem sempre os agrupamentos de proposições produzem sequências completas. Nesse sentido, o pesquisador defende que o plano de texto é essencial para unificar a estrutura composicional do texto.

Ancorados nesses pressupostos, buscamos retratar a organização textual de A4. A análise nos mostrou que A4 foi organizado em macroatos, entendidos como macroatos ilocutórios regidos pela função de argumentar, descrever ou narrar , conforme explicitado a seguir. As asserções iniciais, (1) e (2) são estruturadas pelo macroato 1, cuja função é apresentar o texto, em que são descritos o título e o autor de A4.

MACROAÇÃO 1- segmentos (1) e (2)
Título, nome do autor: Presença de segmentos descritivos.

MACROAÇÃO 2: segmentos (3 - 5)

O início de texto é demarcado pela opção do articulista em apresentar a questão polêmica(tese) que se torna o motivo e fio condutor da argumentação, ao tratar do fracasso da Petrobras, causada por cinco ações inadequadas dos dirigentes petistas. Essa unidade textual, ou seja, macroação 2, formada pelos segmentos (3 - 5), apresenta segmentos argumentativos e um descritivo.

Problematização: (3) Surpresa pelo comportamento do PT que, por ser de ideologia contrária à privatização, ter comandado "ações desastrosas (...) na petrobras."

Constatação de fatos, evidências: (4) “É enorme o dano à empresa – na imagem, no respeito, no valor de mercado, na saúde financeira, no mercado de capitais e na capacidade de investir.”

Estratégia que fortalece a argumentação: (5) uso dos itens lexicais: “cinco” e “pelo menos”.

A macroação 2 nos indica que o articulista inicia seu texto colocando em evidência o partido político de ideologia contrária à conduta adotada pelos governantes e chama a atenção para os desastres causados por ações inadequadas. Logo em seguida, encontra-se o segmento (5) que, nos dizeres de Adam (2011) assume a função de passagem. Essa observação nos direciona a entender que, em (5), o autor, além de chamar a atenção, prepara o leitor para o conhecimento das ações que causaram o fracasso da estatal.

Dando continuidade à análise de A4, ocupamo-nos da macroação 3, na qual são listadas cinco ações caracterizadas pelo articulista como “desastrosas”. Nessa macroação, foram identificados segmentos argumentativos, descritivos e narrativos. Espera-se que no gênero textual artigo de opinião, por ser de base argumentativa, seja apresentada uma questão polêmica (tese), argumentos a favor ou contrários a ela, além de comentários ou avaliação. Identificamos, pois, na macroação 3 aspectos que merecem mais considerações, conforme descrição a seguir.

Reforço da tese – evidências/fatos: (6) “(...) o uso da Petrobras para financiar campanhas eleitorais (...)”; (9) “(...) a mudança das regras de exploração do pré-sal.”; “(...) o controle de preços dos combustíveis (...)”; (20) “(...) negócios superfaturados e sem justificativa empresarial (...)”; (22) “(...) o valor de mercdo da Petrobras caiu cerca de 80% (...)”

Estratégia que auxilia o controle da argumentação: emprego de itens lexicais como organizadores textuais: (6) “Primeiro”; (9) “Segundo”; (16) “Terceiro”; (20) “Quarto”; (22) “Quinto”.

Movimento argumentativo encaixado: (7) “De lambuja, os operadores fizeram fortuna pessoal.” (sequência narrativa)

Asserção - posicionamento do autor frente às ações: (7) “De lambuja”; (14) “Por ideologia”; (22) (...) em consequência dos demais(...)”

Asserção – caráter de valor alético que reforça a tese: (27) “Ficará mais difícil financiar os investimentos bilionários do pré-sal.”

A análise direciona nosso olhar no sentido de verificar que o articulista trata, na macroação 3, de relatar fatos que reforçam a questão apresentada na macroação 2 e, ao mesmo tempo, busca conduzir o leitor para a refutação do conteúdo apresentado na tese. Nesse caminho, o texto pretende alcançar o fim comunicativo de convencer o leitor dos malefícios causados à Petrobras.

O emprego de marcadores (*primeiro*, *segundo*, *terceiro*, *quarto*, *quinto*) contribuem para a organização do processo argumentativo e, sobretudo, para manter foco do pensamento do leitor na construção do sentido do texto. A presença de narrativas encaixadas corroboram a hipótese de que as ações dos governantes não foram positivas, pois, apresentam, por exemplo, em (7), uma denúncia do autor frente as atitudes dos líderes da estatal : “(...) os operadores fizeram fortuna pessoal.” Por outro lado, o segmento descritivo (8) posiciona a corrupção como “ligada às indicações políticas para cargos de direção”. Para Adam (2011, p. 235), é um movimento argumentativo sustentado por fatos anteriores, como o conteúdo de (6) que diz respeito “ao uso da Petrobras para financiar campanhas políticas.”

O movimento argumentativo até aqui identificado leva o texto para a macroação 4, constituída pelos segmentos (28 – 34) e materializada pelos parágrafos (7 – 9), em que o articulista apresenta uma avaliação a respeito da atual situação da Petrobras. A avaliação é realizada mediante a sugestão de um líder capaz, decente e respeitado, além de por em relevo a necessidade de recuperação da confiança dos investidores.

O conteúdo da macroação 4 nos leva a tecer considerações como registradas a seguir.

O macroato situado no segmento (28), em uma sequência descritiva torna-se um mecanismo argumentativo na medida em que sugere a necessidade de um líder diferente dos que existiam até aquela época.

Ponto de vista (argumentos) a favor da tese por oposição: (28) “Arrasada e aviltada, a Petrobras precisa de um líder capaz, decente e de alto respeito profissional,

designado sem interferência política (...)" ; (30) "A Petrobras precisa deixar de ser a operadora única (...)"; (32) Os dirigentes devem ser ecolhidos (...) com apoio de empresas especializadas(...)"; (33) "Indicações políticas devem ser abolidas";

Asserção de reafirmação da tese: (34) "É necessário (...)"

Conforme Adam (2011, p. 233), as ocorrências identificadas podem ser caracterizadas como argumentos-provas da necessidade de mudanças, enumerando sugestões de ações que poderiam proporcionar outra realidade à estatal.

A macroação 5 é a penúltima do texto e é formada pelos segmentos (35 – 37) e retrata a conclusão do artigo, bem como a exposição de uma nova tese.

Asserção de caráter alético: (35) "A Petrobras é plenamente recuperável."

Reforço da argumentação pelo uso de marcador discursivo: uso do item lexical (advérbio) para intensificar a argumentação: (35) "(...) plenamente (...)"

Asserção – estratégia para justificar a tese: citação de características da empresa, comprovando a competência e a capacidade de recuperação da empresa, mediante encaixamento de sequência descritiva (36): "(...) quadros técnicos qualificados e comprovada competência (...)".

Ancorados nos dizeres de Adam (2011), no que se refere à sequência descritiva, percebemos que a "descrição é, de início identificável no nível dos *enunciados mínimos*[23]" e que esses "enunciados não expressam um conteúdo descritivo objetivo independente de uma atitude subjetiva. Nesse sentido, o uso das expressões "quadros técnicos qualificados" e "comprovada competência" para se referir à organização da Petrobras confere ao discurso uma força argumentativa específica. Esse asserção resulta em afirmar que, mais uma vez, a sequência descritiva presta um serviço singular à argumentação.

Nova tese: O articulista encerra o texto no segmento (37), ao falar sobre a necessida de "a vontade política e a tomada de decisões dificeis" prevalecerem "sobre a ideologia e o voluntarismo".

MACROAÇÃO 6: segmento (38)

Fonte do texto: *Veja*, p. 23. Jan. 2015.

[23] Grifo do autor.

4.2.5 Análise de A5

(1) *O pior ensino médio do mundo?*

(2) *Cláudio de Moura Castro*

(3) *Do ponto de vista de suas regras e formato legal, não consegui encontrar um só país com ensino médio pior que o nosso.*

(4) *O modelo brasileiro gera péssimos números.* **(5)** *Enquanto o Chile universaliza esse nível, no Brasil, menos da metade da coorte consegue completá-lo.* **(6)** *Dos que iniciam o curso, só 40% o terminam.* **(7)** *Para culminar, em vez de caminhar para a universalização, nosso médio encolhe!* **(8)** *Vejam por quê.*

(9)*1. O mais odioso equívoco é impor o mesmo currículo a todos.* **(10)** *Os futuros Machados de Assis têm a mesma carga de matemática oferecida aos que serão engenheiros da Embraer.* **(11)** *E esses, para entrar em boa faculdade, precisam brilhar em literatura.* **(12)** *Nenhum país do mundo civilizado deixa de reconhecer as diferenças individuais e oferecer cursos, currículos e escolhas de acordo com as preferências e talentos de cada um.*

(13)*2. O excesso de disciplinas é assustador.* **(14)** *São 14 as obrigatórias.* **(15)** *Na prática, os alunos podem ser obrigados a cursar dez, simultaneamente, uma aberração.*

(16) *3. Transbordam os conteúdos das ementas, desde o início da escolarização.* **(17)** *Com razão, os alunos reclamam da chatice crônica e da falta de proximidade entre o que é ensinado e o universo deles.* **(18)** *No Brasil, rabeira no Pisa, no 4° ano primário os alunos aprendem 27 tópicos de matemática.* **(19)** *Em Singapura, no topo do Pisa, são quatro!* **(20)** *O aluno brasileiro ouviu falar de tudo mas não aprendeu nada.* **(21)** *Aprender de verdade requer empapar-se do assunto, mergulhar fundo, praticar.* **(22)** *Impossível, com tanta matéria para percorrer.* **(23)** *Não há tempo para aplicar o ensinado.* **(24)** *Sugiro ao leitor dar uma olhada em um livro de biologia, para convencer-se do exagero.* **(25)** *E, como pontifica David Perkins (de Harvard), só aprendemos quando aplicamos o conhecimento em situações concretas.*

(26)*4. Nas disciplinas mais críticas, há uma grande escassez de professores bem formados.* **(27)** *De fato, as fragilidades e os equívocos das faculdades de educação estão entre os grandes culpados pelo desastre.* **(28)** *Apesar disso, engenheiros, advogados e farmacêuticos não podem ensinar matemática, física ou química, embora conheçam mais do assunto e tenham melhor desempenho em sala de aula do que grande número de professores com carteirinha.* **(29)** *Disso sabem os cursinhos, livres para controlar e pagar regiamente a quem quiserem.*

(30) *5. O tempo efetivamente usado para ensinar e aprender já começa estreito - por lei - e é ainda mais espremido pelas perdas de tempo nos horários de aula.* **(31)** *Segundo as pesquisas, é razoável supor que só a metade do tempo é usada para apender.* **(32)** *O resto se perde.* **(33)** *E, como sabemos, quanto menos se estudo, menos se aprende.*

(34) *6. Prevalece a indisciplina sistêmica.* **(35)** *Uma pesquisa do Positivo perguntou aos alunos o que mais atrapalhava o seu aprendizado.* **(36)** *A resposta unânime foi: a bagunça dos colegas.* **(37)** *Mas confundimos autoridade com autoritarismo, e os professores se sentem desamparados para impor a disciplina careta que existe em toda escola bem-sucedida.*

(38) *7. Da forma como é usado pelas universidades públicas, o Enem virou uma camisa de força.* **(39)** *Ao imporem notas únicas de entrada, elas impedem a diversificação do ensino médio.*

(40) *Isso tudo sem se falar das deficiências das séries anteriores, cujos últimos anos compartilham os mesmos problemas do médio.* **(41)** *Ou seja, agravando o quadro, os alunos chegam despreparados.*

(42) *Com isso tudo concordam pesquisadores e até ministros.* **(43)** *O problema é que a engenharia da mudança está enredada.* **(44)** *O Conselho Nacional de Educação nada faz.* **(45)** *O Congresso só faz votar novas disciplinas, para agradar a seus grupelhos de eleitores (mais uma dúzia de novas disciplinas foi proposta).* **(46)** *Os ministros e os secretários de Educação estão de mãos atadas pelos lobbies e pela inércia.*

> **(47)** *Mas, como demonstram alguns estados, há mais flexibilidade na lei do que parece.* **(48)** *Ou seja, falta ousadia.*
> **(49)** *Quando foi aprovada a LDB, um marco legal iluminado e flexível, previ que, em pouco tempo, a sua regulamentação destruiria o espírito da lei.* **(50)** *De fato, logo adquiriu um rigor cadavérico.* **(51)** *Quase nada sobrou de sua versatilidade inicial.* **(52)** *A maior vítima dessa desfiguração é o ensino médio.* **(53)** *A ação de forças descoordenadas criou um monstro, e não sabemos como descriá-lo.*
> **(54)** *Veja, p. 18, 6 de mai. 2015.*

O artigo de opinião *O pior ensino médio do mundo?*, assinado pelo economista Cláudio de Moura Castro e publicado na revista Veja, em 6 de maio de 2015, trata da temática referente à educação e argumenta em torna da tese que versa sobre as regras e a forma de organização do ensino médio brasileiro, podendo ser a causa de o país ter o pior do mundo.

Ao ser segmentado, A5 apresentou 54 segmentos textuais, organizados em 6 macroações, distribuídas da seguinte forma: a macroação 1, constituída pelos segmentos (1 – 2); a macroação 2 pelos segmentos (3 – 8); os segmentos (9 – 39) formam a macroação 3; a macroação 4 é constituída pelos segmentos (40 – 48), os segmentos (49 – 53) indicam a macroação 5 e, por fim, a macroação 6 é instituída pelo segmento (54).

Considerando essa organização textual, elaboraramos um plano de texto, exposto no Quadro 20 a seguir.

Quadro 20: Plano de texto de A5					
Macro-ação	**Argumento/ parágrafo**	**Conteúdo**	**Segmentos**	**Segmentos – sequências**	**Predominância das sequências**
1	Segmentos (1) e (2)	Título	(1) O pior ensino médio do mundo?	Argumentativa	1 sequência argumentativa 1 sequência descritiva
		Autor	(2) Cláudio de Moura Castro	descritiva	
2	**Tese** Segmentos (3) a (8) § 1 e 2	As regras e as formas tornaram o ensino médio brasileiro o pior do mundo.	(3) Do ponto de vista de suas regras e formato legal, não consegui encontrar um só país com ensino médio pior que o nosso.	argumentativa	Predominância de sequências descritivas (3) com 2 argumentativas e 1 explicativa encaixadas.
			(4) O modelo brasileiro gera péssimos números.	argumentativa	
			(5)Enquanto o Chile universaliza esse nível, no Brasil, menos da metade da coorte consegue completá-lo.	descritiva	
			(6)Dos que iniciam o curso, só 40% o terminam.	descritiva	
			(7)Para culminar, em vez de caminhar para a universalização, nosso médio encolhe!	argumentativa	
			(8)Vejam por quê.	explicativa	
3	**Argumentos-provas.** Segmentos (9) a (39) § 3 a 9	Exposição das regras e do formato do ensino médio brasileiro.	(9)1. O mais odioso equívoco é impor o mesmo currículo a todos.	argumentativa	Predominância de sequências argumentativas (27), com número significativo de sequências descritivas (24).
			(10) Os futuros Machados de Assis têm a mesma carga de matemática oferecida aos que serão engenheiros da Embraer.	descritiva	
			(11)E esses, para entrar em boa faculdade, precisam brilhar em literatura.	descritiva	
			(12)Nenhum país do mundo civilizado deixa de reconhecer as diferenças individuais e oferecer cursos, currículos e escolhas de acordo com as preferências e talentos de cada um.	argumentativa	
			(13)2. O excesso de disciplinas é assustador.	argumentativa	
			(14) São 14 as obrigatórias.	descritiva	
			(15) Na prática, os alunos podem ser obrigados a cursar dez, simultaneamente, uma aberração.	argumentativa	
			(16) 3. Transbordam os conteúdos das ementas, desde o início da escolarização.	argumentativa	
			(17) Com razão, os alunos reclamam da chatice crônica e da falta de proximidade entre o que é ensinado e o universo deles.	argumentativa	
			(18) No Brasil, rabeira no Pisa, no 4° ano primário os alunos aprendem 27 tópicos de matemática.	descritiva	
			(19) Em Singapura, no topo do Pisa, são quatro!	descritiva	
			(20) O aluno brasileiro ouviu falar de tudo mas não aprendeu nada.	argumentativa	

			(21)Aprender de verdade requer empapar-se do assunto, mergulhar fundo, praticar.	argumentativa	
			(22)Impossível, com tanta matéria para percorrer.	argumentativa	
			(23)Não há tempo para aplicar o ensinado.	argumentativa	
			(24)Sugiro ao leitor dar uma olhada em um livro de biologia, para convencer-se do exagero.	argumentativa	
			(25) E, como pontifica David Perkins (de Harvard), só aprendemos quando aplicamos o conhecimento em situações concretas.	descritiva	
			(26) 4. Nas disciplinas mais críticas, há uma grande escassez de professores bem formados.	descritiva	
			(27) De fato, as fragilidades e os equívocos das faculdades de educação estão entre os grandes culpados pelo desastre.	descritiva	
			(28) Apesar disso, engenheiros, advogados e farmacêuticos não podem ensinar matemática, física ou química, embora conheçam mais do assunto e tenham melhor desempenho em sala de aula do que grande número de professores com carteirinha.	descritiva	
			(29) Disso sabem os cursinhos, livres para controlar e pagar regiamente a quem quiserem.	argumentativa	
			(30) 5. O tempo efetivamente usado para ensinar e aprender já começa estreito - por lei - e é ainda mais espremido pelas perdas de tempo nos horários de aula.	argumentativa	
			(31)Segundo as pesquisas, é razoável supor que só a metade do tempo é usada para apender.	descritiva	
			(32) O resto se perde.	argumentativa	
			(33) E, como sabemos, quanto menos se estudo, menos se aprende.	argumentativa	
			(34) 6. Prevalece a indisciplina sistêmica.	argumentativa	
			(35) Uma pesquisa do Positivo perguntou aos alunos o que mais atrapalhava o seu aprendizado.	descritiva	
			(36) A resposta unânime foi: a bagunça dos colegas.		
			(37) Mas confundimos autoridade com autoritarismo, e os professores se sentem desamparados para impor a disciplina careta que existe em toda escola bem-sucedida.	argumentativa	
			(38) 7. Da forma como é usado pelas universidades públicas, o Enem virou uma camisa de força.	descritiva	

			(39)Ao imporem notas únicas de entrada, elas impedem a diversificação do ensino médio.	argumentativa	
4	**Inferência (restrição)** Segmentos (40) a (48) §§ 10 e 11	Comentário sobre os alunos que chegam ao ensino médio. Avaliação da atual organização do ensino médio e a dificuldade de mudanças.	(40)Isso tudo sem se falar das deficiências das séries anteriores, cujos últimos anos compartilham os mesmos problemas do médio.	argumentativa	Presença de 4 sequências argumentativas e 4 sequências descritivas e 1 sequência explicativa encaixada.
			(41) Ou seja, agravando o quadro, os alunos chegam despreparados.	argumentativa	
			(42) Com isso tudo concordam pesquisadores e até ministros.	descritiva	
			(43) O problema é que a engenharia da mudança está enredada.	explicativa	
			(44)O Conselho Nacional de Educação nada faz.	argumentativa	
			(45) O Congresso só faz votar novas disciplinas, para agradar a seus grupelhos de eleitores (mais uma dúzia de novas disciplinas foi proposta).	argumentativa	
			(46) Os ministros e os secretários de Educação estão de mãos atadas pelos lobbies e pela inércia.	descritiva	
			(47) Mas, como demonstram alguns estados, há mais flexibilidade na lei do que parece.	descritiva	
			(48) Ou seja, falta ousadia.	argumentativa	
5	**Conclusão** **Nova tese** Segmentos (49) a (53) § 12	O ensino médio se tornou vítima da rigidez legal. **Nova tese**: A ação de forças descoordenadas criou um monstro, e não sabemos como descriá-lo.	(49) Quando foi aprovada a LDB, um marco legal iluminado e flexível, previ que, em pouco tempo, a sua regulamentação destruiria o espírito da lei.	descritiva	Predominância de sequências argumentativas (3), 1 sequência descritiva e 1 sequência narrativa.
			(50) De fato, logo adquiriu um rigor cadavérico.	argumentativa	
			(51) Quase nada sobrou de sua versatilidade inicial.	argumentativa	
			(52) A maior vítima dessa desfiguração é o ensino médio.	argumentativa	
			(53) A ação de forças descoordenadas criou um monstro, e não sabemos como descriá-lo.	argumentativa	
6	**Fonte** Segmento (54)	Veja, p, 18, 6 de mai. 2015.	(54) Veja. p. 18. 6 de mai. de 2015.	descritiva	1 sequência descritiva

Fonte: *Artigo: O pior ensino médio do mundo?*
Análise feita pela pela pesquisadora.

Como identificado em A3, o artigo de opinião A5 é iniciado por uma pergunta retórica, formando o segmento (1), por nós caracterizado como uma sequência argumentativa, visto que essa pergunta assume a função de iniciar um questionamento. Nossa hipótese se justifica pelo fato de uma pergunta retórica, por não exigir uma resposta, pode provocar no leitor uma reflexão, logo no início do texto. O segmento (2) fecha a macroação 1 em uma sequência descritiva.

Por se tratar de um texto argumentativo, A5 nos reporta às palavras do pesquisador da UFPR, com Doutorado em Estudos Linguísticos, Evandro M. Catelão, ao defender que, em uma situação de comunicação

> fazemos relações e buscamos pontes ou estabelecer redes de ideias, retomando informações com o intuito de construir uma representação e dividir opiniões com nosso interlocutor, provocar uma adesão ao nosso pensamento ou convencer frente a um dado tema. (CATELÃO, 2010, p. 2)

Nessa perspectiva, e focalizando a macroação 2, entendemos que, na busca de estabelecer um diálogo com o leitor em torno da tese o autor já expõe, como argumento de autoridade, no segmento (3) seu ponto de vista sobre isso. Vale ressaltar que Cláudio Moura Castro, embora seja economista, possui conhecimentos e experiência como gestor público. Assim, o articulista registra que não conhece "um só país com um ensino médio pior que o nosso." Para reforçar a argumentação contra a atual organização dessa modalidade de ensino, o segmento (4) retrata mais um fato ao informar que os dados do "modelo brasileiro gera péssimos números."

Ainda na macroação 2, verifica-se, nos segmentos (5 - 6) operações descritivas de tematização justificadas pelo fato de as duas sequências descritivas anunciarem o objeto no início do período descritivo. Dessa forma, identificamos os objetos descritos em (5), "(...) o Chile(...) "e em (6) "Dos que iniciam o curso..." Ressaltamos que essas sequências descritivas assumem o papel de reforçarem o processo argumentativo.

Valendo-nos dos dizeres de Marquesi; Elias; Cabral (2017, 21), ao informar que a "explicação tem por função procurar fazer com que o interlocutor compreenda algo que seja difícil de compreender", caracterizamos o segmento (8) como uma sequência explicativa, pois ela se encarrega e apontar para as questões que levaram o articulista a avaliar negativamente o ensino médio brasileiro.

Nas palavras de Bronckart (1999, p. 234), quando um objeto de discurso pode ser problemático para o interlocutor, o produtor do texto tende a apresentar propriedades

inerentes a este objeto em uma sequência explicativa. Corroborando os dizeres desse linguista, propomos que a sequência explicativa (8), com o item lexical *por quê*, aponta para os argumentos-provas de que o ensino médio brasileiro não é bom.

Conforme anunciado no segmento (8), a macroação 3**,** constituída de sete parágrafos numerados, se encarrega de retratar as regras e a organização do ensino médio brasileiro, prováveis motivos pelos quais essa modalidade de ensino não produz bons resultados em nosso país.

Em virtude da funcionalidade dessa macroação, colocamos em evidência alguns aspectos que se tornam relevantes na organização do processo argumentivo.

Primeiramente, colocamos o foco da macroação 3 que é direcionar a atenção do leitor para os entraves que seriam a causa da baixa aprendizagem do alunos do ensino médio. Assim, avaliamos ser oportuno citar os dizeres de Bonini (2005, p. 220) que defende o ato de argumentar no sentido de "direcionar a atividade verbal para o convencimento do outro." Nesse sentido, verificamos, nessa macroação, um movimento do articulista para a organização do processo argumentativo.

Essa ação se deu com a presença de sequências argumentativas e descritivas, de forma que identificamos, nas sequências descritivas, operações de tematização por ancoragem, visto que o objeto descrito é mencionado no início do segmento textual. Para exemplificar, citamos, no segmento (11), os item lexicais *E esses*, referindo-se a alunos; em (13), *O excesso de disciplinas*; em (30) *O tempo* e, no segmento (35), *Uma pesquisa do Positivo*.

No segmento (34), verificamos uma operação descritiva de aspectualização, na qual a argumentação se apoia na tematização, que, nesta ocorrência, se dá pela qualificação (ou atribuição de propriedade), como transcrito: *a indisciplina sistêmica.*

A operação de tematização por rematização, em que o objeto descrito é retratado no final do segmento textual, foi identificado no segmento (18): *os alunos* e no segmento (38): *Enem*.

Nos dizeres de Antunes (2010, p. 107), os conectores ou organizadores textuais "cumprem a função de expressar a orientação argumentativa dos enunciados", conforme a intenção comunicativa do produtor. Dessa maneira, atentamos para a presença, em grande número, desses indicadores, abrindo parágrafos ou sequências textuais. Dentre eles, destacamos, no segmento (17), *Com razão*, e *De fato*, no segmento (27), pois, ao

admitir ou confirmar os dados, buscam fortalecer a discussão, ao dar valor à fala dos alunos.

Expressões adverbiais também corroboram o processo argumentativo e estão presentes em A5, como no segmento (18), *No Brasil*, e no segmento (19), *Em Singapura*. Entendemos que elas retratam um paralelo sobre o número de disciplinas obrigatórias em Singapura e no Brasil, mas, sobretudo, apontam a disparidade de aproveitamento dos alunos nos dois países.

Não podemos deixar de salientar a presença de organizadores textuais que, para Adam (2011, p.181) "exercem um papel capital no balizamento dos planos textuais." Eles contribuem para o direcionamento do fluxo argumentativo, além de orientar o leitor no processo de construção de sentido do texto. Dessa formaa, colocamos em relevo o organizador textual *Apesar disso*, no segmento (28), informando uma concessão em relação ao argumento exposto em (27), isto é, registra-se uma *culpabilidade* das faculdades de educação pelas fragilidades e equívocos quanto à formação dos professores. Mas, embora haja esse reconhecimento, há uma proibição da atuação de profissionais como engenheiros, advogados e famacêuticos nas escolas.

Damos continuidade à nossa análise, desta vez, com o olhar voltado para a macroação 4, constituída pelos parágrafos 10 e 11, que comportam os segmentos (40 – 48). Chamou-nos a atenção o direcionamento do autor, no parágrafo 10, formado por um sequência argumentativa e uma descritiva, registrando um comentário a respeito dos alunos que ingressam no ensino médio trazendo deficiências das séries anteriores. A propósito, citamos os dizeres de Cunha (2002, p.170), ao informar que o comentário procura fazer valer uma convicção, um julgamento, um sentimento, características inerentes ao gênero artigo de opinião.

Atentamos, ainda, uma operação descritiva de tematização por rematização na sequência (41), ao salientar, no final do segmento, o objeto descrito: *os alunos*. Maior ênfase à argumentação ficou por conta do organizador textual, abrindo esta sequência e já mencionado neste trabalho.

É importante ressaltar, ainda na macroação 4, a presença de organizadores textuais, conectores ou marcadores argumentativos exercendo o papel de demonstrar um argumento ou um contra-argumento. Nossa hipótese é confirmada no segmento (40) pelo marcador discursivo *Isso tudo* que possibilita uma retomada de todos os itens causadores do fracasso educacional, enumerados na macroação 3.

O organizador textual *Ou seja* inicia o segmento (41), e promove uma explicação, isto é, procura dizer de outra forma e, ao mesmo tempo reforça a argumentação acerca da gravidade do quadro educacional.

Já no parágrafo 11, em que são registradas, em maioria sequências argumentativas, seguidas de descritavas e uma explicativa, o articulista intensifica sua subjetividade ao fazer uma avaliação do posicionamento de concordância tanto dos pesquisadores quanto dos ministros com relação ao fracasso do ensino médio. Contudo, o autor registra a observação de que as mudanças são dificultadas, pois a "engenharia da mudança está enredada." Identificamos, portanto, um argumento de autoridade no segmento (44), uma vez que o articulista, além de economista, tem conhecimento de temáticas relativas à educação porque, atualmente, é consultor e diretor de uma faculdade brasileira.

A constatação de comentário e de uma avaliação, retratando a subjetividade do articulista, característica do gênero artigo de opinião, corrobora, mais uma vez, o esquema de sequência argumentativa de Adam (2011), ao apontar que, após ser identificada a tese e de serem relatados os argumentos-provas (dados), pode ser indicada, ainda que implicitamente, uma restrição, explícita por por inferência.

Passamos à análise da macroação 5, materializada pelo parágrafo 12 e constituída pelos segmentos (49 -53), entre sequências argumentativas, em sua maioria, e uma descritiva. Nela, verificamos uma operação de tematização, pois, logo é identificado o objeto descrito – *a LDB*.

As demais sequências desta macroação se caracterizam como argumentativas e se encarregam de apresentar dados cuja função pode ser definida como contra-argumentação, pois a LDB, criada como "um marco legal iluminado e flexível", "adquiriu um rigor cadavérico". Ressaltamos, ainda, em (50), o organizador textual *De fato*, iniciando o segmento e, ao mesmo tempo, atribui mais veracidade à informação contida em (49), quanto à caracterização da LDB.

A macroação 5 é concluída com o segmento (53), caracterizado como sequência argumentativa e se encarrega de apresentar uma nova tese que suscitaria outra discussão a respeito da temática inicial: as regras e o formato do ensino médio brasileiro com vista a se obter melhores resultados.

Finalmente, ressaltamos a macroação 6, que, em uma sequência descritiva, indica a fonte do texto.

Diante das considerações por nós discutidas, entendemos que o artigo de opinião *O pior ensino médio do mundo?* é um texto que apresentou, em maioria a ocorrência de sequências argumentativas, seguidas de sequências descritivas e, em minoria, sequências explicativas e narrativa. Consideramos, pois, que essas características são propícias ao gênero artigo de opinião.

Com foco na linearidade do texto, elaboramos o plano de texto, apresentado no início desta análise, no Quadro 20, que nos embasou para as discussões até aqui apresentadas e que também servirá como suporte para as demais considerações, a partir deste ponto da análise.

A análise nos levou a constatar a predominância de sequências argumentativas, principalmente na macroação 3, em que se situamos argumentos-provas da tese, apontada na macroação 2. Dessa forma, o texto se apresentou mais argumentativo nas macroações (2), (3) e mais descritivo em (4).

MACROAÇÃO 1 – segmentos (1 - 2)

Título do texto e nome do autor: Presença de um segmento argumentativo (1) e um descritivo(2).

Apresentação polêmica: O título em forma de uma pergunta retórica inicia o processo de problematização. *O pior ensino médio do mundo?*

MACROAÇÃO 2: Segmentos (3 – 9)

A macroação 2 se encarrega de apresentar a **tese** a ser desenvolvida ao longo do artigo. Foram identificados, portanto, os seguintes aspectos:

Argumentação inicial: (3) “Do ponto de vista de suas regras e formato legal (...) ensino médio pior que o nosso.”

Constatação de fatos (dados): (4) “O modelo brasileiro gera péssimos números.”; (5) “(...) o Chile universaliza esse nível (...) no Brasil, menos da metade (...) consegue completá-lo.”; (6) “(...) só 40 % o terminam.” ; (7) “Para culminar, (...) nosso médio encolhe.” ;

Problematização: (8) “Vejam por quê.”

MACROAÇÃO 3: segmentos (9 – 39):

Na macroação 3, são enumeradas as regras e a forma de organização do ensino médio brasileiro.

Apresentação polêmica: (9) "O mais odioso é impor o mesmo currículo a todos."

Constatação de fatos (evidência): (11) "E esses (...) precisam brilhar em literatura."; (13) "O excesso de disciplinas é assusador." ; (14) "São 14 as obrigatórias." ; (16) "Transbordam conteúdos das ementas (...)" ; (26) "(...) escassez de professores (...)" ; (30) "(...) tempo (...) estreito (...)" ; (34) "Prevalece a indisciplina sistêmica." ; (38) "(...) o Enem virou camisa de força."

Ponto de vista em favor da tese: (27) "De fato"

Ponto de vista em favor da tese (por oposição): (28) "Apesar disso" ; (37) "Mas"

MACROAÇÃO 4: Segmentos: (40 – 48)

Exposição de comentário sobre a defasagem de alunos egressos do ensino fundamental e avaliação da atual organização do ensino médio brasileiro.

Reforço da tese (constatação de fato): "Isso tudo"

Reforço da tese (asserção por explicação): "Ou seja"

Reforço do argumento mediante sequência descritiva: Argumento de autoridade, pela constituição institucional do articulista. (42) "Com isso tudo concordam pesquisadores e até ministros."

Ponto de vista adverso à tese: (47) "Mas (...) há mais flexibilidade na lei do que parece."

Reforço da tese. Asserção: (50) "Ou seja, falta ousadia."

MACROAÇÃO 5:

Conclusão do texto e nova tese.

Argumentos para reforço da tese por tematização: (49) "Quando foi aprovada a LDB, (...) previ que, (...) a sua regulamentação destruiria o espírito da lei."

Problematização: (50) “De fato, logo adquiriu um rigor cadavérico.”

Conclusão final: (52) “A maior vítima (...) é o ensino médio.”

Nova tese: o articulista se posiciona frente ao grande problema provocado pela organização atual do ensino médio (53) “(...) criou um monstro, e não sabemos como descriá-lo.”

4.2.6 Análise de A6

(1) *Velhos desafios*

(2) *Norman Gall*

(3) *A queda livre do sistema político brasileiro muda de uma fantasia para uma ameaça palpável, pondo em perigo a estabilidade e a justiça social conquistadas nas últimas décadas.* **(4)** *O desafio não é novo.* **(5)** *Nas seis décadas que se seguiram ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, sem contar os 21 anos de governo militar (1964-85), cinco dos dez civis que ocuparam a Presidência não terminaram seu mandato constitucional.* **(6)** *Em períodos recentes, o Brasil sofreu dois episódios de hiperinflação (1989 e 1994), quando os preços aumentaram mais de 50% ao mês, além dos vários meses em que os preços subiram mais de 20%.* **(7)** *O regime democrático jamais resolveu o problema fiscal, que vem piorando nos últimos anos.* **(8)** *Agora os brasileiros se defrontam com um escândalo de corrupção endêmica, de uma abrangência e profundidade sem precedentes na história do Ocidente, envolvendo uma classe política privilegiada em sua autonomia e em sua proteção jurídica.*

(9) *Ameaçados com mais um colapso das finanças públicas e com a queda de um governo de transição já fragilizado, os barões da República – incluindo os ex-presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso e o atual, o presidente Michel Temer – se juntaram com ministros do Supremo Tribunal Federal para salvar o mandato do presidente do Senado, Renan Calheiros, – acusado em doze casos de corrupção.*

(10) *A escolha dos barões, no fim deste ano de choques e tumultos, era clara: ou Renan ficava, numa postura insolente, como garantia frágil do andamento no Congresso do processo de sanear as finanças públicas com a imposição de limites aos gastos e com a reforma da Previdência; ou o Brasil partia para o desconhecido, em uma promessa de mais baderna, gritos e acusações, em uma situação na qual nada estaria garantido.*

(11) *Esse dilema convoca a reflexões.* **(12)** *Denúncias e posturas moralizantes são fáceis, mas não somos inocentes.* **(13)** *Os mais privilegiados toleram e prosperam com a bagunça.* **(14)** *Os protestos de rua não são suficientes.* **(15)** *O Brasil precisa de novas lideranças e novas abordagens – ambas em falta.* **(16)** *O país precisa ir além da Lava-Jato, mas ainda não sabe como.* **(17)** *A escolha fica dramática quando comparamos os rumos de diferentes repúblicas sul-americanas.*

(18) *Argentina, Brasil e Venezuela, países banhados pelo Atlântico, são mais ricos em recursos naturais, porém abusam de sua sorte.* **(19)** *Sofrem de recorrentes crises, com surtos inflacionários e de incontinência fiscal, em políticas alimentadas pela demagogia.* **(20)** *A Venezuela, onde morei por seis anos, atravessa um período desastrado, depois de ter ganhado destaque nos anos 60 e 70 por ser, então, uma das poucas democracias estáveis na região.*

(21) *O rumo de três repúblicas da costa do Pacífico – Chile, Peru e Colômbia – é diferente.* **(22)** *Esses países também sofreram crises inflacionárias e conflitos internos, mas souberam tirar lições com esses choques e ameaças.* **(23)** *Aprenderam os limites sadios na gestão pública, e assim puderam prosperar com estabilidade, preservando a democracia.* **(24)** *Não são sistemas políticos e econômicos perfeitos, mas são viáveis.*

(25) *A Colômbia manteve equilíbrio fiscal e monetário, com eleições regulares, diversificando sua economia e criando condições para negociações difíceis e prolongadas para pôr fim a cinco décadas de insurreições guerrilheiras.* **(26)** *No Chile, a ditadura de Augusto Pinochet (1973-90) cedeu lugar, por via de plebiscito, a um regime democrático que soube cuidar dos direitos humanos e procurar justiça social.*

(27) *Nos anos 90 o Peru estava à beira do colapso econômico, assolado pela hiperinflação, por uma grande epidemia de cólera e por uma insurreição de guerrilhas que custou 60000 vidas.* **(28)** *Desde o ano 2000, a economia peruana registra taxas de crescimento entre as mais elevadas da América Latina,*

> *consolidando sua democracia com rigor fiscal e baixíssima inflação.* **(29)** *No Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas, o Peru fica aproximadamente na mesma posição do Brasil, mas a carga de tributos peruana equivale a 40% da brasileira.* **(30)** *O Peru gasta 24% de seu PIB em investimentos, ante apenas 16% no Brasil, e isso sem contar o desperdício embutido nos investimentos públicos brasileiros por causa da corrupção e do parasitismo fiscal.*
> **(31)** *O Brasil precisa sair do parasitismo fiscal para estabelecer limites e definir rumos.* **(32)** *Vivemos um perigo.* **(33)** *Os barões da República preservam suas posições, mas não ajudam muito.* **(34)** *Para fortalecer a democracia, precisamos de novas lideranças e novas abordagens.*
> **(35)** *Veja, p. 23, 7 jan. 2015*

Priorizando a linearidade do texto, o artigo de opinião *Velhos desafios*, assinado por Norman Gall, publicado na revista Veja, p. 23, em janeiro de 2015, foi segmentado em 35 segmentos textuais, distribuídos em 6 macroações. Elas foram assim constituídas: os segmentos 1 e 2 representam a macroação 1; a macroação 2 é formada pelos segmentos (3 – 8); a macroação 3, constituída pelos segmentos (9 – 17); os segmentos (18 – 30) retratam a macroação 4; a macroação 5 é formada pelos segmentos (31 – 34) e, por fim, a macroação 6, instituída pelo segmento (5).

A identificação dessa organização textual nos viabilizou a apresentar o Quadro 21, onde se encontra o plano de texto de A6.

Quadro 21: Plano de texto de A6					
Macro-ação	Segmentos Parágrafos	Conteúdo	Segmentos	Sequências; caracterização	Descrição das sequências
1	Segmentos (1 – 2)	Título Autor	(1)Velhos desafios	descritiva	Predominância de sequências descritivas.
			(2)Norman Gall	descritiva	
2	Tese Segmentos (3 – 8) § (1 – 2)	A queda do sistema político brasileiro se torna realidade e ameaça a estabilidade e a justiça social conquistadas nas últimas décadas.	(3)A queda livre do sistema político brasileiro muda de uma fantasia para uma ameaça palpável, pondo em perigo a estabilidade e a justiça social conquistadas nas últimas décadas.	argumentativa	Preominância de sequências narrativas, com sequência argumentativa e com descritiva encaixadas.
			(4)O desafio não é novo.	argumentativa	
			(5) Nas seis décadas que se seguiram ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, sem contar os 21 anos de governo militar (1964-85), cinco dos dez civis que ocuparam a Presidência não terminaram seu mandato constitucional.	narrativa	
			(6) Em períodos recentes, o Brasil sofreu dois episódios de hiperinflação (1989 e 1994), quando os preços aumentaram mais de 50% ao mês, além dos vários meses em que os preços subiram mais de 20%.	narrativa	
			(7) O regime democrático jamais resolveu o problema fiscal, que vem piorando nos últimos anos.	narrativa	
			(8)Agora os brasileiros se defrontam com um escândalo de corrupção endêmica, de uma abrangência e profundidade sem precedentes na história do Ocidente, envolvendo uma classe política privilegiada em sua autonomia e em sua proteção jurídica.	descritiva	
3	Segmentos (9 – 17) § (3 – 4)	Problematização: Políticos se juntam para salvar o mandato do senador Renam Calheiros, acusado	(9) Ameaçados com mais um colapso das finanças públicas e com a queda de um governo de transição já fragilizado, os barões da República – incluindo os ex-presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso e o atual, o presidente Michel Temer – se juntaram com ministros do Supremo Tribunal Federal para salvar o mandato do presidente do Senado, Renan Calheiros, – acusado em doze casos de corrupção.	narrativa	Predominência de sequências argumentativas e 2 sequências narrativas.
			(10) A escolha dos barões, no fim deste ano de choques e tumultos, era clara: ou Renan ficava, numa postura insolente, como garantia	argumentativa	

		de corrupção.	frágil do andamento no Congresso do processo de sanear as finanças públicas com a imposição de limites aos gastos e com a reforma da Previdência; ou o Brasil partia para o desconhecido, em uma promessa de mais baderna, gritos e acusações, em uma situação na qual nada estaria garantido.		
			(11) Esse dilema convoca a reflexões.	argumentativa	
			(12) Denúncias e posturas moralizantes são fáceis, mas não somos inocentes.	argumentativa	
			(13) Os mais privilegiados toleram e prosperam com a bagunça.	argumentativa	
			(14) Os protestos de rua não são suficientes.	argumentativa	
			(15) O Brasil precisa de novas lideranças e novas abordagens – ambas em falta.	argumentativa	
			(16) O país precisa ir além da Lava-Jato, mas ainda não sabe como.	argumentativa	
			(17) A escolha fica dramática quando comparamos os rumos de diferentes repúblicas sul-americanas.	argumentativa	
4	Segmentos (18 – 30) § (5 – 8)	Argumentos-Provas Considerações sobre a situação político-econômicas de 3 países banhados pelo Atlântico e de 3 banhados pelo Pacífico.	(18) Argentina, Brasil e Venezuela, países banhados pelo Atlântico, são mais ricos em recursos naturais, porém abusam de sua sorte.	descritiva	Predominância de sequências descritivas, número significativo de sequências narrativas e menor número de sequências argumentativas.
			(19) Sofrem de recorrentes crises, com surtos inflacionários e de incontinência fiscal, em políticas alimentadas pela demagogia.	descritiva	
			(20) A Venezuela, onde morei por seis anos, atravessa um período desastrado, depois de ter ganhado destaque nos anos 60 e 70 por ser, então, uma das poucas democracias estáveis na região.	descritiva	
			(21) O rumo de três repúblicas da costa do Pacífico – Chile, Peru e Colômbia – é diferente.	descritiva	
			(22) Esses países também sofreram crises inflacionárias e conflitos internos, mas souberam tirar lições com esses choques e ameaças.	narrativa	
			(23) Aprenderam os limites sadios na gestão pública, e assim puderam prosperar com estabilidade, preservando a democracia.	narrativa	
			(24) Não são sistemas políticos e econômicos perfeitos, mas são viáveis.	descritiva	
			(25) A Colômbia manteve equilíbrio fiscal e monetário, com eleições regulares, diversificando sua economia e criando	narrativa	

			condições para negociações difíceis e prolongadas para pôr fim a cinco décadas de insurreições guerrilheiras.		
			(26) No Chile, a ditadura de Augusto Pinochet (1973-90) cedeu lugar, por via de plebiscito, a um regime democrático que soube cuidar dos direitos humanos e procurar justiça social.	descritiva	
			(27) Nos anos 90 o Peru estava à beira do colapso econômico, assolado pela hiperinflação, por uma grande epidemia de cólera e por uma insurreição de guerrilhas que custou 60000 vidas.	narrativa	
			(28) Desde o ano 2000, a economia peruana registra taxas de crescimento entre as mais elevadas da América Latina, consolidando sua democracia com rigor fiscal e baixíssima inflação.	narrativa	
			(29) No Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas, o Peru fica aproximadamente na mesma posição do Brasil, mas a carga de tributos peruana equivale a 40% da brasileira.	argumentativa	
			(30) O Peru gasta 24% de seu PIB em investimentos, ante apenas 16% no Brasil, e isso sem contar o desperdício embutido nos investimentos públicos brasileiros por causa da corrupção e do parasitismo fiscal.	argumentativa	
5	Segmentos (31 – 34) § (9)	Conclusão Nova tese	(31) O Brasil precisa sair do parasitismo fiscal para estabelecer limites e definir rumos.	argumentativa	Predominância de sequências argumentativas.
			(32) Vivemos um perigo.	argumentativa	
			(33) Os barões da República preservam suas posições, mas não ajudam muito.	argumentativa	
			(34) Para fortalecer a democracia, precisamos de novas lideranças e novas abordagens.	argumentativa	
6	Fonte Segmento(35)	Fonte	(35) Veja, p. 23, 7 jan. 2015	descritiva	descritiva

Fonte: Artigo: *Velhos desafios*
Análise feita pela pesquisadora.

Antes de dar início às nossas considerações a respeito do texto, ressaltamos, mais uma vez, que o plano de texto aqui apresentado será retomado com mais detalhes no momento em que tratarmos das estratégias de organização textual utilizadas pelo articulista.

A organização de A6, exposta no Quadro 21, nos direciona a anunciar que o artigo de opinião *Velhos desafios* apresenta a tese, ao relatar o surgimento de mais um desafio causado pelo fato decorrente da atitude inesperada de políticos brasileiros para livrarem o senador, acusado por corrupção, da perda do mandato. Verifica-se também uma justificativa para essa atitude. Em seguida, são apresentados argumentos-provas de que essa atitude dos políticos provocou reflexões e, diferentemente dos outros artigos, conclui o texto sem registrar um comentário ou uma avaliação do fatos e argumentos expostos.

O articulista anuncia uma problematização ao apresentar a polêmica, visto que é, imediatamente citada a "queda livre do sistema político brasileiro (...) pondo em perigo a estabiliade e a justiça social conquistadas nas últimas décadas." Essa ocorrência nos remete a Adam (2011) quando o linguista, ao tratar do movimento argumentativo, propõe que este parte de dados ou fatos que, após a apresentação de argumentos-provas, acarretariam uma conclusão.

Podemos considerar que o segmento (4), caracterizado como uma sequência argumentativa, registra a argumentação inicial, apresentando um argumento a favor da tese ao registrar que o "desafio não é novo." Esse argumento pode direcionar o pensamento do leitor no sentido de que outras situações perturbadoras já ocorreram com o sistema político brasileiro e, sobretudo, que a situação atual é preocupante.

Ainda no primeiro parágrafo, nos chamou a atenção a ocorrência dos segmentos (5) e (6), caracterizados como sequências narrativas. Para explicar melhor a análise dessa passagem do texto, retomamos a fala de Adam (2011) no que concerne à narrativa, quando ele aborda os baixos graus de narrativização, por apresentar uma simples enumeração de eventos, o que, no nosso ponto de vista, ocorre nas sequências por nós destacadas. Esses segmentos se encarregam de fazer uma retrospectiva dos acontecimentos políticos brasileiros com a finalidade de dar maior credibilidade à indicação de que os desafios são "velhos". Na verdade, as duas sequências narrativas prestam serviço ao processo argumentativo. A esse propósito, trazemos os dizeres de Emediato (2014), que, ao abordar as narrativas, entende que citações como estas se

tornam indícios provocadores de uma atmosfera que se quer criar no contexto da narrativa. Dizendo de outra forma, em A6, esses indícios auxiliam o processo argumentativo, na medida que atribuem maior credibilidade ao argumento anterior.

Concluindo a apresentação da tese, o segmento (8) encerra o primeiro parágrafo com uma sequência descritiva e, em uma operação de tematização, situa os brasileiros vivendo situação de enfrentamento de um processo de corrupção endêmica causada pelos políticos, sem precedentes na nossa história.

No segundo parágrafo, o articulista apresenta, na sequência narrativa (9), mais fatos que vão materializando sua argumentação. Vale ressaltar que este parágrafo dá início à exposição de dados/fatos que buscam a justificativa da tese. Como ocorrido no segmento (8), a sequência (9) registra elementos que ajudam a sustentar a argumentação. Desta vez, o evento se deu pela atitude dos barões da República que se aliaram aos ministros do Supremo para salvarem Renan Calheiros da acusação de corrupção, mantendo-o no cargo de senador.

A sequência argumentativa (10) abre o terceiro parágrafo e atua como uma justificativa da atitude dos políticos, identificada na sequência anterior. Essa hipótese nos reporta, novamente, a Emediato (2014, p. 171) que, ao discutir sobre os tipos de argumentos, cita os empíricos ou factuais, caracterizados como aqueles "fundados na experiência vivida dos fatos e nas suas implicações." Para o linguista, esse tipo de argumentos se concretiza na medida em que são listados "exemplos, ilustrações, analogias e explicações causais." Ao ler a sequência (10) do artigo, o leitor pode inferir que os políticos agiram sob a ameaça de sofrerem mais um colapso da finanças públicas, evidenciado no segmento anterior.

O quarto parágrafo, formado pelas sequências (11 – 17), apresenta um conjunto de sequências argumentativas, com a finalidade de expor um ponto de vista adverso à tese. Nessa perspectiva, ressaltamos o segmento (11), iniciado pela expressão "Esse dilema", é impregnado de uma marcante força argumentativa uma vez que o pronome anafórico "esse" cataliza, promove uma retomada da atitude dos "barões da República".

As sequências argumentativas (12 -17), que fazem parte do quarto parágrafo, assumem a função de enumerar as reflexões anunciadas em (11), o que nos sugere citar os dizeres de Marquesi; Elias; Cabral (2017, p. 12), ao proferirem que "um conjunto de conhecimentos socialmente compartilhados serve de apoio para os argumentos e possibilita o escoramento de inferências." Corroborando a proposta dessas autoras,

colocamos em pauta que o conteúdo identificado nas sequências (12) “Denúncias e posturas são fáceis (...)” e (13) “Os mais privilegiados toleram e prosperam com a bagunça.”

Os parágrafos 5 a 8 formam a macroação 4 e demarcam os argumentos-provas, responsáveis por sustentar a tese apresentada. Nessa macroação, ressaltamos a ocorrência marcante de sequências descritivas, que, em operações de tematização por ancoragem, evidenciam os países banhados pelo Atlântico, no segmento (18),“Argentina, Brasil e Venezuela” e, no segmento (25), “A Colômbia”. Por outro lado, registramos a operação de tematização por reformulação no segmento (21), “ Pacífico, Peru e Colômbia”, ao apresentar os países no final do segmento.

Entendemos que a presente escolha de organização textual pode ser explicada pelo fato de, na operação de tematização por ancoragem, o autor tem a intenção de ressaltar os três países banhados pelo Atlântico, por isso, eles são identificados no início do segmento; já a operação de reformulação a intenção do articulista está centrada no contraponto que ele faz entre os três países banhados pelo Pacífico, ou seja, há uma forte demarcação da diferença entre os dois grupos.

Essa observação nos direciona a interpretar que as asserções contidas nos segmentos (22), (25), (27) e (28), configuradas em sequências narrativas, se encarregam de apresentar, sob o ponto de vista do autor, fatos acontecidos nos países citados, de forma que eles, além de mencionar os acontecimentos, contribui para a edificação do processo argumentativo.

Ancorados nos dizeres de Bronckart (1999, p. 222), chamamos a atenção para o fato de que as sequências narrativas podem não apresentar seu esquema completo e comportar apenas um número limitado de fases. Nessa perspectiva, identificamos nas sequências narrativas (22), (25), (27) e (28) a situação inicial: no segmento (22): “Os países também sofreram crises inflacionárias e conflitos internos (...)”, em (25): “ A Colômbia manteve equilíbrio fiscal (...)”; a complicação, no segmento (27): “Nos anos 90, o Peru estava à beira de um colapso financeiro (...)”; o desenlace, no segmento (28): “Desde os anos 2000, a economia registrava taxas de crescimento entre as mais elevadas da América Latina (...)”.

A ocorrência de organizadores textuais é outra estratégia argumentativa que pode ser considerada na macroação 4. Dentre elas, identificamos o marcador: *No Chile*, na sequência (26), delimitando o país que seria colocado em evidência naquela parte do

texto. Nos segmentos (27) e (28), são registradas, para expor informações a respeito do Peru, as expressõoes adverbiais temporais: *Nos anos 90* (...), e, *Desde o ano 2000*. Além de esses marcadores discursivos contribuírem para a organização do texto, segundo Adam (2011, p. 182), "a combinação de organizadores textuais e temporais tem o objetivo de ajudar o leitor a construir um todo coerente."

Os segmentos (29) e (30) concluem a macroação 4, expondo dois argumentos-provas sobre o IDH do Peru que se aproxima do Brasil, porém a carga tributária do Peru "equivale a 40% da brasileira." Outro dado relevante se refere ao investimento do PIB nos dois países, sendo apenas 16% no Brasil contra 24% no Peru. Ainda pode ser considerado o levantamento de inferências quanto ao mal uso de investimentos públicos, no Brasil, causados pela corrupção e pelo parasitismo fiscal, resultando em desperdícios nos investimentos públicos.

Nosso olhar se volta, agora, para a macroação 5, constituída sequências argumentativas (31 – 34). Como nos textos 2 a 5, a macroação 5 expõe uma conclusão do texto, afirmando, mais uma vez, a organização textual de um artigo de opinião. Nela, o autor aponta que o Brasil vive em um parasitismo político e que isso se torna um perigo para os brasileiros. A partir da citação da permência dos barões da República em suas devidas posições com os mesmas atitudes políticas, justificam o título "Velhos desafios" e levam a induzir o pensamento situado na nova tese, localizada no segmento (34): "para fortalecer a democracia, precisamos de novas lideranças e novas abordagens."

A macroação 6 é formada pela sequência descritiva (35) e indica a fonte do texto: revista Veja, p. 23, janeiro de 2015.

Vale ressaltar que A6 apresentou uma organização diferente de A1, A2, A3, A4 e A5, pois nele, o articulista não explicitou um comentário ou uma avaliação antes da conclusão do texto. Contudo, este não é um fato que inviabiliza caracterizar A6 como artigo de opinião, pois é um texto que pode ser incluído nos planos de textos ocasionais.

Conforme anunciado no início desta análise, passamos, a partir deste ponto, a mostrar, com vista no plano de texto registrado do Quadro 20, percursos estratégicos utilizados pelo articulista para desenvolver sua atividade argumentativa.

MACROAÇÃO 1: Segmentos (1 – 2)

Título e autor: *Velhos desafios* , Norman Gall.

MACROAÇÃO 2: segmentos (3 – 8)

Na macroação 2, o autor expõe a polêmica e a justifica, mediante relato de acontecimentos em ordem cronológica. Acreditamos que esta seja uma estratégia para mostrar a magnitude do assunto apontado na tese.

Apresentação da polêmica: (3) "A queda livre do sistema político brasileiro muda da fantasia para uma queda palpável."

Problematização: (4) "O desafio não é novo."

Constatação de fatos que justificam, em ordem cronológica, que o desafio é velho: (5) " Nas seis décadas que se seguiram ao suicídio de Getúlio Vargas, (...) cinco dos dez civis que ocuparam a presidência da República não terminaram seu mandato (...)"

(6) "Em períodos recentes, o Brasil sofreu dos episódios de hiperinflação (...)"

(8) Agora os brasileiros se defrontam com um escândalo de corrupção endêmica (...)"

MACROAÇÃO 3: segmentos (9 – 17)

A macroação 3 se encarrega de problematizar a corrupção identificada no Brasil, por meio da citação da atitude de políticos antigos com o objetivo de salvar o senador Renan Calheiros da perda do mandato.

Constatação do fato: (9) "(...) os barões da República se juntaram com os ministros do Supremo Tribunal Federal (...)"

Ponto de vista adverso à tese: (11) "Esse dilema convoca a reflexões."

Ponto de vista em favor da tese – por oposição: (12) "(...) mas não somos inocentes."

(14) (...) não são suficientes." ; (16) (...) mas ainda não sabe como."

Analogia: (17) "(...) quando comparamos (...)"

MACORAÇÃO 4: segmentos (18 – 30)

Apresentação de argumentos-provas, retratando a comparação entre países, anunciada no final da macroação anterior. Entendemos que essa estratégia pode levar o leitor a se convencer do ponto de vista do autor.

Citação de países banhados pelo Atlântico: Argentina, Brasil e Venezuela.

Asserção para demonstrar a situação das três repúblicas: (18) "(...) mais ricos em recurso naturais (...)"

Problematização: (19) "Sofrem de crises recorrentes(...)"

Citação de países banhados pelo Pacífico: (21) "Chile, Peru e Colômbia"

Comentário a favor dos países: (21) "O rumo das três repúblicas (...) é diferente."

Constatação de dados (vidências) a favor das três repúblicas: (23) "Aprenderam os limites sadios da gestão pública (...)"

25) "A Colômbia manteve equilíbrio fiscal (...)"

(26) "No Chile, a ditadura (...) cedeu lugar a um regime democrático."

(28) "(...) a economia peruana registra taxas de crescimento (...)"

MACROAÇÃO 5: segmentos (31 – 34)

Nesta macroação, o articulista apresenta a conclusão de sua argumentação e apresenta uma nova tese.

Asserção para refutar a tese: (31) "O Brasil precisa sair do parasitismo fiscal (...)"

Asserção de caráter generalizador: (32) "Vivemos um perigo."

Conclusão: (33) "Os barões da República preservam suas posições, mas não ajudam muito."

Nova tese: (34) "Para fortalecer a democracia, precisamos e novas lideranças e novas abordagens."

4.2.7 Considerações sobre a ocorrência das sequências textuais identificadas na análise de A1, A2, A3, A4, A5, A6

A análise do *corpus* sob o aporte teórico da Teoria das Sequências Textuais, postulados por Adam (2011) nos levou a constatar que A1, A2, A3, A4, A5 e A6 apresentaram características que nos viabilizaram delinear algumas considerações.

Esclarecemos que, ao proceder as observações, são inseridas outras considerações a respeito dos gêneros. Para tanto, elencamos os dizeres de Marcuschi (2008, p. 154) ao aventar que "(...) os gêneros textuais operam, em certos contextos, como formas de legitimação discursiva, já que situam nessa relação sócio-discursiva com fontes de produção que lhes dão sustentação além de justificativa individual." Assim, o linguista nos sinaliza para a possibilidade de inserir o artigo de opinião em contextos discursivos diversos, viabilizando a apresentação e discussão de temáticas diferentes e especificas, de forma a atender o fim comunicativo do produtor.

Defendemos com Adam (2011, p. 258) que os textos são "estruturados de maneira muito flexíveis", resultando em formas de organização diferentes, e, ao mesmo tempo, retratam uma organização que direciona a elaboração de planos de textos fixos ou ocasionais. Nessa perspectiva, identificamos, em cada artigo, as sequências que compõem o texto, cujo resumo apresentamos a Tabela 14, em ordem alfabética.

Tabela 14: Ocorrência das sequências textuais em A1, A2, A3, A4, A5, A6

Sequências	A1	A2	A3	A4	A5	A6	Total
argumentativas	17	21	14	23	31	16	122
descritivas	10	3	8	6	20	10	57
explicativas	3	-	1	-	2	-	6
narrativas	1	11	9	9	1	9	40
Total	31	35	38	54	54	35	X

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Reiteramos que, apesar de não empreendermos uma análise quantitativa dos dados, avaliamos ser pertinente identificar, nos artigos, a ocorrência das sequências textuais, uma vez que nosso objetivo central é verificar a prototipicidade do gênero artigo de opinião. Registramos, em ordem decrescente, a ocorrência das sequências textuais no *corpus*:

1º) sequências argumentativas: 121 ocorrências;

2º) sequências descritivas: 58 ocorrências;

3º) sequências narrativas: 40 ocorrências;

4º sequências explicativas: 6 ocorrências.

A Tabela 14 retrata a ocorrência das sequências nos seis artigos analisados, bem como o predomínio das sequências argumentativas que apresentaram a maior incidência em todos os textos que compuseram o *corpus*.

Essa constatação nos encaminha para as palavras de Fiorin (2015, p. 19) ao propor que "os argumentos são os raciocínios que se destinam a persuadir, isto é, a convencer ou a comover, ambos meios igualmente válidos de levar a aceitar uma determinada tese." Considerando que, em um artigo de opinião, o produtor pretende exercer o poder da persuasão, ele deve fundamentar sua razão em fatos que podem induzir o leitor à aceitação de sua proposta, o que justifica a supremacia das sequências argumentativas.

Concluímos, ainda, que as sequências descritivas e narrativas, identificadas no decorrer no texto, exercem um importante papel no processo de orientação argumentativa, na medida que apresentam características específicas de fatos enumerados ou relatam dados que podem levar o leitor a acreditar no ponto de vista do produtor.

No que se refere às sequências descritivas, conforme Adam (2011, p. 217), "um procedimento descritivo é inseparável da expressão de um ponto de vista, e de uma visada do discurso", ou seja, de um fim comunicativo. Além disso, entendemos com Marquesi; Elias; Cabral (2017, p. 19) "que, ao designar, tematizar ou nomear um ser/objeto, o produtor já indica escolhas lexicais e sintáticas para qualificar, localizar, situar esse objeto, em função de um querer dizer." Dessa forma, ponderamos que as sequências descritivas assumiram função relevante na argumentação.

Voltando nosso olhar para as sequências narrativas que foram marcantes na orientação argumentativa, defendemos, também aliados a Marquesi; Elias; Cabral (2017, p. 16), que a narrativa pressupõe intenções, objetivos, ação, causa consequências, intrigas (...)", o que vai ao encontro da funcionalidade do gênero artigo de opinião.

A sequência explicativa apresentou, em nossa análise, um número menor de ocorrências e, nos dizeres de Adam (2011, p. 234), "a explicação aparece como um ato

intermediário entre o objetivo ilocucionário primário da asserção (partilhar uma crença ou um conhecimento) e o objetivo último do ato (convencer para fazer agir)". Nessa perspectiva, avaliamos que a sequência explicativa, embora em número menor de ocorrência, assume função relevante no processo argumentativo.

Ancorados nos dizeres de Adam (2011, p. 258), quanto à flexibilidade na organização dos textos, situamos o gênero artigo de opinião como pertencente ao grupo dos planos de texto ocasionais, pois podem sofrer variação de um texto para outro, uma vez que a identificação dos segmentos pode ultrapassar o nível dos períodos e das sentenças que constituem o artigo.

Quanto aos planos de textos, verificamos que os artigos não revelaram uma organização idêntica, mas se aproximaram em vários aspectos, como demonstrado no Quadro 22 que apresenta o resumo dos planos de textos dos artigos.

Quadro 22: Planos de texto de A1, A2, A3, A4, A5, A6

Nº	MACROAÇÕES						
	Título e autor(a)	Tese	Desenvolvimento			Conclusão	Fonte
			Argumentos-provas	Comentário	Avaliação		
A1	X	X	X	-	X	X	X
A2	X	X	X	-	X	X	X
A3	X	X	X	X	X	X	X
A4	X	X	X	-	X	X	X
A5	X	X	X	X	X	X	X
A6	X	X	X	-	-	X	X

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Quando se trata de um O Quadro 22 nos alertou para o fato de que se espera em um texto pertencente ao gênero artigo de opinião a presença do título, do autor, de uma unidade relativa ao desenvolvimento, da conclusão e da fonte. Porém, saltou-nos aos olhos a não regularidade da maneira como os articulistas elaboraram o desenvolvimento dos textos, responsável pela argumentação a favor da tese apresentada.

Para explicitar nosso pensamento, citamos os dizeres de Carvalhais (2017), ao argumentar que

> a unidade retórica intitulada argumentação recebe esse nome porque é o principal espaço que tem o articulista para convencer o leitor. Os argumentos utilizados pela instância de produção dos artigos podem ser apresentados de diversas formas, tais como: fatos, exemplos, citações, dados estatísticos, dentre

> outras possibilidades. Assim, os recursos retóricos são bastante diversificados. (CARVALHAIS, 2017, p. 172)

Nessa perspectiva, entendemos ser factível justificar a presença de argumentos-provas em todos os textos, bem como a ocorrência de comentário em dois artigos (A3 e A5), além da constatação de que a avaliação só não se fez presente em A (6).

Outro aspecto abordado por nós na organização textual, principalmente no desenrolar do processo argumentativo, se refere à escolha lexical e ao papel dos marcadores discursivos (conectivos, operadores argumentativos e organizadores textuais), nos textos analisados.

Assim, de acordo com o gênero, foi verificada, por exemplo, a presença de verbos no pretérito, adjetivos e advérbios, no sentido de corroborar a materialidade do processo argumentativo.

Considerando os dizeres de Adam (2011), de Koch (2010) e de Koch & Elias (2016), apresentamos nossas observações a respeito da ocorrência dos marcadores discursivos, no *corpus*. Contudo, atentamos para o fato de que foram priorizados aqueles que, de alguma forma, apresentaram maior relevância no processo argumentativo.

Apresentamos, primeiramente, os marcadores discursivos identificados: *pois, mas, porém, portanto, se, porque, porém, apesar disso, infelizmente, plenamente, com razão, de fato, além disso, isso tudo, ou seja, de fato.* A análise nos retratou que eles exercem, nos textos, diferentes papeis, tais como:

- apresentam ou sustentam contra-argumentos;
- introduzem uma conclusão;
- sustentam inferências;
- reforçam a subjetividade do produtor do texto.

Os organizadores textuais verificados e destacados nos artigos foram: *de 2012 em diante, primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, no Brasil, em Singapura.* Foi possível aferir que eles cumprem funções diferentes e específicas como descrito a seguir:

- introduzem um comentário;
- organizam a linearidade do texto;
- indicam uma avaliação do produtor;
- reforçam o processo argumentativo;
- situam elementos no tempo e no espaço, viabilizando o processo argumentativo;
- promovem retomadas de informações;
- auxiliam o leitor na construção de sentido.

4.3 A Teoria da Estrutura Retórica e a Teoria das Sequências Textuais: convergências

A Teoria da Estrutura Retórica, aporte teórico que fundamentou este trabalho, tem como objetivo, conforme Mann & Thompson (1988), analisar a organização hierárquica do texto, com foco na coerência. Já a Teoria das Sequências Textuais, nos dizeres de Adam (2011, p. 204 e 205), propõe que o texto é constituído de sequenciamento linear, formado por unidades textuais (proposições-enunciados) interligadas. Assim, o conjunto de proposições-enunciados constituem as macroproposições, de forma que cada uma delas adquire seu sentido em relação às outras, e, ao mesmo tempo, são relativamente independentes.

Dessa forma, entendemos que há convergência entre as duas teorias, pois elas proporcionam o estudo do texto, com foco nas escolhas linguísticas do produtor, tendo em vista seu fim comunicativo.

Ressaltamos que a segmentação do texto a partir da RST, considerando a macroestrutura, apresentou proximidade, isto é, convergência com a Teoria das Sequências Textuais. Essas observações se justificam pelo fato de as porções textuais, identificadas de acordo com a RST, apresentarem características semelhantes às macroações, reconhecidas na análise à luz da Teoria das Sequências Textuais, como descrito a seguir.

Os diagramas arbóreos da estrutura retórica dos artigos e os planos de textos, constituídos mediante identificação das sequências textuais, nos permitiram verificar alguns aspectos que merecem ser pontuados. Dentre eles, ressaltamos, em primeiro

lugar, a constatação de que as relações retóricas de *atribuição*, indicando o título e autor(a) e a relação retórica de *preparação*, que emerge entre essa porção e o texto, convergem com a macroação 1 em todos os artigos.

Na análise a partir da RST, verificamos que a UI (3) sinaliza a tese a ser defendida pelo articulista e, ao mesmo tempo, essa porção textual corresponde à macroação 2, na análise de acordo com a TST, em todo o *corpus*. Verificamos também que em A1, A2, A3 e A4 emergiu, entre a UI (3) e as outras unidades de informação do texto, a relação retórica de *evidência*, o que não foi registrado em A(5) e A(6), nos quais foi verificada a emergência da relação retórica de *elaboração*.

É importante retomar a caracterização das relações retóricas de *evidência* e de *elaboração*. Nos postulados de Mann & Thompson (1988), a relação de *evidência* sinaliza que o conteúdo do satélite leva o leitor a acreditar no conteúdo do núcleo, enquanto a relação de *elaboração* veicula, no satélite, informações adicionais a esse núcleo. Nessa perspectiva, avaliamos que, quanto ao efeito, as duas proposições relacionais se aproximam, no sentido de veicularem, no satélite, informações que levam o leitor a se tornar mais informado sobre a situação contida no núcleo. Nessa mesma direção, as sequências textuais apresentaram, na análise, a macroação 3, materializada pelos argumentos-provas, que, na verdade, direcionam para o mesmo objetivo, ou seja, oferecer mais informações ao leitor.

Outro aspecto que apresentou convergência entre as duas teorias se refere às porções textuais cuja função é avaliar ou comentar o conteúdo de unidades de informação anteriores. Na análise pela RST, esse processo se deu pelas proposições relacionais de *comentário* e de *avaliação*, facultando ao produtor a exposição de seu ponto de vista em relação ao conteúdo do núcleo. Na mesma perspectiva, essas informações se materializaram na macroação 4, na análise pela Teoria das Sequências Textuais.

No que se refere à porção textual que se presta ao fechamento do texto, foi identificada a relação retórica de *conclusão* em todo o *corpus*. Ao mesmo tempo e na mesma direção, foi identificada, na macroação 5 de todos os textos, a finalização do artigo, ou seja, a conclusão da discussão da tese, exposta no início do texto.

Por fim, registramos, pela RST, a relação retórica de *capacitação* entre a última unidade de informação (fonte) e todo o texto. Da mesma forma, em todos os artigos, a

macroação 6 conclui o plano de texto e é materializada pela sequência textual formada pela fonte, onde situa o artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese de Doutorado visou retratar a organização textual do gênero artigo de opinião à luz da Teoria da Estrutura Retórica e da Teoria das Sequências Textuais. Para que fosse atingido o objetivo, partimos da hipótese de que o produtor elabora e organiza seu texto a partir de um determinado fim comunicativo e que o gênero pesquisado favorece o aparecimento de proposições relacionais de *elaboração, lista, sequência* e *avaliação,* bem como a predominância da sequência argumentativa.

O Capítulo 1 colocou em evidência o objeto de estudo – o artigo de opinião - com a finalidade de apresentar este gênero no que se refere às suas características específicas, ao seu domínio discursivo, aos veículos de divulgação, aos autores, às temáticas e às estratégias de organização textual, pautados nos dizeres de Emediato (2008) e Koch e Elias (2016).

O Capítulo 2 referiu-se ao arcabouço teórico que conduziu a pesquisa. Nele, apresentamos, de acordo com Perelman & Olbrechs-Tyteca (2005), Garcia (1986), o conceito de argumentação. A partir dos postulados de Koch (2010) e Koch e Elias (2016), tratamos dos operadores argumentativos – conectivos e marcadores discursivos - e a contribuição deles para a construção do processo argumentativo. Nesse capítulo, dispensamos um espaço maior para apresentação de princípios gerais do Funcionalismo Linguístico, à luz dos postulados de Halliday e Matthiessen (2004), Santos (2014), Decat (1993 – 2010) e Neves (2004). Ancorados nos dizeres de Teun van Dijk (1993), discorremos também sobre a macroestrutura textual, visto que a elegemos como unidade de análise.

Apresentamos a Teoria da Estrutura Retórica, teoria funcionalista, um dos aportes teóricos que balizaram esta pesquisa, nos postulados de Mann & Thompson (1983), Mann (1984) Mann & Thompson (1987), Mann & Thompson (1988), Taboada (2004), dentre outros. Para tanto, buscamos informações sobre a origem da teoria, seu objetivo, princípios e seu percurso que, do uso para a geração automática de texto, atingiu uma aplicabilidade nos estudos linguísticos, quanto a sua organização textual, bem como seu aspecto funcional-discursivo.

Ostentamos o quadro das proposições relacionais ou relações retóricas, de acordo com Mann & Thompson (1988), por ser o ponto de partida de nossas análises. Além disso, atentamos para a proposta de Bernárdez (1995) no que se refere às vias de

continuidade, alinhadas às relações retóricas por entendermos que seria uma maneira de tornar mais consistente nossa análise.

Ainda nesse arcabouço teórico, dispensamos atenção para o conceito de língua e linguagem, de texto, de gênero, de coerência, à luz de Bakhtin (1992), Marcuschi (2008), dentre outros; os fundamentos da Teoria das Sequências Textuais, na proposta de Adam (2011).

No desenvolvimento da pesquisa, ocupamos, em seguida, da análise qualitativa de seis artigos de opinião, sendo três da revista *Carta Capital* e três da revista *Veja*, do período 2015-2016, que se adequavam nos critérios por nós pré-estabelecidos na Metodologia. Dessa forma, elencamos como critérios teórico-metodológios as referências de análise de acordo com a Teoria da Estrutura Retórica, aliada às vias de continuidade de Bernárdez (1995), além das referências de análise de acordo com a Teoria das Sequências Textuais, à luz de Adam (2011). Reiteramos que, embora nossa análise não tenha cunho quantitativo, procedemos à contagem da emergência das proposições relacionais ou relações retóricas e das sequências textuais a título de viabilizar a verificação da prototipicidade do gênero artigo de opinião.

As análises nos direcionaram para as considerações finais da pesquisa que passamos a descrever. Salientamos que a descrição é orientada pelo objetivo geral e pelos objetivos específicos por nós traçados no início deste trabalho. Optamos por iniciar pelos objetivos específicos por entendermos ser oportuno apresentar observações mais detalhadas sobre eles.

Esboçamos, como primeiro objetivo específico, *verificar, numa abordagem funcionalista, com base na Teoria da Estrutura Retórica, a ocorrência das proposições relacionais, bem como a predominância delas na organização do gênero artigo de opinião.* Conforme sinalizado no decorrer do trabalho, nossa análise elencou a macroestrutura como unidade de análise. Assim, os diagramas da estrutura retórica identificaram quatro tipos de relações retóricas presentes nos seis artigos analisados, uma ocorrência em cada texto. São elas: *atribuição, capacitação, preparação* e *conclusão*. As relações retóricas de *elaboração* e de *evidência* também tiveram seis ocorrências, contudo não ocorreram em todos os textos. A relação de *evidência*, da via apresentativa, foi identificada em A1, A2, A3, A4, A6 a relação de *elaboração*, da via hipotática foi verificada em A3, A5 e A6.

A ocorrência dessas relações nos sugere a prototipicidade do gênero, visto que as relações de *atribuição* e *preparação* sempre abrem o texto, enquanto a de *capacitação* o finaliza. Outra característica marcante ficou por conta das relações de *evidência* e de *elaboração,* com seis ocorrências cada uma. Considerando a caracterização dessas duas proposições relacionais, esclarecemos que o satélite procura direcionar para o efeito de aumentar a crença no leitor, na primeira, e, na segunda, ele acrescenta dados ao conteúdo do núcleo, o que nos leva a preconizar que esses dois tipos de relação retórica também apontam para a prototipicidade do artigo de opinião.

Vale lembrar que o conteúdo discursivo é direcionado à argumentação da tese apresentada pelo articulista. Nesse sentido, propomos que as relações de *elaboração* e de *evidência* estão presentes nos textos e são de grande relevância, não só por sugerir a prototicipadade do gênero, mas também por viabilizar o processo argumentativo.

Salientamos, ainda, a relação de *avaliação*, da via hipotática, em (A1, A3, A5 e A6) e a de *justificativa* (A3, A5 e A6), que, em nossa análise, também apontam para uma caracterização bem específica do gênero.

O segundo objetivo específico centrou-se na Linguística Textual, especificamente na Teoria da Sequências Textuais, à luz dos pressupostos de Adam (2011), para *identificar as sequências textuais nos textos que constituíram o corpus*. Assim, foi possível verificar a ocorrência das sequências argumentativas, descritivas e narrativas nos seis artigos apresentados. A sequência explicativa foi verificada em três textos (A1, A3 e A5). Ressaltamos que as sequências argumentativas tiveram a ocorrência mais marcante, entretanto, avaliamos que o processo argumentativo se consolidou com as informações veiculadas nos outros tipos de sequência. O resultado nos apontou, portanto, que o artigo de opinião é bem prototípico no tocante às sequências argumentativas, seguidas das descritivas e narrativas.

No terceiro objetivo focamos em *identificar os planos de texto decorrentes da constatação das sequências textuais nos artigos.* Nesse sentido, verificamos que foi possível elaborar os planos de texto e que todos eles apresentaram seis macroações, de forma que a macroação 1, foi formada pelo título e o autor; a 2, pela tese; a 3 pelos argumentos-provas; a 4, por comentário e/ou avaliação; a 5, pela conclusão e, por fim, a 6, pela fonte. Esses resultados nos levaram a concluir que o artigo de opinião apresentou uma forma prototípica de organização textual no tocante aos planos de texto. Porém, ressaltamos que, conforme aponta Adam (2011, p.156), o artigo de opinião pode ser

situado nos textos de planos ocasionais, o que nos direciona a afirmar que não há uma uniformamidade no conteúdo apresentado nas macroações, mas uma regularidade no número delas.

O quarto objetivo se destinou a *verificar a função dos marcadores discursivos – conectivos, operadores argumentativos e organizadores textuais – na argumentação.* Nesse caminho, as análises nos sinalizaram a relevância desses elementos textuais, uma vez que eles se prestaram a papeis fundamentais no processo argumentativo. Nossa análise nos indicou que os conectores e operadores argumentativos desempenharam diferentes papeis, tais como: apresentaram ou sustentaram contra-argumentos, possibilitaram inferências, externaram a subjetividade do produtor e introduziram um conclusão. Na mesma direção, os organizadores textuais se prestaram a funções relevantes como: introduziram um comentário; garantiram a linearidade do texto, facilitando as inferências e compreensão do leitor, externaram uma avaliação do articulista, além de orientarem e reforçarem o processo argumentativo.

O quinto e último objetivo específico foi definido no sentido de *verificar se havia ou não convergências entre a Teoria da Estrutura Retórica e a Teoria das Sequências Textuais na organização do texto.* O resultado das análises nos levou a identificar, mediante observação da estrutura retórica resultante da macroestrutura, e dos planos de textos dos seis artigos, determinadas convergências entre as duas teorias, que passamos a descrever.

Aferimos que, em todos os artigos analisados, os segmentos que formaram, no plano de texto, a macroação 1, apresentaram as relações retóricas de *atribuição* e de *preparação*, além de apresentarem sequências descritivas e argumentativas (A3 e A5) e sequências descritivas em A1, A2, A4 e A6.

A macroação 2, instituída pela tese, exerceu a função de núcleo, na Teoria da Estrutura Retórica, além de terem sido identificadas as relações de *evidência* ou de *elaboração,* ao considerar este núcleo e todo o texto. No arcabouço da Teoria das Sequências Textuais, verificamos a predominância de sequências argumentativas, seguidas, principalmente, de sequências narrativas e descritivas, nessa macroação.

As macroações 3 e 4 se encarregaram de garantir a argumentação em torno da tese, enquanto a macroação 5 veiculou a conclusão do artigo. Nesse sentido, é compreendido que o produtordo texto tenha feito escolhas linguísticas adequadas aos objetivos de argumentar e de concluir, o que provocou a ocorrências de determinadas

sequências textuais, como descrito a seguir: a macroação 3 apresentou soberania da sequência argumentativa em todos os artigos, e, em seguida, aferimos a predominância da sequências narrativas. A macroação 4 também estampou a preponderância das sequências narrativas (A2, A3, A4) e sequências descritivas (A1 e A5). As sequências argumentativas predominaram na macroação 5, seguidas das descritivas (A1, A5) e narrativas (A1, A5, A6). A macroação 6 mostra a fonte de todos os textos, com o registro de sequências descritivas em todo o *corpus*.

Diante do exposto, com relação às sequências textuais, verificamos que a prototipicidade do artigo de opinião caminhou para a preponderância das sequências argumentativas, descritivas e narrativas, pois elas se fizeram presentes em todos os textos analisados.

Outro aspecto que nos direcionou para uma organização prototípica desse gênero ficou por conta da confluência entre o quadro da macroestrutura e o plano de texto, estampando, dessa maneira, traços de estabilidade que passamos a descrever. A macro estrutura foi constituída à luz de van Dijk (1993), que a nomeia a partir da organização global do texto. Por outro lado, o plano de texto, de acordo com Adam (2011) é edificada de acordo com a linearidade textual.

Dessa forma, foram verificadas, nesse aspecto, algumas convergências entre a Teoria da Estrutura Retórica e a Teoria das Sequências Textuais, que explicitamos a seguir: no bloco informacional 1, inserimos os elementos periféricos - o título, o(a) autor(a) e a fonte. No plano de texto, a fonte constitui a macroação 6; no bloco informacional 2 e na macroação 2, se situa a tese; o bloco informacional 3 ficou por conta da argumentação – dados, avaliação, comentário, que, no plano de texto, formaram as macroações 3 e 4, visto que, alinhados à linearidade do texto, propusemos reunir em macroações diferentes os argumentos-provas, avaliação e comentário; o bloco informacional 4 e a macroação 5 materializam a conclusão do artigo em todo o *corpus*.

Concluímos, pois, que, embora haja diferenças no número de blocos informação em relação às macroações, entendemos que as duas teorias contribuem, sobremaneira, para uma análise textual confiável do gênero artigo de opinião.

Com o olhar ainda mais atento para os resultados de nossa análise, passamos a traçar outras considerações a respeito do gênero artigo de opinião, levando em conta o aporte teórico que deu sustentação à nossa pesquisa e que se concentrou, quanto à RST,

em Mann e Thompon (1988), Taboada (2006), Bernárdez (1995), dentre outros e, por Adam (2011), ao abordamos a Teoria das Sequências Textuais.

Dessa forma, consideramos que, ao produzir um artigo de opinião, o articulista deve levar em conta determinados pontos. Primeiro, entendemos que o assunto que o autor pressupõe ser relevante para seus possíveis leitores, bem como o suporte, responsável por divulgar o texto, fizeram emergir relações retóricas de *atribuição*, *preparação* e *capacitação*, na análise conduzida pela RST, e a materialização de sequências argumentativas e descritivas, pela Teoria das Sequências Textuais.

Em segundo lugar, avaliamos ser pertinente que o produtor situe a temática que provocou o desenrolar o artigo. Nesse sentido, a análise à luz da RST nos apontou que essa temática se materializou como núcleo em todos os textos. A Teoria das Sequências Textuais nos conduziu a formar a macroação 2, na qual se estamparam, predominantemente, sequências argumentativas, acompanhadas de descritivas e narrativas.

Em seguida, ao produzir um artigo de opinião, o articulista deve expor seus argumentos em torno da tese estipulada, por meio de dados, fatos, proporcionando, pela RST, entre o núcleo e o resto do texto – satélite - a emergência de relações retóricas de *evidência*, *elaboração*, *avaliação*, *resultado*, *justificativa*, *sequência*, *lista* e *comentário*. A análise pela Teoria das Sequências Textuais nos permitiu identificar um grande número de sequências argumentativas e de sequências descritas e narrativas, exercendo o papel de conduzirem o processo argumentativo e, consequentemente, convencerem o leitor da temática e dos argumentos expostos.

Enfim, ao produzir um artigo de opinião, o articulista deve conduzir o leitor à identificação de alguns aspectos, como uma conclusão da discussão levantada na tese e que, progressivamente, vai se expandindo ao longo da argumentação, além de uma nova tese que poderia provocar outras discussões. Dessa forma, no *corpus*, foi verificada, na análise a partir da RST, a emergência da relação retórica de *conclusão* entre o texto e o satélite que finaliza o artigo; pela TST, o texto foi concluído na macroação 5, constituída de sequências argumentativas, principalmente.

A partir deste ponto, apresentamos as considerações referentes ao objetivo geral, formulado por nós, e que direcionou esta pesquisa. De posse dos resultados das análises e ao fazer o cruzamento das duas teorias que embasaram teoricamente este estudo, identificamos particularidades que nos possibilitaram *delinear a organização textual do*

gênero artigo de opinião, à luz da Teoria da Estrutura Retórica e da Teoria das Sequências Textuais.

Em princípio, ou seja, de maneira mais geral, é pertinente apontar que um texto que anuncia, no(s) primeiro(s) parágráfo(s), uma tese desenvolvida pela exposição de um ponto de vista, por meio de argumentos - dados e fatos - acompanhados de uma avaliação e, às vezes, de um comentário, encerrando-se com uma conclusão, seguida de uma nova tese, pode ser caracterizado como artigo de opinião. Dessa forma, esse gênero apresenta, como postula Jamal (2015, p. 209), "um modelo convencional socialmente estabelecido."

Contudo, é pertinente rememorar que, nos postulados de Adam (2011, p. 258), os textos seguem formas muito flexíveis de organização. Dessa forma, embora o artigo de opinão apresente marcas linguísticas notadamente reconhecidas como pertencente a essa categoria, ele faz parte do grupo que apresenta um plano de texto de cunho ocasional. Nessa perspectiva, verificamos que o articulista, ao apresentar a tese, direciona a organização de seu texto para um caráter majoritariamente argumentativo, cujo processo é, sobretudo, apoiado pelos aspectos descritivo e narrativo.

Essa assertiva pode ser ilustrada pelos resultados das análises desenvolvidas com baswe nas duas teorias. Por um lado, embora o gênero apresente instabilidade de organização por ser de caráter ocasional, a RST nos levou a identificar, na estrutura retórica dos artigos, a incidências de proposições relacionais que possibilitaram constatar sua identidade organizacional. Na perspectiva da TST, a identificação das sequências, na linearidade do texto, foi decisiva para a elaboração de um *plano de texto* que retratasse a organização de cada artigo. Ao confrontá-los, foi possível atentar para o fato de que há muita semelhança e proximidade de caracterização entre os artigos.

Ressaltamos, ainda, que alguns aspectos são recorrentes e demarcam uma certa estabilidade do gênero e, ao mesmo tempo, contribuem para a caracterização dele como o registro, em todo o *corpus*, do título, do autor(a), da conclusão e da fonte, de forma marcante, quanto à localização na organização do texto. A instabilidade do gênero se situa na parte que se encarrega de argumentar sobre a tese proposta, pois, esta depende exclusivamente da maneira como o produtor organizou seu texto.

Conforme anunciado e reiterado ao longo deste trabalho, nossa pesquisa priorizou a macroestrutura do texto para que fossem identificadas as proposições relacionais, a estrutura retórica e as sequências textuais, bem como a elaboração dos

planos de texto, o que nos possibilitou verificar as opções e as estratégias do articulista para para organizar seu artigo. O percurso foi permeado de desafios e de descobertas! O resultado não poderia ter sido mais satisfatório, pois tudo isso nos tornou capacitados a divulgar a organização textual do gênero artigo de opinião, à luz da Teoria da Estrutura Retórica e da Teoria das Sequências Textuais.

Esperamos que este trabalho possa trazer contribuições para docentes e discentes no que se refere à organização do gênero artigo de opinião, com foco nos pressupostos da RST e da TST.

Concluímos nossa análise, mas o estudo não se esgota neste trabalho. Acreditamos que outros questionamentos possam provocar outras pesquisas, que abordem aspectos como:

- O papel dos elementos pragmáticos como efeito no leitor, na emergência das relações retóricas e o objetivo do artigo de opinião.

- A aplicabilidade da Teoria da Estrutura Retórica e da Teoria das Sequências Textuais na análise da organização prototípica de uma exposição oral, considerando que se trata, também, de um texto argumentativo.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTONIO, Juliano Desiderato. *Estrutura retórica e articulação de orações em narrativas orais e em narrativas escritas do Português.* Tese de Doutorado. Araraquara: UNESP, 2004.

_____. O texto como objeto de estudo na linguística funcional. In: ANTONIO, Juliano Desiderato ; NAVARRO, Pedro. (Orgs.). *O texto como objeto de ensino, de descrição linguística e de análise discursiva.* Maringá: Eduem, 2009. P. 61-80.

ANTONIO, Juliano Desiderato; RÚBIO, Marília Gabriela. *Relações retóricas de lista e de sequência estabelecidas por orações paratáticas aditivas e por orações paratáticas de justaposição: uma investigação funcionalista.* SIGNUM: Estud. Ling. Londrina, nº 15/1, p. 33-56, jun. 2012.

ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____ . *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

BAKTHIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKTHIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BATEMAN, John A.; DELIN, Judy. *Rhetorical Structure Theory*. (2006) Disponível em:b<https://www.researchgate.net/publication/287560055_Rhetorical_Structure_Theory.> Acesso em: 19 ago. 2017.

BAZERMAN, Charles. *Gênero, Agência e Escrita*. HOFFNAGEL, Judith Chambliss; DIONÍSIO, Angela Paiva. (Orgs.); tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. DIONÍSIO, Angela Paiva; HOFFNAGEL, Judith Chambliss (Orgs.); tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2009.

BEAUGRANDE, Robert-Alain. *New foundations for a science of text and discourse: cognition,communication,and the freedom of access to knowledge and society.* New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1997.

BENETTI, Marcia; HAGEN, Sean. *O discurso institucional das revistas semanais*. Disponível em: http://periodicos.ufc.br. Acesso em: set. 2016.

BENTES, Anna Christina. C. Linguística Textual. In. Mussalim, Fernanda; BENTES, F. (orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v. 1 – 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 245-287.

BERNÁRDEZ, Enrique. *El concepto del texto*. Disponível em: <http//es.scribd.com/doc/81629452/Bernardez-Enrique-1982-Concept-de-texto-Em-Introduccion-a-la-Linguistica-del-texto-Madrid>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. *Teoría y epistemología del texto*. Madrid: Cátedra, 1995.

BOFF, Odete Maria Benetti; KOCHE, Vanilda Salton; MARINELLO, Adiane Fogali. *O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação*. ReVel, vol. 7, n. 13, 2009.

BONINI, Adair. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates.* São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 208-259.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacional – Língua Portuguesa, 3° e 4° ciclos. Brasília/DF: Ministério de Educação e Cultura/SEB, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Diretoria de Avaliação da Educação Básica. (DAEB). Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), 2017.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular – Educação é a base (BNCC), 2017.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividades de Linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo.* São Paulo: EDUC, 1999.

CABRAL, Ana. Lúcia Tinoco. *O conceito de plano de texto: contribuições para o processo de planejamento da produção escrita*. Linha d'Água, n. 26 (2), p. 241-259, 2013.

CAIXETA, Geovane Fernandes. *"Que bom, que bom, ai, que bom!" Da existência da relação retórica de interjeição.* Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

CAMPOS, Rosane Campos Santos. *Anunciou: vendeu???? O anúncio publicitário na mídia impressa e os mecanismos de sua construção como gênero: uma análise funcional-discursiva*. Tese (Doutorado). Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

CANÇADO, Márcia. *Manual de Semântica – Noções básicas e exercícios.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CARLSON, Lynn.; MARCU, Daniel. *Discourse tagging reference manual*, 2001. Disponível em http://www.isi.edu/~marcu/discourse. Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

CARVALHAIS, Jairo. *A perspectiva textual-discursiva da linguagem no estudo de artigos jornalísticos de opinião: abordagens na mídia e no ensino*. 2017. 400 p. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CASTRO, Cláudio de Moura. *O pior ensino médio do mundo?* Veja, São Paulo, 14 dez. 2016, p. 72

CATELÃO, Evandro de Melo. *Textos argumentativos sob a ótica sociodiscursiva Jean Michel Adam: primeiras aproximações*. Anais do IX Encontro CELSUL, UFSC, Palhoca, SC, out. 2010.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAFE, Wallace. Linguistics diferences produced by diferences between speaking and wrinting. IN: OLSON, D.; TORRANCE, N.; HILDYARD, A. (Ed.). *Literacy, language and learning: the nature and consequences of Reading and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 105-123.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: Ida Lúcia Machado e Renato de Mello. *Gêneros: reflexões em análise do discurso*, Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004. Disponível em <http://www.patrick-charaudeau.com>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

CHARROLES, Michel. Introdução aos problemas da coerência dos textos (abordagem teórica e estudo das práticas pedagógicas). In: GALVES, C. *et all* (Org.). *O texto: escrita e leitura.* Campinas, SP: Pontes, 1988. p. 39-85.

CORREIA, Maria Risolina de Fátima Ribeiro. *Estrutura retórica do texto e a articulação de orações no artigo de opinião: uma abordagem funcionalista.* 2011. 117 p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

COSTA, Rafaela Domingues. *A organização das construções de ´por exemplo´em português: uma abordagem à luz da Teoria da Estrutura Retórica.* Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e Textualidade*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____, *Produção escrita: trabalhando com gêneros textuais* /caderno do professor / Maria da Graça Costa Val *et al*. – Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2007. 68 p. – (Coleção Alfabetização e Letramento)

_____, *Repensando a textualidade*. Disponível em: http://aedi.ufpa.br/. Acesso em 09 mar. 2018.

CUNHA, Angélica Furtado. Funcionalismo. In. MARTELOTTA, Mário Eduardo (org). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro. *O funcionamento dialógico em notícias e artigo de opinião*. *In*: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). Gêneros Textuais & Ensino, Editora Lucerna, 2002, p.166-179.

CUNHA, Gustavo Ximenes. *A articulação discursiva do gênero artigo de opinião à luz de um modelo modular de análise do discurso*. In: Revista Filologia e Linguística Portuguesa, vol. 14, p. 73-79, 2012.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. *Leite com manga morre* – da hipotaxe adverbial no português em uso, Tese de Doutorado. São Paulo: LAEL/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1993.

_____. *Estrutura retórica e articulação de orações em gêneros textuais diversos: uma abordagem funcionalista.* In: MARINHO, J.H.C; SARAIVA, M.E.F. (Org.) *Estudos da Língua em uso: da gramática ao texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. *Uma abordagem funcionalista para o estudo de processos linguísticos em gêneros textuais do português em uso*. Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística – UFRJ. Vol. 8, nº 1, junho, 2012.

_____. *A noção de unidade informacional no tratamento da subordinação*. Veredas on-line - Atemática, 2014/2, p. 123-135

_____. *A plausibilidade interpretativa de relações retóricas sobrepostas na articulação de orações no português brasileiro.* Disponível em <http//siba-esse.unisalento.it>, 2017 Universitá del Salento. Acesso em 10 de nov. 2017.

DIK, Simon. *The Theory os Funtional Grammar*. Dordrecht-Holland/Providence RI-USA: Foris Publications, 1989.

DU BOIS, John. *Discourse and Grammar*. In: TOMASELLO, M (Ed.). The psychology of language. v. 2. New Jersey: Laurence Erlbaum, 2003.

EMEDIATO, Wander. *A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura - Técnicas inéditas de redação para alunos de graduação e ensino médio.* São Paulo: Geração Editorial, 2008.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C.V. Oliveira.; AQUINO, Zilda G. Oliveira. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. São Paulo: Cortez, 2007.

FIORIN, José Luís. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015

FORD, Cecilia. *Overllaping relations in text structure*. In: Procceeding of the Second Annual Meeting of the Pacific Linguistics Conference, Scott DeLancey and Russell S. Tomlin Eds. Departamento of Lingusitics, University of Oregon. 1986

FUCHS, Juliana Thiesen; Giering, Maria Eduarda. *Reflexões para análise RST de textos*. Disponível em: <http://www.nilc.icmc.usp.br/til/stil2009>. Acesso em 10 jun 2016.

GALL, Norman. *Velhos desafios*. Veja, São Paulo, 14 dez. 2016, p. 72.

GARCIA. Othom Moacir. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

GIERING, Maria Eduarda. *Organização Retórica do artigo de opinião autoral: configuração prototípica.* In: Círculo de Linguística Aplicada a la comunicación (Clac). 29, 3-21. Universidade Complutense de Madrid. ISSN 1576 – 4737. 2007. Disponível em: <http//.ucm.es/info/circulo>

_____. *A organização retórica de artigos de divulgação científica: influências externas sobre escolhas do produtor.* Anais V SIGET. ISSN 1808-7655, 2009.

_____. *O modelo dos esquemas sequenciais de J. M. Adam: solução ou problema?* Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11516>. Acesso em: mar. 2015.

GIERING, Maria Eduarda.; FOLLMANN, Elizabet Beatriz; IRACET Êrica Ehlers. *Plano de texto, conforme a Análise Textual dos Discursos (ATDF), e organização retórica, de acordo com a RST: uma relação possível.* Anais do IV Workshop "A RST e os Estudos do Texto", Fortaleza, CE, outubro, 2013, p. 6 – 10.

GIVÓN, Talmi. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1985.

GÓMEZ-GONZÁLES, María de los Ángeles.; TABOADA, Maite. Coherence Relations in Functional Discourse Grammar. In: J. L. Mackenzie and M.A. Gómez-Gonzáles, (eds.) *Studies in Functional Discourse Grammar*, Berne: Peter lang. 2005, 227-259.

GRIJÓ, Carmen Starling Berganini. O domínio dos gêneros textuais através do processo de retextualização. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

HALLIDAY, Michael. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, Ruqaiya. Cohesion in English. New York: Longman, 1976.

HALLIDAY, Michael.; MATTHIESSEN, Christian. Na intoduction to funtional gramar. Holder Arnold, London, 2004.

HOPPER, Paul. *Emergent Grammar and the A Priori Grammar Postulate*. In: TANNEN. Deborah. *Linguistic in Context: Cconnecting Observation and Understanding*, New Jersy: Ablex Publishing Corporation, 1980.

JAMAL, Angela Maria Alves Lemos. *Identidade Discursiva da resenha acadêmica de divulgação à luz da Teoria da Estrutura Retórica e da Teoria das Sequências Textuais.* 2015, 220f. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça *Argumentação e linguagem*. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *A interação pela linguagem*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Contexto, 2010.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *As tramas do texto*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. *O texto e a construção de sentidos. 3ª impressão* – São Paulo: Contexto, 2014.

_____. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

KOCH, I. V. & ELIAS V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. *O texto na linguística textual*. In. BATISTA, R.de O. (Org.) *O texto e seus conceitos.* 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 31 – 44.

_____. *Ler e esvrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2017.

LONGACRE, Robert E. *The paragraph as a Gramatical Unit*. in Givón, T. (Org.) *Syntax and Semantics*, vol. 12. Discourse and Sintax, New York. Academic Press. 1979.

MAMIZUKA, Robêni Baptista. Redações no vestibular: estudo do parágrafo, problemas de organização. Disponível em publicações.fcc.org.br. /ojs/index.php/cp/artcle/view/1752/1736. Acesso em 8 de nov. 2017.

MANN, Willian. *Discourse Structures for Text Generation*. California: University of Southen California, 1984

MANN, Willian. *RST WEB Site. 2000*. Disponível em: < http://www.sfu.ca/rst/01intro/intro.html>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MANN, Willian.; MATTHIESSEN, Christian M.I.M.; THOMPSON, Sandra. *Rethoric Structure Theory and text analysis*. California: University of Southen California: ISI-89-242, 1989.

MANN, Willian. & THOMPSON, Sandra. A. *Relational propositions in discurse***.** California: University of Southen California: 1983, p.3-9.

_____. *Assertions from Discourse Structure*. ISI/RS-85-155, 1985.

_____. *Rhetorical Structure Theory: a framework for the analyses of texts*. IPRA Papers in Pragmatics 1, 1987a.

_____. *Rhetorical Structure Theory: A theory of text organization.*ISI/RS. P. 87-190, 1987b.

_____. *Rhetorical Structure Theory: Toward a functional theory of text organization*. (1988).

_____. *Toward a theory of reading between the lines: na exploration in discourse structure and implicit communication.* SIL International and University of California Santa Barbara at 7th IPrA International Pragmatics Conference, July 2000.

_____. *Two views of Rhetorical Structure Theory.* http://www-bcf.usc.edu/~billmann/WMlinguistic/2vsend.pdf. 2001. Acesso em 22 jun. 2015

MARCUSCHI, Luís Antônio. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. MACHADO, A. R., BEZERRA, M. A. *Gêneros Textuais & Ensino*, Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002

_____. *Produção Textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUESI, Suely Cristina.; ELIAS, Vanda Maria.; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Planos de texto, sequências textuais e orientação arguemtnativa. In: MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V.M. (Orgs.) *Linguística Textual e Ensino*. São Paulo: Contexto, 2017, p. 13- 32.

MATTHIESSEN, Christian M.I.M. & THOMPSON, Sandra. A *The structure of discourse and "subordination".* IN: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Eds.). *Clause combining in grammar and discourse.* Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 275-329.

MEIRA, Ana Clara Gonçalves Alves. *CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU: uma análise das relações retóricas a partir do uso dos provérbios como estratégia argumentativa em textos da internet.* Tese (Doutorado), Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

NERY NASCIMENTO, Simone Maria Barbosa. *Estrutura Retórica em sermões*. Tese (Doutorado), Maringá, Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2015.

NETO, Elizane Pereira. *Um novo olhar sobre o uso da forma lexical "Aqui", no gênero textual bate-papo por computador, à luz da Teoria da Estrutura Retórica*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

NETTO, Antonio Delfim. *É preciso mudar*. Disponível em: http://cartacapital.com.br> Acesso em: 18 mai. 2017.

NEVES, Maria Helena Moura. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *A interface sintaxe, semântica e pragmática no funcionalismo*. D.E.L.T.A, 33.1 2017, p. 25-43.

NEPOMUCENO, Arlete Ribeiro. *Uma abordagem funcionalista das relações retóricas em anúncios publicitários.* Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

NÓBREGA, Maílson. *Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras*. Veja, São Paulo, 06 mai. 2015, p. 18.

O'DONNEL, Mick. J. *RSTTool 2.4: A markup tool for Rhetorical Structure Theory*. (2000). Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/234777252>. Acesso em 20 de nov. de 2017.

OLIVEIRA, Mariangela Rios. Linguística textual. In. MARTELOTTA. M.E (org.). *Manual de linguística.* São Paulo: Contexto, 2008. p. 193-204.

PARDO, Thiago Alexandre Salgueiro. *Métodos para análise discursive automática*. Tese (Doutorado). São Carlos: USP, 2005.

PERELMAN, Chan & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica.* Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REHFELD, Maria Bernadete. *Para uma teoria do parágrafo*. 1984, 144 p. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1984.

RIBEIRO, Djamila. *Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso*? Disponível em: <http://cartacapital.com.br>. Acesso: em12 set. 2016.

RINO, Lúcia Helena Machado. *Modelagem de Discurso para o Tratamento da Concisão e Preservação da Idéia Central na Geração de Textos.* Tese (Doutorado). São Carlos: USP, 1996.

SAFATLE, Vladimir. *Palavras e metralhadoras*. Carta Capital, São Paulo, 21 jan. 2015, p. 27.

SAINT-EXUPÉRY, A. *O Pequeno Príncipe*; tradução de Dom Marcos Barbosa, 23ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1981, p. 36.

SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cuba; SOUZA TEIXEIRA, Claudia. *Análise e produção de textos*. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, Maria Iesse. A organização da argumentação sob a perspectiva do plano composicional. In: CALVALCANTE, M. M. [et al.] (Orgs.) *Texto e discurso sob múltiplos olhares.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 169-200.

SANTOS, Záira Bomfante. A *Linguística Sistêmico-Funcional: algumas considerações*. In: Revista SOLETRAS, nº 28, 2014-2.

SIQUEIRA, Cláudia Barbosa. *A elaboração do discurso argumentativo por alunos do ensino fundamental.* Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares.; BIASE-RODRIGUES, Bernardete. Um estudo da sequência argumentativa em editoriais de jornais. In: CALVALCANTE, M. M. [et al.] (Orgs.) *Texto e discurso sob múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 141-168.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares. *As abordagens tipológicas dos textos*. In: Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, SC, n. 1 p. 347-364, jan. /abr. 2012

SOUZA, Juliana Alles de Camargo.; GIERING, Maria Eduarda. *As relações de avaliação e de comentário (Rhetorical Structure Theory – RST): entre o fazer-crer e o fazer-saber*. Calidoscópio. V. 8, n. 3, p. 203-209, 2010.

TABOADA, Maite. *Discourse as Signal (or not) of Rhetorical Relations*. In.: Journal of Pragmatics: Canada, 2006.

_____. Implicit and explicit coherence relations. In: RENKEMA, J.(Ed.) *Discourse of course*. Amsterdam, John Benjamins, p. 127-140. 2009.

TABOADA, Maite & Das, Debopam. *Annotation upon Annotation: Adding Signalling Information to a Corpus of Discourse Relations.* Department of Linguistics Simon Fraser University 8888 University Dr. Burnaby, B.C. V5A 1S6 Canada, 2013.

TABOADA, Maite & HABEL, Christopher. *Rhetorical Relations in multimodal documents.* Discourse Studies, 2013.

TABOADA, Maite.; MANN, Willian. Applications of Rhetorical Structure Theory. In: *Discourse Studies*. Sage Publications Ltd, 2006.

_____. *Rhetorical Structure Theory: looking and moving ahead*. In: Discourse Studies. Sage Publications, 2006.

TRNAVAC, Rodoslava.; TABOADA, Maite. *Discourse and affective content in the expression of opinion texts.* IN: G. Kotzoglou et al. (eds.), 2014, Selected Papers of the 11th International Conference on Greek Linguistics, 1705-1715. Rhodes: universite og the Aegean, 2014.

UBER, Terezinha de Jesus Bauer. *Artigo de opinião: estudos sobre um gênero discursivo*. Disponível em www.diadiaeducação.pr.gov.br. Acesso em 15 fev. 2016.

VAN DIJK. Teun Adrianus. *Principles of critical discourse analyses*. Discourse & Society, 1992.

_____. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

VOLPE NUNES, Maria das Graças. *A geração de respostas cooperativas em sistemas baseados em lógica.* Tese (Doutorado). PUC-Rio. Rio de Janeiro, 1991.

ZANINI, Marilurdes. Artigo de opinião: do ponto de vista à argumentação. In: ANTONIO. Juliano Desiderato; NAVARRO, Pedro (Orgs.). *Gêneros textuais em contexto de vestibular*.Maringá:Eduem, 2017. p. 43-58.

ZANINI, Bianca Taís.; NILSSON. Bibiana.; GIERING. Maria Eduarda. *As vias de continuidade em artigos de opinião autorais*. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VI/>. Acesso em 10 jun. 2015.

ANEXO

ARTIGOS DE OPINIÃO UTILIZADOS NA PESQUISA

A1 - Palavras e metralhadora

Veículo: Revista Carta Capital

Articulista: Vladimir Safatle

21/01/2015

Desde o atentado ao periódico Charlie Hebdo, sobe à cena mais uma vez o debate sobre a liberdade de expressão e seus possíveis limites. Se os lados envolvidos não tivessem, muitas vezes, um comportamento tão canino e pouco generoso, poderíamos ter enfim uma discussão necessária sobre crítica, palavra e violência em nossas sociedades. Pois há de se admitir que existem bons argumentos dos dois lados, sejam daqueles que defendem de forma absoluta as ações do jornal, sejam daqueles que as criticam. Mas, enquanto enxergarmos, em um lado, apenas racistas que não perdem uma oportunidade para alimentar a islamofobia e o ódio aos imigrantes e, em outro, apenas esquerdistas dispostos às piores alianças para continuar sua cruzada contra os valores liberais, continuaremos a ignorar o tipo de discussão que deveríamos ter após o atentado, isto se quisermos estancar a rede de causas que alimentam a violência do extremismo religioso.

Diria inicialmente que o melhor argumento apresentado pelos que defendem as charges de Charlie Hebdo e a violência nelas contida é: não devemos regredir no tempo e criar uma lei contra a blasfêmia. A percepção é correta, pois religião não é apenas uma questão de crença, mas de instituições que têm peso político decisivo em nossas sociedades. Católicos, evangélicos, muçulmanos, judeus, todos procuram interferir, de acordo com suas forças sociais, no ordenamento jurídico de nossas sociedades a partir de estratégias variadas. Impedir que tais instituições sejam criticadas por meio das armas da ironia seria de fato um equívoco brutal. Afirmar que não se deve ironizar o que grupos sociais relevantes consideram como “sagrado” seria bloquear uma dimensão essencial do pensamento crítico. Seria difícil entender por que não censurar do mesmo modo os livros de Nietzsche nos quais ele insiste na “morte de Deus” ou A vida de Brian, do Monty Python.

Há, porém, uma outra dimensão do problema com as charges do Charlie Hebdo que normalmente não é levada em conta por seus defensores. Liberdade de expressão nunca significou, nem nunca significará, dizer qualquer coisa de qualquer forma. Se alguém ironizar os negros como intelectualmente inferiores, tripudiar das mulheres com enunciados machistas que expressam a história de sua sujeição, fazer chacota dos judeus baseado nos velhos preconceitos que alimentam milenarmente o antissemitismo, espera-se que o Estado impeça a circulação de

tal violência. Certos enunciados trazem uma história amarga de violência, humilhação social e preconceito contra grupos mais vulneráveis. Não por outra razão, todo racista hoje em dia clama pela liberdade de expressão, pelo direito de "expressar sua opinião". Mas racismo e preconceito não são opiniões, são crimes.

Há, portanto, o direito de perguntar se várias das charges publicadas pelo Charlie Hebdo não eram simplesmente preconceituosas e profundamente violentas em relação à parcela da população francesa (os magrebinos e descendentes de árabes, majoritariamente muçulmanos), atualmente a mais miserável, discriminada e sem representação social. Parcela que ainda carrega o sentimento da humilhação colonial, com seu sistema perverso de redução da cultura do colonizado (religião inclusa) ao arcaísmo ou ao exotismo. Não é possível ignorar: quem fala em muçulmanos fala da população árabe das periferias. Não é possível esquecer também que quando um francês ironiza um árabe muçulmano continua a ser um colonizador a ironizar um colonizado.

Poderia lembrar de várias charges que deixaram de ser apenas expressão de ironia blasfema para ser simplesmente violência social. Em sua edição número 1.099 lê-se na capa do Hebdo a frase "Massacre no Egito: O Alcorão é uma merda, ele não para as balas" e o desenho de um egípcio a sangrar com o livro na frente crivado de balas. Naquela semana, 500 simpatizantes da Irmandade Muçulmana, que não tem nada a ver com os jihadistas internacionais e salafistas e há muito abandonou o terrorismo, foram massacrados pelo Exército. Não é necessário ser um ph.D. em semiologia para perceber a mensagem: não há solidariedade possível com muçulmanos envolvidos na política. Nega-se ali até o fato de não ser necessário simpatizar com os muçulmanos para se indignar com massacres militares covardes. Se 500 militantes da TFP fossem massacrados pelo Exército Brasileiro, não seria possível transformar o fato em piada. Por que nada disso chocou o governo francês? Respondê-la seria uma maneira de começar a pensar no que podemos fazer para que atentados dementes como este não se repitam.

Vladimir Safatle, 44, é filósofo e professor chileno-brasileiro, livre-docente da Universidade de São Paulo (USP).

A2 – É preciso mudar

Veículo: http://cartacapital.com.br

Articulista: Delfin Netto

23/05/2016

Por maior que seja o nosso respeito pela pessoa da presidenta Dilma Rousseff, é impossível rejeitar a hipótese de que ela colhe as consequências acumuladas dos equívocos econômicos cometidos a partir de 2012. Em 2011, fez uma excelente administração. O PIB cresceu 3,9%, o nível de desemprego foi reduzido a 6%, o índice de desigualdade de Gini caiu, as despesas do governo federal em relação ao PIB foram mantidas no mesmo nível da média do quadriênio anterior. O *rating* soberano do Brasil foi elevado pelas agências S&P e Moody's, o superávit primário atingiu 2,9% do PIB, o déficit nominal do setor público chegou a 2,5% e a relação entre a dívida bruta e o PIB caiu de 51,8% para 51,3%!

De 2012 em diante, Dilma praticou uma política voluntarista mal projetada e pior executada. Revelou uma nova face, a angústia curto-prazista que namora o mesmo velho populismo que sempre dá errado no longo prazo. A intervenção no setor de energia foi insensata, reduziu o preço aos consumidores no curto prazo sob o aplauso da sociedade exibido nas pesquisas do Datafolha. Seu custo foi a destruição das empresas do setor, prejuízos monumentais para o Tesouro Nacional e o fantástico aumento de tarifa, também revelado posteriormente pela rejeição ao governo no Datafolha.

A intervenção na taxa de juros não foi melhor, pois não deu ao Banco Central o suporte fiscal para ampará-la. Dilma atingiu o máximo de sua popularidade de curto prazo quando estava no máximo de seus erros de longo prazo. Os futuros mandatários deveriam recolher esta lição: o apoio que o intervencionismo insensato obtém no curto prazo, revelado nas pesquisas de opinião, é apenas a antecipação da rejeição que nelas colherão no longo prazo.

Para qualquer observador imparcial, era evidente que Dilma tinha pouca probabilidade de ser reeleita. Incorporando a ideia de que o primeiro dever do governo é continuar governo, ela decidiu convocar o "Diabo"! Seus marqueteiros competentemente superaram tudo que se havia visto até então em campanhas eleitorais, na falta de respeito à verdade e na desqualificação dos adversários. Seu primeiro ato depois de reeleita deixou perplexos seus eleitores. Escolheu, sem ao menos dar-lhes alguma satisfação, o programa econômico do adversário que havia demonizado! Para executá-lo, chamou um competente economista cuja concepção do mundo é antípoda à do partido que a sustenta, quando lhe é conveniente.

Foi instantaneamente abandonada pela maioria dos que nela haviam depositado a sua confiança. Enfraquecida e sem credibilidade, decidiu promover uma guerra com a Câmara dos Deputados, na tentativa de intervir na eleição do seu presidente. Fracassou. A combinação das tolices econômicas com a absoluta indisposição para o exercício da política tirou-lhe todo o

protagonismo. Na sua ida ao Congresso, na abertura dos trabalhos de 2016, perdeu sua última oportunidade de recuperá-lo. Em lugar de levar propostas concretas para as necessárias mudanças constitucionais e pôr o Congresso a trabalhar, preferiu prometê-las. No País de São Tomé, ninguém a levou a sério.

A situação é muito grave. Entre o último trimestre de 2014 e o mesmo período de 2015, o PIB caiu 6%, o desemprego atingiu 11 milhões de trabalhadores, o déficit do setor público ameaça repetir os 10% do PIB de 2015 e o déficit primário caminha para 2% do PIB. Pior, a relação dívida bruta reforçou sua dinâmica preocupante e de 57% do PIB no fim de 2014 ameaça atingir 74% em 2016 e, se nada mudar, talvez 80% em 2017.

Essa é, talvez, a principal razão pela qual as agências vêm rebaixando a nota soberana brasileira numa rapidez preocupante. A Fitch, a mais paciente com o Brasil, não quis perder a corrida e nos tirou no dia 5 de maio mais um grau no mundo especulativo em que já estamos, igualando-se à S&P e à Moody's.

Não é provável que o governo possa recuperar o seu protagonismo e dar à sociedade alguma esperança. Nada é mais significativo do que a fria recepção ao excelente Plano Safra 2016-2017, da competente ministra Kátia Abreu. Infelizmente, é preciso mudar.

Delfin Netto, 89, é economista, professor universitário e político brasileiro

A3 – Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?

Veículo: http://cartacapital.com.br

Articulista: Djamila Ribeiro

08/06/2016

Em um país em que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada não se pode tratar essa questão como um tema pontual. O fato de essa violência ser sistemática comprova que existe uma cultura de violência contra a mulher, porque também vivemos em um país em que, a cada cinco minutos, uma mulher é agredida.

Porém, é importante dizer que essa cultura do estupro existe desde o período da escravidão. Mulheres negras escravizadas eram violentadas pelos senhores de escravos e forçadas às mais variadas formas de violências. A filósofa Angela Davis, em Mulher, raça e classe, aborda o fato das mulheres negras não serem tratadas como frágeis e castas, ao contrário, tiveram de realizar trabalhos forçados que precisavam do uso da força.

Davis inicia o livro com o capítulo "Legado da escravatura: bases para uma nova natureza feminina" falando sobre o modo pelo qual a mulher negra escravizada era tratada de modo a ofuscar uma "natureza feminina", uma vez que elas eram forçadas a desempenhar o mesmo trabalho dos homens negros escravizados.

O que as diferenciava dos homens, e essa se torna uma diferença crucial, era o fato de terem seus corpos violados pelo estupro. Essa outra construção de feminino irá contrastar diretamente com a qual as mulheres brancas lutarão para derrubar: a da mulher frágil, submissa e dependente do homem. A mulher negra ter sido submetida a esse tipo de violência evidencia uma relação direta entre a colonização e a cultura do estupro.

No Brasil, as mulheres negras tiveram a mesma experiência. Importante ressaltar que a miscigenação tão louvada no País também foi fruto de estupros sistemáticos cometidos contra mulheres negras. Essa tentativa de romantização da miscigenação serve para escamotear a violência.

Mulheres negras escravizadas foram violadas sistematicamente no período colonial. E, atualmente, ainda é esse o grupo o mais violentado, também em caso de violência doméstica. Segundo dados da Unicef na pesquisa Violência Sexual, o perfil das mulheres e meninas exploradas sexualmente aponta para a exclusão social desse grupo.

A maioria é de afrodescendentes, vem de classes populares, tem baixa escolaridade, habita em espaços urbanos periféricos ou em municípios de baixo desenvolvimento socioeconômico. Muitas dessas adolescentes já sofreram inclusive algum tipo de violência (intrafamiliar ou extrafamiliar).

Por mais que todas as mulheres estejam sujeitas a esse tipo de violência, já que é sistemática, se faz importante observar o grupo que está mais suscetível a ela já que seus corpos vêm sendo desumanizados historicamente, ultrassexualizados, vistos como objeto sexual. Esses estereótipos racistas contribuem para a cultura de violência contra essas mulheres, pois elas são vistas como lascivas, "fáceis", as que não merecem ser tratadas com respeito.

Um exemplo dos estigmas que estão colocados sobre os corpos das mulheres negras é o caso de Vênus Hotentote. Seu nome original é Sarah Baartman. Nascida em 1789 na região da África do Sul, no início do século 19 foi levada para a Europa e exposta em espetáculos públicos, circenses e científicos devido aos seus traços corporais.

Segundo Damasceno (2008), Sarah Baartman deu um corpo à teoria racista. Não importa aonde vamos, a marca é carregada. Mesmo após sua morte, seu corpo seguiu sendo explorado. Partes de seu corpo, incluindo as íntimas, ficaram à exposição do público no Museu do Homem, na França, até 1975. Apenas em 2002, seus restos mortais foram devolvidos à África do Sul a pedido de Nelson Mandela.

Com base nesses fatos históricos podemos dizer que no Brasil há uma relação direta entre colonização e cultura do estupro. E nós precisamos falar sobre isso.

Djamila Ribeiro, 37, é feminista e acadêmica brasileira. Pesquisadora e mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo. Tornou-se conhecida no país por seu ativismo na internet.

A4 – Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras

Veículo: Revista Veja

Articulista: Maílson da Nóbrega

06/05/2015

Quem diria, um partido de linhagem estatista e, assim, avesso à privatização, o PT, comandou ações desastrosas na nossa mais admirada estatal, a Petrobras. É enorme o dano à empresa – na imagem, no respeito, no valor de mercado, na saúde financeira, no mercado de capitais e na capacidade de investir. São cinco pelo menos os desastres.

Primeiro, o uso da Petrobras para financiar campanhas eleitorais, por meio criminosa e sofisticada rede de captação de fundos via superfaturamento de bens e serviços à empresa. De lambuja, os operadores fizeram fortuna pessoal. O escândalo de corrupção está ligado às indicações políticas para cargos de direção.

Segundo, a mudança das regras de exploração do pré-sal. Saiu o regime de concessão, típico de países de instituições fortes como Estados Unidos, Reino Unido e Noruega. Entraram a cessão onerosa e o regime de partilha característico de países de instituições frágeis da África. No regime de concessão, confia-se nas regras do jogo e se fazem negócios como em qualquer atividade. No de partilha, desconfia-se da estabilidade das regras e prefere-se receber em óleo. Por ideologia, voluntarismo e megalomania, atribuiu-se à Petrobras o ônus de liderar a exploração do pré-sal – a totalidade no caso da cessão onerosa e pelo menos 30% no de partilha. A excessiva responsabilidade lhe impôs gigantescas obrigações e grave endividamento.

Terceiro, o controle de preços dos combustíveis, que eram vendidos no mercado interno abaixo dos custos de importação. Abandonou-se a fórmula pela qual os preços internos eram ajustados de forma transparente e previsível, com base nos seus valores no Golfo do México e na variação da taxa de câmbio. Passaram a prevalecer a vontade e os interesses eleitorais do governo. A Petrobras amargou prejuízos de 60 bilhões de reais, o que agravou sua situação financeira.

Quarto, negócios superfaturados e sem justificativa empresarial, de que são destaques a refinaria de Pasadena e a de Abreu e Lima, cuja construção foi decidida por Lula com base em critérios políticos. Escassos de justificativa técnica e plenos de custos excessivos, tais investimentos dificilmente trarão resultados semelhantes a outros da empresa – a rigor, caberia ajustá-los à rentabilidade média, com a correspondente redução do patrimônio líquido.

Quinto, e em consequência dos demais, o valor de mercado da Petrobras caiu cerca de 80% nos últimos seis anos. Os investidores estrangeiros, que interpretam a perda como efeito da corrupção, moveram ações coletivas contra a empresa na Justiça Federal americana. Além disso, existem investigações de natureza criminal e administrativa nos Estados Unidos. Acrescente-se

a humilhação de os balanços da Petrobras não terem sido auditados por auditores externos, o que pode acarretar novos problemas à frente. Serão lentas, difíceis e custosas a reconquista da confiança dos investidores e a volta do acesso aos mercados interno e internacional de capitais. Ficará mais difícil financiar os investimentos bilionários do pré-sal.

Arrasada e aviltada, a Petrobras precisa de um líder capaz, decente e de alto respeito profissional, designado sem interferência política e que possa preencher os demais cargos com gente preparada.

A recuperação da confiança de investidores e fornecedores vai exigir mudanças ciclópicas, incluindo a restauração do regime de concessão (algo difícil para um governo que não reconhece erros). A Petrobras precisa deixar de ser a operadora única e de controlar pelo menos 30% dos campos.

Deve-se dotar a empresa de sólida governança corporativa. Os dirigentes devem ser escolhidos – no mercado ou nos quadros técnicos – com o apoio de empresas especializadas (headhunters). Indicações políticas devem ser abolidas. É necessário criar e/ou fortalecer órgãos internos típicos de companhias abertas e canal interno para denúncias.

A Petrobras é plenamente recuperável. Possui quadros técnicos qualificados e comprovada competência na criação e no uso de tecnologia de pesquisa e exploração de petróleo. A vontade política e a coragem na tomada de difíceis decisões devem prevalecer sobre a ideologia e o voluntarismo.

Maílson da Nóbrega, 75, é economista brasileiro. Foi ministro da Fazenda no governo de José Sarney, durante o período de hiperinflação em fins dos anos 1980.

A5 – O pior ensino médio do Brasil?

Veículo: Revista Veja

Articulista: Cláudio de Moura Castro

10/12/2016

Do ponto de vista de suas regras e formato legal, não consegui encontrar um só país com ensino médio pior que o nosso.

O modelo brasileiro gera péssimos números. Enquanto o Chile universaliza esse nível, no Brasil, menos da metade da coorte consegue completá-lo. Dos que iniciam o curso, só 40% o terminam. Para culminar, em vez de caminhar para a universalização, nosso médio encolhe! Vejam por quê.

1. O mais odioso equívoco é impor o mesmo currículo a todos. Os futuros Machados de Assis têm a mesma carga de matemática oferecida aos que serão engenheiros da Embraer. E esses, para entrar em boa faculdade, precisam brilhar em literatura. Nenhum país do mundo civilizado deixa de reconhecer as diferenças individuais e oferecer cursos, currículos e escolhas de acordo com as preferências e talentos de cada um.

2. O excesso de disciplinas é assustador. São 14 as obrigatórias. Na prática, os alunos podem ser obrigados a cursar dez, simultaneamente.

3. Transbordam os conteúdos das ementas, desde o início da escolarização. Com razão, os alunos reclamam da chatice crônica e da falta de proximidade entre o que é ensinado e o universo deles. No Brasil, rabeira no Pisa, no 4° ano primário os alunos aprendem 27 tópicos de matemática. Em Singapura, no topo do Pisa, são quatro! O aluno brasileiro ouviu falar de tudo mas não aprendeu nada. Aprender de verdade requer empapar-se do assunto, mergulhar fundo, praticar. Impossível, com tanta matéria para percorrer. Não há tempo para aplicar o ensinado. Sugiro ao leitor dar uma olhada em um livro de biologia, para convencer-se do exagero. E, como pontifica David Perkins (de Harvard), só aprendemos quando aplicamos o conhecimento em situações concretas.

4. Nas disciplinas mais críticas, há uma grande escassez de professores bem formados. De fato, as fragilidades e os equívocos das faculdades de educação estão entre os grandes culpados pelo desastre. Apesar disso, engenheiros, advogados e farmacêuticos não podem ensinar matemática, física ou química, embora conheçam mais do assunto e tenham melhor desempenho em sala de aula do que grande número de professores com carteirinha. Disso sabem os cursinhos, livres para controlar e pagar regiamente a quem quiserem.

5. O tempo efetivamente usado para ensinar e aprender já começa estreito - por lei - e é ainda mais espremido pelas perdas de tempo nos horários de aula. Segundo as pesquisas, é

razoável supor que só a metade do tempo é usada para apender. O resto se perde. E, como sabemos, quanto menos se estuda, menos se aprende.

6. Prevalece a indisciplina sistêmica. Uma pesquisa do Positivo perguntou aos alunos o que mais atrapalhava o seu aprendizado. A resposta unânime foi: a bagunça dos colegas. Mas confundimos autoridade com autoritarismo, e os professores se sentem desamparados para impor a disciplina careta que existe em toda escola bem-sucedida.

7. Da forma como é usado pelas universidades públicas, o Enem virou uma camisa de força. Ao imporem notas únicas de entrada, elas impedem a diversificação do ensino médio.

Isso tudo sem se falar das deficiências das séries anteriores, cujos últimos anos compartilham os mesmos problemas do médio. Ou seja, agravando o quadro, os alunos chegam despreparados.

Com isso tudo concordam pesquisadores e até ministros. O problema é que a engenharia da mudança está enredada. O Conselho Nacional de Educação nada faz. O Congresso só faz votar novas disciplinas, para agradar a seus grupelhos de eleitores (mais uma dúzia de novas disciplinas foi proposta). Os ministros e os secretários de Educação estão de mãos atadas pelos lobbies e pela inércia. Mas, como demonstram alguns estados, há mais flexibilidade na lei do que parece. Ou seja, falta ousadia.

Quando foi aprovada a LDB, um marco legal iluminado e flexível, previ que, em pouco tempo, a sua regulamentação destruiria o espírito da lei. De fato, logo adquiriu um rigor cadavérico. Quase nada sobrou de sua versatilidade inicial. A maior vítima dessa desfiguração é o ensino médio. A ação de forças descoordenadas criou um monstro, e não sabemos como descriá-lo.

Cláudio de Moura Castro, 79, é economista e, atualmente, preside o Conselho Consultivo da Faculdade Pitágoras, além de exercer o cargo de Diretor de Novas Metodologias da Faculdade da Saúde e Ecologia Humana.

A6 – Velhos desafios

Veículo: Revista Veja

Articulista: Norman Gall

14/12/2016

A queda livre do sistema político brasileiro muda de uma fantasia para uma ameaça palpável, pondo em perigo a estabilidade e a justiça social conquistadas nas últimas décadas. O desafio não é novo. Nas seis décadas que se seguiram ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, sem contar os 21 anos de governo militar (1964-85), cinco dos dez civis que ocuparam a Presidência não terminaram seu mandato constitucional. Em períodos recentes, o Brasil sofreu dois episódios de hiperinflação (1989 e 1994), quando os preços aumentaram mais de 50% ao mês, além dos vários meses em que os preços subiram mais de 20%. O regime democrático jamais resolveu o problema fiscal, que vem piorando nos últimos anos. Agora os brasileiros se defrontam com um escândalo de corrupção endêmica, de uma abrangência e profundidade sem precedentes na história do Ocidente, envolvendo uma classe política privilegiada em sua autonomia e em sua proteção jurídica.

Ameaçados com mais um colapso das finanças públicas e com a queda de um governo de transição já fragilizado, os barões da República – incluindo os ex-presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso e o atual, o presidente Michel Temer – se juntaram com ministros do Supremo Tribunal Federal para salvar o mandato do presidente do Senado, Renan Calheiros, – acusado em doze casos de corrupção.

A escolha dos barões, no fim deste ano de choques e tumultos, era clara: ou Renan ficava, numa postura insolente, como garantia frágil do andamento no Congresso do processo de sanear as finanças públicas com a imposição de limites aos gastos e com a reforma da Previdência; ou o Brasil partia para o desconhecido, em uma promessa de mais baderna, gritos e acusações, em uma situação na qual nada estaria garantido.

Esse dilema convoca a reflexões. Denúncias e posturas moralizantes são fáceis, mas não somos inocentes. Os mais privilegiados toleram e prosperam com a bagunça. Os protestos de rua não são suficientes. O Brasil precisa de novas lideranças e novas abordagens – ambas em falta. O país precisa ir além da Lava-Jato, mas ainda não sabe como. A escolha fica dramática quando comparamos os rumos de diferentes repúblicas sul-americanas.

Argentina, Brasil e Venezuela, países banhados pelo Atlântico, são mais ricos em recursos naturais, porém abusam de sua sorte. Sofrem de recorrentes crises, com surtos inflacionários e de incontinência fiscal, em políticas alimentadas pela demagogia. A Venezuela, onde morei por seis anos, atravessa um período desastrado, depois de ter ganhado destaque nos anos 60 e 70 por ser, então, uma das poucas democracias estáveis na região.

O rumo de três repúblicas da costa do Pacífico – Chile, Peru e Colômbia – é diferente. Esses países também sofreram crises inflacionárias e conflitos internos, mas souberam tirar lições com esses choques e ameaças. Aprenderam os limites sadios na gestão pública, e assim puderam prosperar com estabilidade, preservando a democracia. Não são sistemas políticos e econômicos perfeitos, mas são viáveis.

A Colômbia manteve equilíbrio fiscal e monetário, com eleições regulares, diversificando sua economia e criando condições para negociações difíceis e prolongadas para pôr fim a cinco décadas de insurreições guerrilheiras. No Chile, a ditadura de Augusto Pinochet (1973-90) cedeu lugar, por via de plebiscito, a um regime democrático que soube cuidar dos direitos humanos e procurar justiça social.

Nos anos 90 o Peru estava à beira do colapso econômico, assolado pela hiperinflação, por uma grande epidemia de cólera e por uma insurreição de guerrilhas que custou 60000 vidas. Desde o ano 2000, a economia peruana registra taxas de crescimento entre as mais elevadas da América Latina, consolidando sua democracia com rigor fiscal e baixíssima inflação. No Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas, o Peru fica aproximadamente na mesma posição do Brasil, mas a carga de tributos peruana equivale a 40% da brasileira. O Peru gasta 24% de seu PIB em investimentos, ante apenas 16% no Brasil, e isso sem contar o desperdício embutido nos investimentos públicos brasileiros por causa da corrupção e do parasitismo fiscal.

O Brasil precisa sair do parasitismo fiscal para estabelecer limites e definir rumos. Vivemos um perigo. Os barões da República preservam suas posições, mas não ajudam muito. Para fortalecer a democracia, precisamos de novas lideranças e novas abordagens.

Norman Gall, 74, é jornalista e Diretor Executivo do Instituto Fernand Braudel.